



PARTICIPAÇÃO FEMININA:

UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LEOPOLDO (RS)

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E
DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL – PPGPLAN**

CARLINE LUANA CARAZZO

**PARTICIPAÇÃO FEMININA:
UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LEOPOLDO (RS)**

**FLORIANÓPOLIS
2022**

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Carazzo, Carline Luana
Participação Feminina: : um olhar sobre o patrimônio
cultural de São Leopoldo (RS) / Carline Luana Carazzo. --
2022.
299 p.

Orientadora: Renata Rogowski Pozzo
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de
Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,
Programa de Pós-Graduação Profissional em Planejamento
Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, Florianópolis,
2022.

1. Patrimônio-Cultural . 2. Inventário Participativo. 3. São
Leopoldo. 4. Participação Social. 5. Urbanismo Feminista . I.
Pozzo , Renata Rogowski . II. Universidade do Estado de
Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,
Programa de Pós-Graduação Profissional em Planejamento
Territorial e Desenvolvimento Socioambiental. III. Título.

CARLINE LUANA CARAZZO

PARTICIPAÇÃO FEMININA:

Um Olhar sobre o Patrimônio Cultural de São Leopoldo (RS)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental – PPGPLAN, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Renata Rogowski Pozzo

FLORIANÓPOLIS

2022

Carline Luana Carazzo

PARTICIPAÇÃO FEMININA:

Um Olhar sobre o Patrimônio Cultural de São Leopoldo (RS)

Um Olhar sobre o Patrimônio Cultural de São Leopoldo (RS) Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental – PPGPLAN, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Banca Examinadora

Profa. Dr.^a Renata Rogowski Pozzo – Orientadora
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

MEMBROS:

Profa. Dr.^a Carmen Susana Tornquist
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Profa. Dr.^a Daniele Caron
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Florianópolis, 21 de fevereiro de 2022.

DEDICO ESTE TRABALHO À MINHA MÃE,
HILDA ZINK CARAZZO, QUE SEMPRE ME
MOSTROU CARINHOSAMENTE QUE,
INDEPENDENTEMENTE DO MEU
GÊNERO, SOU CAPAZ DE ALCANÇAR
QUAISQUER OBJETIVOS.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e, em especial, ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (PPGPLAN) pela oportunidade, acolhimento e pela prática da ciência sempre por meio da liberdade, da autonomia de expressão e reflexão críticas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela concessão de bolsa de estudo, recurso fundamental para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos professores e funcionários do PPGPLAN pelos constantes ensinamentos, pela disposição e pela dedicação ao programa e aos alunos.

Aos colegas da turma de mestrado 2019, pela troca e conhecimento partilhado nesse percurso, em particular, aos colegas Bruna Vieira de Oliveira Moreira e Edilson Pereira, que tornaram essa trajetória mais leve e divertida.

Às professoras Daniele Caron, Janice Gonçalves, Glaucia de Oliveira Assis e Carmen Susana Tornquist pelas contribuições na banca de qualificação e defesa.

Aos profissionais da Secretaria Municipal de Cultura, Diretoria de Patrimônio e Diretoria de Urbanismo e Conselheiros do Conselho do Patrimônio Histórico de São Leopoldo (COMPAC) pelas informações prestadas para a elaboração deste trabalho.

Às conselheiras entrevistadas do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (COMDIM), que, generosamente, dispuseram-se a dividir comigo as suas experiências.

Ao Marcio Linck, Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos (*in memorian*) e Clair Ziebell, pelo compartilhamento das histórias e lutas do patrimônio e das mulheres da cidade de São Leopoldo.

A professora Danielle Rocha Benício pela supervisão do estágio docência com atenção, carinho e profissionalismo.

Aos meus pais, Hilda e Antonio, por desejarem sempre o melhor para mim, por apoiarem minhas lutas e conquistas com todo amor do mundo.

À minha família e amigos por sempre me incentivarem a seguir e entenderem nos momentos que precisei me ausentar.

Ao Oscar, o gato, que esteve todos os dias do meu lado trazendo leveza para a construção deste trabalho.

Ao Max, meu noivo, pela companhia sempre amorosa, pelo apoio e encorajamento constante. Por ter sido meu porto seguro nessa trajetória. Todo o meu amor.

E sobretudo, à Prof.^a Dr.^a Renata Rogoswki Pozzo, minha orientadora, por ter aceitado guiar-me nesse percurso com seu olhar atento e dedicado, ajudando a encontrar os melhores caminhos possíveis. Agradeço por partilhar seu conhecimento e inspirar-me durante todo o processo.

Por fim, a todos que passaram no meu caminho nesse período e fizeram-me sentir, refletir, questionar e querer melhorar, obrigada.

A todos, os meus sinceros agradecimentos.

“[...] O meu passado é a referência que me projeta e que eu devo ultrapassar. Portanto, ao meu passado eu devo o meu saber e a minha ignorância, as minhas necessidades, as minhas relações, a minha cultura e o meu corpo. Que espaço o meu passado deixa para a minha liberdade hoje? Não sou escrava dele. O que eu sempre quis foi comunicar da maneira mais direta o sabor da minha vida. Unicamente, o sabor da minha vida. Acho que eu consegui fazê-lo; vivi num mundo de homens guardando em mim o melhor da minha feminilidade”.

(Simone de Beauvoir, 1949).

RESUMO

O território hoje delimitado como a cidade São Leopoldo (RS) foi originariamente habitado por indígenas, posteriormente, por negros escravizados para o trabalho em uma Feitoria, por portugueses e, tardivamente, já no século XIX, por imigrantes alemães. A narrativa dos bens patrimoniais, entretanto, é contada pelo olhar da vinda dos imigrantes alemães em 1824. Uma narrativa hegemônica, patriarcal, masculina e branca que, até agora, rege a escolha dos patrimônios locais a serem preservados. Realizado entre os anos de 2014 e 2016 pelo método SICG/IPHAN, o Inventário de Interesse Histórico-Cultural de São Leopoldo resulta em uma listagem com bens patrimoniais que refletem as áreas centrais, patrimônios materiais ligados a classe dominante e parcialmente representativos. Em contrapartida, a cidade conta com uma histórica luta feminina pela participação social, direitos das mulheres e representatividade na cidade condensados atualmente no Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (COMDIM). A presente pesquisa questiona como a inserção participativa de narrativas femininas pode ampliar as perspectivas de atribuição de valor ao patrimônio cultural de São Leopoldo, tornando-o mais democrático, diverso e representativo. Nossa objetivo central é reconhecer o patrimônio material e imaterial da cidade por intermédio de uma metodologia embasada nos Inventários Participativos, realizando entrevistas semiestruturadas com as mulheres integrantes do COMDIM.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Inventário Participativo. São Leopoldo. Participação Social. Urbanismo Feminista.

ABSTRACT

The territory defined as the city of São Leopoldo was originally lived by indians, later by selected blacks or working in a Portuguese factory, and later, until the 19th century, by German immigrants. The narrative of heritage assets, however, is told through the eyes of the arrival of German immigrants in 1824. A hegemonic, patriarchal, male and white narrative that until now governs the choice of local heritage to be preserved. Carried out between 2014 and 2016 using the SICG / IPHAN method, the Inventory of Historical-Cultural Interest of São Leopoldo results in a listing of heritage assets that reflect, central areas, material heritage linked to the dominant class and partially representative. On the other hand, the city has a history of women's struggle for social participation, women's rights and representation in the city, currently condensed in the Municipal Council for Women's Rights (COMDIM). This research questions how the participatory insertion of female narratives can expand as perspectives of value to the cultural heritage of São Leopoldo, making it more democratic, diverse and representative. Our main objective is to recognize the material and immaterial heritage of the city through a methodology based on Participatory Inventories, conducting semi-structured with the women members of COMDIM.

Keywords: Cultural Heritage. Participatory Inventory. São Leopoldo. Social Participation. Feminist Urbanism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Memorial às vítimas de feminicídio	25
Figura 2 - Mapas dos imóveis elaborado pela Diretoria do Patrimônio	31
Figura 3 - Extensão territorial de São Leopoldo com os bairros – Área Urbana.....	32
Figura 4 - Mapa de área de estudo do Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo/RS com a Área de Interesse Cultural	33
Figura 5 - Wandschoner: “Amar e ser amado é a maior felicidade do mundo”	35
Figura 6 - Localização regional de São Leopoldo (RS)	42
Figura 7 - Carta da Colônia de São Leopoldo	44
Figura 8 - Mapa Atual dos Municípios	45
Figura 9 - Casa da Feitoria (2021)	46
Figura 10 - Primeiras ocupações às margens do Rios do Sinos – meados de 1870	48
Figura 11 - Mapa Plano da Povoação de São Leopoldo (1833).....	48
Figura 12 - Cartão postal da linha férrea sobre o Rio dos Sinos – 1902	49
Figura 13 - Estação Ferroviária de São Leopoldo – início do séc. XX	50
Figura 14 - Antiga Estação Ferroviária/ Museu do Trem – 2019.....	51
Figura 15 - Ponte 25 de Julho – primeira década do séc. XX	51
Figura 16 - Ponte 25 de Julho (2020).....	52
Figura 17 - Igreja Católica – final do séc. XIX	54
Figura 18 - Intendência Municipal – 1924	54
Figura 19 - Prefeitura Antiga	55
Figura 20 - Arborização da rua Osvaldo Aranha – 1910	56
Figura 21 - Praça do Centenário ou Praça do Imigrante – 1934	57
Figura 22 - Praça do Centenário ou Praça do Imigrante – 2020	57
Figura 23 - Escola Superior de Teologia – anos 2000	59
Figura 24 - Castelinho / Câmara de Vereadores de São Leopoldo	59
Figura 25 - Monumento do Centenário da Imigração Alemã.....	60
Figura 26 - Rua Independência ou Rua Grande – 1940.....	61
Figura 27 - Ficha Cadastral do Projeto Revita.....	65
Figura 28 - Prédio base para o Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo (2019)	66
Figura 29 - Fluxograma dos módulos do SICG	72
Figura 30 - Página da Web com o SICG	74

Figura 31 - Mapa de área de estudo do Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo (RS)	79
Figura 32 - Edificação conforme Inventário de Propriedade Mista	85
Figura 33 - Mapa do SICG em São Leopoldo	89
Figura 34 - Etapas do Inventário Participativo.....	114
Figura 35 - Exemplo ficha adaptada no Inventário do Minhocão.....	125
Figura 36 - Exemplo ficha adaptada no Inventário de Fazenda Souza (RS).....	130
Figura 37 - Acervo da História das Mulheres em São Leopoldo no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo	148
Figura 38 - Fotografia 1. ^a Sessão na Câmara de Vereadores, Assessoria do Movimento de Mulheres Unisinos - 1995.....	150
Figura 39 - Atuação das Instituições nos bairros de São Leopoldo/RS.....	164
Figura 40 - Esquema das Etapas do Inventário Participativo	167
Figura 41 - Estrutura das entrevistas	172
Figura 42 - Bairros Residência: Mulheres Entrevistadas.....	179
Figura 43 - Triângulo/ Palmeirinha	182
Figura 44 - Por do Sol Rio dos Sinos.	183
Figura 45 - Ponte 25 de Julho	184
Figura 46 - Chafariz da Praça do Imigrante	185
Figura 47 - Trensurb.....	186
Figura 48 - Enchente de 1965 em São Leopoldo	187
Figura 49 - Praça Pão de Queijo	188
Figura 50 - Nuvem de Palavras: Primeiras Memórias	190
Figura 51 - Enfeite de chimarrão Fritz	205
Figura 52 - Santuário Padre Réus	206
Figura 53 - Símbolo da Profissão	211
Figura 54 - Bíblia	212
Figura 55 - Museu do Trem	216
Figura 56 - Bourbon Shopping São Leopoldo	217
Figura 57 - Rodoviária	217
Figura 58 - Sede da Prefeitura Municipal de São Leopoldo	218
Figura 59 – Hospital Centenário.....	219
Figura 60 - Câmara Municipal de São Leopoldo (Castelinho)	219

Figura 61 - Unisinos	220
Figura 62 - Rua Independência	221
Figura 63 - Santuário Padre Réus	221
Figura 64 - Logo COMDIM	230
Figura 65 - Cachepô confeccionado pela Entrevistada	231
Figura 66 - Referência Prof. ^a Mônica	235
Figura 67 - Escola de Samba Imperatriz	236
Figura 68 - Escola de Samba Imperatriz	236
Figura 69 - Biblioteca Comunitária	237
Figura 70 - Palquinho Madezzati	238
Figura 71 - Escadaria do Bourbon <i>Shopping</i>	239
Figura 72 - Companhia do Vinho	239
Figura 73 - Bicicleta como representação do Patrimônio	244
Figura 74 - Igreja como representação do Patrimônio	245
Figura 75 - Sino como representação do Patrimônio	246
Figura 76 - Diploma como representação do Patrimônio	247
Figura 77 - Escapulário Padre Réus	248
Figura 78 - Livros de autores leopoldenses	249
Figura 79 - Nuvem de palavras bens inventariados citados nas entrevistas	254
Figura 80 - Bens patrimoniais levantados nas entrevistas	256
Figura 81 - Localização dos novos bens patrimoniais	257

LISTA DETABELAS

Tabela 1 - Evolução de habitantes em São Leopoldo	62
Tabela 2 - Estado de conservação dos Imóveis do Inventários	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Análise comparativa do Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo – SICG/IPHAN.....	76
Quadro 2 - Exemplares das linguagens arquitetônicas dos imóveis do Inventário....	81
Quadro 3 - Instâncias de Preservação IPHAE	87
Quadro 4 - Resumo das Legislações Federais com Artigos para o Patrimônio	102
Quadro 5 - Resumo dos Artigos do Estatuto da Cidade.....	107
Quadro 6 - Resumo dos Artigos da Agenda Urbana	110
Quadro 7 - Etapas do Inventário do Minhocão	118
Quadro 8 - Identificação dos Eixos e Agentes Participantes	120
Quadro 9 - Compatibilização das Fichas – IPHAN versus Inventário Minhocão	122
Quadro 10 - Compatibilização das Fichas – IPHAN versus Inventário Cultural dos Engenhos de Farinha do Litoral Catarinense.....	126
Quadro 11 - Compatibilização das Fichas – IPHAN versus Inventário Fazenda Souza (RS)	129
Quadro 12 - Apresentação das Entidades Participantes do COMDIM	158
Quadro 13 - Descendência das Entrevistadas	174
Quadro 14 - Perfil Profissional das Entrevistadas	180
Quadro 15 - Resumo das primeiras memórias das participantes.....	182
Quadro 16 - Patrimônios sob o olhar da Entrevistada 01	205
Quadro 17 - Patrimônios sob o olhar da Entrevistada 02	210
Quadro 18 - Patrimônios sob o olhar da Entrevistada 03.....	213
Quadro 19 - Patrimônios sob o olhar da Entrevistada 04	215
Quadro 20 - Patrimônios sob o olhar da Entrevistada 05	224
Quadro 21 - Patrimônios sob o olhar da Entrevistada 05	229
Quadro 22 - Patrimônios sob o olhar da Entrevistada 07	233
Quadro 23 - Patrimônios sob o olhar da Entrevistada 08.....	242
Quadro 24 - Categorias dos bens patrimoniais citados.....	258
Quadro 25 - Síntese das Considerações Finais	264

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMVARS	Associação dos Municípios do Vale do Rios dos Sinos
CBP	Cadastro de Bens Procurados
CEDM	Conselho Estadual do Direitos da Mulher
CEDUC	Coordenação de Educação Patrimonial
Cepagro	Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
CNSA	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
COMAP	Comissão de Abastecimento e Preços
COMPAC	Conselho Municipal do Patrimônio Cultural
COMDIM	Conselho Municipal de Direitos das Mulheres
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CPHAE	Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado
DAF	Departamento de Articulação e Fomento
DEAM	Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher
DEPAM	Departamento de Patrimônio e Material
DPHAN	Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
FEE	Federação de Economia e Estatística
FMSL	Fórum de Mulheres
IAB/RS	Instituto dos Arquitetos do Brasil / Departamento do Rio Grande do Sul
IBA	Inventário de Bens Arquitetônicos
ICOMOS	<i>International Council on Monuments and Sites</i>
INCEU	Inventário de Configuração de Espaços Urbanos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
INBMI	Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados
INBI-SU	Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados
INCA	Inventário Nacional de Coleções Arqueológicas
INDL	Inventário da Diversidade Linguística
INMA	Inventário Nacional de Material de Artilharia

INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPAC	Inventário de Proteção do Acervo Cultural
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado
IPHAN	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LGBT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
M01	Módulo 01
M02	Módulo 02
M03	Módulo 03
MEC	Ministério da Educação
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PCH	Programa das Cidades Históricas
PNPI	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
SECULT	Secretaria de Cultura de São Leopoldo
SEPOM	Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres
SICG/IPHAN	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão / Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SGPA	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico
SNPC	Sistema Nacional de Patrimônio Cultural
Unisinos	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
VS	Jornal Vale dos Sinos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	24
1.1	PROBLEMÁTICA, JUSTIFICATIVA E HIPÓTESE: O PATRIMÔNIO, AS MULHERES E O DIREITO À CIDADE	30
1.2	OBJETIVOS	37
1.3	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO E METODOLOGIA	37
2	PATRIMÔNIO EM SÃO LEOPOLDO: HISTÓRIA E VALORES ESTABELECIDOS	41
2.1	DELINÉANDO O OBJETO DE ESTUDO: AS ORIGENS DA MODERNIDADE E O PATRIMÔNIO EM SÃO LEOPOLDO	41
2.2	INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO CULTURAL DE SÃO LEOPOLDO	64
2.2.1	Contextualizando Inventários	67
2.2.2	Inventário Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG)	70
2.2.3	Inventário de Bens Imóveis de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de São Leopoldo	75
3	PATRIMÔNIO E INVENTÁRIO: POSSIBILIDADES PARA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	93
3.1	CONCEITOS E TRAJETÓRIAS: PATRIMÔNIO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL.....	93
3.2	INVENTÁRIO PARTICIPATIVO	111
3.3	INVENTÁRIO PARTICIPATIVO: EXPERIÊNCIAS	116
3.3.1	Inventário Minhocão.....	116
3.3.2	Inventário Participativo Engenhos de Farinha do Litoral Catarinense.	125
3.3.3	Inventário Participativo de Fazenda Souza (RS)	127
4	MULHERES NA CIDADE: REFLEXÕES SOBRE HISTÓRIA E PATRIMÔNIO	132
4.1	MULHERES NA CIDADE: HISTÓRIAS E MOVIMENTOS	132
4.2	MULHERES A PARTIR DO PATRIMÔNIO: AGENTES SOCIAIS E DETENTORAS DOS SABERES.....	143
4.3	MULHERES EM SÃO LEOPOLDO: PROTAGONISMO SOCIAL	147
4.3.1	COMDIM: participação e representatividade	157
5	ENTREVISTAS COM MULHERES: AFIRMAÇÕES, AMPLIAÇÕES, QUESTIONAMENTOS E RESSIGNIFICAÇÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LEOPOLDO	166

5.1	EXPERIÊNCIA COM AS MULHERES DO COMDIM: ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	168
5.1.1	Primeiras aproximações: contato, reunião e oficina	168
5.1.2	Entrevistas: metodologia	171
5.1.3	Primeira etapa: conhecendo as mulheres do COMDIM	173
5.1.3.1	<i>Memórias do Espaço</i>	181
5.1.5	Segunda Etapa: as mulheres no cotidiano, trabalho, atuação social e política	190
5.1.6	Terceira Etapa: relações com o patrimônio	204
5.2	DESAFIOS, COMPREENSÕES E RESULTADOS PARCIAIS.....	251
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	262
	REFERÊNCIAS.....	267
	APENDICE A – LISTA DO PROJETO REVITA (DOCUMENTO REVITA).....	280
	APENDICE B – OFICINA PATRIMÔNIO: NARRATIVA DAS MULHERES	285
	APENDICE C – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	291
	ANEXO A – FICHAS DE AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS ELABORADO PELA DIRETORIA DO PATRIMÔNIO.....	292
	ANEXO B – FICHAS MODELO INVENTÁRIO PARTICIPATIVO	293
	ANEXO C – FICHAS MODELO INVENTÁRIO SICG	294

APRESENTAÇÃO

As motivações desta pesquisa partem de minha trajetória acadêmica, que trouxeram inquietações com a temática do patrimônio. Nas aulas da graduação em Arquitetura e Urbanismo, surgiu o primeiro interesse sobre a temática. Como incentivo, ainda na graduação, participei da monitoria em História Brasileira I, quando me aproximei das discussões sobre patrimônio, edificações históricas, estilos arquitetônicos e linhas de preservação. Nessa mesma monitoria, percebi que as edificações, por mais que fossem relevantes técnica e historicamente na cidade, na maioria das vezes, eram destruídas sem questionamento técnico e menos ainda pela sociedade civil.

Em 2014, com a realização de um Intercâmbio Acadêmico com a Universidade de Coimbra, tomei conhecimento de uma outra perspectiva sobre os patrimônios, percebendo serem mais preservados e valorizados nesse contexto, o que instigou mais a curiosidade sobre a preservação patrimonial no Brasil. Nesse mesmo intercâmbio, estudei e apropriei-me da discussão das cidades colaborativas, vivacidades e cidades para as pessoas por intermédio de autores como Jane Jacobs e Richard Rogers. Como resultado dessas primeiras inquietações, realizei meu Trabalho de Conclusão de Curso em uma área do 4.º Distrito, em Porto Alegre, zona histórica industrial, trabalhando a requalificação de um terreno com duas edificações históricas em interface colaborativa.

Cada vez mais, as dúvidas e curiosidades sobre o tema do patrimônio e do urbanismo colaborativo cruzavam-se e intensificavam-se na minha vida. Em 2016, iniciei a Especialização em Gestão Estratégica do Território Urbano, em que compreendi as perspectivas legais de preservação do patrimônio, as escalas de preservação e, principalmente, aprofundei meus estudos na relação entre urbanismo e participação social.

Nesse período, eu residia em São Leopoldo, presenciava na prática a desvalorização do patrimônio local, e questionava-me: por que preservar? Para quem preservar? Por que as pessoas não preservam? Falta investimento? Tem lei, mas a população não sabe? Qual a escala de preservação? Em meio a essas e tantas outras dúvidas, vinculei-me ao Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB/RS), passei a participar das discussões regionais, e ingressei no Conselho do Patrimônio Histórico-Cultural de São Leopoldo (COMPAC) – principal esfera de discussão do patrimônio na cidade.

Com a participação no COMPAC, entendi a preocupação com a preservação das edificações históricas da cidade. No entanto, vi que as discussões envolviam agentes da sociedade civil, considerando que o Conselho é composto por agentes da gestão municipal e de instituições da sociedade civil, mas ainda limitado a um público muito específico.

No anseio de realizar mais pelo patrimônio e principalmente contribuir para a discussão de uma cidade mais justa e igualitária em São Leopoldo, em 2017, com outros(as) colegas arquitetos(as) e urbanistas, engenheiros(as), administradores(as) e fotógrafos(as), criei o Interventura Urbanismo Colaborativo. O Interventura surgiu como um movimento apartidário que promovia a discussão de melhorias para a cidade de São Leopoldo por meio de atividades lúdicas nas temáticas de patrimônio, cidade para pessoas e meio ambiente. Buscava ser uma porta-voz de uma cidade colaborativa por meio da participação social.

Nos anos de 2017 a 2020, enquanto participei do Interventura, realizei diversas atividades na área do patrimônio com o intuito de entender a percepção do residente para com os imóveis da cidade, incentivar a preservação e principalmente, fomentar o sentimento de pertencimento. Dentre as atividades realizadas, foram desenvolvidos saraus no Museu do Rio, caminhadas em parceria com o curso de Arquitetura e Urbanismo da UNISINOS, cartilha para colorir, debates, participação em audiências do plano diretor, conselhos e outros movimentos existentes na cidade, como, o Comitê Bicentenário. No decorrer desses anos, mantive-me no COMPAC, acompanhando e participando das discussões.

Em 2019, ingressei no mestrado junto ao Programa de Pós-graduação da UDESC, com uma proposta de pesquisa que objetivava compreender a falta de pertencimento da população leopoldense com o patrimônio, instigando meios de incentivos para a preservação. Com o aprofundamento da pesquisa, percebi que a participação social era relevante na constituição da cidade, em especial, na área do patrimônio, com manifestações e grupos. Também se evidenciou uma participação intensa de mobilizações sociais de grupos de mulheres em São Leopoldo.

Junto com a discussão da participação social que vinha realizando no COMPAC, Interventura e projeto da dissertação do mestrado, deparei-me com a participação feminina no contexto histórico da cidade, porém quase que totalmente invisibilizada. Nesse percurso, também comecei a discutir a equidade de gênero via Interventura, a apropriação e a exclusão da mulher na urbe e, em 2021, passei a

participar das discussões sobre o papel da mulher na profissão de arquiteta e urbanista, como conselheira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/RS). Por fim, também integrei no ano de 2021 a Comissão de Patrimônio Cultural (CPC) do CAU/RS.

Minha trajetória profissional e acadêmica reforçou as indagações sobre a perspectiva do patrimônio, mas em especial, sobre as narrativas históricas que por processos de patrimonialização eram valorizadas ou invisibilizadas. Quem são os protagonistas dessas histórias e quais patrimônios são representativos para uma cidade? Nessa relação, em São Leopoldo, percebi um grande descompasso. Este trabalho consolida-se, portanto, no anseio de encontrar percursos possíveis para a preservação do patrimônio, considerando a democratização e reconhecendo as diferenças, para que seja representativo para todos(as). Espero que ele possa não só contribuir com a discussão de conceitos sobre patrimônio, mas também com a possibilidade da visibilidade da participação feminina na história. Que as mulheres tenham sua identidade representada nas narrativas históricas como protagonistas.

INTRODUÇÃO



INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

Rio de Janeiro, 2 de setembro de 2018. O Museu Nacional da Quinta da Boa Vista foi tomado por um incêndio que destruiu parte de um acervo histórico e científico de mais de 200 anos. Era um bem tombado em nível Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

São Leopoldo, 5 de março de 2019. Em uma manhã de terça-feira de carnaval, a Casa da Feitoria, também conhecida como Casa do Imigrante, reconhecida como patrimônio material pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), desmoronou parcialmente.

Paris, 15 de abril de 2019. No final da tarde pelo horário europeu, iniciou um incêndio na Catedral de *Notre-Dame*, causando danos consideráveis ao bem patrimonial mundial.

Outubro de 2019: “o Chile acordou”. Manifestantes fixam bandeira Mapuche no topo da estátua do General Baquedano¹, em manifestação por reformas sociais no país.

Junho de 2020 retratou a derrubada e a vandalização de diversos monumentos vinculados a personagens associados à escravidão, ao colonialismo e ao racismo no mundo. Na Inglaterra, a estátua de Edward Colston² foi arrancada do seu pedestal. Em Lisboa, a estátua de Padre António Vieira amanheceu vandalizada. Em Boston, Cristóvão Colombo foi decapitado.

Cidade do México, 8 de março de 2021. Dias antes da marcha mundial das mulheres ser realizada na capital mexicana, o governo local cercou os principais patrimônios e monumentos históricos para protegê-los de uma suposta depredação. Como resposta, as manifestantes criaram um memorial às vítimas de feminicídio no Palácio Nacional, registrando cerca de mil e duzentos nomes de mulheres e lembrando que, naquele país, 11 feminicídios são registrados diariamente.

¹ Manuel Baquedano González foi um militar chileno, comandante chefe do exército durante a Guerra do Pacífico. Formou parte das expedições contra os indígenas do sul, alcançando a patente de general de brigada em 1876.

² Edward Colston foi um comerciante inglês, filantropo e membro do Parlamento Britânico. Apoiou e doou escolas, esmolarias, hospitais e igrejas, principalmente em sua cidade natal, Bristol. Parte substancial de sua riqueza foi adquirida por meio do comércio e da exploração de escravos. Nas últimas décadas, com o crescente reconhecimento do seu papel no comércio de escravos, tem havido críticas crescentes às homenagens e aos monumentos que o retratam.

Figura 1 – Memorial às vítimas de feminicídio



Fonte: ARELLANO, 2021.

Essa breve lista de acontecimentos dos últimos três anos revela que o patrimônio e os monumentos (em sua versão histórica ou comemorativa, no formato de espaços públicos, edificações ou estátuas) estão no centro dos debates contemporâneos sobre a história, a memória e o esquecimento. Ao passo que reconhecemos o patrimônio como a afirmação de um discurso histórico hegemônico, surgem ideias para a expansão de seus horizontes. Buscamos outras narrativas até então invisibilizadas ou marginalizadas, mas também contestamos sua representatividade – contestação, que, em versão mais radical, pode conduzir a sua destruição.

A presente pesquisa é inserida no centro dessa contradição entre o reconhecimento da importância do patrimônio e sua preservação e o questionamento sobre sua representatividade. Ao mesmo tempo que questionamos por que estamos perdendo tantos patrimônios nas cidades, também problematizamos por que tantos outros não estão nas listas de preservação, Inventários e tombamentos. De fato,

esses dois âmbitos, apesar de contraditórios, estão relacionados, pois acreditamos que a questão da representatividade auxilia na compreensão sobre as perdas em relação ao patrimônio (abandono, destruição, vandalismo). A problematização sobre o que preservar, por que e de que maneira será abordada a partir do estudo de caso da cidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. A cidade possui cinco bens tombados em nível estadual (Casa da Feitoria ou Casa do Imigrante, Ponte 25 de Julho, Estação Ferroviária, Castelinho e Escola de Teologia) e, no ano de 2016, a Prefeitura Municipal elaborou o Inventário do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. Buscamos apreender os nexos dos processos de atribuição de valor a certos artefatos históricos, com base na conceituação de Gonçalves (2016, p. 11-12), desenvolvida a partir da realidade catarinense.

Se os valores não são intrínsecos às coisas, mas, antes, atribuídos a elas, há que compreender os processos de atribuição de valor àquilo que figura o patrimônio cultural. Os valores dessas figuras estão associados aos significados que podem apresentar nas vidas das pessoas: o quanto contribuem para seu conhecimento, mobilizam seus afetos, sensibilizam sua percepção, atendem a demandas identitárias, servem a intenções de distinção ou até mesmo o quanto são de interesse para a consecução de determinados projetos políticos. À diferença de outros elementos aos quais se costuma atribuir valor, nas figuras do patrimônio cultural o valor primário (valor primeiro, basilar, preso às razões de sua existência), embora não ausente, é suplantado por valores secundários, adquiridos em sua trajetória de recepção e apropriação social. Secundários em relação ao programa inicial que determinou a produção das figuras (quer na condição de artefatos, quer na de práticas), tais valores são decisivos nos processos de patrimonialização: aqueles que permitem considerar cada figura do patrimônio cultural como semióforo – como algo que importa, sobretudo, pelo que significa, pelo que apresenta ou porta (phoros) como signo (semeion). Compreender o patrimônio cultural supõe identificar os valores secundários atribuídos às suas figuras e investigar os motores e agentes envolvidos nessa atribuição.

Patrimônio, originalmente “herança do pai” no direito antigo romano, era entendido como bens com algum valor econômico, que poderiam ser privados e passados de geração em geração. De lá para cá, o uso desse termo sofreu ampliação e deslocamento, podendo ser utilizado em expressões como “patrimônio arquitetônico”, “patrimônio cultural”, “patrimônio histórico e artístico”, entre outros.

A palavra patrimônio tornou-se polissêmica, entretanto, independentemente dos diversos significados, uma constante mantém-se: a de representação de um poder político, fortemente ligado ao Estado. Sendo a esfera do Estado, historicamente,

hegemonicamente ocupada por homens, o patrimônio acaba representando preponderantemente o universo masculino.

Na modernidade, conforme Choay (2017), foi a partir da Revolução Francesa que a ideia de patrimônio foi consolidada politicamente e vinculada à identidade nacional, composta pela concepção dos bens que constituem o patrimônio cultural de uma civilização. Foi nesse momento revolucionário (de destruição e reconstrução) que foi criada uma sensibilidade em proteger e impedir os esquecimentos dessas memórias que simbolizam o passado. Segundo Meira (2004, p. 2), foi implantada uma estrutura de preservação estatal centralizada que caracterizou a gestão do patrimônio na França, e inspirou muitos países, inclusive o Brasil.³

O conceito de patrimônio vem sendo construído ao longo dos anos, acompanhando as transformações sociais, políticas e econômicas. Após o turbulento período do século XIX, com a consolidação, no mundo ocidental, da maioria dos Estados nacionais modernos em seu formato republicano e, ao mesmo tempo, com o avanço dos processos de industrialização e urbanização na transição do século XIX para o século XX e as transformações socioespaciais decorrentes, os debates sobre a preservação do patrimônio edificado foram iniciados em nível internacional, com a Primeira Conferência Internacional sobre os Monumentos Históricos realizada em Atenas, em 1931.

No contexto brasileiro, em 1937, pelo Decreto-Lei n.º 25, foi implementado o primeiro instrumento legal de preservação do patrimônio cultural material – o tombamento. Desse momento até a década de 1960, foram eleitos e valorizados imóveis, sítios e objetos por suas qualidades arquitetônicas e artísticas e pela vinculação a fatos "memoráveis" da história. A partir de meados dos anos 1960, passaram a ser adotadas novas concepções de patrimônio, que foram paulatinamente desenvolvidas, e resultaram na atual concepção de patrimônio cultural brasileiro, presente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e definida como o conjunto dos "bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira".

³ O marco da Revolução Francesa traz elementos importantes para o debate pretendido nesta investigação: a ideia do patrimônio como afirmação de um poder político (neste caso, um poder novo, revolucionário); a vinculação do patrimônio ao poder estatal; e a emergência de uma imagem feminina como símbolo da revolução, apesar de todos os emblemas revolucionários conduzirem para figuras masculinas: Marianne.

Atualmente, a preservação cultural transcende o tombamento, com instrumentos como incentivos fiscais, normas urbanísticas, Inventários etc. Dentre esses, o Inventário é um dos mais utilizados, mostrando-se como uma opção para a proteção do patrimônio cultural sem nos valermos do instrumento de tombamento. O Inventário não possui uma lei regulamentadora infraconstitucional como ocorre com outros dispositivos. Dessa forma, cabe ao município ou estado suprir tal lacuna, exercendo seus respectivos poderes de legislar.

Segundo Silva (2017), o tombamento mostrou-se um instrumento eficiente para bens excepcionais isolados, no entanto, para conjuntos urbanos é incapaz de preservar a dinâmica social no decorrer dos anos. Castriota (2009, p. 88) argumenta que, ao aplicar as leis do patrimônio sobre as cidades, devemos considerar o processo de transformação que acompanha sua história:

No que se refere à preservação do meio urbano, temos, então um duplo condicionamento: por um lado, sendo este um organismo vivo, não há que se impedir o processo de renovação, intrínseco a ele, e que acompanha o próprio desenvolvimento da vida humana. Por outro lado, no entanto, cabe à sociedade e ao Governo orientar essa renovação e transformação, para que a paisagem urbana evolua de maneira equilibrada e não predominem apenas os interesses econômicos imediatos de um determinado seguimento.

Assim, é importante perceber que preservar o patrimônio ambiental urbano é muito mais que tombar determinadas edificações. É, antes, preservar o equilíbrio da paisagem, pensando na infraestrutura, na edificação, no entorno, nas pessoas, nos usos, na história, na cultura. É pensar no contexto geral.

Um dos principais impasses no momento da criação da lei para valorização dos bens inventariados é conseguir conciliar todos ou a maioria dos interesses sem transformar a cidade em um museu a céu aberto, trazendo valorização do patrimônio, qualidade de vida à população e, principalmente, engajamento dos habitantes. Segundo Fonseca (2005), considerar a política pública de preservação não é somente levar em conta as questões históricas, mas, sim, a diversidade cultural e a participação da população na produção e gestão dessas edificações, criando uma condição de apropriação do local.

Segundo Motta e Rezende (2016, p. 4):

Ao observarmos a trajetória dos diversos Inventários realizados, será possível perceber criticamente que eles nem sempre corresponderam ao

entendimento de sua função como estratégias para atribuição de valor, as quais exigiriam a explicitação dos objetivos e concepções de patrimônio cultural adotados para orientar os procedimentos, incluindo a delimitação dos períodos, territórios, os tipos de bens, grupos sociais e sujeitos que participam da inventariação.

Nesse caminho, referindo-se ao planejamento urbano, Santoro (2008) diz que o reconhecimento da diversidade é peça-chave no processo de pensar o plano sob a perspectiva de gênero, chegando a sujeitos heterogêneos nas pesquisas, considerando as esferas pública e privada, doméstica e social, buscando entender as várias realidades ao invés de homogeneizá-las. Ao tornar o sujeito heterogêneo resgatamos o papel do plano como expressão do interesse popular. O sujeito heterogêneo na presente pesquisa são as *mulheres de São Leopoldo*.

Lançamos, pois, a seguinte pergunta como propulsora da investigação: "A inserção participativa de narrativas femininas pode ampliar as perspectivas de atribuição de valor ao patrimônio cultural de São Leopoldo, tornando-o mais democrático, diverso e representativo?"

Nosso objetivo central é reconhecer o patrimônio material e imaterial da cidade de São Leopoldo por meio de uma proposta de Inventário Participativo com base na percepção das mulheres com o propósito de reconhecer a possibilidade e os efeitos da inserção da representatividade de outras narrativas nos processos de patrimonialização. Destacamos que esse enfoque se insere nas discussões sobre gênero, cidade e patrimônio e vai ao encontro dos debates sobre participação e representatividade das mulheres nos processos políticos, tal qual define Sacchet (2012, p. 408):

A inclusão de grupos sociais marginalizados no processo de tomada de decisão política seria um meio de intensificar a democracia, na medida em que a manifestação de diferentes perspectivas contribuiria para: a) evidenciar a particularidade das perspectivas dominantes; b) trazer novos conhecimentos para a discussão e a deliberação política; c) apresentar diferentes visões sobre as causas do problema e os possíveis impactos; e d) apresentar diferentes apreciações sobre as relações entre grupos e processos históricos.

1.1 PROBLEMÁTICA, JUSTIFICATIVA E HIPÓTESE: O PATRIMÔNIO, AS MULHERES E O DIREITO À CIDADE

Assim como a Casa da Feitoria, que, em março de 2019, ruiu parcialmente, diversos outros edifícios e monumentos vem-se deteriorando com o passar dos tempos na cidade de São Leopoldo. O Estado e a sociedade civil, em geral, vêm negligenciando o patrimônio das mais diversas formas, por exemplo, pedindo demolição, destruindo sem autorização, escondendo atrás de placas de publicidade, argumentando que o patrimônio é um atraso para a sociedade, entre outras práticas. Outro ponto crítico, é a especulação imobiliária das construtoras da região que anseiam por verticalizar o centro da cidade, onde está a grande maioria dos edifícios do Inventário realizado em 2016.

Mas também há momentos de reconhecimento e articulação. Os tombamentos da Ponte 25 de Julho, do Castelinho e da Estação foram motivados por manifestações contra sua destruição, com forte participação de estudantes de história e arquitetura. Além disso, foi como reação a essas diversas perdas materiais que o Inventário Municipal de Bens de Interesse Cultural da cidade de São Leopoldo foi elaborado entre 2013 e 2016. De acordo com Silva (2017, p. 25):

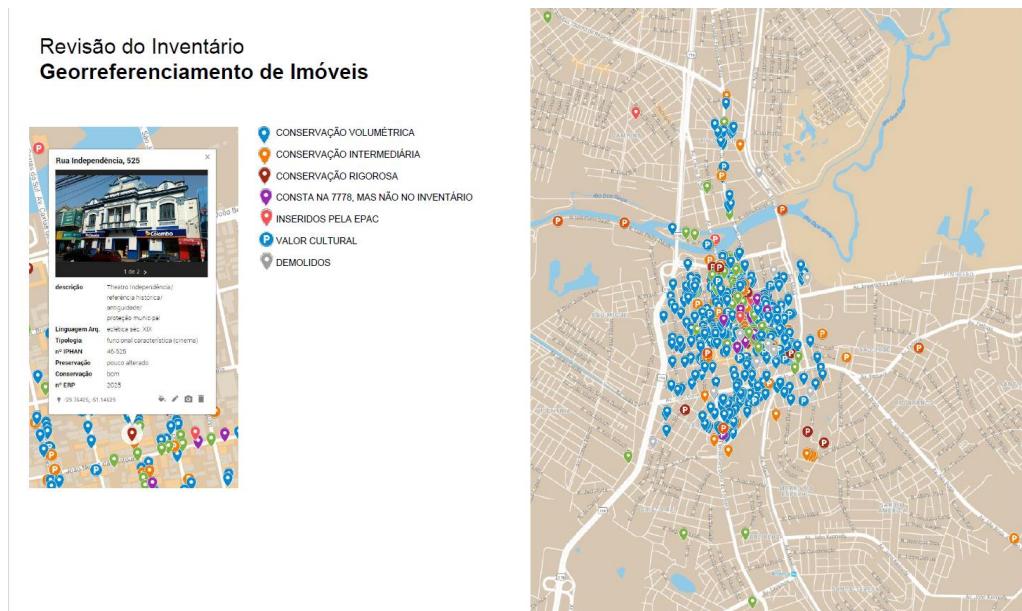
Após uma movimentação comunitária, em 2010, que impediu a construção da nova sede da prefeitura de São Leopoldo, inserida no Centro Histórico, com elementos alusivos à técnica construtiva enxaimel, o IPHAE, o Ministério Público Estadual e a prefeitura de São Leopoldo firmaram um Termo de Ajuste de Conduta – TAC para elaboração de um Inventário Municipal de Bens de Interesse Cultural. A arquiteta Simone Neutzling, que realizou um estudo semelhante na cidade Jaguarão/RS, foi contratada para realizar o estudo em 2013.

A equipe multidisciplinar coordenada pela Arquiteta Simone Neutzling, entregou no final de 2016, o Inventário com a lista de imóveis públicos e privados referentes aos diferentes períodos da evolução urbana e arquitetônica da cidade, desenvolvido com a utilização da metodologia Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão, elaborada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SICG/IPHAN), o qual constituía uma lista com 492 imóveis, monumentos e praças de caráter histórico, artístico e cultural e com interesse de preservação. Nas circunstâncias em que o Inventário foi recebido, os Conselheiros do Conselho Municipal de Patrimônio Artístico e Cultural de São Leopoldo (COMPAC) e os técnicos

da Prefeitura Municipal de São Leopoldo (PMSL) constataram que, enquanto o Inventário era elaborado, um número considerável das edificações havia sido demolido ou descaracterizado por reformas ilegais sem aprovação da Secretaria competente.

De acordo com a Secretaria de Cultura e Relações Internacionais de São Leopoldo (RS) (SECULT) foram reavaliadas as fichas do Inventário, filtrando de forma técnica as edificações que compunham a lista do Inventário fornecida pela equipe técnica (usando os parâmetros arquitetônicos, históricos, fotográficos e urbanos). Foi criada uma lista com 265 edificações e sete monumentos ou praças, classificados em três esferas de proteção: rigorosa, intermediária e leve/flexível (Figura 2). A SECULT alega que muitas das edificações estavam descaracterizadas, demolidas ou não tinham interesse de preservação, porém havia algumas edificações sobre as quais havia interesse de preservação que não estavam na listagem e foram incluídas. Dessa maneira, constitui-se um mapa com as edificações que ficariam na proteção vigente com uma ficha dos dados básicos para consulta (Figura 3).

Figura 2 - Mapas dos imóveis elaborado pela Diretoria do Patrimônio

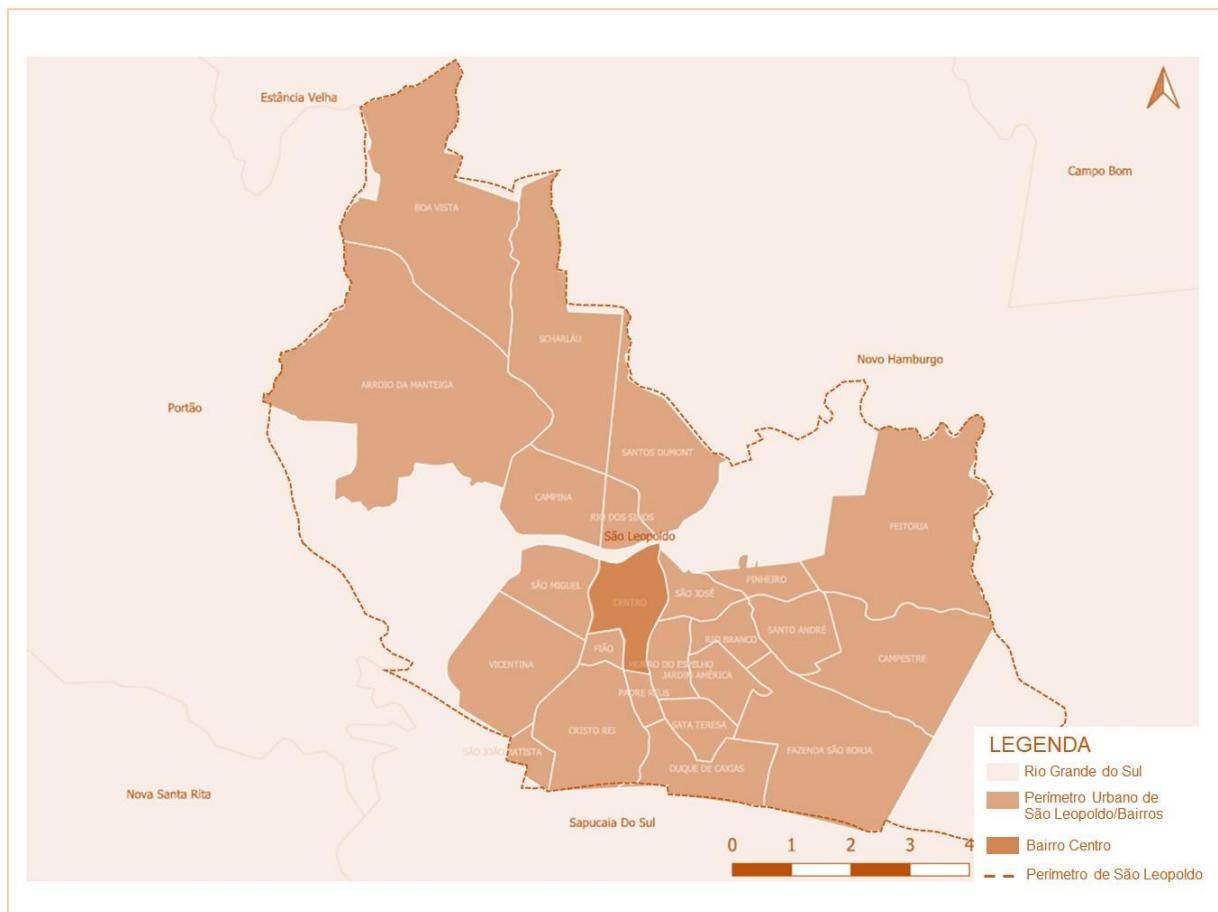


Fonte: Diretoria do Patrimônio.

A maioria das edificações encontra-se na Área Especial de Interesse Cultural, deliberada no Plano Diretor (Lei n.º 9.041, de 12 de agosto de 2019), que consiste na área central da cidade, desconsiderando áreas periféricas e rurais e com um

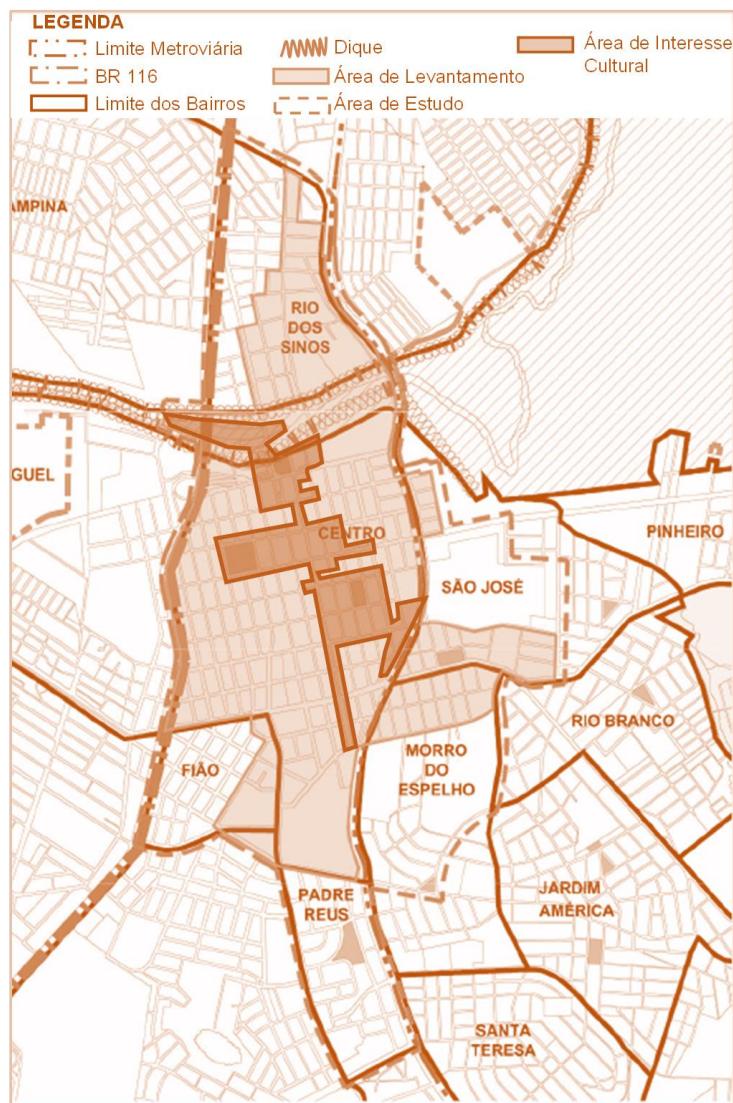
patrimônio histórico relevante para o contexto local, como podemos observar nos mapas abaixo.

Figura 3 - Extensão territorial de São Leopoldo com os bairros – Área Urbana



Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

Figura 4 – Mapa de área de estudo do Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo/RS com a Área de Interesse Cultural



Fonte: Adaptado pela Autora (2021).

A metodologia SICG/IPHAN determina que as informações sejam inventariadas em três módulos: Conhecimento, Análise e Gestão e Cadastro. Essa metodologia sugere que as fichas sejam elaboradas com base em pesquisa bibliográfica, documental e eventualmente em entrevistas com historiadores da cidade, não prevê consulta pública ou audiência com interferência da comunidade em geral. Acrescenta-se que a autora da presente dissertação representa o Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento Rio Grande do Sul (IAB/RS) como conselheira no Conselho do Patrimônio Histórico de São Leopoldo (COMPAC), e, no decorrer das reuniões, assim como, analisando a metodologia usada para confecção do Inventário – SICG/IPHAN, foi constatado que, para a construção da contextualização histórica do local e da

listagem das edificações que integraram o Inventário, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, não acontecendo entrevistas, questionários, audiência ou qualquer outra intervenção junto à população, ou seja, não houve participação social.

Tendo em vista que o Inventário reproduz uma visão de patrimônio tradicional relacionada aos poderes hegemônicos, e à luz dos debates sobre participação e o Direito à Cidade, esta pesquisa questiona sua representatividade, e busca compreender o patrimônio cultural da Cidade de São Leopoldo de forma mais ampla e democrática, que não envolve somente a área central conforme estipulado no Plano Diretor atual nem se resume ao patrimônio material, mas também o patrimônio rural, periférico, imaterial.

Para que esse reconhecimento seja possível, foi realizado um exercício embasado na metodologia do Inventário Participativo do IPHAN, que consistiu em envolver a comunidade feminina por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) no processo, mediante oficinas e entrevistas semiestruturadas. Entende-se que existe uma tradição participativa na cidade em relação ao patrimônio, e a atuação das mulheres, que, mediante a prática do Inventário Participativo, com seu claro viés de educação patrimonial, poderia tensionar a visão estabelecida sobre o patrimônio cultural.

Percebemos que, mesmo em relação à narrativa histórica mais reconhecida em termos de valor patrimonial, aquela da "Colônia São Leopoldo", ou seja, da imigração alemã, as histórias das mulheres sofrem apagamentos. Segundo Grützmann (2008, p. 52), "O trabalho feminino teve um papel significativo desde o início do processo de imigração e colonização, mas suas modalidades assumiram, ao longo do século XIX e a primeira metade do século XX, distintas facetas no espaço rural e urbano.". Grützmann (2008) demonstra como, desde o princípio da colonização, as mulheres exerciam um papel muito além do universo doméstico, participando do mundo do trabalho e da vida pública e política. Mesmo assim, suas histórias não são reconhecidas pelo discurso patrimonial.

Desde os panos de parede produzidos nas rodas de bordado que atravessaram os séculos XIX e XX (Figura 5), até a atuação de Maria Emilia de Paula, a primeira prefeita do Rio Grande do Sul e a segunda prefeita no Brasil em 1959... a história contada pelo patrimônio não as reconhece. Mulheres que não foram homenageadas

com nomes de ruas, estátuas nem tiveram seus espaços de vivência e sociabilidade reconhecidos e valorizados.

Figura 5 - Wandschoner: “Amar e ser amado é a maior felicidade do mundo”



Fonte: Jornal VS (2020).

Dreher (2007, p. 22), disserta sobre a abordagem acerca das mulheres teuto-brasileiras evangélicas na narrativa histórica da cidade de São Leopoldo e traz mais uma faceta dessa invisibilização:

Suspeito, pois, que a invisibilidade de mulheres teuto-brasileiras evangélicas na história da imigração alemã, bem como os discursos imputados sobre elas, revela uma história que se pretendeu fazer delas: a de auxiliadoras, colaboradoras, “companheira [...] para que ele pudesse trabalhar”, “muito boa, honesta e econômica, [...] uma educadora severa”, “dona de casa habilidosa e ordeira”, “coração da família”, “a alma da casa, o espírito protetor de teu povo, o esteio de bons costumes”, “guardiãs não somente sobre as crianças pequenas e os bebês, mas também sobre as maiores”; cuja vigilância “provém de um coração orante” Suspeito do dito e do não dito: Esses atributos soam como elogio? Desqualificam? Traduzem uma imagem real ou uma verdade parcial? São estereótipos? Silenciam? Invisibilizam? Des-empoderam e/ou empoderam? Pretendem fortalecer a crença na superioridade de mulheres teuto-brasileiras em relação a mulheres de outras comunidades étnicas? Expressam a pluralidade das vivências? Revelam a atuação de mulheres teuto-brasileiras evangélicas nos espaços privado e público e no vai-e-vem entre ambos?

E tantas outras mulheres e etnias fazem parte do “não dito” da história de São Leopoldo. No decorrer do século XX, a cidade viu florescer o protagonismo das mulheres nos movimentos sociais na luta por direitos, inclusive o direito à cidade.

Esses movimentos sociais resultaram no Fórum de Mulheres, nos anos 1990, e posteriormente ao Conselho de Direito das Mulheres (COMDIM).

Tendo em vista que o COMDIM condensa esse histórico de lutas, optamos em trabalhar com suas integrantes como interlocutoras para a investigação. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com oito conselheiras acerca de suas visões sobre o patrimônio cultural de São Leopoldo, integrando, assim, as três temáticas motrizes da pesquisa: patrimônio, participação social e feminismo.

O direito à cidade é entendido como “mais que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reivindicar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos” (HARVEY, 2014, p. 28). Segundo Gouveia (2008), é necessário compreender como as mulheres têm participado das tomadas de decisão sobre o território urbano, as relações entre o espaço doméstico e o público, assim, possibilitando a participação dessas agentes sociais na construção de cidades mais justas e inclusivas. Além da participação das mulheres na esfera social, pública e política, sua atuação no universo cotidiano, mais próximo e íntimo vem sendo progressivamente reconhecido como patrimônio cultural imaterial. A transmissão de saberes, constantemente feita pelas mulheres seja pelas mãos, pela dança, pelo artesanato, seja pela oralidade, muito além de solidificar relações culturais complexas, ainda mais quando se trata do intangível, é capaz de construir história (IPHAN, 2015).

Assim, colocamos como hipótese para essa pesquisa que as perdas materiais do patrimônio na cidade de São Leopoldo são precedidas por uma perda de significado, tendo em vista que a noção de patrimônio não incorporou o movimento de transformação cultural contemporâneo e a necessidade do reconhecimento da representatividade de outras narrativas (de gênero, raça, e classe) nos processos de atribuição de valor, permanecendo atrelada ao discurso hegemônico que provém do poder econômico, político e religioso urbano, central e masculino. Para reconhecermos outros patrimônios, é preciso reconhecermos outras narrativas históricas (rurais, periféricas, femininas), a legitimidade de outros agentes na construção da cidade, inclusive em seu conteúdo imaterial, e outras percepções da cidade contemporânea, que se acredita ser possível mediante a prática do Inventário Participativo com mulheres. Ou seja, a partir das narrativas femininas sobre o patrimônio, não se almeja identificar um patrimônio das mulheres, mas um patrimônio mais diverso. É esse o potencial prismático que enxergamos nesses discursos.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é reconhecer o patrimônio material e imaterial da cidade de São Leopoldo mediante os relatos femininos com base na metodologia do Inventário Participativo.

Para atingir o objetivo central, a dissertação desenrola-se por meio de objetivos secundários, como:

- a. contextualizar o patrimônio e as suas interfaces – material e imaterial, no âmbito da participação social;
- b. compreender o que é Inventário na esfera brasileira, aprofundando o estudo nas metodologias dispostas pelo IPHAN, como, SICG e Inventário Participativo;
- c. avaliar a aplicação da metodologia SICG/IPHAN utilizada na construção do Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo (RS);
- d. investigar a metodologia do Inventário Participativo para aplicar posteriormente como estudo de caso em São Leopoldo (RS), por intermédio das mulheres integrantes do COMDIM;
- e. compreender as conexões teóricas entre gênero e cidade, arquitetura e patrimônio na modernidade ocidental;
- f. analisar a participação social das mulheres como agentes sociais e detentoras dos saberes em São Leopoldo (RS);
- g. compreender a apropriação dos bens patrimoniais de São Leopoldo por intermédio da percepção feminina;

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO E METODOLOGIA

A presente pesquisa tem enfoque teórico e experimental, contendo um potencial de transformação prático da realidade, tendo em vista que se insere nas experiências e vivências da autora como integrante do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural. A dissertação foi estruturada em quatro capítulo centrais, além da Introdução e das Considerações Finais.

O Capítulo 2, intitulado Patrimônio em São Leopoldo: História e Valores estabelecidos foi desenvolvido a partir revisão bibliográfica e análise documental. A primeira seção, traz a compreensão histórica do objeto de estudo, o patrimônio cultural de São Leopoldo. Na segunda seção, realizamos análise documental do Inventário atual da cidade de São Leopoldo por meio de suas fichas, seus históricos, seus mapas e suas imagens. Como método de análise desse arquivo documental, verificamos as diretrizes dispostas nos manuais do IPHAN para construção dos Inventários SICG.

O Capítulo 3, denominado Patrimônio: Possibilidades para a Participação Social é dividido em três partes. A primeira seção apresenta a revisão bibliográfica sobre a noção de patrimônio cultural sob a óptica da participação social. Na segunda seção, elaboramos uma revisão bibliográfica sobre o que é Inventário Participativo perante as legislações e definições do IPHAN, além de discutirmos suas metodologias. Na última parte desse capítulo, trazemos três exemplos de aplicação do Inventário Participativo – Inventário do Minhoca, Inventário Participativo Engenhos de Farinha do Litoral Catarinense e Inventário Participativo de Fazenda Souza (RS). Buscamos compreender mediante uma análise documental e bibliográfica a aplicação da metodologia do Inventário Participativo, suas adaptações e, principalmente, os resultados obtidos após a participação da comunidade.

O Capítulo 4, Perspectiva Feminina: Expandindo os Olhares sobre o Patrimônio, é segmentado em três subcapítulos. No primeiro, por meio de revisão bibliográfica, dissertamos sobre as relações entre gênero e poder nos âmbitos da cidade, da arquitetura e do patrimônio no Ocidente. Na segunda parte, expomos a participação feminina na cidade de São Leopoldo. A cidade conta com uma luta constante do público feminino por meio de movimentos, fóruns e conselhos, a qual é relatada a partir de um acervo documental reunido pela Biblioteca da Unisinos por meio de doação do Acervo do Fórum de Mulheres. Nessa seção, compreendemos como as mulheres são invisibilizada na história local. O terceiro subcapítulo discute também as interferências e as potencialidades oprimidas e reprimidas das mulheres como divulgadoras dos saberes e seus patrimônios, ou melhor, “*matrimônios*” – herança de mãe.

O Capítulo 5, nominado Entrevistas com Mulheres: Afirmações, Ampliações, Questionamentos e Ressignificações do Patrimônio Cultural de São Leopoldo, é dividido em dois subcapítulos. No primeiro, é apresentada a adaptação e a exploração da metodologia do Inventário Participativo como potencial heurístico para

compreensão dos relatos femininos. É explanada a aproximação com as Mulheres do COMDIM, a proposição do Inventário Participativo por meio de uma oficina de educação patrimonial e, por fim, as entrevistas. No segundo subcapítulo, expomos as análises das entrevistas e os resultados parciais obtidos na aplicação da metodologia do Inventário Participativo.



PATRIMÔNIO EM SÃO LEOPOLDO (RS)

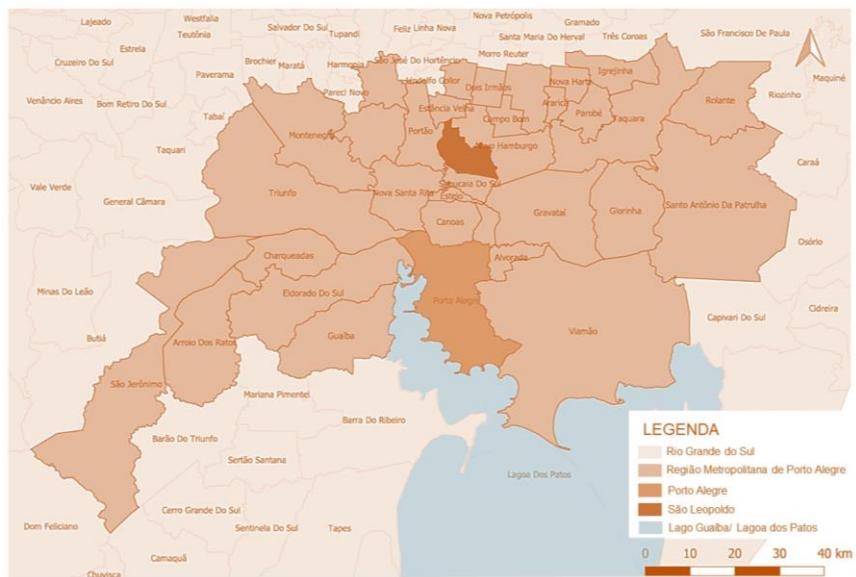
2 PATRIMÔNIO EM SÃO LEOPOLDO: HISTÓRIA E VALORES ESTABELECIDOS

Este capítulo comprehende uma análise da formação da cidade de São Leopoldo, buscando a compreensão do que se consolidou como patrimônio cultural. Também analisamos os patrimônios estabelecidos pela narrativa hegemônica por meio da análise do Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo. O Inventário traz como metodologia o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) desenvolvido pelo IPHAN, assim, buscamos entender as interfaces utilizadas e os resultados alcançados, que constituíram o que hoje é considerado patrimônio local.

2.1 DELINEANDO O OBJETO DE ESTUDO: AS ORIGENS DA MODERNIDADE E O PATRIMÔNIO EM SÃO LEOPOLDO

São Leopoldo é um município localizado no Estado do Rio Grande do Sul, na região metropolitana de Porto Alegre e faz divisa com as cidades de Novo Hamburgo, Portão, Estância Velha e Sapucaia do Sul – cidades que se emanciparam da antiga Vila de São Leopoldo. Fundada às margens do Rio dos Sinos, um dos principais rios da região, está inserida na região do Vale do Rio dos Sinos. Conforme o Censo de 2010, tem aproximadamente 214 mil habitantes, e, segundo a estimativa do IBGE para 2021, tem 240.378 habitantes.

Figura 6 – Localização regional de São Leopoldo (RS)



Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

A cidade carrega o título do Berço da Imigração Alemã no Brasil por ter abrigado os primeiros imigrantes alemães no país. Assim, está inserida no chamado Vale Germânico, iniciativa da Associação dos Municípios do Vale do Rios dos Sinos (AMVARS) para valorização da cultura e do turismo.

Há quem considere a vinda dos imigrantes alemães em 1824 como o início da história da cidade. No entanto, existem registros históricos comprovando que a região às margens do Rio do Sinos foi ocupada há seis mil anos por grupos indígenas de Tradição Umbu⁴. Por volta de mil e quinhentos anos atrás, chegaram à região os representantes da Tradição Tupi-Guarani. Esses conheciam a agricultura e cultivavam o aipim, o milho, o feijão, a erva-mate e fabricavam panelas de barro, construíam grandes casas de palha que utilizavam como moradia em aldeias. Conforme Weimer (1992) analisou na obra A Arquitetura, que trata das cidades e edificações do Rio Grande do Sul, esses indígenas tinham uma “cultura de morar” bastante sofisticada. Suas aldeias eram compostas por quatro grandes casas (malocas) ordenadas ortogonalmente entre si, criando uma grande praça, onde eram realizadas as cerimônias. Cada unidade habitacional era coletiva e abrigava todos os integrantes de

⁴ Tradição Umbu é a cultura material do primeiro grupo de povos indígenas possuidores de indústria lítica que habitaram a Região Sul do Brasil. Esses povos eram caçadores-coletores nômades que se alimentavam de animais, frutas e mel, e viviam em áreas abertas, construindo abrigos em topes de colinas, de onde poderiam controlar as redondezas, mas também procuravam áreas ribeirinhas e grutas naturais (OLIVEIRA, 2005).

um mesmo clã. Essa grande praça também era local de união social e organização político-administrativa.

Mais tarde, chegou à região o grupo Kaingang, também chamados “coroados” ou “bugres”, originários da tradição Taquara, vindos dos Campos de Cima da Serra. Sobreviviam da caça, da coleta de pinhões, cultivavam o milho e o porongo. Segundo Weimer (1992), esse grupo desenvolveu uma técnica de moradia curiosa comparado aos demais grupos indígenas do Brasil. As habitações eram construídas semissubterrâneas ou subterrâneas, normalmente circulares com diâmetros que variam de 1,5 a 22 m, com cobertura vegetal. As menores serviam de dormitórios e as maiores, para serviços ceremoniais.

Quando os indígenas entraram em contato com os conquistadores e colonizadores europeus, já tinham desenvolvido uma nova forma de morar, habitavam alojamentos com diversos tamanhos e configurações cobertos por vegetação. Weimer (1992) escreve que esses indígenas foram em grande parte dizimados por doenças trazidas pelos bandeirantes no início do século XVII. Atualmente, há um grupo de cento e vinte pessoas, que formam 27 famílias, residente na reserva indígena Aldeia Por Fi Gâ, no Bairro Feitoria. Segundo o Censo 2010 do IBGE, São Leopoldo abrigava 292 indígenas moradores da cidade.

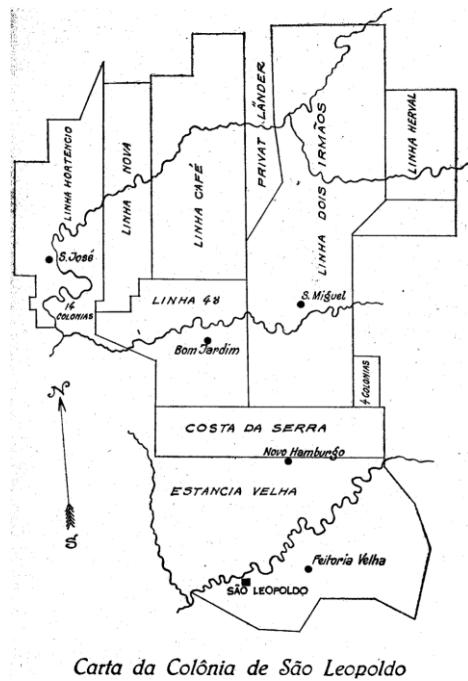
Existem registros de fazendas nos arredores do atual Bairro do Scharlau no município de São Leopoldo, habitadas por portugueses e negros escravizados, a partir do século XVIII. Em 1789, a Real Feitoria do Linho Cânhamo que estava instalada no Rincão de Canguçu, próximo a Pelotas, é transferida para a região do Faxinal do Courita, hoje conhecido como Bairro da Feitoria. A feitoria era um estabelecimento agrícola do governo português que produzia cordas navais, e tinha como principal mão-de-obra os negros escravizados. A Coroa Portuguesa aguardava resultados mais generosos dessa empresa luso-brasileira, contudo, como não atingiu os ganhos esperados, e, em 1822, o Governo Português encerrou suas atividades (WEIMER, 2004).

O Rio Grande do Sul era um dos maiores polos escravistas do Brasil desde 1780, para fomentar a produção econômica de charque. Na Real Feitoria do Linho Cânhamo em São Leopoldo há registro do trabalho de 321 pessoas escravizadas. Com a dissolução da Feitoria, algumas delas permaneceram na região para auxiliar na demarcação das terras que receberiam posteriormente os imigrantes alemães (DREHER, 2014).

Segundo Dreher (2014), a colonização europeia iniciada no século XIX foi uma resposta à necessidade de substituição de mão de obra escrava que decorreu não só das pressões internacionais pelo fim do tráfico de escravos e a abolição da escravatura, mas também, ao mesmo tempo, de uma estratégia de branqueamento da cultura brasileira em busca da formação de “uma nova sociedade”. Havia também o imperativo de impedir a iminente ocupação das terras pelos negros libertos, questão que motivou a formulação da Lei de Terras em 1850. No contexto do Rio Grande do Sul, sobreponha-se a necessidade de conter o avanço dos espanhóis, demarcando a territorialidade brasileira meridional.

Em 25 de julho de 1824, chegaram os primeiros 39 imigrantes alemães – 33 evangélicos e seis católicos, enviados por Dom Pedro I para povoamento do local. Os imigrantes foram direcionados para a Feitoria do Linho Câñhamo, onde aguardaram para receberem sua parte de terra para colonização. Nesse mesmo ano, a antiga Feitoria passa a ser a primeira Colônia Alemã de São Leopoldo.

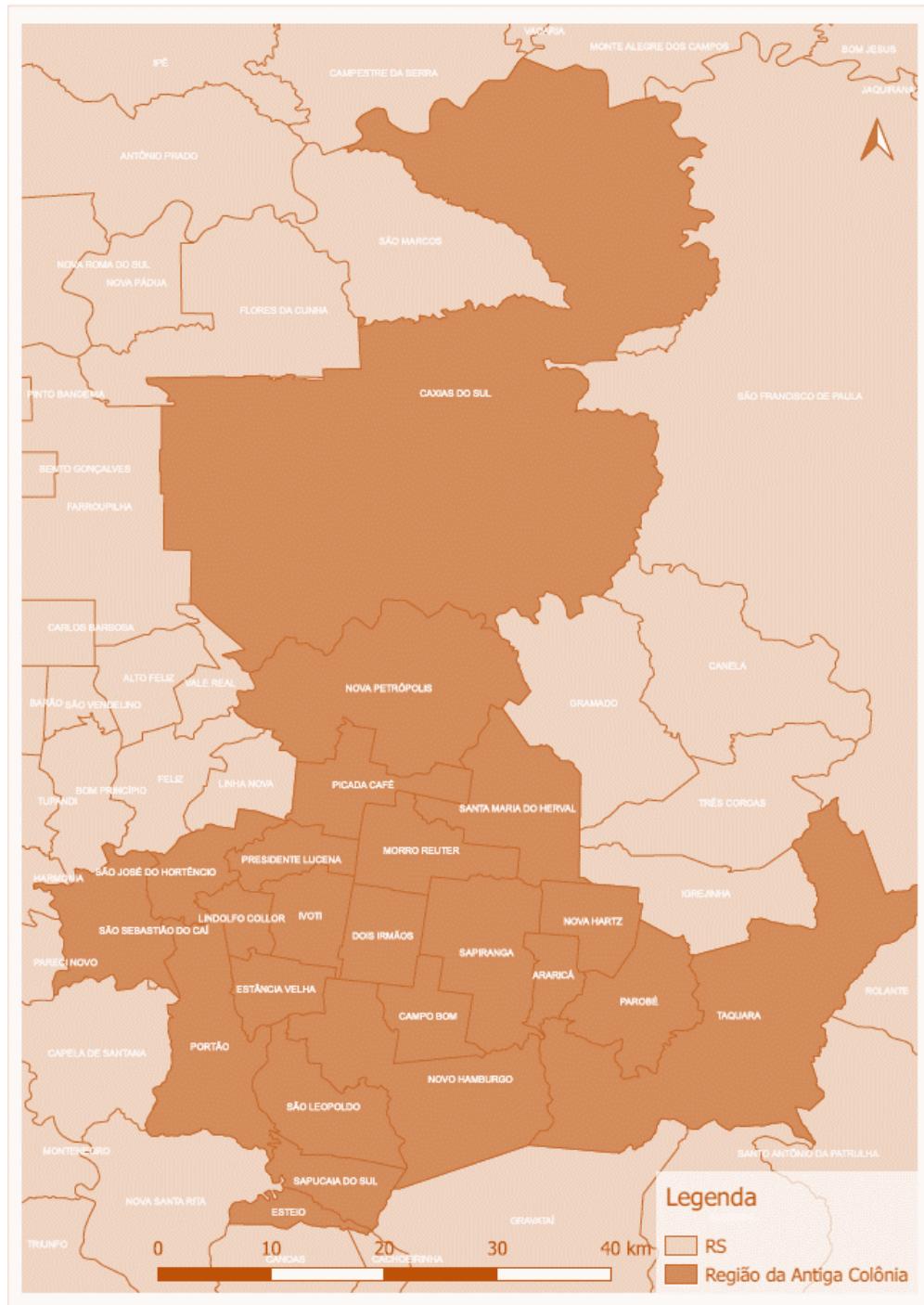
Figura 7 - Carta da Colônia de São Leopoldo



Fonte: Museu Visconde de São Leopoldo.

A colônia recebe esse nome em homenagem a Imperatriz Leopoldina que era devota de São Leopoldo. A área da colônia era formada por 1.000 km², incorporando, no sentido Sul-Norte, hoje, as cidades de Esteio até Caxias do Sul, e no sentido Leste-Oeste, de Taquara a São Sebastião do Caí.

Figura 8 - Mapa Atual dos Municípios



Fonte: Elaborado pela Autora.

Este momento é muito simbólico para o entendimento do discurso do patrimônio na cidade, pois, assim como houve a sobreposição de uma atividade e uma etnia no espaço de uma mesma edificação (a antiga Feitoria), há a preponderância do discurso histórico que exalta a imigração alemã como gênese da

história da cidade a partir da patrimonialização desse espaço. Essa contradição é presente no fato de essa edificação ser referida por vezes como Casa da Feitoria, e em outros momentos como Casa do Imigrante. Trata-se do bem patrimonial mais antigo da cidade, e o segundo a ser tombado em nível estadual, em 15 de março de 1982.

Figura 9 – Casa da Feitoria (2021)



Fonte: Acervo da Autora.

Os imigrantes foram sendo assentados nas novas picadas que iam sendo abertas e disponibilizadas pelo governo imperial. Essas terras destinadas para a colonização dos imigrantes eram “terras devolutas”, terras que não tinham donos, no entanto, eram habitadas pelos povos originários⁵. Conforme o objetivo de Dom Pedro I, a instalação dos primeiros imigrantes alemães na região assegurou a posse do território e, com o desenvolvimento de mão de obra familiar nas pequenas propriedades rurais que os alemães receberam, garantiram o abastecimento regional dos gêneros alimentícios. No desenvolvimento da pequena propriedade rural,

⁵ Ao imigrante não era avisado que as terras eram habitadas por indígenas, ainda assim, para o imigrante a expectativa era receber um espaço fechado, cercado, mesmo local este, onde os Kaingangs absorviam os recursos para sobrevivência do grupo. Independentemente disso, as duas etnias conseguiram estabelecer contatos e trocas. O imigrante fornecia materiais, como ferro e tecidos, e o indígena fornecia matéria prima ao imigrante. No entanto, era uma relação desigual. Dreher (2014) relata que houve muitos momentos tensos, em que os Kaingangs se apropriavam desses materiais que desconheciam antes da chegada dos imigrantes, sendo muitas vezes tachados como ferozes, selvagens e sanguinários.

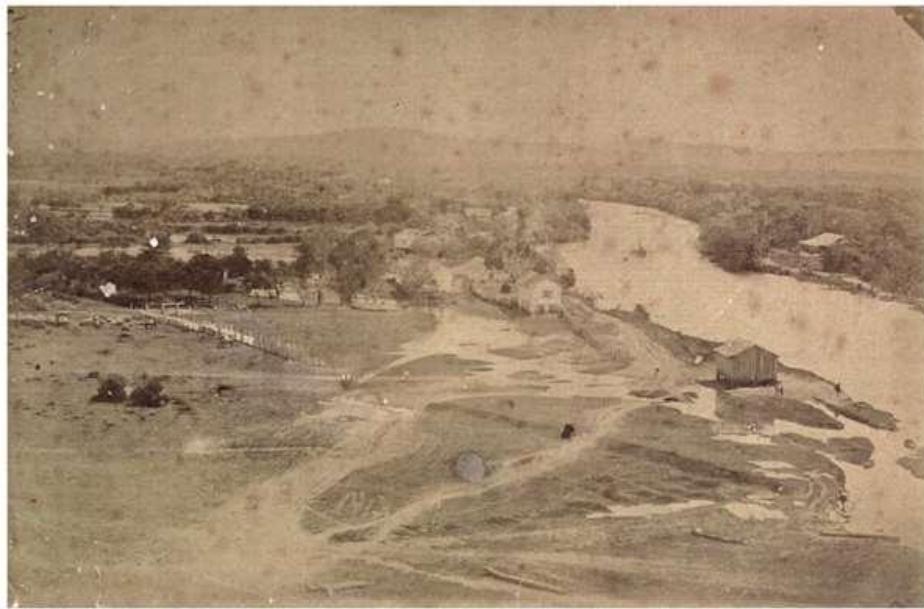
baseada na mão de obra familiar⁶, também estava a promessa da comercialização dos excedentes. Entre os anos de 1824 até 1875, a Colônia foi o único fornecedor de gêneros agrícolas da província (PESAVENTO, 2014).

A conexão da colônia com a capital, Porto Alegre, tornava a região próspera, incentivando novos fazeres, como a carpintaria, a tecelagem, a sapataria, a serralheria, a produção de curtume e atividades comerciais, que já eram desenvolvidas pelos imigrantes em seu local de origem, uma vez que muitos provinham de áreas urbanas. Em 1829, a Colônia Alemã de São Leopoldo já era conhecida por ter uma fábrica de azeite, uma de sabão e oitos curtumes. A produção era escoada pelo Rio dos Sinos, que foi o primeiro meio de comunicação e transporte dos produtos para a capital (DREHER, 1999).

A sede da Antiga Colônia Alemã de São Leopoldo consolidou-se junto ao “Passo do Rio dos Sinos”, local de travessia do rio que fazia parte do antigo caminho dos tropeiros que, partindo do Planalto Central, passava por São Francisco de Paula, e bifurcava-se em Mundo Novo, seguindo ou para Santo Antônio da Patrulha ou para Boa Saúde (perto do local onde depois se estabeleceria Novo Hamburgo). A instalação da cidade não havia sido planejada no Passo, considerando as condições ambientais desfavoráveis para a urbanização, com as cotas baixas características da planície de inundação do rio (STOCKER JR., 2019).

⁶ Levando se em conta que alguns escravos ficaram na região para demarcação das terras, logo que se instalaram, os imigrantes tiveram contato com o sistema escravista brasileiro. Ter escravo significava mão de obra para a lavoura e *status*. Todavia, isso era uma ameaça aos latifundiários que instigaram a Lei n.º 514, de 28 de outubro de 1848, estabelecendo no artigo 16 que as terras devolutas eram exclusivamente para colonização, não podendo abrigar mão de obra escrava. (KNORST, 2010). Com o desenvolvimento de atividades comerciais e manufatureiras na colônia, Tramontini (2000) destaca que a maioria dos escravos não eram utilizados na lavoura, mas no comércio e no artesanato, porém sempre havia a possibilidade de serem alugados para a agricultura. Ressalta que os imigrantes não tratavam os escravos de modo diferente dos senhores do engenho, a violência sempre esteve presente no tratamento dos negros.

Figura 10 - Primeiras ocupações às margens do Rios do Sinos – meados de 1870



Fonte: Cedido do acervo pessoal de Márcio Linck, historiador.

Em 29 de julho de 1830, a Câmara Municipal de Porto Alegre solicitou ao Vice-Presidente da Província que se elaborasse um mapa ou planta das povoações existentes, para que se pudesse providenciar melhoramentos de ruas, praças e edifícios. Entre 1830 e 1833, foi consolidado o Plano da Povoação, um traçado ortogonal com 185 quadras, contando com 29 ruas perpendiculares ao Rio dos Sinos e 14 paralelas (MOEHLECKE, 1976).

Figura 11 - Mapa Plano da Povoação de São Leopoldo (1833)



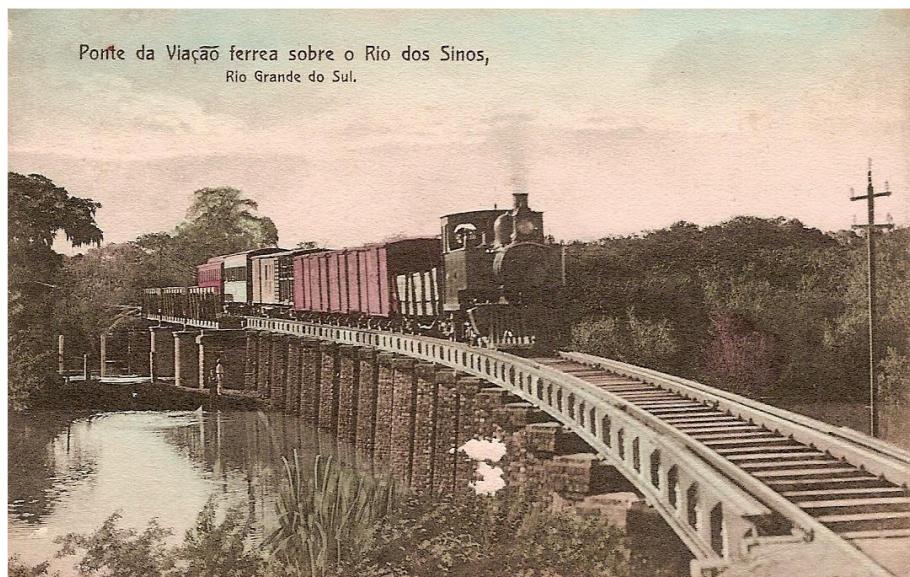
Fonte: Moehlecke (1976).

O processo de colonização foi interrompido no Rio Grande do Sul entre 1835 e 1845 em função da Revolução Farroupilha⁷.

No ano de 1846, a colônia passa a ser Vila de São Leopoldo. Com a elevação a Vila, o local recebe importantes construções e investimentos, como a construção da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição nas margens do Rio dos Sinos. Também nesse mesmo ano, foi implementado o Código de Posturas⁸.

Devido à continuidade de seu crescimento econômico e social, em 1864, a Vila de São Leopoldo é elevada a cidade. Com isso, a região ganha algumas obras públicas que marcaram a expansão urbana e a ocupação do território. Uma década depois, 1874, é inaugurado o primeiro trecho da ferrovia da Província, ligando Porto Alegre à São Leopoldo, o "Celeiro da Província". (SECULT, 2020). A linha teve, em 1903, extensão até Taquara e venceu o planalto apenas em 1924, tendo por estação terminal a cidade de Canela.

Figura 12 – Cartão postal da linha férrea sobre o Rio dos Sinos – 1902



Fonte: Cedido do acervo pessoal de Márcio Linck, historiador.

⁷ Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha foi como ficou conhecida a revolução ou guerra regional, de caráter republicano, contra o governo imperial do Brasil, na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e que resultou na declaração de independência da Província como estado republicano, dando origem à República Rio-Grandense.

⁸ O Código de Posturas Municipais era uma lei imperial regulamentada que ficava a cargo das Câmaras Municipais elaborar e gerir. Constituía-se um importante dispositivo de controle da economia e da população.

A estrada de ferro trouxe consigo outros elementos modernos para a cidade de São Leopoldo, como o telégrafo, o saneamento e a luz elétrica. Essas melhorias contribuíram para fortalecer o capital comercial e industrial de São Leopoldo, assim como provocaram o crescimento populacional que impulsionou a expansão da ocupação urbana.

A ferrovia tornou-se um poderoso instrumento de unidade econômica, social e cultural, propagando ideias, crenças e costumes (BORGES, 2011). Os acontecimentos e os espaços tomaram outra proporção em relação ao tempo e à conexão com outros territórios. Com a ferrovia, a correlação entre os espaços urbanos e rurais extrapolava a escala local. O trem trouxe uma proximidade entre pessoas, lugares, cultura e economia.

Figura 13 - Estação Ferroviária de São Leopoldo – início do séc. XX



Fonte: Facebook/ Nossa História.

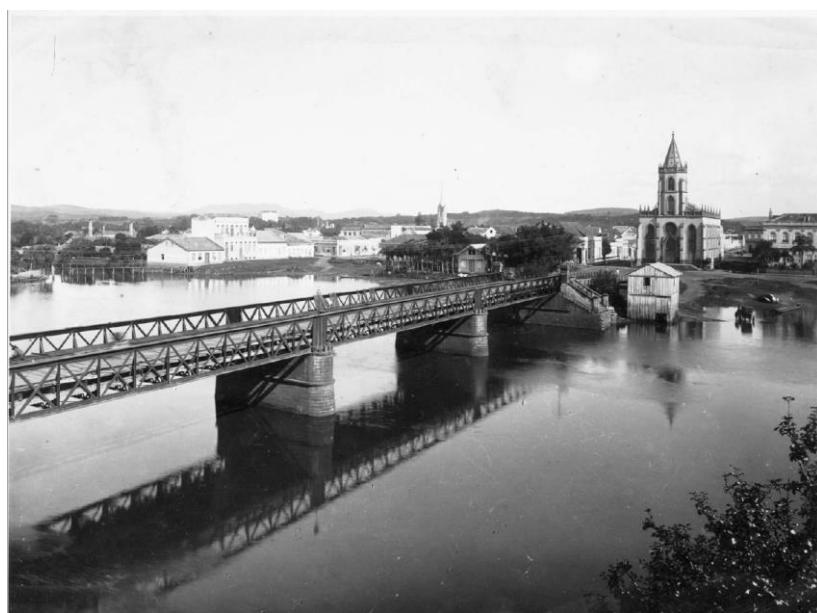
Figura 14 - Antiga Estação Ferroviária/ Museu do Trem – 2019



Fonte: Acervo da Autora (2019).

Entre os anos de 1871 e 1876, é construída a ponte sobre o Rio dos Sinos, a Ponte 25 de Julho, outro projeto antigo e de grande importância no desenvolvimento da cidade. Situada em frente à Igreja Matriz, conecta os bairros da zona norte com a região central e demais bairros da cidade. A construção centenária foi a primeira travessia sobre o Rio dos Sinos, e o primeiro bem tombado em nível estadual pelo IPHAE em 1.º de setembro de 1980, cujo registro abre o Livro Tombo.

Figura 15 - Ponte 25 de Julho – primeira década do séc. XX



Fonte: IPHAE/RS.

Figura 16 – Ponte 25 de Julho (2020)



Fonte: Jornal VS⁹.

As transformações urbano-industriais da década de 1860 e 1870, materializadas na forma de infraestruturas para o transporte que representam a substituição do meio fluvial (via Rio de Sinos) pelo ferroviário, trazem elementos para compreensão do patrimônio cultural de São Leopoldo. As duas formas originárias desse momento constituem bens patrimonializados: a Ponte 25 de Julho e a Estação Ferroviária¹⁰. São os artefatos construídos a partir do desenvolvimento urbano-industrial da cidade, iniciado na década de 1860, que constituem os principais bens patrimonializados de São Leopoldo e irão representar, portanto, não o colono inserido no meio rural, mas o imigrante próspero urbano e a constituição de um Estado moderno. São edificações que representam, o universo da modernidade, especialmente em seu aspecto de modernização, conforme descrita por Berman (1986, p. 28):

Se nos adiantarmos cerca de um século, para tentar identificar os timbres e ritmos peculiares da modernidade do século XIX, a primeira coisa que observaremos será a nova paisagem, altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica, na qual tem lugar a experiência moderna. Trata-se de uma

⁹ Reportagem sobre a Cartilha do Patrimônio, projeto do qual a autora desta pesquisa participou com outros agentes da sociedade civil da cidade de São Leopoldo. (Disponível em: https://issuu.com/interventura.urb/docs/cartilha_edifica_es_v3).

¹⁰ A Estação Ferroviária foi tombada em nível estadual em 1990.

paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais; prolíficas cidades que cresceram do dia para a noite.

O rumo da modernidade intensifica-se a partir da República, em 1889, especialmente em seu aspecto político, quando se inicia o período dos intendentes municipais frente à administração leopoldense. Os intendentes eram os representantes nomeados pelo governo positivista gaúcho, destinados a exercer suas funções em consonância com a administração central da Província. O primeiro intendente de São Leopoldo foi o Major Epifânio Orlando de Paula Fogaça, que exerceu mandatos sucessivos de 1892 até 1899, quando foi afastado. Nesse período, no ano de 1897, é instituído o segundo Código de Posturas, em que se apresentavam as diretrizes para o crescimento e o enquadramento da cidade dentro de uma lógica urbana, desejável naquele novo período republicano.

O Capitão Florêncio da Silva Câmara sucedeu ao Major Fogaça em 1900, 1901 e 1902. Ao final dessa primeira década republicana, inicia-se a gestão do primeiro teuto-brasileiro a assumir a intendência de São Leopoldo, o Coronel Guilherme Gaelzer Neto. Galzer está profundamente ligado à Revolta dos Mucker¹¹ – um dos episódios mais emblemáticos da Colônia Alemã de São Leopoldo – por seus pais serem frequentadores de tal comunidade religiosa.

Por volta de 1900, a cidade já tinha edificações imponentes e relevantes para a região, como a Intendência Municipal, a Igreja Católica, e o Ginásio Nossa Senhora da Conceição, situados próximos à ponte e ao rio, criando o núcleo central da cidade conforme o plano de povoação que foi visto anteriormente. Essas edificações constam no Inventário do Patrimônio Cultural elaborado pela Prefeitura, entretanto, não são tombadas.

¹¹ A Revolta dos Mucker foi um conflito regional que aconteceu, ao final do século XIX, em São Leopoldo (atual Sapiranga). Os Muckers foram um grupo de imigrantes alemães envolvidos em um movimento messiânico liderado por Jacobina Mentz Maurer e seu marido, João Maurer. Moravam em uma área povoada por imigrantes alemães. Esses colonos, sem assistência médica, religiosa ou educacional, entraram num processo de decadência social e empobrecimento. Nesse quadro de abandono, despontaram as lideranças de João Maurer, um curandeiro a quem os colonos confiavam sua saúde, e sua esposa, Jacobina, que, na falta de padres e pastores, passou a interpretar a Bíblia e assim a desfrutar grande credibilidade entre os colonos — credibilidade que aumentou em decorrência de seus ataques epilépticos, interpretados por seus seguidores como encontros com Deus. Logo, a comunidade dos Muckers começa a incomodar os católicos e protestantes da região, que os acusam de vários crimes, até que são massacrados por forças do governo (DREHER, 2017).

Figura 17 – Igreja Católica – final do séc. XIX



Fonte: Facebook/ Nossa História.

Figura 18 - Intendência Municipal – 1924¹²



Fonte: Facebook/ Nossa História.

¹² A Intendência Municipal foi demolida em 1939, e, nesse mesmo ano, já começou a construção da Prefeitura Nova, hoje conhecida como Prefeitura Antiga, que foi inaugurada no ano seguinte, 1940 com a participação do Presidente Getúlio Vargas na inauguração.

Figura 19 – Prefeitura Antiga



Fonte: Acervo da Autora (2021).

O período entre os anos de 1902 a 1916, que ficou conhecido como a “Era de Gaelzer”, situou a cidade de São Leopoldo como uma das mais prósperas do Estado. No decorrer desse período, a cidade acelerou seu processo de urbanização, em especial pela instalação do ramal ferroviário do centro da cidade até a Pedreira da Fazenda São Borja, o que permitiu o desenvolvimento da construção civil e a melhoraria das condições urbanas.

Dentre as melhorias mais importantes, estão obras de urbanização e embelezamento, como o plantio de plátanos nas principais vias, seguindo o modelo europeu; a higienização e o saneamento da cidade, fiscalizando os gêneros alimentícios e os matadouros às margens do Rio dos Sinos; a construção de um cais no Rio dos Sinos; a instalação de uma linha de bondes com tração animal, ligando a estação Novo Hamburgo com a Casa Comercial de Karl Schmidt em Hamburgo Velho; a primeira rede telefônica na cidade; a compra do primeiro veículo automotor, entre tantas outras.

Figura 20 - Arborização da rua Osvaldo Aranha – 1910



Fonte: Cedido do acervo pessoal de Márcio Linck, historiador.

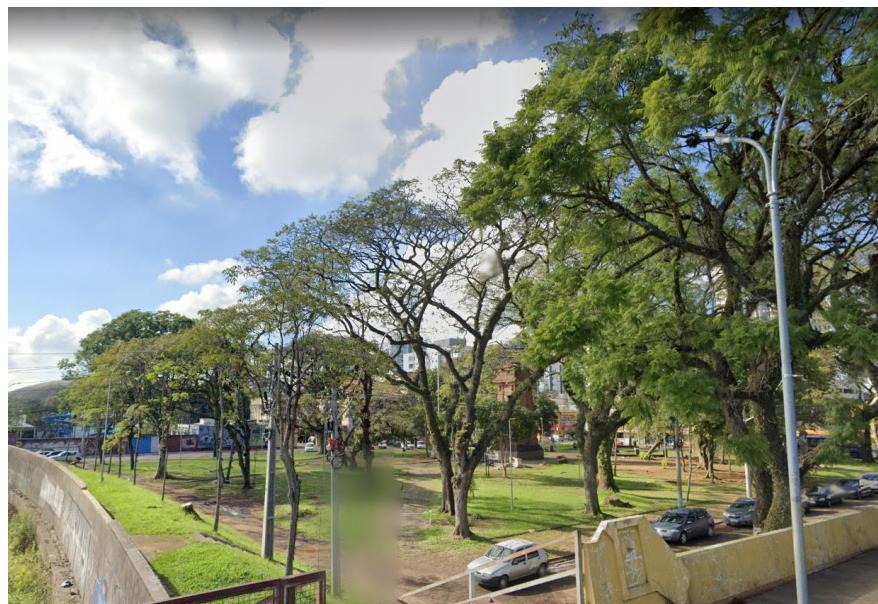
De 1924 a 1935, a Praça Centenário foi palco de festejos do “25 de Julho”, celebração que também se constitui em um lugar de memória, lembrando a chegada dos imigrantes alemães. Essa data, desde 1924, passou a ser feriado local e, em 1934, passou a ter estatuto de feriado estadual (WEBER, 2004). Nesse mesmo período, a praça passou por diversas obras, como ajardinamento, calçamento e bancos, além da instalação do Monumento ao Imigrante, durante os festejos do centenário da Imigração, em 1924. Essa Praça, que também figura no Inventário, é objeto de um inconcluso processo de tombamento em nível federal.

Figura 21 – Praça do Centenário ou Praça do Imigrante – 1934



Fonte: Facebook/ Nossa História.

Figura 22 - Praça do Centenário ou Praça do Imigrante – 2020



Fonte: Google Maps (2020).

Com o Coronel João Corrêa de Ferreira da Silva¹³ no comando da cidade, em maio de 1925 é iniciada a construção da Hidráulica e Estação de Tratamento de Água São José, uma das grandes obras que coincidiram com a sua gestão. O projeto de

¹³ Todos os intendentes militares citados foram homenageados com nomes de ruas da cidade.

Saturnino de Britto, engenheiro sanitário que já havia realizados diversos trabalhos por todo o país, foi inaugurado em março de 1926.

Outra das obras que se iniciaram, enquanto o C.^{el} João Corrêa estava à frente da intendência, foi a construção da Usina Hidrelétrica da Toca, localizada no município de São Francisco de Paula, e inaugurada em 1930 com auxílio financeiro do Governo Estadual e da população local. A Usina refletiu diretamente no desenvolvimento econômico da cidade trazendo consigo novas indústrias, por exemplo, a Indústria de Armamentos Rossi, em 1937. Santos e Reis (2002, p. 40) afirmam que, como as tarifas de energia praticadas em Porto Alegre representavam o dobro das vigentes em São Leopoldo, algumas indústrias vieram fixar-se ali, reforçando consideravelmente seu desenvolvimento industrial.

Nesse ponto, percebe-se a consolidação de outra característica do patrimônio cultural de São Leopoldo que aparece tanto nos bens tombados quanto nos inventariados: a tendência à patrimonialização de artefatos urbanos localizados na área central. A essa regra, encontramos exceção na Casa da Feitoria, localizada no Bairro Feitoria e na Escola de Teologia, localizada no Bairro Morro do Espelho. A Escola de Teologia foi construída na década de 1930, e tombada em nível estadual apenas em 2007. Essa edificação, em conjunto com o Castelinho (construído nas primeiras décadas do século XX e que abrigou um seminário luterano) representam também a face do poder religioso como agente da patrimonialização, que, junto ao poder político do Estado, são os atores preponderantes. Acima de tudo, percebemos os processos de patrimonialização presentes tanto na eleição das edificações tombadas quanto nas inventariadas como expressões de um poder relacionado ao universo patriarcal. A própria figura humana que aparece no monumento construído no centro da Praça do Imigrante é masculina.

Figura 23 – Escola Superior de Teologia – anos 2000



Fonte: Foursquare, 2013.

Figura 24 – Castelinho / Câmara de Vereadores de São Leopoldo



Fonte: Acervo da Autora (2021).

Figura 25 - Monumento do Centenário da Imigração Alemã



Fonte: Acervo da Autora (2021).

Na década de 1930, o Governo Getúlio Vargas lança sua política de nacionalização, com uma "ordem de abrasileiramento", que afetou a comunidade teuto-brasileira de São Leopoldo.

Paralelamente às questões econômicas, a primeira metade do século XX é marcada pela preocupação, por parte do governo federal, com os indivíduos de ascendência germânica. Já no final da primeira guerra, durante um período de construção das nacionalidades, foram instituídas medidas para restringir a presença étnica na imprensa, nas escolas e nas associações. Em São Leopoldo, pela primeira vez, os teuto-brasileiros foram questionados pelo uso da língua alemã. Os maiores clubes sociais recreativos – a Sociedade Ginástica e a Sociedade Orpheu – foram obrigadas a traduzir suas atas e estatutos para o português. Essas sociedades eram portadoras das representações da elite urbana, calcadas no uso e na preservação da língua como prática social em de diversas atividades que privilegiavam o falar, o cantar e o representar em alemão, mas também no desenvolvimento da sociabilidade através do culto do corpo e da mente. Suas atividades visavam a construção e a manutenção de uma identidade étnico-cultural. A Sociedade Orpheu cumpriu com as obrigações federais, porém a Sociedade Ginástica, após discussões acirradas, resistiu à norma fechando as portas durante a guerra. As tradicionais sociedades de tiro (Schützen Klub) também foram nacionalizadas e incorporadas aos Tiros de Guerra por Decreto legislativo em 1917. (RAMOS; WEBER, 2015).

Além disso, a partir da década de 1930 e, em especial, na década de 1940, com o término das obras da BR 116, o fluxo migratório para a cidade intensificou-se. O processo de desenvolvimento urbano-industrial da cidade consolida-se, assim como

a nova paisagem moderna, ao mesmo tempo em que o território que antes formava a hinterlândia rural de São Leopoldo fragmenta-se em oito novas cidades.

Figura 26 - Rua Independência ou Rua Grande – 1940



Fonte: Cedido do acervo pessoal de Márcio Linck, historiador.

As décadas de 1930 e 1940, marcam, portanto, um momento de grandes transformações históricas para a cidade que irão impactar profundamente os processos de patrimonialização. Percebemos que as edificações tombadas e boa parte das inventariadas relacionam-se a um momento histórico da cidade que está prestes a se esgotar, a partir dos anos 1940 e notadamente nos anos 1950. Fixa-se um discurso histórico que valoriza a etnia alemã, cuja identidade passa a ser questionada pelos discursos nacionalistas de Getúlio¹⁴, ao mesmo tempo em que se fragmenta (pela emancipação das hinterlândias rurais de São Leopoldo que originam novas cidades) e transforma-se (pela força da modernidade industrial do século XX, que, além de diluir as estruturas rurais também promove a atração de imigrantes que irão tornar a cidade cada vez mais multicultural). Portanto, nesse momento, é estabelecida a origem do discurso da patrimonialização, o fim de uma era histórica da cidade que irá originar grande parte dos artefatos arquitetônicos e urbanos patrimonializados e, contraditoriamente, inicia-se a crise da identidade alemã que irá embasar esse discurso patrimonial. Esses fatos e eventos, em sua relação e

¹⁴ Apesar desse papel contraditório de Vargas, sua estátua figura em frente à Prefeitura Municipal de São Leopoldo.

contradição, ajudam a entender a crise do patrimônio municipal representada pelos processos de perda, abandono e contestação.

A partir da década de 1950, o setor produtivo coureiro-calçadista, que vinha crescendo significativamente desde a década de 1920 em função de incentivos fiscais aprovados pelo governo estadual, é fortalecido pelo programa desenvolvimentista de Vargas. Essa indústria continuou desenvolvendo-se no período JK e também durante o Regime Militar. No início da década de 1970, a medida de proibição da exportação de couro cru incentivou um grande aporte de investimentos para máquinas e equipamentos, tecnologias que criaram as condições para a expansão e a atualização do parque industrial e que proporcionaram o seu desenvolvimento contínuo até meados dos anos 1980. O reflexo demográfico advindo das condições socioeconômicas impactou bastante a região. A boa remuneração oferecida pelas indústrias na esteira da alta demanda de empregos aliada ao êxodo rural gerado pela modernização agrícola permite o aumento significativo da população urbana na região nesse período.

Tabela 1 – Evolução de habitantes em São Leopoldo

Ano	Número de habitantes	Aumento
1946	59.920	
1970	64.433	(+) 04.513
1980	98.588	(+) 34.155
1991	167.907	(+) 69.319
2000	193.547	(+) 25.640
2010	213.238	(+) 19.640
2020*	238.648	(+) 25.410

* Estimativa elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Fonte: FEE /RS15 elaborado pela Autora.

Portanto, a consolidação de São Leopoldo como uma cidade industrial, ocorrida entre as décadas de 1940 e 1980, coloca-a como um grande centro de atração de migrantes, especialmente vindos do interior do Estado. Inclusive, a partir dos anos 2000, recebe um contingente considerável de haitianos e senegaleses. Esse movimento industrial transmuta São Leopoldo de uma cidade colonial e com

¹⁵ Fundação de Economia e Estatística.

edificações residenciais, pequenas e históricas para uma sociedade urbana, pluriétnica com prédios em altura para cumprir a necessidade habitacional dos trabalhadores.

Encerrando essa breve investigação histórica relativa ao objeto de estudo, desembocamos na clássica contradição moderna entre criação e destruição. A modernização da passagem do século XIX para o XX criou os artefatos que foram posteriormente reconhecidos por um pensamento patrimonial relativo à esfera da modernidade do século XX, cuja nova onda de modernização poderia ocasionar e, em certa medida, ocasionou a destruição dos testemunhos antecessores. Talvez esta seja a grande contradição e a dificuldade inerente aos processos de modernização: a ideia de preservar é produto espiritual de uma era cuja organização material é destrutiva, transformadora. Na modernidade, tudo que é sólido se desmancha no ar. Seria, o patrimônio, capaz de incorporar essas transformações sem diluir-se?

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. (BERMAN, 1986, p. 24).

Por fim, captamos a última das características dos processos de patrimonialização da cidade de São Leopoldo: a valorização do patrimônio material, portanto das formas imóveis. Os processos de patrimonialização em São Leopoldo valorizaram historicamente a modernidade capitalista construída pelo poder econômico, político e religioso, edificado (material e imóvel) territorialmente na centralidade urbana, e representado por figuras masculinas. Nesse cenário, a presente pesquisa, por intermédio da investigação e da prática do Inventário Participativo com mulheres, busca iluminar outros patrimônios, outras culturas e crenças e outros ideais, que não são reconhecidos oficialmente como tal. Parafraseando Berman (1986), a intenção é explorar e mapear essas tradições, a fim de compreender de que modo elas podem nutrir e enriquecer nossa própria modernidade e como podem empobrecer ou obscurecer o nosso senso do que seja ou possa ser a modernidade.

2.2 INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO CULTURAL DE SÃO LEOPOLDO

Desde os anos 2000, o poder público de São Leopoldo demonstra preocupação com a descaracterização e destruição de edificações localizadas na região central da cidade, considerada como "a região histórica" municipal. Estando apenas cinco edificações do município tombadas, iniciam-se movimentos para a preservação de um conjunto histórico mais amplo.

Em 2009, a Prefeitura Municipal, em parceria com a Unisinos, em especial com os cursos de Arquitetura e Urbanismo, História e *Design*, desenvolveram o Projeto Revita. Esse projeto tinha como finalidade a valorização da área histórica central por meio de um corredor cultural que iniciava no Rio dos Sinos, e finalizava no Museu do Trem. Foram elaboradas diversas análises, levantamentos, estudos e projetos para a constituição dessa melhoria na cidade. Nesse contexto, também em 2009, o Escritório Brasil Arquitetura foi contratado para a elaboração de um projeto arquitetônico que pretendia qualificar parte da área central, a partir de sua relação com o Rio dos Sinos e da memória histórica.

Em 2011, foi entregue para a Prefeitura Municipal de São Leopoldo um memorial constituído por um levantamento de 173 imóveis com fichas cadastrais (conforme Figura 27, a seguir), projeto de lei e Carta de Intenções. Ambos os projetos não foram executados, no entanto, os estudos realizados no âmbito do projeto Revita embasaram a formulação Lei Municipal n.º 7778/2012, que estabeleceu uma listagem de 135 imóveis de interesse sociocultural para preservação, conservação e valorização.

Figura 27 – Ficha Cadastral do Projeto Revita

FICHA CADASTRAL DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE SÃO LEOPOLDO																							
1. MUNICÍPIO: São Leopoldo DENOMINAÇÃO: Loja Passini ENDEREÇO: Independência nº 314 PROPRIETÁRIO: Não informado			BAIRRO: Centro USO ORIGINAL: Residencial USO ATUAL: Comercial																				
2. FICHA N° 08			3. GRAU DE PROTEÇÃO																				
4. IMPLANTAÇÃO: Edificação posicionada no alinhamento e com recuo em uma das laterais.			5. ESTRUTURA: INDEPENDENTE <input type="checkbox"/> PORTANTE <input checked="" type="checkbox"/>																				
			6. N.º DE PAVIMENTOS: 2																				
7. ELEMENTOS CONSTRUTIVOS DA FACHADA <table border="1" style="margin-left: 20px;"> <tr> <th>Verga</th> <th>RETA</th> <th>A. ABAT.</th> <th>A. PLENO</th> <th>A. OGIVAL</th> <th>OUTROS</th> </tr> <tr> <td>JANELA</td> <td>X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>PORTE</td> <td>X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table>						Verga	RETA	A. ABAT.	A. PLENO	A. OGIVAL	OUTROS	JANELA	X					PORTE	X				
Verga	RETA	A. ABAT.	A. PLENO	A. OGIVAL	OUTROS																		
JANELA	X																						
PORTE	X																						
8. COBERTURA: TELHA CANAL <input type="checkbox"/> N.º DE ÁGUAS: 6 TELHA FRANCESA <input checked="" type="checkbox"/> COM BEIRAL <input type="checkbox"/> TELHA METÁLICA <input type="checkbox"/> COM PLATIBANDA (X) OUTRA			9. SITUAÇÃO: 																				
10. OBSERVAÇÕES: Na fachada da edificação existem dois números 304 e 310,																							
11: FOTO EDIFICAÇÃO: 			12. DADOS HISTÓRICOS: Foi casa de Leopoldo Wolffentel, construída aproximadamente na década de 1920. Nesta época Wolffentel era dono de uma farmácia que levava o mesmo nome.																				
13. PESQUISADOR: AMANDA CALSING/ GRAZIELLA GRANATA/ ANDRÉ			14. DATA: janeiro de 2011																				

Fonte: Documentos Projeto Revita.

Em 2014, um dos imóveis listados, localizado na Rua Independência, n.º 314, no bairro Centro da cidade (Figura 28), no decorrer de processos internos da Prefeitura Municipal de São Leopoldo foi retirado¹⁶ da Lista da Lei Municipal n.º 7778/2012, recebendo a aprovação municipal para demolição, sem parâmetros jurídicos, análise do COMPAC ou justificativa relevante. A sociedade civil indignada pela ação, procurou os órgãos de proteção (IPHAN e IPHAE) em parceria com o Ministério Público, conseguindo embargar a demolição. Como forma de compensação pelas infrações de liberação da demolição por parte da Prefeitura, foi determinada a construção de um Inventário do patrimônio histórico, artístico e cultural da cidade.

Figura 28 – Prédio base para o Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo (2019)



Fonte: GoogleMaps.

Em maio de 2014, foi contratada a empresa Simone Rassmussen Neutrzing e Cia. Ltda. – Me pela Inexigibilidade da Licitação n.º 141/2014 para a elaboração do Inventário. Conforme contrato disposto no *site* da transparência da Prefeitura

¹⁶ Esse relato foi mencionado pelos conselheiros do Compac nos autos da Manifestação contra a demolição. Não encontramos nenhuma ata, registro ou informação sobre a retirada dele da lista, no entanto, ele estava mencionado na lista do Projeto Revita, inclusive há a ficha cadastral. Encontra-se, no Apêndice A, a listagem do Documento do Revita. Nessa lista, consta a edificação que deu embasamento para a ação do Ministério Público para a constituição do Inventário.

Municipal de São Leopoldo, a contratação era para a realização de pesquisa histórica, levantamentos arquitetônicos, fotográficos, iconográficos e cadastrais, análises e demais documentos com base no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), do IPHAN, que subsidiariam o Inventário.

2.2.1 Contextualizando Inventários

O termo Inventário, de acordo com a sua etimologia, origina-se do termo latino *inventarium*, com o sentido de “achar”, ou, em outras palavras, pôr à mostra, dar a conhecer. O Inventário surgiu em meados século XVIII no contexto da construção dos Estados nacionais modernos, como modelo de produzir um novo saber por meio da coleta e sistematização das informações com o objetivo de identificar, valorizar e proteger os bens patrimoniais materiais e imateriais, públicos e privados.

Inventariar é “um modo de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor. Nessa atividade, é necessário um olhar voltado aos espaços da vida, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio do local” (IPHAN, 2016, p. 7). Motta e Rezende (2016) reforçam que inventariar os bens significa produzir um conhecimento que necessariamente parte do estabelecimento de critérios, pontos de vistas e recortes sobre determinados universos sociais e territoriais, permeando por juízos de valor, já que se destina à construção de narrativas de grupos sociais ou histórias específicas.

No contexto brasileiro, a primeira manifestação sobre o Inventário veio com o Arquiteto e Museólogo Rodrigo Cantarelli, que se referiu aos Inventários como a primeira ação dos técnicos da Inspetoria de Monumentos de Pernambuco criada em 1928. Em contrapartida, Motta e Rezende (2016) expõem que, com a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais na estrutura do Museu Histórico Nacional (MHN), ficou determinado que a instituição deveria catalogar e registrar os bens de interesse conforme descritos abaixo:

Art. 1.º O Museu Histórico Nacional, dependente do Ministério da Educação e Saúde Pública, terá por fim:

- recolher, classificar e expor ao público objetos de importância histórica e valor artístico, principalmente os relativos ao Brasil;
- concorrer por meio de cursos, conferências, comemorações e publicações para o conhecimento da história pátria e o culto das nossas tradições;
- exercer a inspeção dos Monumentos Nacionais e do comércio de objeto artísticos históricos.

Paragrapho (*sic*) único. Para os fins da inspeção, organizará um catalogo dos edifícios de assinalado valor o interesse artístico-histórico existentes no país, propondo ao Governo Federal os que se devam declarar em decreto Monumentos Nacionais; entrará em entendimento com os governos dos Estados, no sentido de se uniformizar a legislação sobre a proteção e conservação dos Monumentos Nacionais, guarda e fiscalização dos objetos histórico-artísticos, de maneira a caber aos Estados os encargos desse serviço nos respectivos territórios.

[...]

Art. 72. Os imóveis classificados como monumentos nacionais não poderão ser demolidos, reformados ou transformados sem a permissão e fiscalização do Museu Histórico Nacional.

[...]

Art. 73. O Museu Histórico Nacional organizará também um catálogo, tanto quanto possível completo, dos objetos histórico-artísticos de notável valor existentes no país, no qual os particulares poderão requerer a inclusão dos de sua propriedade, o que será deferido após exame, identificação e notação. (BRASIL, Decreto n. 24.735, de 14 de julho de 1934).

Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro diretor da Instituição SPHAN, incentivava a importância dos Inventários:

Para tombar as que tenham esses requisitos torna-se necessário proceder pelo país inteiro a um Inventário metódico dos bens que pareçam estar nas condições estabelecidas para o tombamento e, em seguida, realizar os estudos requeridos para deliberar sobre a respectiva inscrição. (ANDRADE, 1987, p. 51-52).

Motta e Rezende (2016) reforçam que, no início da atuação institucional, houve um esforço para realização desse tipo de trabalho: o vasto levantamento fotográfico desenvolvido em todo o país, como o Inventário de bens imóveis e móveis no estado do Ceará em 1940; e a organização de tipos de fichamentos com o objetivo de registrar informações padronizadas sobre os bens culturais durante vistorias aos imóveis; o Inventário da cidade de Ouro Preto entre 1949 e 1950.

Em 1949, o arquiteto Lúcio Costa, diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) procurou estabelecer o processo de desenvolvimento dos Inventários no seu Plano de Trabalho para a Divisão de Estudos e Tombamento, questionando a falta de documentação e a possibilidade de negligenciar a proteção. Assim, argumentava que a tarefa de inventariar era de tal importância que seria necessário que uma verba anual fosse destinada para esse exercício. Nesse mesmo plano, Lúcio Costa (apud MOTTA; REZENDE, 2016) definiu que os estudos estariam classificados em “acervo histórico-monumental de interesse artístico”, e teriam como

embasamento a natureza técnico-artística e histórico-educativa com a finalidade de justificar o tombamento.

Na década de 1970, a preservação do patrimônio cultural passou a constar na agenda de desenvolvimento econômico formulada em 1964 no âmbito do projeto de desenvolvimento nacional do governo do Regime Militar. Foi então que se estabeleceu a relação entre valor cultural e valor econômico, tendo em vista o turismo como fator importante para a valorização do patrimônio regional. Os governos estaduais foram convocados a empreenderem em tomadas de preservação, por meio do Programa das Cidades Históricas (PCH) que financiou Inventários regionais (MOTTA; REZENDE, 2016). No Rio Grande do Sul, em 1954, foi criada a Divisão de Cultura do Estado em defesa do patrimônio arquitetônico e cultural com estudos de difusão do folclore regional, a qual, em 1964, torna-se a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico. A partir de 1979, esse órgão passa a chamar-se Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (CPHAE).

Também nesse momento, surgiu o Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (INBMI) aplicado aos acervos de interiores de arquitetura religiosa tombada no Brasil. Esse era considerado um Inventário científico, e tinha como metodologia duas etapas. A primeira, uma produção fotográfica e o levantamento de dados descritivos; a segunda, uma pesquisa referente aos dados históricos e avaliação das características estéticas. Semelhante ao INBMI, na Bahia foi criado o Inventário de Proteção do Acervo Cultural (IPAC), também conhecido como um Inventário científico. Este abordou como metodologia o sistema de fichas e apresentação de plantas baixas com o estado de conservação da edificação, que serviam para embasar futuras intervenções arquitetônicas.

No final da década de 1970, houve uma ampliação do conceito de patrimônio trazida pelo IPHAN, quando de sua fusão com o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). Essa ampliação ocorreu a partir da relação do patrimônio como referência cultural dos grupos produtores dos bens – saberes e fazeres, levando em conta os contextos sociais, históricos e ambientais. Ainda que as iniciativas de Inventário na época continuassem a privilegiar o patrimônio edificado e os bens imóveis, verificou-se na ocasião a tendência de abordar-se de forma integrada vários tipos de bens – móveis, imóveis, fazeres culturais, modos de morar – e, de forma incipiente, de incluir-se a consulta ou promover o envolvimento das comunidades na identificação desses bens, embora sempre prevalecesse o olhar técnico na atribuição

dos valores (MOTTA; SILVA, 1998). A Constituição de 1988 reforçou essas práticas de preservação e valorização dos novos sujeitos, objetos, modos de fazer.

No decorrer dos anos foram elaborados alguns Inventários pelo IPHAN. Podemos destacar o Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (INBMI), Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU), Inventário de Bens Arquitetônicos (IBA); Inventário de Configuração de Espaços Urbanos (INCEU); Inventário Nacional de Material de Artilharia (INMA); Cadastro de Bens Procurados (BCP); Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (SGPA); Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA); Inventário Nacional de Coleções Arqueológicas (INCA); e o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). (MOTTA; REZENDE, 2016).

Somente na década de 1990, os Inventários ganharam informatização dos dados, integração dos métodos e disponibilização e manipulação do conhecimento, permitindo atualizações e verificações constantes. Nesse contexto, surge o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG).

2.2.2 Inventário Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG)

O Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) é um instrumento desenvolvido para integrar os dados sobre o patrimônio cultural, com foco nos bens de natureza material, reunindo em uma base única informações sobre cidades históricas, bens móveis e integrados, edificações, paisagens, arqueologia, patrimônio ferroviário e outras ocorrências do patrimônio cultural do Brasil.

É fruto dos avanços em termos de gestão ocorridos no Ministério da Cultura, a partir dos anos 2000, que resultaram em aumento do orçamento e ampliação dos recursos humanos em prol da preservação do patrimônio cultural brasileiro. Nesse bojo, podemos citar os projetos Monumenta e PAC Cidades Históricas.

Silva (2014) sustenta que se levantaram três linhas de atuação: a salvaguarda e Inventário completo do estoque já existente; a expansão do estoque com vistas a atender uma dimensão que historicamente ficou relegada na questão patrimonial brasileira – a dimensão continental do território nacional; a construção de normas de preservação e monitoramento dos sítios urbanos como estratégia de desenvolvimento econômico e social local. Assim, formou uma rede de patrimônio em conjunto com a criação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC).

A partir de então, avaliou-se que os processos de preservação e gestão patrimoniais no Brasil apresentavam algumas deficiências:

Fragmentação das informações, atualmente não georreferenciadas, contendo discrepância ou repetição, além de múltiplos formatos das bases de dados; ausência de rotinas e procedimentos focados na gestão e na retroalimentação de sistemas de informação; ausência de sistemas de informação voltados para a tomada de decisão; desarticulação entre métodos, procedimentos e formas de gestão para todas as etapas da proteção e valorização do patrimônio; realização de análises pontuais, sem visão sistêmica nem territorial das atividades do IPHAN; e inexistência de determinadas informações ou restrição à difusão de informações importantes. (IPHAN/DEPAM, 2009, p. 110).

A construção do SICG apresenta-se como uma resposta a essas lacunas. O SICG propõe um modelo e uma metodologia única de identificação de Inventários de bens culturais, possibilitando um cadastro unificado dos bens patrimoniais em uma base cartográfica georreferenciada classificados pelas categorias, temas e territórios.

Em 2014, foi desenvolvido o Caderno de Referência do SICG¹⁷, o qual conta a trajetória do processo de criação e implementação do Sistema entre os anos de 2006 e 2013. A consolidação do sistema ocorreu no I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural, realizado no município de Ouro Preto, em Minas Gerais, no período de 13 a 16 de dezembro de 2009, com a finalidade de discutir os desafios, as estratégias e as experiências para o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC). O IPHAN lançou o manual de aplicação do SICG e o conjunto de fichas e orientação para preenchimento, conforme o Manual do Usuário do Sistema.

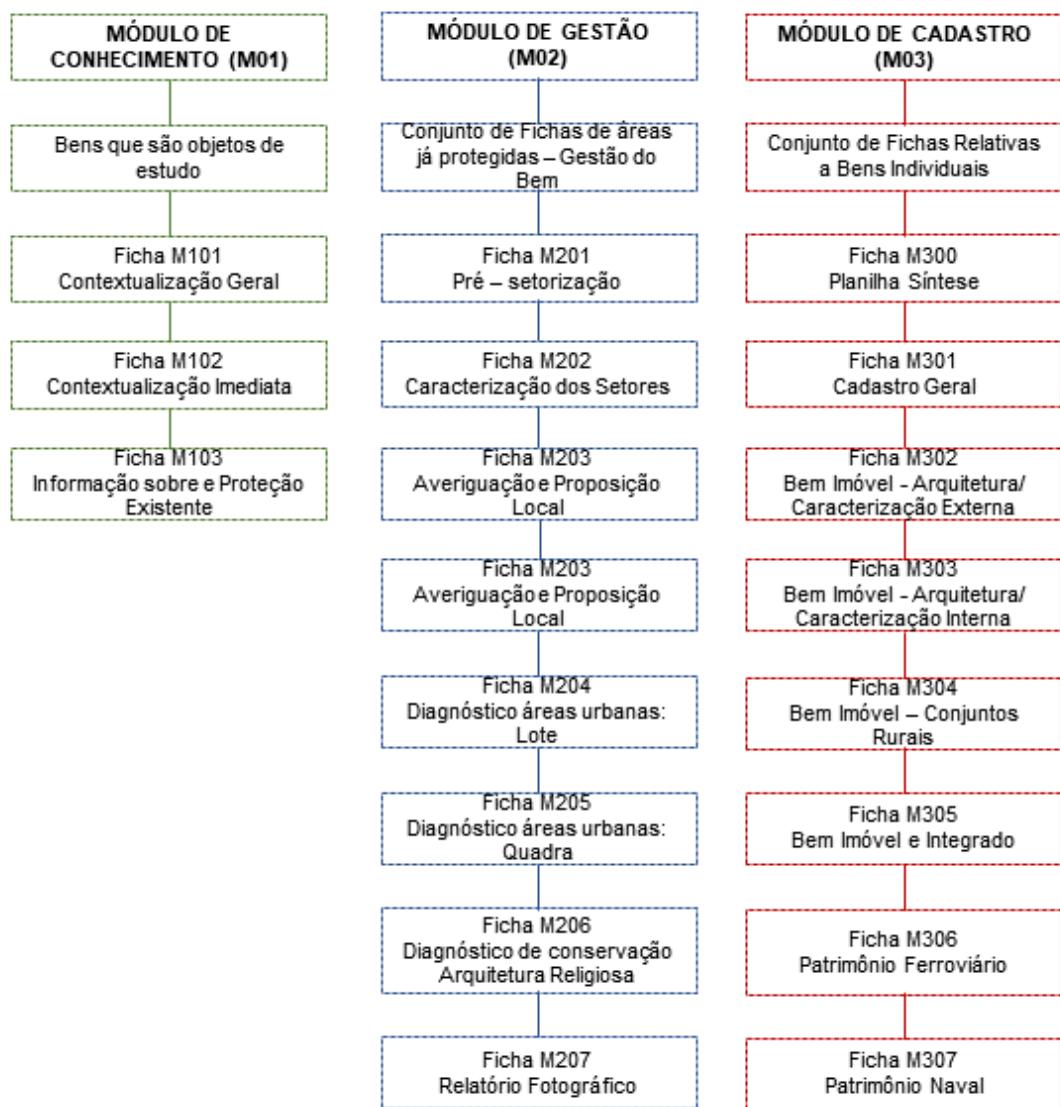
Como metodologia de captação de informação, o SICG é constituído por um conjunto de fichas – *Word* ou *Excel*, reunidas em três módulos que são divididos em Conhecimento, Gestão e Cadastro. Cada módulo corresponde a uma escala de abordagem diferente do patrimônio cultural, sendo composto por fichas que auxiliam na captura, na organização e, posteriormente, na análise dessas informações. Os módulos e as fichas expõem o bem patrimonial discutido da esfera ampla para a específica, possibilitando recortes temáticos e territoriais, assim como a utilização de outras metodologias de inventariação.

¹⁷ O Caderno de Referência do SICG faz parte do material desenvolvido pela equipe responsável e distribuído durante a Capacitação para operacionalização do sistema, realizada em Brasília de 24 a 28 de fevereiro de 2014, da qual participaram técnicos e colaboradores das superintendências e unidades do IPHAN nos Estados.

Considerando as outras metodologias de Inventários que podem ser complementares às fichas do Sistema Integrado, destacamos o método do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) que trata em específico a identificação de bens imateriais e mesmo os Inventários Participativos.

Para construção do Inventário, os módulos subdividem-se em fichas, e cada ficha possui uma diretriz ou conceito para ser preenchido, conforme podemos observar no esquema mostrado na Figura 29, abaixo.

Figura 29 - Fluxograma dos módulos do SICG



Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

Além disso, na metodologia do IPHAN são estipuladas cores para cada módulo: Módulo 1 (M01) ou Módulo do Conhecimento é verde; Módulo 2 (M02) ou Módulo Análise e Gestão tem a cor azul; o Módulo 3 (M03) ou Módulo Cadastro, vermelho.¹⁸

O SICG é constituído por um conjunto de informações agrupadas em três módulos: Conhecimento, Gestão e Cadastro. Cada módulo corresponde a uma esfera de abordagem do patrimônio cultural e possui um conjunto de fichas estruturadas para a captura e organização de informações conforme o objetivo do estudo ou Inventário. Os módulos foram idealizados para permitir uma abordagem ampla do patrimônio cultural, partindo do geral para o específico, com recortes temáticos e territoriais e, possibilitando a utilização de outras metodologias, como o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC (voltado para a identificação de bens de natureza imaterial), por exemplo, caso seja necessário para a complementação dos estudos.

[...]

O módulo de Conhecimento visa reunir informações que contextualizem na história e no território, os bens que são objetos de estudo. Organiza, portanto, as informações provenientes de universos culturais temáticos ou territoriais. É um módulo básico para se iniciar um estudo temático ou Inventário de conhecimento em um dado espaço geográfico.

[...]

O módulo de Gestão reúne um conjunto de fichas cujo enfoque são as áreas já protegidas, ou seja, sobre as quais o Iphan ou os demais órgãos de preservação do patrimônio cultural – nas esferas estadual e/ou municipal – têm obrigação de fazer a gestão através de normatização, ações de fiscalização, da construção de planos e preservação, de reabilitação, entre outros.

[...]

O módulo de Cadastro reúne um conjunto de fichas que serão aplicadas para cada bem de interesse ou já protegido. Possui uma ficha padrão comum a todas as categorias do patrimônio material, denominada de Cadastro Básico, com informações indispensáveis sobre o bem cultural, que permitem sua identificação e o recebimento de um número de identificação, como uma cédula de identidade. (IPHAN/DEPAN. Manual Do Usuário, 2011).

O SICG foi aprimorado mediante experiências práticas em dois projetos pilotos: a Rede de Proteção do Piauí e o Levantamento Preliminar do Patrimônio Ferroviário. A experiência foi necessária para aperfeiçoamento das fichas, levantamento dos dados no sistema e referência geográfica.

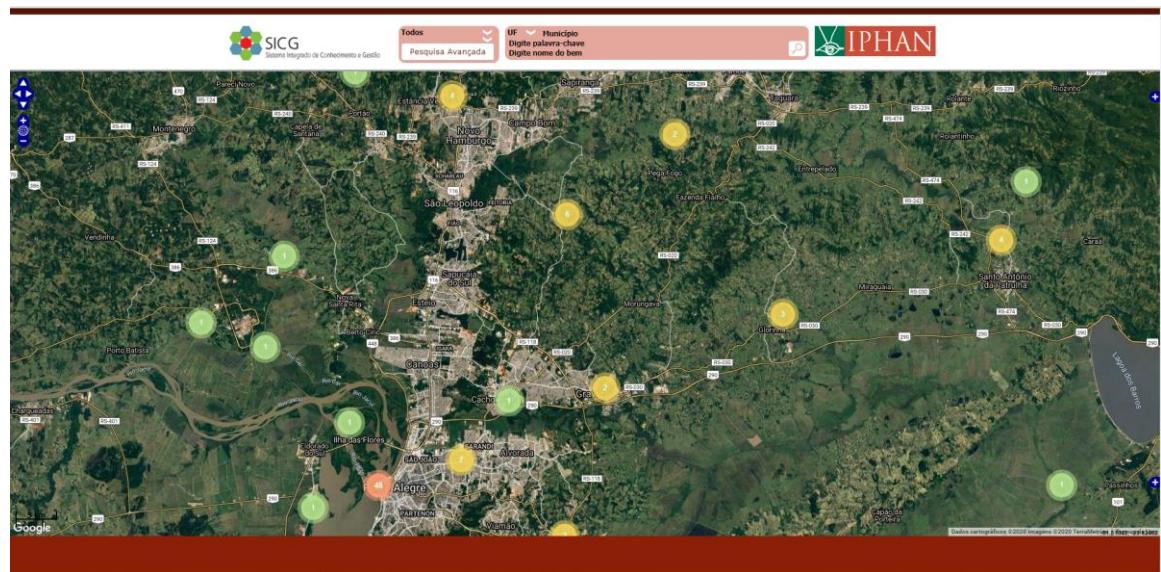
Neste período, o desafio do SICG era abordar o Patrimônio Cultural com base em três eixos, de modo: integrado, abrangendo todas as categorias do patrimônio material; sistêmico, definindo modelos a serem usados nas etapas de preservação, aumentando a troca de informações entre etapas e áreas; e estratégico, “considerando o mapeamento, a organização e a disponibilização de informações sobre o patrimônio como base para a construção de políticas públicas e de planos de preservação e desenvolvimento das regiões” contando com a participação da sociedade, e

¹⁸ Os modelos das fichas encontram-se no Anexo 1.

contemplando normatização de áreas tombadas e elaboração de programas de qualificação urbana. (SILVA, 2014, p. 27).

Hoje o sistema está estruturado com base nas fichas em *Word* e *Excel* que são encaminhadas ao IPHAN, para serem disponibilizadas na base cartográfica. Nesse momento, o Instituto vem trabalhando para o sistema informatizado, ou seja, além do IPHAN, os estados, os municípios, as instituições de ensino, os museus, os centros culturais, e outros poderão disponibilizar essas informações.

Figura 30 – Página da Web com o SICG



Fonte: IPHAN/SICG.

Atualmente, o ambiente do *site* possui um visual semelhante às fichas em *Word* e *Excel*, possibilitando, por intermédio do Manual do Usuário, a utilização de qualquer pessoa. O *site* é composto pelos mesmos módulos: cadastro, conhecimento e gestão. Dentro de cada aba, abrem-se diversas outras informações, a fim de elaborar uma ficha completa de cada bem patrimonial que está sendo registrado. O sistema proporciona o cadastro de bens de diversas naturezas em qualquer lugar do país.

Silva (2014, p. 107) afiança que o Plano Nacional de Cultura previa a disponibilização dos dados de todos os Inventários realizados até 2020. No entanto, pouco percebemos a divulgação e a integração dessa metodologia em pleno ano de 2021. O SICG, quando consultado, ainda não oferece dados concretos ao usuário, mas incompletos e abrangendo poucas áreas nacionais.

2.2.3 Inventário de Bens Imóveis de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de São Leopoldo

No ano de 2016, foi entregue o Inventário com a metodologia SICG/IPHAN à cidade de São Leopoldo. Esse Inventário foi elaborado pela Arquiteta e Urbanista Simone Neutzling e sua equipe – composta por sete profissionais arquitetos ou historiadores, que utilizaram como premissas para a construção dessa lista o roteiro básico de elaboração de Inventários descrito anteriormente. Segundo Neutzling (2016) foram levantados 3.657 lotes existentes em 207 quarteirões de uma determinada região da cidade. Por fim, como resultado, foram designadas sete zonas de ambiência e 512 imóveis de interesse cultural.

Vale ressaltar que toda a documentação do Inventário que será descrita neste capítulo foi cedida pela Secretaria de Cultura de São Leopoldo (SECULT), a partir da petição junto ao Protocolo Municipal de São Leopoldo.

Para avaliação documental do Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo foi utilizado o método comparativo, que consiste em investigar fatos, critérios, aspectos e temas, explicando as suas semelhanças e diferenças. Esse método, permite a análise de dados concretos e a dedução de semelhanças e divergências de elementos constantes (FACHIN, 2001). Dessa maneira, o método comparativo serviu para contrapor os itens descritos na metodologia do SICG com o que foi apresentado nas fichas do documento do Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo.

No caso de São Leopoldo, os módulos e fichas foram identificados pela nomenclatura e cores indicadas na metodologia do IPHAN. Dessa forma, para São Leopoldo, o Módulo Conhecimento, foi considerado como Módulo 1 (M1); o Módulo de Gestão, como, Módulo 2 (M2) e por fim, o Módulo de Cadastro, igualmente como Módulo 3 (M3).

Quadro 1 - Análise comparativa do Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo – SICG/IPHAN

Análise Comparativa do Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo			
Módulos	Fichas	Diretrizes - IPHAN	Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo
Conhecimento	Ficha M101	Contextualização Geral: é direcionada para a coleta e organização das informações relacionadas a um recorte territorial amplo. É contextualização de diversos bens, relacionando-os com o universo cultural pesquisado, seja ele territorial ou temático.	Atendeu
	Ficha M102	Contexto Imediato: é voltada para aplicação em sítios ou conjuntos históricos (urbanos e rurais) que tenham sido identificados ou contextualizados dentro de um recorte territorial ou temático mais amplo, a partir da ficha M101. Não é aplicável para bens isolados.	Atendeu
	Ficha M103	Informações sobre a Proteção Existente: aplicável, especialmente, a conjuntos rurais ou urbanos que já contêm com algum tipo de proteção, seja por legislação cultural ou ambiental.	Atendeu
Gestão	Ficha M201	Pré-setorização: tem como objetivo a construção de um entendimento setorizado sobre os diferentes componentes dos sítios e conjuntos, rurais e urbanos, protegidos ou em processo de proteção, além de suas áreas de entorno, com vistas à normatização e construção de planos de preservação. Ao final, a equipe deve apontar as premissas gerais que nortearão as propostas de normatização e planejamento estratégico da área tombada.	Atendeu
	Ficha M202	Caracterização dos setores: esta ficha tem por finalidade caracterizar, detalhadamente, cada um dos setores estabelecidos a partir do preenchimento da ficha M201. Considerando os problemas, as demandas, os fatores de pressão e as potencialidades identificadas no conjunto ou sítio tombado e áreas de entorno, serão apontadas as principais diretrizes para a normatização e a construção de planos estratégicos de desenvolvimento aliado à preservação do patrimônio cultural.	Atendeu
	Ficha M203	Averiguação e proposição local: nesta ficha, as diretrizes apontadas para cada setor a partir do preenchimento das fichas M201 e M202 serão testadas quadra a quadra, utilizando-se as faces de quadra como unidade mínima de averiguação. Um dos aspectos de análise diz respeito à homogeneidade ou heterogeneidade morfológica das faces de quadra, apresentadas na ficha por meio da sequência fotográfica dos edifícios e que permite ter uma noção da inserção de cada imóvel no contexto da quadra onde está inserido.	Não elaborada

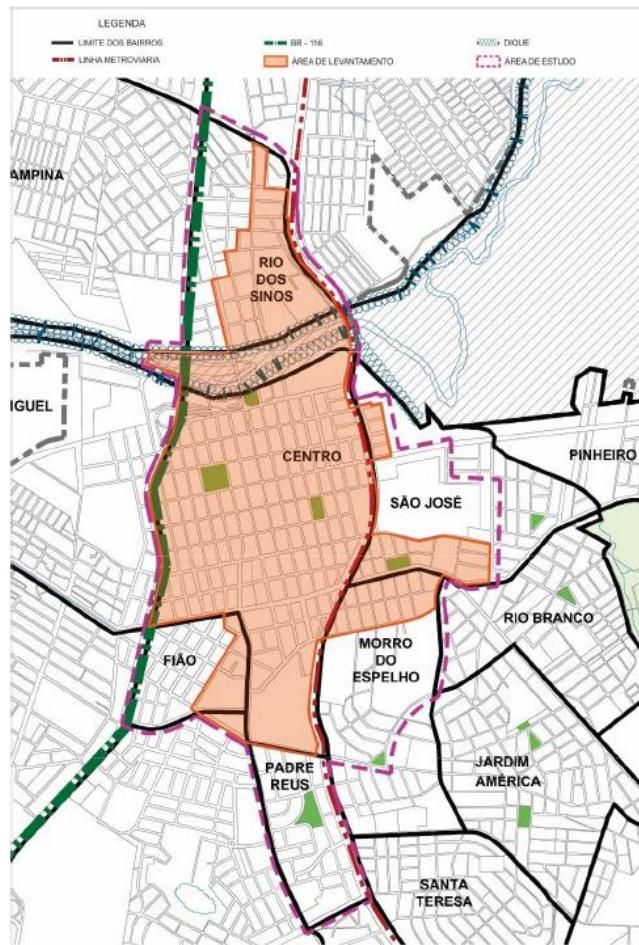
Módulos	Fichas	Diretrizes - IPHAN	Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo
	Ficha M204	Diagnóstico de áreas urbanas – Lote: tem como objetivo a obtenção de dados relativos a cada lote do perímetro em estudo – número de imóveis por lote, número de pavimentos por imóvel, área construída, taxa de vacância, estado de conservação, entre outros	Não elaborada
Gestão	Ficha M205	Diagnóstico de áreas urbanas – Quadra: visa agrupar dados relativos às quadras de maneira global, incluindo desde sua ocupação até a infraestrutura urbana e equipamentos disponíveis. Também tem como finalidade fornecer subsídios para projetos de reabilitação urbana.	Não elaborada
	Ficha M206	Diagnóstico de conservação – Arquitetura religiosa: é destinada, principalmente, para orientar as vistorias em imóveis tombados individualmente, permitindo o acompanhamento de seu estado de conservação e o planejamento de obras necessárias à conservação do bem.	Não elaborada
	Ficha M207	Relatório Fotográfico: voltada para a documentação e organização das fotografias obtidas em campo, seja em estudos ou Inventários de conhecimento, seja em vistorias de bens já protegidos.	Não elaborada
	Ficha M300	Planilha Síntese: a Planilha Síntese consiste em uma listagem com identificação, localização e informações relevantes para a gestão do bem (estado de conservação, estado de preservação, proteção existente e proteção proposta, propriedade, informações cadastrais, data de preenchimento e fonte das informações).	Atendeu
Cadastro	Ficha M301	Cadastro Geral: contém campos de identificação, localização e caracterização comuns a todos os bens de natureza material. Todo e qualquer bem cultural de natureza material deverá ser cadastrado, em primeiro lugar, através do preenchimento desta ficha.	Atendeu
	Ficha M302	Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa: a partir desta, todas as demais fichas do Módulo 3 representam um aprofundamento de informações do bem cadastrado através da M301, conforme a natureza e a categoria de cada um.	Atendeu
	Ficha M303	Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização interna: essa ficha contempla informações relativas ao interior dos bens arquitetônicos, pressupondo o acesso ao imóvel. Deve ser preenchida quando de levantamentos mais detalhados ou da realização de visitas técnicas e/ou vistorias.	Não elaborada

Módulos	Fichas	Diretrizes - IPHAN	Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo
Cadastro	Ficha M304	Bem imóvel – Conjuntos rurais: está voltada para a aplicação em áreas rurais, caracterizada pela existência de fazendas, pequenas propriedades, engenhos e outras ocorrências típicas do patrimônio rural brasileiro. Aborda aspectos morfológicos sobre a implantação e a caracterização arquitetônica dos conjuntos e também do uso e atividades econômicas desenvolvidas (original e atual).	Não elaborada
	Ficha M305	Bem móvel e integrado: esta ficha tem o objetivo de cadastrar o universo que integra as obras de arte e bens integrados às edificações. A ficha contém informações específicas quanto à autoria da obra, tamanho, materiais, técnica, período e detalhes que a identificam dão condições para o conhecimento da autenticidade da peça	Não elaborada
	Ficha M306	Patrimônio Ferroviário: esta ficha foi elaborada visando o cadastro do acervo oriundo da extinta RFFSA, que passou aos cuidados do IPHAN por meio da Lei n.º11.483/07.	Não elaborada
	Ficha M307	Patrimônio Naval: voltada para os estudos do patrimônio naval brasileiro, traz, juntamente com as fichas M304 (de conjuntos rurais) e M306 (patrimônio ferroviário) uma abordagem temática que só recentemente vem sendo tratada pelo Iphan e demais órgãos de preservação.	Não elaborada

Fonte: Elaborado pela Autora.

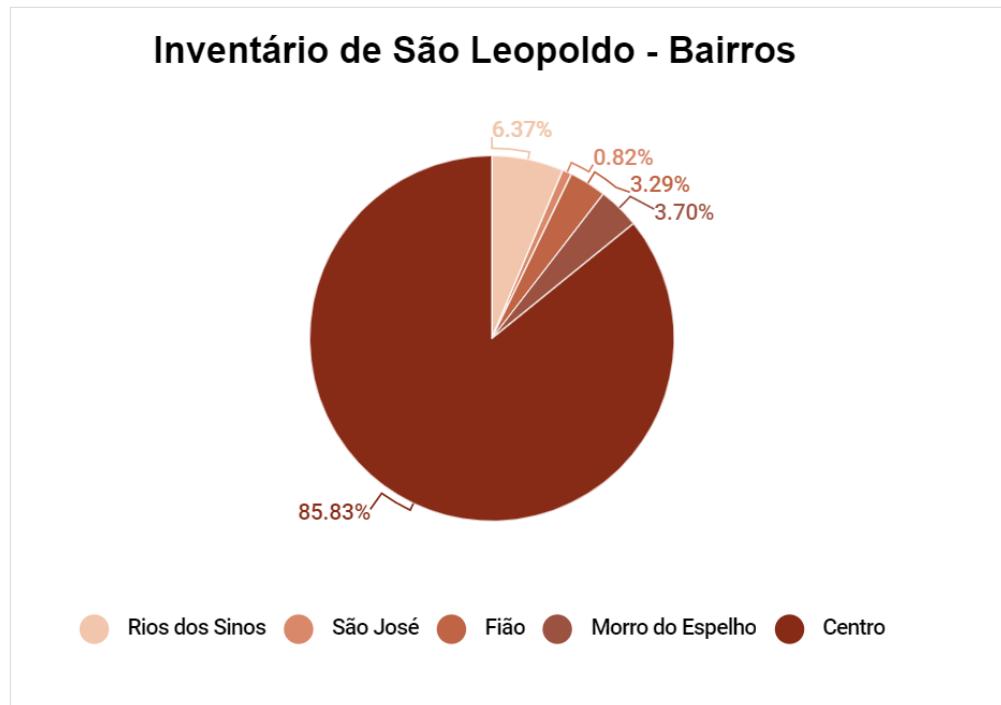
Considerando a análise das fichas conforme diretrizes impostas pelo IPHAN, constatamos que, na elaboração do Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo. foi parcial ao território – conforme se vê no mapa que segue, abordando o bairro Centro, parcialmente os bairros Rio dos Sinos, São José, Fião, Padre Reus e Morro do Espelho. Também há uma única edificação no Bairro da Feitoria, a Casa da Feitoria ou Casa do Imigrante, desconsiderando, por exemplo, a aldeia Por Fi Gâ que está localizada nesse último bairro descrito. Não encontramos o motivo da exclusão dos 22 bairros e área rural, e mais de 80% dos imóveis estão localizados no Bairro Centro (Gráfico 1).

Figura 31 – Mapa de área de estudo do Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo (RS)



Fonte: Documento Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo – NEUTZLING (2016).

Gráfico 1 - Localização dos imóveis do Inventário nos bairros



Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

As fichas do Módulo Conhecimento estão bem elaboradas, considerando todas as etnias, contexto geral e imediato, leis e decretos vigentes. No entanto, essa abordagem histórica ampla não se espelha na eleição dos bens a serem valorizados, o que denota uma falta de comunicação entre o Módulo Conhecimento e os demais módulos. Ressalta-se que não há menção sobre legislação ou levantamento de bens imateriais. Também identificamos que o levantamento do contexto histórico geral e específico foi resultado de uma revisão bibliográfica e documental, não havendo questionários ou entrevistas com pesquisadores ou com a população desse território.

Em relação às informações das edificações foram usadas como base as fichas do Módulo Gestão e a Planilha Geral do Módulo Cadastro. Dessa forma, o resultado desse Inventário foi levantar 512 imóveis, entre os quais foram identificadas edificações com linguagens arquitetônicas tradicionais e exemplares representativas para a arquitetura local. Essas edificações foram divididas com base na linguagem de cada estilo, sendo eles: luso-brasileira, neocolonial, teuto-brasileira, ecléticas XIX e XX, protomoderna, modernista, popular, indefinida, neogótica, neoteuto-brasileira, teuto-brasileira simplificada e contemporânea.

O critério para classificação foi, portanto, a linguagem arquitetônica, o que provocou a inclusão de muitas edificações contemporâneas, por apresentarem uma

linguagem que foi considerada digna de valorização. Seguindo uma análise breve nos estilos arquitetônicos, notamos que, em média, 40% dos prédios analisados na área central são contemporâneos. Conforme documento do Inventário SLP_M01-02, as edificações elencadas como de interesse cultural (512 bens) representam 13,62% do total avaliado nas áreas de estudo¹⁹. Entre essas construções, de valor histórico, artístico e cultural, predominaram as linguagens arquitetônicas protomoderna e teuto-brasileira (56,02%), com tipologia de entrada de varanda – típica da região de colonização alemã.

Quadro 2 - Exemplares das linguagens arquitetônicas dos imóveis do Inventário

Edificação Exemplar	Linguagem Arquitetônica
	Luso Brasileira

¹⁹ A análise do Inventário foi realizada na área demarcada no mapa. Para o documento final no qual obtém-se 512 imóveis, foram estudados 3.657 imóveis existentes dentro da área de estudo, composta por 207 quarteirões.

Edificação Exemplar	Linguagem Arquitetônica
	Ecletica Século XIX
	Ecletica Século XX
	Protomoderna
	Neocolonial

Edificação Exemplar	Linguagem Arquitetônica
	Teuto-Brasileira
	Modernista
	Contemporânea
	Popular

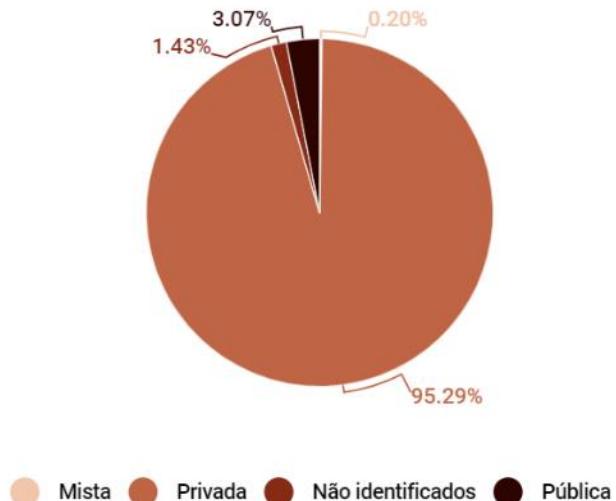
Edificação Exemplar	Linguagem Arquitetônica
	Indefinida
	Neogótica
	Neoteuto-brasileira
	Teuto-Brasileira Simplificada

Fonte: Adaptado pela Autora (2021).

Foram reconhecidos edifícios de propriedade pública (3,07%), privada (95,29%) e mista (0,20%). O edifício de propriedade mista está localizado na Rua Osvaldo Aranha, n.º 110, esquina Rua João Panitz, n.º 23 (Figura 32).

Gráfico 1 – Propriedade dos imóveis do Inventário

Inventário de São Leopoldo - Propriedade



Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

Figura 32 – Edificação conforme Inventário de Propriedade Mista



Fonte: Google Maps (2021).

Dentre as propriedades, encontramos os mais diversos usos, tais como residencial, comercial, institucional, religiosa e monumentos. Conforme o documento

do Inventário (2016), na área de estudo, há predominantemente o uso residencial. No entanto, há uma concentração nas áreas das ruas Independência e Primeiro de Março, e avenidas João Corrêa, Dom João Becker e Getúlio Vargas que são de uso comercial. Os usos mistos e de serviço encontram espaços no tecido urbano, sem formar uma região – considerando a área de análise.

Em relação ao estado de conservação das edificações encontramos um saldo positivo, pois a maioria 88% está em um estado de boa conservação, conforme se pode ver na Tabela 2.

Tabela 2 - Estado de conservação dos Imóveis do Inventários

LINGUAGEM	BEM CONSERVADO	MAL CONSERVADO
Luso-brasileira	0,00%	100,00%
Ecléctico século XIX	83,33%	16,67%
Ecléctico século XX	66,67%	33,33%
Protomoderno	75,00%	25,00%
Neocolonial	87,50%	12,50%
Teuto-brasileira	81,74%	18,26%
Modernista	96,88%	3,13%
Contemporânea	97,55%	2,45%
Popular	83,24%	16,76%
Indefinida	88,79%	11,21%
Neogótica	100,00%	0,00%
Neoteuto-brasileira	93,59%	6,41%
Teuto-brasileira simplificada	85,29%	14,71%

Fonte: Adaptado pela Autora (2021).

Por fim, o Inventário apresenta um complemento de atribuições de valores para a classificação dos graus de proteção. Os valores foram atribuídos devido a seis classes de Instância Cultural: morfológica, cultural, funcional, técnica, paisagística e legal. As instâncias são baseadas pela Tabela de Valores Estabelecidos ao Bem, disponibilizadas pelo IPHAE. Esses valores tornam o patrimônio passível de estar no Inventário.

Quadro 3 - Instâncias de Preservação IPHAE

Instância Cultural	Referência histórica	Fato histórico de interesse para a comunidade.
	Valor de antiguidade	Marco histórico no processo de transformação da cidade.
	Valor tradicional ou evocativo	Significado referencial para a comunidade. Significado afetivo.
	Referência coletiva	Por seu significado, torna-se ponto de referência coletiva.
Instância Morfológica	Valor arquitetônico	Edificações que oferecem interesses pelas qualidades formais que apresentam.
	Referência historiográfica	Influência de modelo consagrado da história da arquitetura.
	Raridade Formal	Expressão rara de manifestação da cultura regional ou qualificada por formas valorizadas.
	Elemento Referencial	Elemento construído preponderante na paisagem urbana.
	Compatibilidade dos anexos	Valor encontrado explicitada a compatibilidade do original e seu(s) anexo(s).
Instância Funcional	Compatibilização com a estrutura urbana	Delimitação não acarreta conflitos com a dinâmica do sistema urbano.
	Potencial de reciclagem	Estrutura passível de readequação funcional.
	Uso Tradicional	Permanência de usos originais nas estruturas existentes.
	Uso peculiar	Presença de atividade de caráter peculiar.
Instância Técnica	Raridade na técnica construtiva	Execução por meio de técnica construtiva rara.
	Raridade no emprego de materiais	Emprego de materiais em desuso.
	Risco de desaparecimento	Processo acelerado de degradação, portanto, em risco de desaparecimento.
	Bom estado de conservação	Obras que resistiram ao tempo sem adequada manutenção.
Instância Paisagística	Compatibilização com a paisagem urbana	Em harmonia com a diversidade da paisagem, com o contexto urbano, seja em escala e/ou tipologia.
	Conjunto de unidades – cenário	Sua inexistência descaracteriza o cenário que compõe. O valor existe no conjunto de unidades.
	Estruturação do cenário da quadra	Conjunto estruturador, preponderante na configuração da paisagem da quadra.
	Elemento referencial	Destaque na paisagem, torna-se referência.
Instância Legal	Proteção federal	Incidência de legislação de preservação em nível federal.
	Proteção estadual	Incidência de legislação de preservação em nível estadual.
	Proteção municipal	Incidência de legislação de preservação em nível municipal.

Fonte: Adaptado pela Autora (2021).

Depois da classificação dos bens pelas instâncias culturais, as edificações foram divididas pelos graus de proteção que se subdividiam em Conservação Rigorosa, Intermediária e Volumétrica.

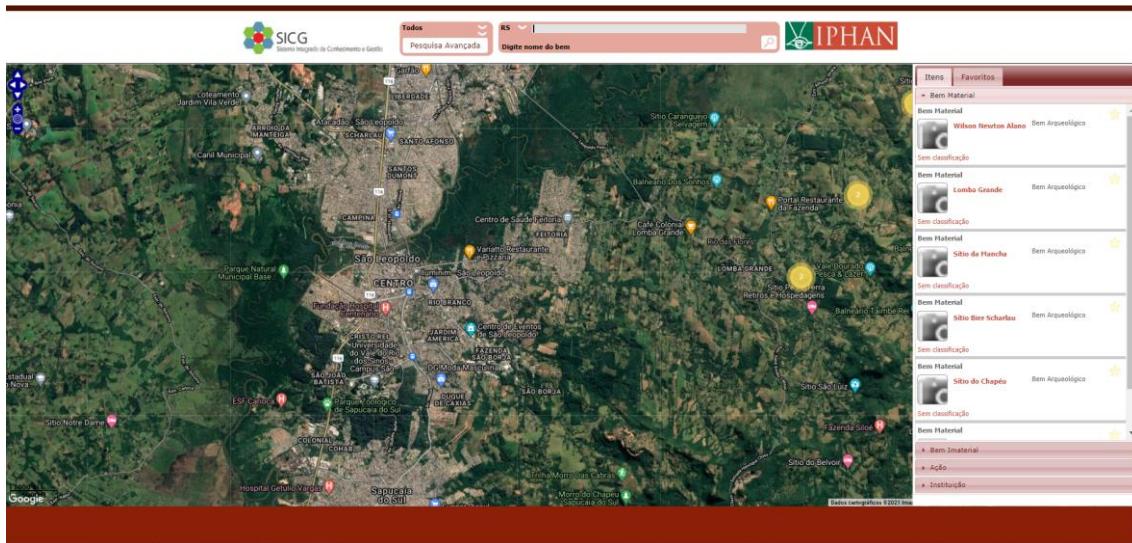
Em um contexto geral, o Inventário constata que as edificações que compõem o Inventário representarão a constituição histórica e geográfica da cidade de São Leopoldo, demarcando o tempo por intermédio das edificações, conforme podemos conferir na descrição do Documento do Inventário SLP_M01-02-R07, (2016, p. 35):

Constitui-se como um conjunto urbano onde o tecido heterogêneo e relativamente íntegro ainda permite uma leitura do seu processo evolutivo. Os conjuntos edificados, em sua maioria, no alinhamento predial, com um pavimento, ainda transmitem uma certa percepção de continuidade aos espaços, sendo que a horizontalidade da silhueta vem sendo ameaçada por ilhas de uma arquitetura bastante verticalizada, que sobressaem na paisagem. A heterogeneidade da região, no entanto, não inviabilizou a persistência de construções representativas de diversas linguagens, de grande importância na compreensão do conjunto. Tais peculiaridades justificam o estabelecimento de normativas de preservação, visando a manutenção de uma leitura integrada do patrimônio histórico, artístico e cultural, relevante ao entendimento da evolução local e regional.

Percebemos que o Inventário não cumpriu toda a metodologia proposta pelo IPHAN, dando ênfase a um panorama geral, para edificações do centro e ao aspecto arquitetônico do patrimônio (e não ao conceito mais amplo de patrimônio cultural). Quando analisado o documento, não encontramos a justificativa sobre o porquê da não elaboração de todas as fichas e o motivo pelo qual foi desenvolvido somente no território central.

Subtendemos que, pela metodologia apresentada no SICG, após o preenchimento das fichas em *Word* e *Excel*, deveria ser compatibilizado e compartilhado na plataforma do SICG. No entanto, quando acessamos a plataforma *on-line*, não encontramos nenhum bem patrimonial registrado na cidade de São Leopoldo, como pode ser verificado na Figura 33, que segue. Os bens patrimoniais registrados nas proximidades, como aparece no mapa, são referentes aos municípios vizinhos.

Figura 33 – Mapa do SICG em São Leopoldo



Fonte: Site SICG.

Diante disso, visitamos a SECULT de São Leopoldo em novembro de 2020, e questionamos sobre alguns encaminhamentos e histórico de construção do Inventário. O diretor de patrimônio da referida secretaria em resposta argumentou que, na última troca de gestão de governo, muitos dos registros não foram repassados, mas que se subentende que a escolha da área central se justifica por ser o local com mais edificações históricas e com interesse cultural, porém reforçou que há outros patrimônios na cidade que deveriam estar inventariados.

Em referência à participação social, como já mencionado anteriormente não constatamos nenhuma audiência, conversa, workshop ou interação com os habitantes para elaboração do Inventário. No entanto, no decorrer do processo, em uma ocasião e na entrega final, ocorreu uma apresentação da equipe responsável para o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural da cidade de São Leopoldo (COMPAC), quando foi explicada brevemente a metodologia usada, alguns imóveis e o que seria/estava sendo entregue. Nesses episódios, a autora deste trabalho não integrava o Conselho.

Posteriormente à entrega, em 2017, ingressamos no COMPAC, como representante suplente do IAB/RS, no qual o volume do Inventário foi abarcado, discutido e revisado, compreendendo que algumas edificações já não existiam, e outras relevantes ao interesse cultural não estavam descritas no material recebido. Com essa análise prévia, a Secretaria de Gestão e Governo em conjunto com a SECULT estão em processo de criação e aprovação da legislação efetiva. Enquanto isso, o Inventário está protegido pelo Decreto n.º 9.296, de 2019.

O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de São Leopoldo (COMPAC) foi criado pela Lei n.º 3.811/1992. Desde então tem-se constituído como uma esfera de participação social no critério patrimônio na cidade. Sua efetividade é variável, dependendo da gestão de governo, levando-se em conta que tem caráter consultivo. No decorrer dos anos de 2017 a 2019, o mais próximo que a população chegou do Inventário – considerando que havia restrição na divulgação devido a vários imóveis terem sido demolidos, foi por meio das reuniões do Conselho, que possui integrantes da sociedade civil. O COMPAC é composto por 14 integrantes (sete da Administração Municipal e sete da Sociedade Civil). São 14 titulares e 14 suplentes. Evidentemente, o conselho possui 14 possibilidades de votos, no entanto, se a participação for efetiva de todos os membros – titulares e suplentes, podemos ouvir a opinião de 28 pessoas. Para viés desta pesquisa, é necessário considerar que, desses 28 participantes, somente nove são mulheres.

Atualmente, os sete representantes da sociedade civil presentes no Conselho são representantes da Administração, a saber: dois representantes da Secretaria de Cultura e Relações Internacionais; um Secretário de Cultura e Relações Internacionais; um da Coordenação de Patrimônio; um representante da Secretaria de Meio Ambiente; um representante da Secretaria Geral de Governo – Diretoria de Urbanismo; um representante da Procuradoria Geral do Município; um representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turístico e Tecnológico – (Diretoria de Turismo); um representante da Secretaria da Fazenda. Outros sete são representantes de entidades culturais da comunidade, sendo um representante da Câmara dos Vereadores; um da Associação dos Engenheiros e Arquitetos; um representante do Museu Histórico São Leopoldo; um representante da Unisinos; um representante do Corpo de Bombeiros; um representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil; e um representante da Escola Superior de Teologia.

Posto isto, concluímos que o Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo é uma listagem que servirá de auxílio para a preservação do patrimônio edificado e central, sem considerar representatividade, participação social, patrimônios imateriais e até mesmo patrimônios materiais, como objetos, documentos, fotografias entre outros. A opção pelo desenvolvimento do Inventário a partir dessa metodologia limitou suas possibilidades de representação da diversidade da cidade.

Vale ressaltar que, chegando no segundo semestre de 2021, ainda não está implementada a legislação referente ao Inventário, ou seja, há o Decreto n.º 9.296,/2019 de 13 de junho de 2019, que homologa o Inventário de Bens Imóveis de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de São Leopoldo. O Decreto ainda estipula que os proprietários dos imóveis têm sessenta dias para pedidos de exclusão do Inventário, e são obrigados a preservarem e conservarem os bens ou incorrerão em multas, caso descharacterizarem ou destruírem o bem. Além disso, não foi implementada nenhuma lei de incentivo, organização, valorização ou política pública que ajude na preservação dos bens patrimoniais.

Quando questionadas a Secretaria de Cultura e a Diretoria de Patrimônio da cidade sobre a instituição da legislação pertinente, ambas alegaram que não foi possível a aprovação devido aos condicionantes da pandemia COVID-19 estarem em prioridade em toda a gestão municipal nos anos de 2020 e 2021. No entanto, sublinha-se que o Inventário se encontra sob domínio da gestão municipal desde 2016.



PATRIMÔNIO E INVENTÁRIO

3 PATRIMÔNIO E INVENTÁRIO: POSSIBILIDADES PARA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Patrimônio e Inventário, um conceito e uma metodologia basilares para a presente pesquisa, estão constantemente sendo modificados, alterados, reinventados e reconduzidos com o passar do tempo. Suas definições estão em constante mudança.

Considerando que um estado da arte sobre o conceito de patrimônio é uma empreitada que não cabe em um capítulo de dissertação, buscamos uma compreensão mais especificamente relacionada com nossa problemática: a presença das discussões sobre participação social na história do conceito de patrimônio no Brasil.

Em relação ao Inventário cuja história e formato tradicional já foram discutidos no capítulo anterior, enfocamos agora em sua versão participativa: o Inventário Participativo.

Portanto, o que se apresenta a seguir são abordagens sobre as ideias de patrimônio e métodos de inventariação, quando tensionadas pela necessidade ou o desejo da participação social.

3.1 CONCEITOS E TRAJETÓRIAS: PATRIMÔNIO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Patrimônio é uma forma de justificar o passado, um discurso sobre presente e um apontamento de caminhos para o futuro. É para o idoso lembrar, o adulto entender e a criança aprender. É um eterno questionamento: de onde viemos e para onde vamos? Patrimônio é um conceito que está em constante construção, e vem ganhando cada vez mais visibilidade com o passar dos anos.

O patrimônio é um conjunto de bens tangíveis e intangíveis (materiais, valores, símbolos, atitudes, conhecimentos, comunicação, formas de organização etc.) que caracteriza a herança de um determinado grupo social, reforçando a identidade e as características próprias desse grupo. Patrimônio herda-se, modifica-se, transmite-se, aprimora-se, atualiza-se de geração para geração. Quando o patrimônio representa um grupo de poder (político ou religioso), ele pode ter sua representatividade estendida além do próprio grupo, como ocorre em relação ao patrimônio de São

Leopoldo. Nessa cidade, o patrimônio contribui para dar visibilidade à cultura teuto-brasileira, em detrimento de outras, e para a consolidação de um discurso hegemonicó e único sobre a cidade, como "berço da colonização alemã".

Canclini (1994, p. 96) traz uma reflexão sobre um patrimônio elitista que afasta os bens patrimoniais da maioria da população, não considerando as divisões de classes, etnias, grupos:

O patrimônio cultural expressa a solidariedade que une os que compartilham um conjunto de bens e práticas que identifica, mas também costuma ser um lugar de cumplicidade social. As atividades destinadas a defini-lo, amparadas pelo prestígio histórico e simbólico dos bens patrimoniais, incorrem quase sempre numa certa simulação ao sustentarem que a sociedade não está dividida em classes, etnias e grupos, ou quando afirmam que a grandiosidade e o prestígio acumulados por esses bens transcendem essas frações sociais.

Por outro lado, os sistemas de atribuição de valor patrimonial também se transformam ao longo do tempo, e, na contemporaneidade, esse campo vem sendo constantemente confrontado pelo movimento conhecido como "giro decolonial", pelo movimento e o pensamento feminista e pela crítica ao racismo epistêmico.

Bo (2003) aborda o patrimônio como um acúmulo de tempos, afirmando que o conceito foi construído por camadas. A primeira delas seria a camada religiosa, com a ideia do patrimônio sagrado da fé, por meio da qual os bens religiosos, até hoje, são reconhecidos. A segunda camada, monárquica, deslocou o conceito da influência religiosa para contemplar a ordem cultural, como, bibliotecas e arquivos reais; essa influenciou o patrimônio na França. E a última, e talvez a mais emblemática, a camada nacional, quando a noção de preservação do patrimônio ganha ênfase (BO, 2003).

Poderíamos acrescentar que os tensionamentos do conceito de patrimônio propostos pelo pensamento decolonial incluíram uma nova camada nessa história: a camada popular. Ela vem sendo revelada mediante práticas participativas e do desenvolvimento do conceito de patrimônio imaterial. Amaral (2015) coloca que a colonialidade entra em cena, quando a capacidade humana de percepção – intelectual e emocional – é substituída por um conjunto de valores estéticos e construídos impostos como únicos.

Em suas origens, do direito romano antigo, patrimônio vem do latim *patrimonium*, em que *pater* significa "pai", propriedade paternal, herança do pai, mais *-monium*, sufixo, indicando condição, estado ou ação.

O conceito de patrimônio, surgido no âmbito privado e do direito de propriedade, estava intimamente ligado aos pontos-de-vista e interesses aristocráticos. O patrimônio, se assim podemos chamar, era um valor aristocrático e privado, referente à transmissão de bens no interior da elite patriarcal romana. O patrimônio era patriarcal, individual e privativo da aristocracia. (CARLAN; FUNARI 2010, p. 16).

A noção moderna de patrimônio nasce em conjunto com a formação dos Estados nacionais modernos. Historicamente, foi o vandalismo revolucionário da Revolução Francesa que resultou nas primeiras ações modernas de proteção de monumentos históricos.

É neste momento revolucionário que a necessidade de políticas públicas para preservar e valorizar os bens representativos da nação foi afirmada, o que levaria no século XX à consolidação dos instrumentos legais de proteção ao patrimônio, agora classificado como bem público. (BO, 2003, p. 24).

Os franceses criaram entre os anos de 1790 e 1795, a Comissão dos Monumentos e a Comissão Temporária das Artes, que tinham como objetivo tentar inventariar e conservar obras de arte. No primeiro momento, em 13 de outubro de 1790, foi elaborado um decreto para bloquear o vandalismo e as degradações dos monumentos das ciências e das artes.

A “Inspetoria Geral dos Monumentos Históricos” foi criada na França, em 1830 tendo como objetivo inventariar, classificar (isto é, proteger legalmente) e restaurar os monumentos detentores de valores históricos e arquitetônicos. A primeira lista de monumentos históricos protegidos pela comissão, publicada em 1840, era formada por 1082 bens, sendo a maioria (934 bens, ou seja, 80% do total) composta por edificações antigas e medievais, especialmente aquelas religiosas. [...]. (ANDRADE JR, 2020, p. 39).

Não é por acaso que a ideia de patrimônio nasce do antigo direito romano e consolida-se durante a Revolução Francesa. Considerando que a cidade edificada é representativa de um poder e um discurso, no contexto de transição de poder (seja dos imperadores romanos, como o caso clássico de Adriano, ou dos revolucionários franceses), é comum o processo de destruição das manifestações edificadas que representam o regime antecessor e a impressão de novas mensagens na paisagem urbana, como aponta Sennett (2003).

Torelly (2012) acrescenta que, após esse marco moderno relacionado com a França revolucionária, distintos conceitos de conservação, preservação e

reconhecimento foram elaborados, seguindo diferentes linhas de pensamento respectivas aos seus valores centrais, gestão e definição.

Segundo Stocker Jr. (2019), no aspecto legal, o patrimônio espalha-se durante século XIX a partir de legislações nacionais que assumem uma postura de preservação “em nome do povo”, tido como seu destinatário eminente e o responsável por essa herança. No entanto, a patrimonialização trouxe a implementação de valores predominantemente associados à construção dos Estados-Nação e de uma representação de identidade nacional. O acondicionamento dessas construções como projeto nacional provém de um lugar específico e de um tempo também específico tomado como referência: o Ocidente oitocentista (CHOAY, 2017).

Já no século XIX, engloba-se novas abordagens para os monumentos históricos que até o momento era constituídos por edifícios excepcionais. A partir desse século, não se considera só a escala do edifício – escala particular, mas o seu entorno, envolvendo o núcleo urbano. John Ruskin junto com William Morris, são os primeiros a considerar os complexos urbanos como patrimônios. “John Ruskin foi o primeiro a enunciar o valor e a promover a conservação de uma herança modesta e vernacular, constituinte do tecido das cidades antigas” (CHOAY, 2017, p. 21). Começam então as descobertas arqueológicas e coloniais, ampliando a noção do patrimônio, contudo ainda se mantém o foco em edifícios religiosos e civis anteriores ao século XIX.

No Brasil, tensionamentos do conceito de patrimônio e sua associação a uma “materialidade de exaltação de uma imaginada cultura europeia, branca, masculina e exclusiva” (CARVALHO; MENEGUELLO, 2020, p. 24) e a busca por sua pluralização começam a aparecer na segunda metade do século XX. Desde então, discutem-se e buscam-se processos de patrimonialização que valorizem identidades compartilhadas e processos participativos, no esteio dos debates sobre o Direito a Cidade e a participação nos processos políticos, também inaugurados na década de 1960. Aqui, a questão da participação é incorporada ao patrimônio na década de 1980, e veio acompanhada do reconhecimento da esfera imaterial.

As primeiras ideias de defesa dos monumentos históricos no Brasil começaram a ganhar viabilidade em 1922, quando foram criadas Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos em Minas Gerais em 1926, na Bahia em 1927 e em Pernambuco em 1928. Entretanto, um arcabouço jurídico de patrimonialização foi construído apenas na década de 1930, quando já haviam ocorrido inúmeras perdas

ocasionadas pelas reformas sanitárias da virada do século XIX para o século XX. No Rio de Janeiro, por exemplo, esse processo levado a cabo por Pereira Passos na primeira década do século XX ficou conhecido como Bota-Abaixo, em que se estima que mais de seiscentas edificações tenham sido destruídas para dar lugar às obras de reformulação urbana que objetivavam imprimir uma imagem moderna à capital nacional, nos moldes da Paris do século XIX.

Na década de 1930, também acontecia em nível mundial a construção da Carta de Atenas, que até hoje é referência na área do urbanismo e patrimônio. A Carta de Atenas foi um manifesto urbanístico resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna em Atenas no ano de 1933. Esse documento orientava o papel do urbanismo dentro da sociedade, traçava diretrizes e fórmulas que seriam aplicáveis internacionalmente. Considerava a cidade como um organismo, de modo que as necessidades do homem, como habitação, trabalho, circulação e diversão, fossem claramente resolvidas.

A Carta trata também do patrimônio histórico das cidades, decretando os valores arquitetônicos que deveriam ser mantidos. Porém, se sua permanência for prejudicial ao urbanismo, poderá ser destruído e deve-se dar lugar para áreas verdes, porque independentemente da destruição, a população ganhará de alguma forma. O objetivo inicial era a preservação, assim, incluía a diretriz que estilos antigos não deveriam ser impostos em novas edificações, evitando uma construção fictícia, falsos patrimônios (CIAM - CARTA DE ATENAS, 1933).

No Brasil, em 1933, era realizada uma das primeiras proteções no âmbito legal. Com a promulgação do Decreto-Lei n.º 22.928, de 12 de julho de 1933, o Conjunto Histórico da cidade de Ouro Preto em Minas Gerais foi reconhecido pelo seu passado histórico, seus patrimônios edificados e por ter sido palco da Inconfidência Mineira. Nesse contexto, Roveta (2005, p. 54) reforça que as:

[...] primeiras manifestações jurídicas são observadas no texto da Constituição da República promulgada em 1934, onde mostram a noção de patrimônio histórico e artístico nacional, além de competir a União e aos Estados, proteger as belezas naturais e os monumentos históricos e artísticos, impedindo a evasão de obras de arte no território brasileiro.

Compreende-se que a ideia de patrimônio também acompanha o processo de formação do Estado moderno brasileiro. Nesse momento, a política de patrimonialização participou da campanha de nacionalização de Vargas, que

promovia o enaltecimento de símbolos nacionais por intermédio de meios de comunicação e produções culturais (WERLE, 2012).

Coube a Gustavo Capanema, Ministro da Educação de 1934 a 1945, tomar a iniciativa dos estudos para um novo projeto de lei federal referente à matéria. Na primeira fase dos trabalhos contou com a colaboração do historiador Luís Camilo de Oliveira Neto, que tinha recomendado a adoção de “um pano geral visando a conservação e aproveitamento dos monumentos nacionais” mediante legislação adequada, criação de um órgão específico para o assunto e de museus regionais como números de estudos e pesquisas. (IPHAN, 1980, p. 12).

Amaral (2015 apud SCHWARTZMAN; BOMENY; RIBEIRO COSTA, 2000) informa que Capanema assumiu o Ministério logo após a promulgação da Constituição de 1937, em que destaca o Artigo 138: “Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas [...] b) estimular a educação eugênica:

Os primeiros anos da gestão Capanema são também tempos de elaboração do Plano Nacional de Educação, lançado em 1937 e no qual a educação aparecia como o meio de criar uma cultura nacional comum e disciplinar as gerações, a fim de 'produzir uma nova elite para o país. Uma elite católica, masculina, de formação clássica e disciplina militar', segundo coloca Schwartzman. (AMARAL, 2015, apud SCHWARTZMAN; BOMENY; RIBEIRO COSTA, 2000, p. 218).

Em 1937, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), uma autarquia federal do governo do Brasil, vinculada ao Ministério da Educação, responsável pela preservação e divulgação do patrimônio material do país. Assim, a Constituição dos Estados Unidos do Brasil incluía uma disposição mais rígida em prol do patrimônio:

Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens e locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra ele cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional. (BRASIL, 1937).

O SPHAN realizava pesquisas, viagens, restaurações e tombamentos. O tombamento era uma tarefa exclusiva do SPHAN, reforçando a centralização exacerbada do poder e escolha dos bens patrimoniais que eram ditados por um grupo pequeno de técnicos – arquitetos, formados na Escola de Belas Artes. Meira (2004) salienta que os bens de relevância nacional representavam o interesse do estado e

do município, já os bens correspondentes à população e aos marcos da comunidade raramente eram oficialmente reconhecidos.

O Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, Lei de Tombamento, organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, e divide os registros dos bens tombados em quatro Livros Tombos: 1) Livro Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagismo; 2) Livro Tombo Histórico; 3) Livro Tombo das Belas Artes e 4) Livro Tombo das Artes Aplicadas. Os bens patrimoniais ainda seguem voltados as grandes obras e interesses.

Andrade Jr. (2020) sugere que o instrumento de tombamento foi aplicado de forma ampla e como um único instrumento de preservação no país por algumas décadas, sendo incorporado nas leis estaduais e municipais como a principal forma de preservação do patrimônio.

Naquele momento, os monumentos barrocos do séc. XVIII e as edificações coloniais foram valorizados e preservados como patrimônio nacional e genuíno, contribuindo para a identidade modernista, livre das influências europeias, conforme sugere a Carta de Atenas.

Em 1946, o SPHAN é elevado à categoria de Diretoria, passando a denominar-se Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Os primeiros trinta anos da instituição é conhecida como “a fase heroica”, pois houve um empenho em recuperar o tempo de abandono e a destruição promovida pelas reformas urbanas sanitárias. De acordo com IPHAN (1980, p. 19):

[...] sua principal atividade concentrou-se em não deixar que as edificações civis e religiosas, semi-abandonadas, ou deficientemente usadas, desabassem, desaparecessem em ruína. A par disto, toda a atividade para sensibilizar a população, quanto ao valor e importância do acervo cultural representado pelos edifícios que compunham os núcleos tombados e pelos bens imóveis neles existentes, teve de ser empreendida com caráter permanente, através de publicações técnicas, da divulgação jornalística, da criação de museus regionais, da organização de exposições, além de outras iniciativas educacionais e culturais.

Conforme Andrade Jr. (2020), assim como na França, no Brasil a seleção dos primeiros bens patrimoniais está relacionada a identidade nacional, sendo formado por bens dos séculos XVI, XVII e XVIII. Vale ressaltar que, nos primeiros trinta anos de atuação do SPHAN, 94,8% dos bens protegidos eram correspondentes a exemplares do patrimônio arquitetônico, que se divide em arquitetura privada (solares

e sobrados), arquitetura pública (cadeias e palácios dos governos), arquitetura rural (engenhos e fazendas) e, por fim, arquitetura religiosa (igrejas e conventos).

Percebe-se claramente que as primeiras tomadas de preservação excluíam alguns atores da construção e da conservação da história brasileira, elevando e priorizando os bens patrimoniais eurodescendentes e patriarcais. Contudo, após a Segunda Guerra Mundial, a conceituação de patrimônio sofreu transformações, ampliando a sua natureza e abrangência. A maioria das alterações foram indicadas na Carta de Veneza (1964)²⁰. Conforme essa carta, os bens patrimoniais passam a incluir edificações rurais e vernaculares, identificando-as, como monumentos de dados materiais e de conhecimentos, com aspectos memoriais e simbólicos.

A segunda fase da instituição corresponde aos anos de 1967 a 1979. Levando-se em conta o processo de modernização urbano-industrial nacional, a necessidade de reformas nas infraestruturas de transporte e a valorização imobiliária dos centros urbanos, essa nova fase tentou conciliar a preservação com o novo desenvolvimento das regiões. Em 1970, o órgão assume a denominação de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Em 1975, houve a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) sob o comando de Aloísio Magalhães. A proposta tinha como objetivo a atualização da discussão sobre o sentido da preservação e da ampliação da concepção de patrimônio. Os projetos-pilotos desenvolvidos pelo CNRC favoreceram a instauração de parâmetros para uma interlocução entre processos educacionais e preservação patrimonial. Também com a pressão do processo de desenvolvimento econômico nacional, o CNRC defendia a formulação de um sistema de coleta, processamento e divulgação de dados com o intuito de embasar o planejamento de futuras ações com informações referentes a cultura nacional (IPHAN, 2014a). Além disso, tratava da aproximação dos diversos sujeitos envolvidos na produção, circulação e consumo de bens culturais, reconhecendo-os como detentores do saber fazer.

²⁰ A Carta de Veneza, também conhecida como Carta Internacional para a Conservação e Restauro de Monumentos, é um dos documentos básicos na área de preservação patrimonial. Foi elaborada no II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos em Veneza, em maio de 1964. Dentre as definições, compreende-se que são patrimônios, as edificações arquitetônicas isoladas, os sítios urbanos ou rural que representa a história de uma civilização ou acontecimento, e, a partir desse documento, é que as edificações modestas também podem ter significado cultural e representação. Também foi reconhecido que o patrimônio histórico é um tesouro universal, não ficando limitado a responsabilidade local, mas global.

Em contrapartida, no contexto internacional, em 1980, o *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS), da Austrália, lançou a Carta de Burra. A carta instruía a conservação e gestão de todos os sítios com importância cultural, incluindo os naturais, os indígenas e os com valores históricos, baseados nas experiências e conhecimento dos seus integrantes, ampliando e modificando mais uma vez a conceituação do patrimônio. Segundo Torelly (2012), o patrimônio e as políticas de gestão e conservação eram responsáveis por instituir uma herança cultural dominante, uma visão unilateral que subalternizava as demais manifestações, porém, com a inserção das experiências, do reconhecimento dos legados da cultura popular e do caráter imaterial – manifestações socioculturais, o conceito começou a complementar a representatividade social.

Ao final do século XX, o surpreendente desenvolvimento científico-tecnológico e os enfrentamentos sociais, ideológicos e culturais levaram ao fim de utopias e a brutais desilusões, resultando também numa crise de referência sobre o lugar do intelectual no mundo contemporâneo. (CHUVA, 2012, p. 14).

Até meados da década de 1980, os órgãos de preservação protagonizavam as políticas de preservação, tendendo a reconhecer apenas o notável – o maior, o mais antigo e o melhor –, produzindo um modelo canônico de patrimônio que se destacava do cotidiano (HARRISON, 2013). Em 1981, nasce o Projeto Interação com diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC. Uma das diretrizes era intitulada Interação entre Educação Básica e os Diferentes Contextos Culturais Existentes no País, que tinha ações destinada a proporcionar à comunidade os meios de participar do processo educacional como maneira de garantir os conteúdos culturais, e fazendo com que a população valorizasse os próprios bens culturais de sua comunidade.

A proposta defendida pelo Projeto Interação consistia, de acordo com documentos disponíveis, no apoio à criação e ao fortalecimento das condições necessárias para que o trabalho educacional se produzisse referenciado na dinâmica cultural, reafirmando a pluralidade e a diversidade cultural brasileira (IPHAN, 2014a). O projeto consistia em um percurso dos paradigmas da gestão pública que caracteriza as articulações entre Estado e sociedade civil. Paralelamente, no 1.º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, realizado no Museu Imperial de Petrópolis-RJ, ocorre em 1983 a introdução no Brasil da expressão Educação

Patrimonial²¹ como uma metodologia inspirada no modelo da *heritage education*, desenvolvido na Inglaterra (IPHAN, 2014b).

A democratização do patrimônio artístico e cultural brasileiro vem com a Constituição Federal de 1988. Dentre os aspectos tratados, podemos destacar uma maior participação social na produção dos bens patrimoniais, o respeito a práticas populares, a preservação da memória de todos os grupos étnicos e sociais. Também, os bens de natureza imaterial, vigilância, tombamento e desapropriação passaram a incluir os instrumentos jurídicos de proteção do patrimônio na Constituição Federal, propriamente no Art. 216, § 1.º, conforme se pode ver no Quadro 4, a seguir.

Além do artigo acima mencionado, a Constituição dedica outros artigos em prol do patrimônio cultural, como, o artigo 215, que dispõe sobre o Plano Nacional de Cultura em seu § 3.º, inciso I; também se encontra no Artigo 5.º, LXXIII, que qualquer cidadão pode propor uma ação popular para proteger o patrimônio, e complementa com o Art. 225, § 1.º, II; § 4.º e § 7.º. Além disso, foi incluído pela Emenda Constitucional n.º 71, de 2012 (BRASIL, 2012).

Quadro 4 - Resumo das Legislações Federais com Artigos para o Patrimônio

Lei	Artigo
Constituição Federal de 1988.	<p>Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:</p> <p>I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.</p> <p>§ 1.º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de Inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.</p>

²¹ Em 1996, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro lançaram o Guia Básico de Educação Patrimonial, que se tornou o principal material de apoio para ações educativas realizadas pelo IPHAN. (IPHAN, 2014). A proposta metodológica abordava quatro etapas para a compreensão concreta dos fenômenos culturais que consistiam em observação, registro, exploração e apropriação, e reivindicavam que a educação patrimonial não era uma atividade única e isolada, mas um processo permanente e sistemático.

Lei	Artigo
	<p>§ 2.º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.</p> <p>§ 3.º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.</p> <p>§ 4.º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.</p> <p>§ 5.º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.</p>
Constituição Federal de 1988.	<p>LXXIII – qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus de sucumbência;</p> <p>Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:</p> <p>[...] VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;</p> <p>Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações:</p> <p>[...]</p> <p>§ 1.º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:</p> <p>[...]</p> <p>II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;</p> <p>[...]</p> <p>§ 4.º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.</p> <p>[...]</p> <p>§ 7.º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1.º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1.º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos. (BRASIL, Constituição Federal de 1988)</p>

Lei	Artigo
Emenda Constitucional n.º 71, de 2012.	<p>Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.</p> <p>§ 1.º O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios:</p> <ul style="list-style-type: none"> I - diversidade das expressões culturais; II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais; III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais; IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural; V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas; VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais; VII - transversalidade das políticas culturais; VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil; IX - transparência e compartilhamento das informações; X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social; XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações; XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura. <p>§ 2.º Constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da Federação:</p> <ul style="list-style-type: none"> I - órgãos gestores da cultura; II - conselhos de política cultural; III - conferências de cultura; IV - comissões inter gestores; V - planos de cultura; VI - sistemas de financiamento à cultura; VII - sistemas de informações e indicadores culturais; VIII - programas de formação na área da cultura; e IX - sistemas setoriais de cultura. <p>§ 3.º Lei federal disporá sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, bem como de sua articulação com os demais sistemas nacionais ou políticas setoriais de governo.</p> <p>§ 4.º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias.</p>

Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

Assim, foi a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) que diferenciou a condição dos bens patrimoniais como objetos de política pública, ampliando consideravelmente a autonomia dos municípios brasileiros que passam a exercer a proteção do patrimônio histórico-cultural local, além de transmitir que a “criação das políticas públicas na preservação de patrimônios precisa de uma atuação governamental mais participativa e menos centralizadora, que atende e beneficie os desejos do coletivo” (TAVARES, 2012, p. 83).

Não se trata, portanto, de pretender imobilizar, em um tempo presente, um bem, um legado, uma tradição de nossa cultura, cujo suposto valor seja justamente a sua condição de ser anacrônico com o que se cria e o que se pensa e viva agora, ali onde aquilo está ou existe. Trata-se de buscar, na qualidade de uma sempre presente e diversa releitura daquilo que é tradicional, o feixe de relações que ele estabelece com a vida social e simbólica das pessoas de agora. O feixe de significados que a sua presença significante provoca e desafia. (IPHAN, 2014a).

Em 2009, o Decreto n.º 6.844 (BRASIL, 2009) vincula a Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC) ao recém-criado Departamento de Articulação e Fomento (DAF), com o objetivo de fortalecer uma instância dedicada à promoção, à coordenação, à integração e à avaliação da implementação de programas e projetos de Educação Patrimonial no âmbito da Política Nacional do Patrimônio Cultural. Ao sistematizar as diretrizes norteadoras ampliam-se as noções de patrimônio, inclui o patrimônio imaterial – até então novo – e cria modelos de gestão mediante a construção coletiva (IPHAN, 2014b).

O Decreto n.º 3.551/2000 institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, instrumento legal de preservação, reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial brasileiro. Esses bens são identificados pelas Celebrações, os Lugares, as Formas de Expressão e os Saberes, ou seja, as práticas, as representações, as expressões, os lugares, os conhecimentos e as técnicas que os grupos sociais brasileiros reconhecem como parte integrante do seu patrimônio cultural. São divididos em quatro livros de registros: o Livro de Registro dos Saberes; o Livro de Registro das Celebrações; o Livro de Registro das Formas de Expressão; e o Livro de Registro dos Lugares.

[...] Do cultural expandimos para o natural. Do material, caminhamos para o imaterial. Das percepções eurocêntricas da própria epistemologia do patrimônio, deslocamos os sentidos para outras percepções culturais acerca

da memória é do patrimônio. Consideramos todas essas revisões no campo patrimonial como imensas conquistas de lutas sociais. De certa forma, ao analisarmos essas movimentações ao longo do tempo e do espaço, entendemos que a luta pelo direito à diversidade também esteve presente no que escolhemos como nossos patrimônios. (CARVALHO; MENEGUELLO, 2020, p. 24).

Segundo o IPHAN, esses bens caracterizam-se pelas práticas e domínios da vida social, apropriados por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade. São transmitidos de geração a geração e constantemente recriados pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, sua interação com a natureza e sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade. Contribuem, dessa forma, para promoção do respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Conforme as palavras de Gilberto Gil:

[...] pensar em patrimônio agora é pensar com transcendência, além das paredes, além dos quintais, além das fronteiras. É incluir as gentes. Os costumes, os sabores, os saberes. Não mais somente as edificações históricas, os sítios de pedra e cal. Patrimônio também é o suor, o sonho, o som, a dança, o jeito, a ginga, a energia vital, e todas as formas de espiritualidade de nossa gente. O intangível, o imaterial. (IPHAN, 2008).

Os diferentes contextos sociais e culturais é que moldam o jeito de ser e estar dos agentes no mundo e assim entendem o patrimônio da sua maneira. É fundamental que o movimento de recuperar, valorizar, preservar e até mesmo ressignificar os bens patrimoniais aconteça por meio da educação e da construção coletiva. O Inventário Participativo é uma metodologia que trabalha com a construção coletiva, permitindo essa nova percepção sob o patrimônio ou objeto estudado.

Não apenas relativa ao âmbito do patrimônio, a participação social é um grande tema de discussões desde a Constituição Federal de 1988, que garantiu a participação da sociedade na gestão de políticas e programas promovidos pela esfera Federal. Segundo Lüchamnn (2006), a concepção de participação política diz respeito à extensão do exercício do poder político a todos os cidadãos, considerados aptos (e em condições de igualdade) para definir os rumos da coletividade.

A participação é o conceito central do Estatuto da Cidade – Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001, que foi criada com a finalidade de regulamentar os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, e traz diretrizes norteadoras das políticas urbanísticas com o objetivo de desenvolvimento das funções sociais da cidade. Conforme se vê no Quadro 5, no Art. 2.º da Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001,

além da participação social, o Estatuto da Cidade redige diretrizes específicas para o patrimônio.

Quadro 5 - Resumo dos Artigos do Estatuto da Cidade

Lei	Artigo
Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade)	<p>Art. 2.º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: [...]</p> <p>II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;</p> <p>Art. 2.º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: [...]</p> <p>XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico; [...]</p> <p>Art. 42-B. Os Municípios que pretendam ampliar o seu perímetro urbano após a data de publicação desta Lei deverão elaborar projeto específico que contenha, no mínimo: VI - definição de diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural; (Incluído pela Lei n.º 12.608, de 2012) [...]</p>

Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

Verificamos que o Estatuto da Cidade direciona para a proteção, preservação e recuperação do patrimônio cultural não como uma mera opção para os administradores, mas como um dever de ordem pública e interesse social em prol do bem coletivo. Também avaliamos que a participação social é de extrema importância para a efetividade da construção das cidades por intermédio de uma gestão democrática.

Se pensarmos o patrimônio como um “campo” [...] vemos o quanto esse campo se tornou complexo nas últimas décadas, passando de uma temática de interesse restrito e limitada a algumas camadas de experts para um objeto que provoca controvérsia, mobilização e comoção pública ao redor do globo [...] de um discurso patrimonial baseado na ideia consolidada do “monumento histórico e artístico” que se referia aos grandes monumentos do passado, passou-se em nossa era para uma concepção do patrimônio entendido como

o conjunto dos “bens culturais” referentes às diversas identidades coletivas. (CASTRIOTA, 2009, p.11).

Nas práticas urbanas, o patrimônio configura-se como um dos principais agentes da interdisciplinaridade, pela alteração de usos, construção de significados e dinâmicas, contínuo processo de modificações refletidos nos espaços cotidianos da cidade.

[...] tem abarcado um universo muito amplo de agentes sociais, de bens e práticas culturais passíveis de se tornarem patrimônio, bem como promovido uma série de consequências sociais, políticas e administrativas relativas à sua gestão, tanto relacionadas aos bens de natureza material, com sua proteção, quanto aos bens de natureza imaterial, com as políticas de salvaguarda. Esse campo tem se tornado, progressivamente, multidisciplinar, o que pode ampliar as possibilidades de diálogo em busca de novos consensos. (CHUVA, 2012, p. 151).

O conceito de patrimônio cultural vem expandindo discussões cada vez mais abrangentes e sensíveis às questões sociais, às identitárias e pouco exploradas, às políticas que consideram a história, as narrativas e a memória real. Para Choay (2017), o conceito pauta a competência de edificar e vivenciar um novo panorama contemporâneo e inovador para o patrimônio, envolvendo técnicos – arquitetos e urbanistas, e a população na reapropriação e renovação de um novo legado. Também propõe que as alterações sejam feitas por meio da utilização ética da herança edificada e a participação coletiva na produção de um patrimônio vivo.

No que se refere à preservação do meio urbano, não há que se impedir o processo de renovação, intrínseco a ele, e que acompanha o próprio desenvolvimento da vida humana. Por outro lado, cabe à sociedade e ao Governo orientar essa renovação e transformação para que a paisagem urbana evolua de maneira equilibrada e não predominem apenas os interesses econômicos imediatos de um determinado segmento. Não se trata de congelar a vida, ou de transformar as cidades em museus, mas em pensar na preservação e na melhoria de sua qualidade de vida, o que abrange as áreas consideradas históricas quanto àquelas mais novas. (CASTRIOTA, 2009, p. 89).

Pesavento (2004) ainda reforça que a narrativa do passado só será objeto de compreensão e rememoração, se forem ensinadas ao humano do presente as chaves do passado.

[...] no espaço urbano construído, a passagem do tempo altera as formas, seja pela destruição das mais antigas, entendidas como anacrônicas, não funcionais, seja pela adaptação e composição com novas formas, seja ainda pela atividade, regeneradora ou destrutiva, de uma preocupação de preservação, que entende tais elementos do espaço construído como patrimônio. Em termos gerais, uma cidade abriga todos estes tipos de espaço construídos, em múltiplas combinações possíveis, por superposição, substituição ou composição. Nesta medida, a cidade, enquanto materialidade, é palimpsesto de formas, que remetem à imagem arcaica do tecido ou trama na qual se superpõem várias camadas, mais ou menos aparentes [...] A cidade é, sobretudo, exibição da marca do homem num universo mutável, e as sociabilidades antigas seguem lugar às novas. (PESAVENTO, 2004, p. 27).

Nesse sentido, é pertinente a reflexão de Halbwachs (2013) sobre a categoria de memória coletiva, que aborda a memória além da dimensão individual, tendo em vista que as memórias de um sujeito nunca são apenas suas, ao passo que nenhuma lembrança pode coexistir isolada de um grupo social:

Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. As lembranças permanecem coletivas e são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós. (HALBWACHS, 2013, p. 30).

Por fim, destacamos que os debates sobre a urbanização mundial têm inserido as temáticas patrimoniais no centro das discussões do desenvolvimento sustentável. Debates que envolvem além dos aspectos de preservação e conservação, mas temas interseccionais, como o direito à cidade, à terra urbana, acesso a bens e serviços, à qualidade de vida e à justiça social com a possibilidade de estilos de vida mais agradáveis à população (BOLETIM ICOMOS BRASIL, 2018). A Nova Agenda Urbana²² (2016) traz como premissas a valorização das cidades que incentivam e valorizam a participação social, o sentimento de pertencimento e a apropriação dos seus habitantes, que priorizam os espaços públicos acessíveis e de qualidade e que fortaleçam as interações sociais, a diversidade cultural e a participação política.

²² A Nova Agenda Urbana desenvolvida pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) apresenta uma mudança de paradigma na ciência das cidades, e estabelece padrões e princípios para o planejamento, a construção, o desenvolvimento e a administração das áreas urbanas ao longo de seus cinco principais pilares de implantação: políticas nacionais urbanas; legislação e regulação urbanas; planejamento e desenho urbano; economia local e finanças municipais; e implantação local. É um recurso para realizar esse ideal comum em todos os níveis de governo, do local ao nacional, para as organizações da sociedade civil, para o setor privado, para os grupos constituintes e para todos que chamem os espaços urbanos de “lar”. (NOVA AGENDA URBANA, 2016, p. 4).

Dentro dos compromissos transformadores para o desenvolvimento urbanos sustentável, temos seis diretrizes que envolvem a temática do patrimônio e da participação social para um melhor planejamento e apropriação das cidades para os próximos anos.

Quadro 6 - Resumo dos Artigos da Agenda Urbana

Lei	Artigo
Agenda Urbana	<p>38. Comprometemo-nos a valorizar de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, tanto material quanto imaterial, em cidades e assentamentos humanos, conforme o caso, por meio de políticas urbanas e territoriais integradas e investimentos adequados nos níveis nacional, subnacional e local, para salvaguardar e promover infraestruturas e locais culturais, museus, culturas e línguas indígenas, bem como o conhecimento tradicional e as artes, enfatizando o papel que exercem na reabilitação e revitalização de áreas urbanas, e no fortalecimento da participação social e do exercício da cidadania.</p> <p>45. Comprometemo-nos a desenvolver economias urbanas vibrantes, sustentáveis e inclusivas, com base em potenciais endógenos, vantagens competitivas, patrimônio cultural e recursos locais, bem como infraestrutura resiliente com utilização eficiente de recursos; promover o desenvolvimento industrial sustentável e inclusivo, e padrões de consumo e de produção sustentáveis; e promover um ambiente favorável aos negócios e à inovação, bem como à subsistência.</p> <p>60. Comprometemo-nos a sustentar e apoiar as economias urbanas na transição progressiva para uma maior produtividade por meio de setores de alto valor agregado, promovendo a diversificação, modernização tecnológica, pesquisa e inovação, incluindo a criação de empregos decentes, produtivos e de qualidade, inclusive por meio da promoção de indústrias culturais e criativas, turismo sustentável, artes performáticas e atividades de conservação do patrimônio, entre outras.</p> <p>97. Promoveremos expansões urbanas planejadas e ocupações de vazios urbanos, priorizando a renovação, regeneração e reabilitação de áreas urbanas, conforme o caso, incluindo a urbanização de favelas e assentamentos informais; proporcionando edifícios e espaços públicos de alta qualidade; promovendo abordagens integradas e participativas que envolvam todos os habitantes e atores relevantes; evitando a gentrificação e a segregação espacial e socioeconômica; e ao mesmo tempo preservando o patrimônio cultural e prevenindo e contendo a dispersão urbana.</p>

Lei	Artigo
Agenda Urbana	<p>124. Incluiremos a cultura como um componente prioritário dos planos e estratégias urbanos na adoção de instrumentos de planejamento, incluindo planos diretores, diretrizes de zoneamento, códigos de obras, políticas de gestão costeira e políticas de desenvolvimento estratégico que salvaguardem uma gama diversificada de patrimônios culturais materiais e imateriais e paisagens, e iremos protegê-los de potenciais impactos negativos do desenvolvimento urbano.</p> <p>125. Fomentaremos a valorização do patrimônio cultural para o desenvolvimento urbano sustentável e reconheceremos seu papel como incentivador da participação e da responsabilidade. Promoveremos o uso inovador e sustentável de monumentos e sítios arquitetônicos com a intenção de criar valor, por meio de restauração e adaptação responsáveis. Envolveremos os povos indígenas e as comunidades locais na promoção e disseminação de conhecimento do patrimônio cultural material e imaterial e da proteção de expressões e línguas tradicionais, em especial por meio do uso de novas tecnologias e técnicas.</p>

Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

3.2 INVENTÁRIO PARTICIPATIVO

O Inventário Participativo é uma metodologia e um instrumento consoante a todas as transformações progressistas que o campo do patrimônio vem sofrendo. A proposta de um Inventário Participativo traz como instrumento a identificação de bens culturais que demostrem as diversidades culturais da sociedade. Também, considera a comunidade como protagonista da sua história e do seu patrimônio.

Percebe-se que até os anos 1990, os Inventários eram totalmente técnicos, artísticos e consideravam apenas os bens patrimoniais materiais. Com o INRC, surge a proposta de um método de inventariação de bens imateriais divididos em quatro categorias (saberes, celebrações, formas de expressão e lugares) identificados nos Livros de Registros. O que de fato ocorreu foi o seu fortalecimento como instrumento relacionado aos bens de natureza imaterial quando o Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000, instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), incluindo, nesse Programa, o INRC como forma de “produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinados grupos sociais” (BRASIL, 2000).

Aliás, como tenho defendido, a criação de instrumentos para a salvaguarda do patrimônio imaterial criou a possibilidade de se caminhar em direção à esperada síntese integradora que permite restituir aos objetos materiais (tomados em suas várias dimensões tangíveis), as práticas que os constituem (os saberes neles consubstanciados) e as práticas sociais que lhes dão sentido. (ARANTES, 2005, p. 8)

O INRC tinha como proposição um Inventário de varredura que identificasse em todo o território nacional patrimônios materiais e imateriais. Silva (2014, p. 98) reforça que o INRC era um dos Inventários que faria parte de um sistema. Ele, como um Inventário de varredura, utilizaria outros Inventários, como Inventário Nacional dos Bens Móveis e Integrados (INBMI), Inventário Nacional de Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU), INCEU, IBA, para constituição da sua base de dados.

Em 2010, o INRC adaptou-se com a finalidade de instigar a participação dos grupos sociais na identificação dos bens culturais. Com isso, é proposto pela Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC), o Inventário Pedagógico. Esse Inventário tinha como objetivo incentivar os estudantes a desenvolverem listas de bens patrimoniais nas escolas ou localidades em que estavam inseridos.

Este Inventário é, primordialmente, uma atividade de educação patrimonial. Portanto, seu objetivo é construir conhecimentos a partir de um amplo diálogo entre pessoas, as instituições e as comunidades que detêm as referências culturais a serem inventariadas. Sem a pretensão, contudo, de formalizar reconhecimento institucional por parte dos órgãos oficiais de preservação. (IPHAN, 2016, p. 9).

Em 2014, o IPHAN lançou a publicação Educação Patrimonial: Histórico, Conceitos e Processos, com o objetivo de institucionalizar ações e experiências que articulasse os diferentes agentes – outras instâncias do IPHAN, órgãos estaduais e municipais e sociedade civil. A Educação Patrimonial não seria apenas uma metodologia de “conscientização” da população por meio do patrimônio cultural, mas, sim, um campo ou uma arena de atuação interdisciplinar que visava ao patrimônio como um instrumento/recurso de reconhecimento e afirmação das referências culturais em uma perspectiva social (FLORÊNCIO; BIONDO, 2017).

Portanto, no contexto das iniciativas de Educação Patrimonial do IPHAN é que surge a ideia do Inventário Pedagógico. O Inventário seria uma atividade de educação patrimonial, portanto, seu objetivo é construir conhecimentos a partir de um amplo diálogo entre a escola e as comunidades que detêm as referências culturais a serem inventariadas, fazendo com que diferentes grupos e gerações conheçam-se e

compreendam melhor uns aos outros, promovendo o respeito pela diferença e a importância da pluralidade (IPHAN, 2013).

Considerando essa iniciativa do Inventário Pedagógico, técnicos e sociedade civil que tiveram contato com essa metodologia sugeriram a adaptação para aplicação nas cidades. Dessa forma, houve uma reformulação do Inventário, transformando-o em Inventário Participativo, tendo como objetivo a mobilização e sensibilização da comunidade com o seu patrimônio, além de transformar o processo e o resultado em multicultural.

É um instrumento que permite que a comunidade identifique e reconheça o que é patrimônio, como uma forma de representatividade, uma ferramenta de mobilização social para reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio local (IPHAN, 2016). Com os Inventários Participativos, busca-se a ampliação da participação nos inventários com a inclusão de outros olhares, mediante a cooperação de profissionais de diferentes áreas e da comunidade na elaboração desses estudos – participação social. Desse modo, será possível incluir novos valores aos bens inventariados, propor, discutir, incluir, retirar, apropriar e representar.

Conforme IPHAN (2016, p. 5):

Com base em metodologias de ferramentas já existentes no Iphan, principalmente o Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC, foi desenvolvido e disponibilizado, em 2012 ,o Inventário Pedagógico, fruto da participação do Iphan na atividade de Educação Patrimonial do Programa Mais Educação, da Secretaria de Educação Básica do MEC. Decidiu-se, à época, que em função da diversidade de contextos culturais e faixas etárias atendidas pelo Programa, seria necessário pensar uma atividade que abarcasse tais diferenças culturais, geracionais e territoriais, criando uma aproximação inicial com o tema patrimônio cultural

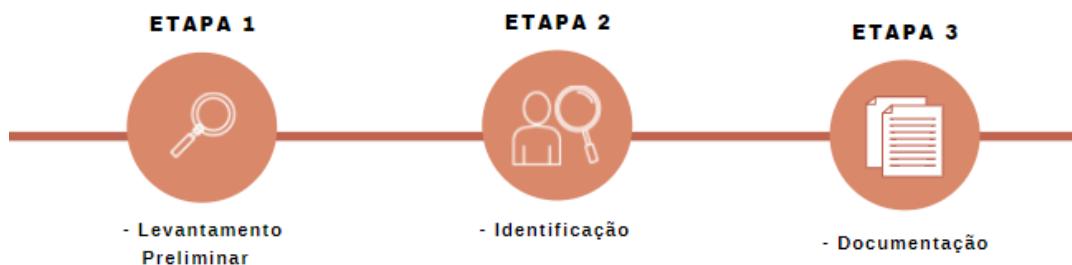
A construção do Inventário Participativo pode propiciar a mobilização e a sensibilização da comunidade quanto aos seus referenciais culturais, bem como sua preservação e valorização (ANDREOLLA, 2019). O Inventário Participativo deriva da educação patrimonial que surge do princípio da participação comunitária na preservação e valorização do patrimônio cultural brasileiro, imposição da Constituição de 1988, Art. 225, conforme visto anteriormente.

Por intermédio do Inventário Participativo, é possível descobrir e documentar as referências culturais de uma comunidade, local, ou território que os tornam

singulares. De uma forma geral, a metodologia pode ser dividida em três etapas, como podemos observar na Figura 34, que segue:

Figura 34 - Etapas do Inventário Participativo

Etapas do Inventário



Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

- Levantamento preliminar: quando serão reunidas e organizadas as informações disponíveis sobre a área de atuação – legislações, dados econômicos, dados sociais, históricos, entre outros. Nessa parte é necessário considerar agentes locais que possam contribuir por meio de narrativas ou questionários;
- Identificação: são contemplados, aprofundados e categorizados os dados e informações da primeira etapa, lembrando-se de sempre consultar as informações dos agentes sociais por intermédio de conversas, *workshops*, aproximações e roda de conversa;
- Documentação, reúne todas os patrimônios levantados, e cria-se um dossiê para divulgação.

Do mesmo modo que o SICG, o Inventário Participativo tem modelos de fichas para serem usadas como forma de captação de informação, organização e divulgação (ANEXO B). No entanto, as fichas são abertas com possibilidades descritivas das atividades, conforme adaptação do Inventário para cada localidade, público ou bem patrimonial.

O conhecimento das técnicas e dos métodos é previamente essencial, porém não devem ser aplicados em sistema de hierarquia, de cima para baixo, técnico e não local. Pelo contrário, o Inventário Participativo traz uma abertura às questões dos saberes locais, instigando a adaptação da metodologia no decorrer do processo. Como reforça a Cartilha do Curso Inventário Participativo (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEU, 2021a, Módulo 02, p. 26):

O instrumental vem auxiliando e estimulando o desenvolvimento de várias iniciativas de Inventários Participativos no país. No entanto, cada processo é único e os diferentes contextos socioculturais dos territórios e referências culturais que se pretende inventariar exigem pensar sempre em novas estratégias de mobilização comunitária, adaptações metodológicas dos instrumentais, incorporações de novas categorias que dialoguem com a realidade local e planejamento próprio.

O Manual Educação Patrimonial: Inventários Participativos (2016) afirma que o principal objetivo é estimular as diferentes tribos ou grupos que compõem o território, bem como as diversas gerações para que se conheçam e compreendam o patrimônio plural que existe, respeitando as diferenças e promovendo o reconhecimento e a representatividade de todos.

Nos Inventários Participativos, a produção do conhecimento se dá de maneira dialógica e participativa, onde as próprias comunidades locais são protagonistas e realizam um “autoInventário” das referências culturais que lhes são mais significativas. É uma ferramenta pedagógica que valoriza e incorpora os saberes tradicionais no processo de inventariação, potencializa a autoestima dos detentores e o fortalecimento dos vínculos comunitários em relação ao patrimônio, à memória e ao território em que os bens culturais (materiais, imateriais e naturais) então inseridos. (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEU, 2011a, p. 18).

Varine (2012) complementa que ouvir a população traz o sentimento de pertencimento e reconhecimento. Constituindo a base de um *corpus* patrimonial representativo que, em seguida, poderá ser aprofundado por meio de pesquisas histórica e científicas.

Não é mais um preservar pelos olhos técnicos de especialistas, mas um processo de decisão coletiva, representatividade, aberturas de discussões que possibilitam contar a história sensível aos olhos do cotidiano (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEU, 2021a)

O Inventário Participativo é um instrumento de escuta e um mecanismo horizontal de diálogo entre os saberes locais e os saberes técnicos.

3.3 INVENTÁRIO PARTICIPATIVO: EXPERIÊNCIAS

Os Inventários Participativos têm sido utilizados como uma das principais formas de mapeamento de bens patrimoniais para preservação devido a sua metodologia participativa. Como discorrido neste trabalho, a participação social é fundamental para preservar os bens patrimoniais, quando há sentimento de pertencimento e representatividade pela população, que tende a cuidar e preservar.

O Inventário pode ser usado em diversas escalas e territórios, considerando que a sua aplicabilidade abordará os bens patrimoniais materiais e imateriais, o resultado e encaminhamentos dependerá do engajamento com a população. Para apreciação e entendimento da metodologia do Inventário Participativo, foram escolhidos três estudos de caso, quais sejam: Inventário do Minhocão, Inventário Participativo Engenhos de Farinha do Litoral Catarinense e Inventário Participativo de Fazenda Souza (RS).

O Inventário do Minhocão foi escolhido por abordar uma região dentro de uma metrópole (escala) e por mapear diversos aspectos culturais de uma comunidade, como danças, artes, lugares, entre outros. Optamos pelo Inventário Participativo Engenhos de Farinha do Litoral Catarinense por abranger no contexto geral os bens patrimoniais imateriais. E, por último, elegemos o Inventário Participativo de Fazenda Souza (RS) pela aplicabilidade em uma cidade de pequeno porte, fazendo contraponto ao do Minhocão, e também por mostrar a possibilidade da utilização da metodologia no viés acadêmico.

3.3.1 Inventário Minhocão

O Inventário do Minhocão é um dos exemplos que mostra que o Inventário pode ser aplicado em qualquer lugar, basta a construção com a comunidade. Conforme o documento Inventário Participativo Minhocão Contra Gentrificação, o Minhocão está localizado em São Paulo (SP), na região central cidade. É um território cortado pelo Elevado João Goulart, e tem sua dinâmica cultural marcada pela influência do

Elevado. A via elevada, em 1971, foi uma solução para desafogar o trânsito da cidade. No entanto, o tráfego intenso configurou uma série de problemas para a região, como poluição sonora e do ar, e, para os prédios lindeiros, desvalorização imobiliária.

Ao longo dos anos diversas práticas culturais urbanas – modo de fazer, viver e ser, consagraram-se nesse local com os moradores e trabalhadores que frequentam a região. A metodologia do Inventário Participativo foi aplicada entre 2015 e 2019 por uma equipe multidisciplinar composta por alunos e professores voluntários da graduação e da pós-graduação da Universidade São Judas Tadeu, da Universidade de São Paulo e da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

O processo do Inventário Participativo na região do Minhocão surgiu como uma possibilidade de argumentação contra o processo de gentrificação²³ que se instalava na região. Conforme argumentam Nito e Scifoni (2017, p. 41):

O Inventário Participativo do Minhocão busca identificar e mapear as referências culturais relacionadas aos grupos que ali vivem, trabalham e usam o espaço, no sentido de mobilizar ações e conhecimentos que possam se contrapor à gentrificação silenciosa que ali já se iniciou. Se, já nos acostumamos a ver o patrimônio sendo usado para alavancar processos de valorização imobiliária e de city marketing, como no bairro da Luz, em São Paulo, ou no Pelourinho, em Salvador, no caso do Minhocão o que se pretende é trilhar o caminho inverso, ou seja, colocar a experiência do patrimônio a serviço da defesa da permanência dos mais pobres no centro da cidade, ou seja, contra a gentrificação.

Segundo o REPEP (2019), o Inventário Participativo foi escolhido como metodologia por ser um instrumento que instiga os grupos locais para assumirem o processo de identificação, seleção, registro e difusão da memória e da história social local. Aproxima os olhares das práticas cotidianas, dos saberes sociais e das expressões subversivas, afastando da patrimonialização monumental. Reforça-se que é uma troca de experiência, autonomia e um exercício de cidadania e igualdade social.

De acordo com Nito e Scigoni (2017), como complemento das informações disponibilizadas no Dossiê (REPEP, 2019), a elaboração do Inventário do Minhocão foi realizado de acordo com a metodologia do Manual do Inventário Participativo. Dessa forma, o trabalho foi segmentado em três etapas:

²³ Gentrificação, do inglês *gentry/ gentrification* é um processo que afeta uma região ou bairro que passou por uma sequência de melhorias, e, consequentemente, disparou os preços imobiliários, expulsando os antigos habitantes. Em uma tradução literal, gentrificação é o processo de enobrecimento e elitização de uma região, conforme BIDOU-ZACHARIASEN, 2006.

Quadro 7 - Etapas do Inventário do Minhocaõ

Etapas	Período	Acontecimentos
Levantamento Preliminar	2015 a 2016	Consistiu em sistematizar e reunir as informações – sociais, históricas, econômicas, patrimônios, grupos sociais, moradores e coletivos, disponíveis no território. Essa etapa foi elaborada entre os anos de 2015 e 2016. Neste momento, ocorreu a aproximação com a população, que já começou a se envolver, contribuindo com as informações necessárias e levantando-se possíveis referências culturais. Como finalização dessa etapa, foram elaboradas as fichas do território e do projeto, seguindo modelo semelhante ao manual do Inventário.
Identificação	2016 a 2017	Nessa etapa, foram aprofundadas as informações coletadas na fase anterior por meio de entrevistadas ou conversas com os agentes sociais. Essas atividades foram realizadas entre 2016 e 2017. Encerrando essa etapa, foram constituídas as Fichas de Referência Cultural por categoria e o mapa final.
Documentação.	2018 a 2019	Última fase do processo. Foi o momento de sistematizar, organizar e documentar as informações e o material coletado para publicar posteriormente. Essa fase estendeu-se entre 2018 e 2019. Como produto, obteve-se o Dossiê – Inventário Participativo: Minhocaõ contra Gentrificação.

Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

Conforme Nito e Scigoni (2017), o primeiro desafio foi a delimitação do recorte espacial. Cabe enfatizar que o limite do sítio ou território não se dá naturalmente nem *a priori*, ele é fruto de uma operação intelectual que apreende a dinâmica e os sentidos do lugar e que ocorre a partir do conhecimento sobre a realidade pesquisada. Ou seja, na primeira análise do grupo de pesquisa, entendemos que o estudo seria uma configuração espacial linear. No entanto, no decorrer da pesquisa, compreendemos que as dinâmicas e os sentidos do lugar precisavam ser ampliados para abranger conexões que surgiram e que foram essenciais ao Inventário.

Percebemos que a metodologia do Inventário, por mais que exista uma sequência de fichas e diretrizes, é possivelmente adaptada conforme vão surgindo as informações, as conexões e as interseccionalidades.

No Dossiê, é relatado outro desafio, referente à identificação dos grupos sociais. A região do Minhocão é uma urbana complexa, com condições de vida difíceis e desigualdade social impactante. Diante dos problemas locais parecia ser “supérfluo” motivar as referências culturais.

Porém não se trata de defender situações precárias do viver, mas de reconhecer um patrimônio que se configurou a partir de uma cultura urbana de sobrevivência, existente no território do Minhocão. De maneira que também reconhece a necessidade de permanência desses grupos sociais e de ações públicas para melhoria das condições de vida. Na perspectiva de uma estratégia do patrimônio contra a gentrificação o levantamento das referências culturais tem o desafio de iluminar questões e direitos que estão sendo invisibilizadas nos projetos e debates públicos sobre o futuro do Minhocão. (DOSSIÊ, 2019, p. 26).

Considerando que a referência cultural só tem fundamento pela metodologia do Inventário Participativo se conectada com os sujeitos e a vida cotidiana, foram identificados cinco grupos sociais: trabalhadores/moradores mais pobres do centro; comunidade LGBT+; imigrantes; trabalhadores da cultura (artistas) e moradores em situação de rua. Esses agentes sociais envolveram-se em todas as etapas, por meio de entrevistas e conversas, estendem o seu olhar sobre o território.

Entre as adaptações necessárias na metodologia do Inventário Participativo, a organização do trabalho por eixos temáticos foi uma delas. Segundo o Dossiê (2019, p. 33), visando à realização das entrevistas e conversas com os grupos locais e tendo em vista que várias referências identificadas se mesclavam nos grupos sociais ou não apareciam atreladas tão evidentemente a determinados grupos, adotou-se como base para divisão do trabalho em equipes a concepção de EIXO. O eixo é uma possibilidade de organização que busca congregar as práticas e manifestações culturais a partir de um elemento que lhes é comum. Nito e Scigoni (2017) reforçam que com a complexidade das referências culturais e a problemática urbana, a aproximação com os grupos sociais também foi mais sensível ao tratar as referências a partir de um léxico comum a eles.

Portanto, foram elencados cinco eixos: arte urbana, cultura LGBT+, cultura política, cultura popular e multiculturalismo. Dentre as etapas do Inventário foram identificadas 45 referências culturais entre formas de expressão, saberes, lugares, celebrações, edificações e objetos (REPEP, 2019).

Quadro 8 - Identificação dos Eixos e Agentes Participantes

Eixo	Referências Culturais	Agentes Sociais
Arte Urbana	1. Festival Baixo Centro (Celebração) 2. Arte de Rua: grafite e outras expressões (Expressão) 3. Pixo (Saberes/Expressão) 4. Baixo e Pilares Minhoca (Lugar) 5. Espaço Cultural Matilha (Lugar) 6. Empenas cegas (Lugar) 7. Teatro Esparrama pela Janela (Expressão)	Dia do Graffiti; Frente Nacional Mulheres no Hip hop; Movimento Baixo Centro; coletivo Imagem; Movimento 90º; Grupo Esparrama; Coletivo APRAÇA; A Próxima Companhia; participantes do <i>Slam</i> da Resistência; Buraco da Minhoca; artistas cênicos e visuais; artistas do corpo e <i>performers</i> ; pesquisadores sobre pixo e <i>graffiti</i> em São Paulo; representantes de grupos de pixo; ativistas culturais.
Cultura LGBT+	1. Largo do Arouche (Lugar) 2. Praça da República (Lugar) 3. Banheirão (Edificação) 4. Pajubá (Vocabulário LGBT+) - (Expressão) 5. Circuito do Prazer (Lugar) 6. Parada Gay (Celebração) 7. Estação de Metrô República (Lugar) 8. Montagem das <i>Drags</i> (Saberes) 9. Banda do Fuxico (Expressão) 10. Museu da Diversidade (lugar)	Entrevistas no Largo do Arouche; Entrevistas na Praça da República; Centro de Referência da Diversidade; Drag queens.

Eixo	Referências Culturais	Agentes Sociais
Cultura Popular	1. Casas Vila Adelaide (Edificação) 2. Castelinho da Rua Apa (Edificação) 3. Festa de Santa Cecília (Celebrção) 4. Terreiro Candomblé Barão de Tatuí (Expressão) 5. Rodas de Samba (Expressão) 6. Bloco Carnavalesco Filhos da Santa (Expressão/Saberes) 7. Grupo de capoeira Cordão de Ouro (Expressão/Saberes) 8. Samba no Gogó (Saberes) 9. Feira de Santa Cecília (Lugar) 10. Carnaval de Rua (Celebrção) 11. Casa Amarela (Edificação) 12. Teatro a Confraria (Expressão)	Casas Vila Adelaide; Feira de Santa Cecília; Castelinho da rua Apa; Grupo de Choro; Roda de Samba; Bloco Filhos da Santa; Carnaval de rua e Teatro da Confraria das Ideias.
Cultura Política	1. Colégio de Aplicação da USP (Edificação) 2. Cine Miami (Lugar) 3. Sede do Programa Transcidadania (Lugares) 4. Galpões da Funarte (Edificação) 5. Ocupação Lord Hotel Palace – FLM (Saberes/Edificação/Expressão) 6. Galpão do Teatro Folias (Expressão) 7. Satesdsp (Sindicato dos Artistas) – (Lugar) (<i>sic</i>) 8. Geledés (Saberes) 9. Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) – (Edificação) 10. Sindicato dos Jornalistas – (Lugar) 11. Teatro de Arena Eugênio Kusnet (Expressão/Edificação) 12. Baixo Minhocão (Lugar) 13. Teatro Paiol (Expressão/Edificação) 14. Igreja da Santa Cecília (Lugar/Edificação) 15. Largo da Santa Cecília (lugar) 16. Apeoesp (Lugar)	1. Colégio de Aplicação da USP (Edificação) 2. Cine Miami (Lugar) 3. Sede do Programa Transcidadania (Lugares) 4. Galpões da Funarte (Edificação) 5. Ocupação Lord Hotel Palace – FLM (Saberes/Edificação/Expressão) 6. Galpão do Teatro Folias (Expressão) 7. Satesdsp (Sindicato dos Artistas) – (Lugar) (<i>sic</i>) 8. Geledés (Saberes) 9. Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) – (Edificação) 10. Sindicato dos Jornalistas – (Lugar) 11. Teatro de Arena Eugênio Kusnet (Expressão/Edificação)

Eixo	Referências Culturais	Agentes Sociais
Cultura Política	17. Edifício Pirineus ou Conjunto Santa Cecília A (Edificação/Saberes) 18. Edifício Santa Cecília C (Edificação/Saberes)	
Multiculturalismo	1.Culinária internacional (Expressão/Saberes) 2.Associativismo comunitário (Saberes)	Restaurantes senegaleses, nigerianos, de Camarões e funcionários de estabelecimento comercial nigeriano. Restaurantes latino-americanos e do Oriente Médio.

Fonte: Adaptação da Autora (2021).

Para publicação do Inventário foram adaptadas as fichas do IPHAN, nas quais são descritos a metodologia, os desafios e os resultados alcançados. Conforme sugestão do Manual dos Inventários Participativos, para publicitação são sugeridas fichas com informações relevantes do processo e documentação das informações coletadas.

Quadro 9 - Compatibilização das Fichas – IPHAN versus Inventário Minhocão

Metodologia do Inventário (Fichas)	Fichas Apresentadas pelo Inventário do Minhocão
Ficha do Projeto	2.1. Formação da equipe; 2.2. Procedimentos; 2.2.1 Grupos Sociais; 2.3. Atividades: Levantamento Preliminar; 2.4. Atividades: Identificação; 2.4.1 Organização do trabalho por EIXOS; 2.4.2 Maratona de Referência Culturais; 2.4.3 Mandala de Referências Culturais; 2.5. Documentação; 2.5.1 Preenchimento das Fichas do Inventário.
Ficha do Território	3.1. Delimitação do território 3.2. O território do Minhocão 3.2.1 História e transformação do Minhocão 3.2.2 A desvalorização consequente do Minhocão 3.2.3 A construção do consenso de fracasso urbanístico 3.3. História

Metodologia do Inventário (Fichas)	Fichas Apresentadas pelo Inventário do Minhocão
Ficha do Território	3.3.1 Bairro Santa Cecília; 3.3.2 O Largo Do Arouche; 3.4. Caracterização socioeconômica e uso do solo; 3.5. Patrimônio cultural protegido; 3.6. Legislação urbana e políticas públicas; 3.7. Minhocão e a Gentrificação; 3.8. Empreendimentos imobiliários e o processo de gentrificação.
Ficha das Categorias – Celebrações	4.1. Celebrações: Festival Baixo Centro; Festas e Encontros de Rua; Carnaval de rua; Daira Baifá.
Ficha das Categorias – Formas de Expressão	4.2 Formas de Expressão: Roda de Samba da Santa Cecília; Bloco Carnavalesco Filhos da Santa; Teatro político e social; Teatro de janela; Teatro de rua; Capoeira Cordão de Ouro; Teatro de Confraria; Ocupação de Edifícios Vazios; Pajubá; Pixo; Grafismos urbanos; Performance Drag; Grupo de Choro de Santa Cecília.
Ficha das Categorias – Saberes	4.3 Saberes: (Complexo da) culinária popular internacional; Modo de fazer teatro de janela; Luta pela Moradia no Centro; Produção e Práticas associadas ao pixo e ao <i>graffiti</i> ; Ativismo feminista negro; Associativismo comunitário.
Ficha das Categorias – Lugares	4.4 Lugares: Largo do Arouche; Galpão Folias; Feira de Santa Cecília; Praça da República; Sindicato dos Artistas; Instituto Pólis;

Metodologia do Inventário (Fichas)	Fichas Apresentadas pelo Inventário do Minhocão
Ficha das Categorias – Lugares	Igreja de Santa Cecília; Geledés, Instituto da Mulheres Negra; Aparelha Luzia.
Não indicado no Manual	4.5 Edificações: Castelinho da Rua Apa; Galpões da Funarte; Ocupação Lord Palace Hotel; Vila Adelaide; Edifício Pirineus (Conj. Santa Cecília A); Conjunto Santa Cecília C; Edifício do IAB; Edifício da Escola da Cidade; Teatro de Arena Eugenio Kusnet.
Ficha das Categorias – Objetos	4.6 Objetos Folhinha.
Ficha das Fontes Pesquisadas	Entregue.
Ficha do Relatório de Imagem	Entregue.
Ficha do Roteiro de Entrevista	*Como foram entrevistas e conversas, não teve um roteiro específico.

Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

Percebemos que, apesar dos problemas urbanos e socioeconômicos, quando envolvidos os agentes sociais locais, entendem-se novas perspectivas do território, criando possibilidades de apropriação, intervenção, utilização, preservação e inclusão social. Mostra-se um território com atividades culturais multidiversificadas representativas para diversos povos. Por fim, segue uma ficha adaptada da apresentação do Inventário.

Figura 35 - Exemplo ficha adaptada no Inventário do Minhocaõ

<p>Inventário Participativo Minhocaõ Contra Gentrificação 139</p> <p>7.4. DAIRÁ BAIFÁ</p> <p>Identificação</p> <p>Número legenda no mapa 4</p> <p>Imagem</p>  <p><i>Roda de dança, batuque e canto de grupos sengalese na Praça da República. Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=PQVaJ3BjLoU</i></p> <p>O que é</p> <p>É um ritual senegalês, que ocorre às segundas-feiras, realizado por imigrantes moradores da área central da cidade e que compreende um trajeto que vai da Avenida Ipiranga até a Praça da República. No ritual são entoados cantos sincronizados com dança e a realização de batuques. A procissão se encerra na Praça da República, próximo a Secretaria da Educação. No encerramento tem-se uma roda com canto, batucada e dança. O ritual acontece nesse espaço tendo em vista a proximidade com o lugar de moradia desses imigrantes praticantes da celebração. Durante o Dairá Baifá um dos participantes arrecada doações em dinheiro daqueles que assistem a celebração. A celebração ocorre através de papéis diferenciados por gênero: enquanto cabe aos homens a tarefa do canto, as mulheres servem café com cravo e canela, hábito comum no Senegal, gratuitamente aos que assistem. As mulheres não podem participar da roda de canto, razão pela qual</p> <p>Ficha Celebrações</p>	<p>Inventário Participativo Minhocaõ Contra Gentrificação 140</p> <p>desempenham o papel de apoio na celebração.</p> <p>Informações complementares</p> <p>A categoria se ocupa de manifestações traduzidas em reuniões com fins determinados como exercício da religiosidade (através de rituais, por exemplo) e comemorações. No eixo Multiculturalismo foi identificada uma única referência dentro desta categoria. Vale frisar que neste eixo o exercício da cultura e da religiosidade muitas vezes se aproximam, como é o caso da referência a seguir, em que as expressões emanam crenças locais conforme é possível absorver enquanto as presencia, por mais que não tenham sido especificadas.</p> <p>Onde está</p> <p>Trajeto vai da Av. Ipiranga a Praça da República, terminando em frente a secretaria de Educação.</p> <p>Responsável pelo preenchimento</p> <p>Jordan A. Gonçalves e Maria Vitória Straus, com atualização de Simone Scifoni em janeiro de 2018.</p> <p>Ficha Celebrações</p>
--	---

Fonte: Dossiê Minhocaõ (2019).

3.3.2 Inventário Participativo Engenhos de Farinha do Litoral Catarinense

Outra experiência exemplar de Inventário Participativo é o Engenho É Patrimônio: Inventário Cultural dos Engenhos de Farinha do Litoral Catarinense. Nos séculos XVIII e XIX, os engenhos de farinha em Santa Catarina foram uma das principais atividades econômicas, e, hoje, remetem a memórias afetivas de cheiros, sabores e saberes de diversas origens e etnias. O Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro) e a Rede Catarinense de Engenhos de Farinha atuam desde 2010 na valorização e na preservação do patrimônio agroalimentar e cultural. Essas práticas ainda permanecem vivas, preservadas pelas famílias que mantêm seus engenhos funcionando. No entanto, reconhecer esse saber e fazer incentiva a produção passada de geração para geração a continuar viva em pleno século XXI. Em 2019, a Cepagro e a Rede Catarinense de Engenhos de Farinha pesquisaram e articularam o Inventário Participativo e educação patrimonial junto às comunidades.

O Inventário Participativo dos Engenhos de Farinha do Litoral Catarinense apresenta 88 engenhos ativos e outros inativos no decorrer de seis cidades de Santa Catarina, sendo elas: Bombinhas (11 engenhos, seis ativos), Florianópolis (27

engenhos, 18 ativos), Garopaba (25 engenhos, 22 ativos), Imbituba (21 engenhos, 16 ativos), Angelina (dois engenhos ativos) e Palhoça (dois engenhos ativos).

Quadro 10 - Compatibilização das Fichas – IPHAN *versus* Inventário Cultural dos Engenhos de Farinha do Litoral Catarinense

Metodologia do Inventário (Fichas)	Fichas Apresentadas pelo Inventário Cultural dos Engenhos de Farinha do Litoral Catarinense
Ficha do Projeto	Uma Rede de Engenhos de Farinha; Eixos Temáticos da Rede de Engenhos; Registrando memórias e afetos: oficinas do Inventário Participativo.
Ficha do Território	Mapeando os engenhos; A caminhada da Rede Catarinense de Engenhos de Farinha; Mapear, identificar e inventariar: os Engenhos de Farinha de SC; Garopaba: lutando pelos engenhos e suas roças; Imbituba: engenho é patrimônio e resistência; Celebrando histórias e sabores: as oficinas gastronômicas da Rede; Para fazer beiju doce; Para fazer cacuanga.
Ficha das Categorias – Saberes	Reconhecer as variedades de aipim ou mandioca Ponto da Torra; Fabricar utensílios e ferramentas dos engenhos.
Ficha das Categorias – Formas de Expressão	Falares específicos; Expressões peculiares àquele modo de vida; repetidos de geração em geração; A expressão com gostos e cheiros de farinha de mandioca, suas tradições culinárias.
Ficha das Categorias – Celebrações	Farinhadas entre maio e agosto.
Ficha das Categorias – Lugares	Os próprios Engenhos.
Ficha das Categorias – Objetos	Objetos de preparo de plantas, colher, raspar, lavar, prensar, peneirar e torrar.
Não indicado no Manual	Ficha Mestras e Mestres.
Não indicado no Manual	Rede Patrimônio Cultural de Santa Catarina.
Ficha das Fontes Pesquisadas	Entregue.
Ficha do Relatório de Imagem	Entregue.
Ficha do Roteiro de Entrevista	Entregue.

Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

O material disponibilizado na Internet sob o Inventário Cultural dos Engenhos de Farinha do Litoral Catarinense consiste em um relatório com as informações sistematizadas e apresentadas diferentemente da metodologia do IPHAN. Porém, mesmo assim, o material é riquíssimo, e entende-se a apropriação da metodologia participativa.

Nesse caso, o Inventário Participativo foi aplicado em uma região – não somente em uma cidade, pois havia interesse na valorização do patrimônio agroalimentar, e a metodologia foi adaptada. Dessa forma, o Inventário constituiu-se nas seguintes etapas: articulação em rede; identificação e formação de agentes culturais; mobilização comunitária; oficinas de educação patrimonial, oficinas gastronômicas, oficinas de mapeamento; registro em foto e audiovisual; e sistematização e socialização. Por fim, como resultado do Inventário, foram levantados desde objetos, saberes, formas de expressão, celebrações, até lugares e mestres e mestras.²⁴

3.3.3 Inventário Participativo de Fazenda Souza (RS)

Finalmente, trazemos como experiência de referência uma análise intitulada Inventário Participativo de Patrimônio Cultural em Fazenda Souza (RS), objeto de uma dissertação que aborda o tema da Educação Patrimonial e Inventário Participativo, elaborada pela historiadora Mestre Carolina Lipreri Andreolla. Segundo Andreolla (2019), a comunidade é reconhecida pela produção agrícola de hortifrutigranjeiros e pela religiosidade, marcada pela presença dos religiosos da Congregação de São José e das Irmãs Murialdinas, além do catolicismo popular e das celebrações festivas que compõem a dinamicidade de sua identidade coletiva. A construção do distrito é marcada pelas heranças culturais da produção agrícola e da imigração italiana.

A proposta de Inventário é por excelência uma iniciativa de Educação Patrimonial, pois refletiu e construiu junto à comunidade os conhecimentos que foram necessários para este trabalho, bem como estimulou o respeito e a apreciação de diferentes aspectos culturais que compõem Fazenda Souza.

²⁴ Os mestres e mestras são pessoas de referência para seus grupos sociais, pois dão visibilidade e sintetizam suas identidades. O reconhecimento da ação desses mestres e mestras por parte da comunidade é fundamental para orientar a reprodução de sua vida social. Dedicam-se à proteção, promoção e desenvolvimento da cultura tradicional, têm sabedoria notória, reconhecida entre seus pares e pela comunidade, e possuem longa permanência na atividade e capacidade de transmissão dos conhecimentos, saberes, técnicas e fazeres.

Além disso, pôde promover a integração de diferentes gerações e pessoas que ocupam diferentes lugares sociais na organização comunitária. (ANDREOLLA, 2019, p. 13).

A constituição do Inventário Participativo foi segmentada em etapas. Na primeira, entendeu-se o que estava sendo abordado como patrimônio cultural na Comunidade de Fazenda Souza. Nesse primeiro contato, foram realizadas entrevistas em grupo, associações e instituições locais com base na história oral, fichas de entrevista e caderno de campo. Para a realização das entrevistas e atividades, foram levantados os nomes das associações e instituições com o auxílio de moradores do local e do pároco da comunidade. Dentre as instituições estão as escolas, a subprefeitura de Fazenda Souza, o clube da comunidade, a capela, o centro de eventos e hospedagem, a congregação de religiosas, a sociedade Amigos, a sociedade do cemitério e o clube de mães. As entrevistas foram realizadas com os representantes das instituições, preferencialmente no local em que eles atuavam.

A segunda etapa envolveu o convite a toda a comunidade para a participação da construção do Inventário. A divulgação ocorreu via redes sociais. Nessa etapa, aconteceu o primeiro encontro, em que foi explanado o que é patrimônio, em que consiste, quais suas instâncias e a preservação. Ainda nesse encontro, os participantes – moradores do distrito – listaram os bens que consideravam patrimônio em Fazenda Souza. Foram levantados patrimônios imateriais – saberes, formas de expressão e celebrações; e patrimônios materiais – objetos e lugares.

No segundo encontro, terceira etapa, os participantes levaram as fichas do modelo do Inventário Participativo pré-preenchidas com os bens patrimoniais levantados no encontro anterior. Nesse dia, perceberam uma dificuldade. Para muitos dos bens não havia material histórico ou faltavam outras informações relevantes. Por isso, os agentes sociais que estavam participando do processo ficaram responsáveis em coletar as informações junto a comunidade por intermédio do método de entrevistas e narrativas, supervisionados pela autora da dissertação, Andreolla. Como complemento das fichas, além das entrevistas e narrativas, a autora aproveitou uma das maiores festas do distrito, a Festa do Agricultor, como forma de captação de informações junto à comunidade.

Como última etapa, foram organizadas as fichas com o material coletado de modo que possa ser divulgado, preservado e valorizado. No Inventário a comunidade listou 11 patrimônios culturais que se enquadram em três categorias determinadas

pelo IPHAN – saberes, celebrações e lugares. Nas categorias chamadas de formas de expressão e objetos, não foram encontrados bens culturais que pudessem ser entendidos como patrimônios devido à sua baixa relevância para a comunidade.

Quadro 11 - Compatibilização das Fichas – IPHAN *versus* Inventário Fazenda Souza (RS)

Metodologia do Inventário (Fichas)	Fichas Apresentadas pelo Inventário de Fazenda Souza/RS
Ficha do Projeto	Apresentação
Ficha do Território	Ficha do Território
Ficha das Categorias – Saberes	Prática das Benzedeiras Tocar do Sino da Igreja Matriz de Fazenda Souza
Ficha das Categorias – Celebrações	Capelinhas Festa de Nossa Senhora da Saúde Festa de Nossa Senhora de Lourdes Festa do Agricultor
Ficha das Categorias – Lugares	Associação Cultural e Esportiva Minuano – Clube Minuano Capela Padre João Schiavo Capela São Roque Igreja Matriz de Fazenda Souza Seminário Josefino de Murialdo
Ficha das Categorias – Formas de Expressão	Não foram identificados.
Ficha das Categorias – Objetos	Não foram identificados.
Ficha das Fontes Pesquisadas	Entregue
Ficha do Relatório de Imagem	Entregue
Ficha do Roteiro de Entrevista	Entregue

Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

Nesse trabalho, também vemos a adaptação das fichas, como maneira de ilustrar e compatibilizar os dados coletados, como se pode observar na Figura 36.

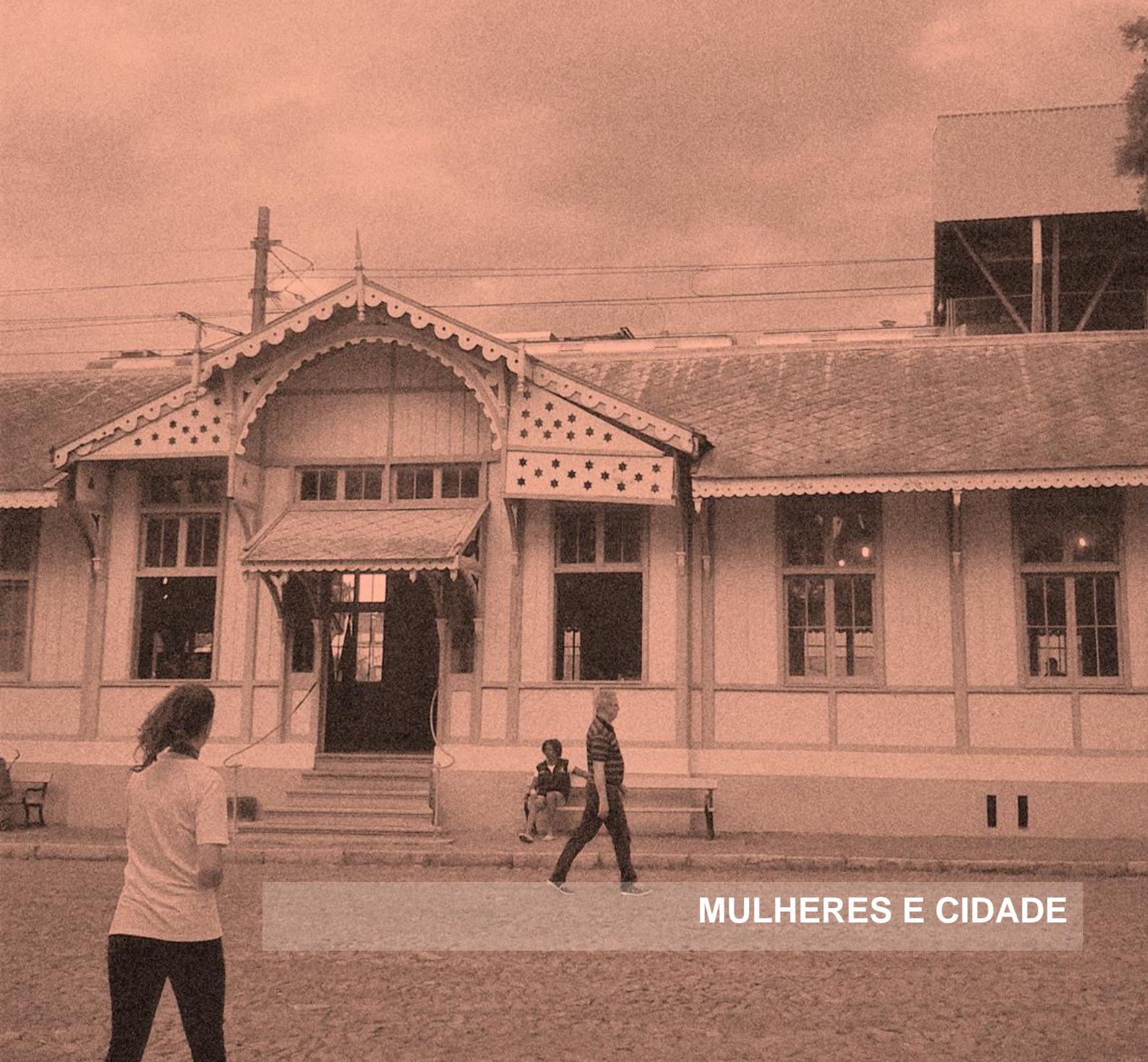
Figura 36 - Exemplo ficha adaptada no Inventário de Fazenda Souza (RS)

<p style="text-align: center;">- CAPELINHAS -</p> <p>O QUE É: É uma prática decorrente da fé dos fiéis de Fazenda Souza, a qual consiste em que cada família, moradora do distrito, receba em seus lares a capelinha para rezar em devoção à Nossa Senhora.</p> <p>ONDE ESTÁ: Localizadas em Fazenda Souza, as capelinhas passam em todas as casas dos sócios da paróquia do distrito.</p> <p>PERÍODOS IMPORTANTES: Cada casa possui um dia específico para a visita das capelinhas.</p> <p>HISTÓRIA: A história das primeiras capelinhas data de 14 de agosto de 1960, segundo o Livro Tombo da paróquia. É uma prática que faz parte da comunidade desde a sua formação. O que é necessário para receber a visita das capelinhas, uma vez ao mês, é: <ul style="list-style-type: none"> • Pagar o alízimo da igreja; • Preservar a imagem da santa; </p> <p>SIGNIFICADOS: Demonstra a religiosidade das pessoas da comunidade e adoração à Nossa Senhora.</p> <p>DESCRIÇÃO: Existem várias capelinhas na igreja e cada uma delas possui uma pessoa responsável por seu cuidado. Cada morador tem seu dia do mês de visita da capelinha e permanece por 24 horas com a santa em seu domicílio.</p> <p style="text-align: center;"></p>	<p>PESSOAS ENVOLVIDAS: Pároco, pessoas responsáveis por cada capelinha e famílias que a acolhem.</p> <p>COMIDAS E BEBIDAS (SE HOUVER): Não há.</p> <p>ROUPAS E ACESSÓRIOS (SE HOUVER): Não há.</p> <p>EXPRESSÕES CORPORAIS (SE HOUVER): Não há.</p> <p>EXPRESSÕES ORAIS (SE HOUVER): Rezando o rosário, normalmente em família, quando a capelinha visita a casa das pessoas da comunidade.</p> <p>OBJETOS IMPORTANTES (SE HOUVER): Nossa Senhora bem como sua capelinha, que é uma estrutura feita de madeira, e que possui flores, adoros e um lugar destinado a ofertas (moedas).</p> <p>ESTRUTURA E RECURSOS NECESSÁRIOS: Capelinha.</p> <p>OUTRAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS RELACIONADAS (SE HOUVER): Devoção à Nossa Senhora (Maria).</p> <p>AVALIAÇÃO: É uma prática preservada no distrito e que continua bastante presente nas famílias da comunidade.</p> <p>RECOMENDAÇÕES: A melhor maneira de se preservar este hábito é que as famílias apresentem este ritual às futuras gerações e permaneçam realizando esta celebração.</p> <p>FONTE CONSULTADA: Padre Ivo Ballardini; Livro Tombo da Igreja Matriz de Fazenda Souza.</p> <p style="text-align: center;"></p>
--	--

Fonte: Andreolla (2019).

Diferentemente dos Inventários do Minhocão e do Engenho de Farinha que eram conduzidos por profissionais ou estudantes que entrevistavam e envolviam os agentes sociais, no caso de Fazenda Souza, no estudo aplicado no trabalho de graduação em História de autoria de Caroline Lipreri Andreolla, em todas as etapas, a participação consistiu em agentes locais, convidados por intermédio de uma convocação pública para ajudarem na constituição do Inventário. Esses agentes passaram por oficinas de aprendizados, coletaram as informações com o restante da população e, posteriormente, contribuíram para o preenchimento das fichas.

Com isso, conclui-se que é importante a participação de técnicos com diretrizes norteadoras, mas a essência do Inventário Participativo é a atuação da população. Observamos que, independentemente da dimensão do território, quando aplicado o Inventário envolvendo a comunidade, ela sente-se pertencente ao processo, elegendo patrimônios que representam a sua forma de viver e sentir a vida. Quando os bens patrimoniais são representativos para um povo ou um indivíduo, a tendência é cuidar, preservar e valorizar.



MULHERES E CIDADE

4 MULHERES NA CIDADE: REFLEXÕES SOBRE HISTÓRIA E PATRIMÔNIO

No presente capítulo desenvolvemos um ensaio sobre o papel das mulheres na construção da cidade e uma crítica às narrativas históricas pautadas pela dicotomia entre espaço privado e espaço público. Buscamos entender como essa construção sócio-histórica traz consequências para a forma como as mulheres são abordadas pelos discursos patrimoniais, a saber, centralmente valorizadas a partir da esfera cotidiana, do patrimônio imaterial, e compreender que essa valorização é profundamente importante e significativa, porém, parcial. Por fim, abordamos a história do protagonismo feminino em São Leopoldo em relação à esfera pública (sociedade civil e política).

4.1 MULHERES NA CIDADE: HISTÓRIAS E MOVIMENTOS

No Brasil, o grande sintetizador das teorias sobre a produção social do espaço foi Roberto Lobato Correa (1989). Esse geógrafo identifica os agentes produtores do espaço urbano como sendo os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos dos excluídos. Nessa organização, onde estariam as mulheres?

Pode-se afirmar que já existe um campo consolidado de estudos feministas sobre a cidade, ou seja, uma crítica feminista à forma com a cidade é construída e como essa construção é narrada. Para autores e autoras do campo do urbanismo feminista, são conhecidas ideias como as de Calió (1997, p. 2), para quem:

Em nossa cultura, a definição dos papéis sexuais como opostos entre o que é considerado público e doméstico confinou as mulheres à esfera doméstica, impedindo-lhes o acesso ao saber, ao poder, ao prestígio e aos valores culturais que foram, e ainda são, prerrogativas masculinas.

Neste capítulo, entretanto, embora reconheçamos a constatação acima como verdadeira, colocamos alguns questionamentos, no sentido de compreender até que ponto as mulheres foram realmente, ou totalmente, relegadas ao espaço doméstico, e, em que medida esse discurso pode estar

contribuindo para a invisibilização do protagonismo social das mulheres. Essa ideia se aplicaria, por exemplo, às mulheres periféricas ou campesinas?

Para estudar o papel das mulheres na construção da cidade²⁵, parecemos que o conceito-chave seja o de invisibilização, e que o questionamento à domesticidade também precisa ser encarado, por sua vez, em chave crítica. Em verdade, desde os anos 1980, Sandra Harding (1987), ao escrever sobre Feminismo e Metodologia, indica a existência de uma falsa ideia de que as mulheres não participam dos espaços de pesquisa e, ampliando seu campo de interpretação, aponta que as mulheres sempre foram criadoras de cultura, rebeldes, eleitoras, revolucionárias, trabalhadoras. Ou seja, a autora conduz ao alargamento do olhar sobre os papéis sociais da mulher na história e na cultura contemporânea. Outro aspecto abordado por Harding (1987) é a crítica às interpretações que vitimizam as mulheres, não as reconhecendo como agentes sociais eficazes a favor de si mesmas e dos outros.

O campo de pesquisa sobre a domesticidade, inaugurado nos anos 1970, por pensadoras como Nancy Cott, Gwendolyn Wright e Dolores Hayden, tem em grande medida pautado as discussões sobre a cultura material das mulheres, e, consequentemente os processos de valorização patrimonial. Félix (2019, p. 296), em resenha crítica à publicação brasileira *Domesticidade, Gênero e Cultura Material*, observa que, não obstante a relevância e qualidade dos artigos:

A associação das categorias trabalhadas pelos autores merece ser expandida e aprofundada também para outros momentos e espaços históricos [...]. Igualmente, outros espaços domésticos podem ser contemplados em futuros estudos, como os do mundo rural, posto que os autores tratam principalmente de lares citadinos, independentemente de serem aristocráticos ou populares, individuais ou coletivos.

Portanto, se quisermos pensar em outros patrimônios, e nas possibilidades de ampliação da valorização patrimonial a partir dos relatos das mulheres, é fundamental fazermos um duplo movimento. Por um lado, perceber

²⁵ Tratando-se de valorizar o papel das mulheres para a construção da cidade, é importante destacar, primeiramente, a interpretação de Lewis Mumford (2004) acerca do surgimento das origens desta obra social. Mumford (2004) argumenta que as primeiras sementes das cidades foram plantadas por mulheres, pois foram elas que introduziram o ritual de enterrar e rezar pelos mortos, fixando espaços sagrados no território, ao redor dos quais constituíram-se as primeiras aldeias sedentárias. As cidades dos mortos (necrópoles) teriam, portanto, antecedido a dos vivos (pólis).

que as mulheres sempre participaram da vida pública (seja ela encarada com a sociedade civil ou como a sociedade política, o Estado), e por outro, ressignificar e revalorizar seu papel na vida privada. Sobretudo, cabe percebermos que esses âmbitos, como argumenta Pateman (2013, p. 62), não são separados:

Na consciência popular (e acadêmica), a dualidade entre feminino e masculino costuma servir para sintetizar ou re-presentar a série (ou o círculo) de separações e oposições liberais: feminino ou – natureza, pessoal, emocional, amor, privado, intuição, moralidade atribuição, particular, sujeição; masculino ou – cultura, política, razão, justiça, público, filosofia, poder, êxito, universal, liberdade. A mais fundamental e geral dessas oposições associa as mulheres à natureza e os homens à cultura, e várias feministas contemporâneas definiram suas críticas nesses termos.

De fato, desde a Antiguidade Ocidental encontramos relatos tanto da sujeição das mulheres ao espaço doméstico, quanto de suas ocupações insurgentes do espaço público, apontando para o que argumenta Nabozny (2006, p. 10):

A produção do espaço realizada por agentes sócio-culturais não se restringe à relação dialética de reflexo e condição, mas, sobretudo, amplia-se no processo de transformação. Esta perspectiva torna-se provável porque as práticas sociais são re-significadas pelos sujeitos, criando, portanto, um campo de possibilidades da criação do elemento novo e transgressor.

É notável a investigação de Richard Sennett (2006, p. 61) publicada por intermédio do livro *Carne e Pedra*, em que o autor conta, em um capítulo dedicado à Atenas de Péricles que: “Ao retornar às suas casas, as mulheres deviam mergulhar nas sombras. Escravos e estrangeiros residentes tampouco tinham autorização para falar na cidade, por serem todos corpos frios”. A democracia grega não incluía as pessoas escravizadas, os estrangeiros ou as mulheres, consideradas pessoas de corpos frios.

Sennett (2006) expõe que Atenas, mais do que todas as cidades, cultuava o corpo masculino, treinando-os nos ginásios, expondo sua nudez como testemunho de civilidade e como obra de arte (como se protegidos pela cidade, não precisassem de roupas), exibindo seu calor e sua voz nos espaços públicos. Acreditava-se que, quando os homens em suas práticas cívicas liam, ouviam e falavam, a temperatura de seus corpos se elevava.

A fisiologia grega justificava direitos desiguais e espaços urbanos distintos para corpos que contivessem graus de calor diferentes, o que se acentuava na fronteira entre os sexos, pois as mulheres eram tidas como versões mais frias dos homens. Elas não se mostravam nuas na cidade. Mais: permaneciam confinadas na penumbra do interior das moradias, como se isso fosse mais adequado a seus corpos do que os espaços a luz do sol. (SENNETT, 2006, p. 31).

Por isso, as mulheres recuperavam seus espaços de falar por meio de rituais noturnos (a Tesmoforia e a Adonia) que ocupavam espaços de sombra e alternativos, como os telhados urbanos (SENNETT, 2006). Os estudos sobre esses rituais revelam estratégias de resistência e sobrevivência das mulheres desde os primórdios das sociedades urbanas. Sennett (2006, p. 72) argumenta que os rituais cicatrizam: “eles tornam mais suportáveis as dores de viver e morrer, constituindo-se na forma social que permite aos seres humanos comportarem-se como agentes ativos, mais do que como vítimas passivas, diante da exclusão”.

Ao mesmo tempo, Sennett (2006) demonstra com os homens demarcavam seus espaços de forma privilegiada também na esfera doméstica. Mesmo o espaço doméstico, na Grécia Antiga, apresentava espaços exclusivos para os homens, como é o caso do *andron*, em que os homens celebravam os simpósios. Michelle Perrot (1998) argumenta que embora se reconheça que o público e o político sejam o santuário dos homens, e o privado e a casa sejam o coração das mulheres, os homens também figuram como os senhores do privado, em especial da família, instância fundamental, cristal da sociedade civil, que eles governam e representam, dispostos a delegar às mulheres a gestão do cotidiano.

Entretanto, o argumento de Perrot (1998), parece denotar a separação entre público e privado mencionada anteriormente, o que pode conduzir ao não reconhecimento da importante política que se faz cotidianamente, ou seja, de que a chamada esfera pública ultrapassa em muito o âmbito do Estado. Parece não destacar o fato de o âmbito privado também ser permeado pelo público. Novamente, trazemos Pateman (2013, p. 71) ao debate, quando ela afirma que:

As feministas têm enfatizado como as circunstâncias pessoais são estruturadas por fatores públicos, por leis sobre estupro e aborto, pelo status de “esposa”, pelas políticas de atenção às crianças e atribuição de benefícios de previdência, e a divisão sexual do trabalho na casa e

no local trabalho. Portanto, os problemas “pessoais” só podem ser resolvidos por meios políticos e ação política.

Ou seja, essas duas esferas são, na verdade, dialética e contraditoriamente porosas. São inconfundíveis, porém inseparáveis:

A popularidade do lema e sua força para as feministas decorrem da complexidade da posição das mulheres nas sociedades liberal-patriarcais contemporâneas. O privado ou pessoal e o público ou político são considerados separados e irrelevantes um para o outro; a experiência cotidiana das mulheres confirma essa separação, embora, simultaneamente, negue-a e afirme a conexão integral entre as duas esferas. A separação do público e do privado faz parte das nossas vidas reais, ao mesmo tempo em que é uma mistificação ideológica da realidade liberal-patriarcal. (PATEMAN, 2013, p. 71).

Por outro lado, de fato, essa relação entre o público e privado ocorre de maneira hierárquica quanto aos homens e mulheres. Pateman (2013) destaca que o liberalismo patriarcal idealizou a imagem da esposa economicamente dependente. Concomitantemente, ainda que se reconheça que as mulheres nunca estiveram completamente excluídas da vida pública, sua inclusão é em grande medida determinada pela ordem patriarcal. A esfera do Estado ainda é largamente dominada por homens. No mundo do trabalho, em que também se reconhece a presença e o protagonismo histórico das mulheres, as trabalhadoras ainda estão concentradas em áreas profissionais conhecidas como "trabalho de mulher", e, mesmo ocupando cargos de chefia, geralmente recebem remuneração inferior à dos homens. Por fim, a autora explica que as feministas também têm chamado a atenção para as relações entre atividade econômica e vida doméstica:

“Esquece-se” de que o trabalhador, que invariavelmente se assume que seja um homem, pode estar pronto para o trabalho e se concentrar em seu trabalho, livre das demandas cotidianas de preparar comida, lavar e limpar, e cuidar dos filhos, porque estas tarefas são executadas sem remuneração por sua esposa. (PATEMAN, 2013, p. 72).

O debate acima, significa a crítica à domesticidade como fruto do desenvolvimento do capitalismo moderno, e este último, como processo demarcador do público e do privado e atribuidor dos papéis do homem e da mulher nesses espaços. Atenta-nos para o fato de que essa divisão é mais

presente no discurso do que na prática, embora não mereça ser ignorada. Traz à tona a ideia da construção social dos papéis sexuais, como uma construção histórica, não natural, estruturada a partir das tarefas produtivas e reprodutivas inerentes ao modo de produção capitalista (FEDERICI, 2019). Por isso, todo questionamento feminista radical, ou seja, que se propõe a ir até a raiz da questão do patriarcado, acaba desembocando em um enfretamento ao capitalismo e ao colonialismo. Grada Kilomba (2019) em seu livro *Memórias da Plantação*, afirma que é importante compreender que o homem, branco, europeu e heterossexual preparou as oferendas de impor seu ponto de vista com a pretensão de manter uma hegemonia do moderno colonial, provocando uma cegueira em todos os outros possíveis caminhos.

Além disso, Pateman (2013) faz-nos perceber tal interpretação como uma realidade situada no contexto burguês ocidental, não representando a história de vida de muitas mulheres brasileiras – provindas das classes populares, mulheres negras, mulheres do campo – para as quais a realidade da jornada dupla sempre esteve presente desde antes do seu nascimento, ou seja, como vêm ressaltando Judith Butler (2003) ou Patrícia Hill Collins (2017), a categoria mulher não pode ser um objeto unificado.

São esses matizes entre a domesticidade e a jornada dupla que conformam o cotidiano das mulheres na cidade, um cotidiano mais complexo que aquele dos homens, posto que se conecta mutuamente aos universos da casa, do trabalho, da sociabilidade, da política. Se em suas práticas cotidianas as mulheres constroem a cidade, é fato que a camada da cidade construída sob a égide da ideologia do urbanismo modernista tem um custo muito alto para elas. É desafiador dar conta de uma rotina tão complexa em um espaço fragmentado e setorizado, com vem destacando a crítica de Zaida Muxí Martinez (2014). A cidade dos pontos e redes, produzida pelo poder econômico e político, é muito mais hostil às mulheres do que aos homens. Às mulheres, interessa a cidade como tecido, território diverso e contínuo, a cidade dos fáceis acessos, das ruas caminháveis e habitadas, como bem colocava Jane Jacobs (2011).

Ainda sobre esse ponto, é interessante perceber como as mulheres são as grandes estruturadoras do espaço social, sobretudo nos espaços informais, desenhando estruturas cotidianas de sobrevivência, cuidado e solidariedade. Entretanto, a cidade formal também conta com a participação de mulheres em

sua concepção, junto aos campos da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano (FONTES, 2016). Na verdade, ambos os trabalhos são invisibilizados. Por isso a importância de, no contexto de uma pesquisa sobre mulheres, partir de suas experiências contemporâneas e fazer um esforço de releitura da história a partir de suas vivências.

A crítica à visão dualista entre o público e o privado ressignifica também a importância das sufragistas, da chamada primeira onda do feminismo, na virada do século XIX para o XX. Pateman (2013, p. 68) coloca que a reivindicação do voto questionava a adequação das mulheres à vida doméstica, ou seja:

[...] constituía uma negação de que as mulheres fossem naturalmente adequadas apenas à vida privada. Portanto, a reivindicação do sufrágio chegava ao coração da acomodação mútua entre patriarcalismo e liberalismo, já que conquistar o voto significava que, pelo menos em um aspecto, as mulheres deveriam ser admitidas como “indivíduos”.

As primeiras lutas feministas organizadas foram pela igualdade nos direitos contratuais e de propriedade, a oposição contra casamentos arranjados e a ideia de propriedade da mulher e seus filhos por parte do marido. Ainda no final do século XIX, o movimento passou a focar em especial na conquista do poder político por intermédio do sufrágio, ou seja, a possibilidade da participação das mulheres na vida pública e na sociedade política por meio do voto ou das manifestações. De acordo com Michelle Perrot (1990) em seu livro História das Mulheres no Ocidente, os movimentos feministas do século XIX e XX buscavam transformar a condição da mulher na sociedade, em especial, por meio da luta na participação do voto eleitoral. Esse movimento fica marcado como uma das primeiras ações do movimento das mulheres no mundo industrializado.

Angela Davis (2016), por outro lado, coloca que o Movimento Sugrafista nos Estados Unidos evidencia a historicidade da luta pelo voto pela mulher branca, pois acreditava-se que o voto seria a chave para a emancipação feminina. Mas as mulheres negras e trabalhadoras continuavam preocupadas com a sobrevivência.

No Reino Unido, em 1897, constituiu-se a fundação da União Nacional pelo Sufrágio Feminino liderado por Millicente Fawcett. As *suffragettes* – sufragistas, como eram conhecidas as mulheres que militavam nessa união,

questionavam o fato de as mulheres serem capazes de ocupar atividades na sociedade inglesa, mas serem vistas com desconfiança como possíveis eleitoras. Apesar de toda a manifestação e comoção, somente em 1918, o Reino Unido estabeleceu o voto feminino. As estadunidenses que lutavam pela mesma causa só conquistaram o voto na década de 1920.

No Brasil, a Proclamação da República em 1889, criou a esperança de que haveria mudanças na sociedade, principalmente quanto à democracia e cidadania. No entanto, a Constituição Republicana de 1891 não alterou esses aspectos, pelo contrário, ampliou e sedimentou o pacto liberal-oligárquico e garantiu o poder político-econômico às camadas privilegiadas.

Evidentemente que a expropriação do direito do voto e dos direitos políticos era condizente com a situação de subordinação da mulher, herança imposta pelo tratamento preconceituoso das legislações desde o Império, e com reforço sobretudo pelo Código Civil 1916, uma vez que estabelecia a não-capacidade jurídica da mulher casada, subtraindo-lhe, por consequência sua integral cidadania, pois que as mulheres casadas figuravam ao lado dos menores impúberes, silvícolas e pródigos considerados como relativamente incapazes. (SCHNEIDER, 2014, p. 7).

Somente em 1932, com o novo Código Eleitoral e com o Decreto 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, foram estabelecidos no país o voto secreto, o voto feminino e a possibilidade de candidatura de mulheres. O direito ao voto foi conquistado pelas mulheres sufragistas brasileiras, que seguiam os ideais ingleses, porém, a maioria compunha uma elite intelectual e política. Em 1933, é eleita Carlota Pereira de Queiróz, primeira deputada federal brasileira, integrante da assembleia constituinte dos anos seguintes. Um ano após, foram eleitas oito deputadas para as assembleias constituintes estaduais.

Porém, com o Estado Novo, entre 1937 a 1945, o direito ao voto e até mesmo à liberdade de expressão foram suspensos. O novo regime, seus líderes e sua ideologia demonstraram hostilidade quanto às demandas femininas, em especial quanto à igualdade (HAHNER, 2003).

Com a promulgação da Constituição de 1946 ocorre a volta do Estado de Direito, e retoma-se o ideal de cidadania e de democratização do país. Em 1949,

com a criação da Federação de Mulheres do Brasil²⁶, no Rio de Janeiro, o movimento de mulheres ganha intensidade e marca presença nos movimentos políticos da década de 1950. Com a instauração do regime militar em 1964, os movimentos sociais são reprimidos, regressando na década de 1970, conforme descrevem as autoras Lourdes Bandeira e Hildete de Melo em seu livro *Tempos e Memórias – Movimento Feminista no Brasil*:

A efervescência política dos anos 1960 acabou com o golpe militar de 1964, ano em que novamente a sociedade brasileira foi silenciada. Na resistência aos governos militares, as mulheres participaram ativamente de organizações de esquerda que, frente à opressão e perseguição sofrida, acabaram mortas ou exiladas na América Latina e na Europa. Só no início dos anos 1970, repercutindo a luta internacional das mulheres européias e norte-americanas, as brasileiras levantaram suas vozes. (BANDEIRA; MELO, 2010, p. 25)

No contexto mundial, em 1960, inicia-se a chamada segunda onda do feminismo, que perdura em conjunto com a terceira onda até os dias atuais. Teve como preocupação tanto o combate às desigualdades sociais e culturais quanto as políticas, que vão além do sufrágio, e objetivava acabar com a discriminação. Conforme Alisson (1995), as feministas também trabalharam para abolir a "isenção conjugal" nas leis de estupro, que impediam o julgamento dos maridos que estupravam suas próprias esposas. Também, questionavam as desigualdades culturais e políticas das mulheres inseridas pela cultura do poder/patriarcado/capitalismo, incentivando dessa forma que as mulheres entendam os aspectos das suas vidas pessoais como reflexo de uma sociedade sexista.

O novo feminismo que explodiu nos anos 70 trouxe a tomada de consciência e ação das mulheres a respeito de sua opressão e exploração. Significou ações movidas em favor da liberação sexual e da igualdade de direitos através de importantes transformações sociais, demonstrando a existência de outras relações de poder, além das de âmbito público e estatal, que cruzam as relações sociais e atuam no mundo privado e pessoal. (CALIÓ, 1997, p. 1).

Com a segunda onda do feminismo, surge na década de 1970 a análise urbana sob a perspectiva de gênero. As feministas passam a questionar o papel

²⁶ Organização feminista que atuou no Brasil entre 1949 e 1957, sob forte influência do Partido Comunista do Brasil com o objetivo de construir um movimento feminino nacional e unificado.

da mulher na produção dos espaços construídos, dos cômodos das edificações às cidades.

Nessa década, no contexto brasileiro, paralelamente aos movimentos sociais que surgiram contra a ditadura, levantou-se o ideal de denunciar a dominação sexista existente, defendendo que o movimento pelos direitos das mulheres, no Brasil, deveria ser diferenciado e não subordinado às lutas gerais do povo brasileiro, conforme ocorre no restante do mundo com a segunda onda.

Já nos anos 1980, surgem grupos organizados da sociedade civil que deram visibilidade às chamadas interseccionalidades, como mulheres negras e lésbicas. O contexto mundial está, portanto, entrando numa nova onda que colocaria ênfase no fato de que o mundo não é composto apenas por mulheres brancas de classe média-alta, mas que as mulheres são de muitas cores, etnias, nacionalidades, religiões e origens culturais. Para o final da década, o movimento feminista brasileiro pôs em discussão a violência da mulher, criando o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985. Com a Constituição Federal de 1988, as mulheres brasileiras logram grandes conquistas na seara do direito à igualdade, além de garantias políticas e profissionais:

E finalmente a Constituição Federal de 1988, considerada um marco na luta pela igualdade de direitos entre os sexos, e ainda na positivação de vários “novos” direitos relativamente à situação jurídica da mulher, que com a tutela constitucional passa a gozar de um status enquanto sujeitos de direitos. São positivadas demandas como a isonomia entre os cônjuges na sociedade conjugal, a não discriminação da mão-de-obra feminina, a proteção à gestante e à empregada-mãe, entre outras tantas. (SCHNEIDER, 2014, p.10).

Por volta do ano de 1990, surge a terceira onda do feminismo, com o intuito de reparar as supostas falhas das ondas anteriores e visando a desafiar ou evitar aquilo que vê como as definições essencialistas da feminilidade feitas pela segunda onda, que colocaria ênfase demais nas experiências das mulheres brancas de classe média alta, conforme Freedman (2003).

Amaral (2015), quando analisa as narrativas de Carolina de Jesus, destaca que o corpo da mulher negra é afetado por atravessamentos diversos definidos por sujeitos e corporeidades opostas que determinam o território. Nesse sentido, González (1988, p. 135) aponta que:

Tratar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial, é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco. Falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não ser brancas. Concordamos plenamente com Jenny Bourne, quando afirma: “Eu vejo o antirracismo como algo que não está fora do Movimento de Mulheres senão como algo intrínseco aos melhores princípios feministas”. Mas esse olhar que não vê a dimensão racial, essa análise e essa prática que a “esquecem”, não são características que se fazem evidentes apenas no feminismo latino-americano.

Analizando-se o histórico do movimento feminista em busca de um entendimento sobre a existência de um debate sobre o espaço urbano, percebemos que ele esteve até a década de 1970-80 relacionado à demanda de inserção da mulher nos debates políticos sobre a cidade, na chamada esfera pública. A partir daí, surge um questionamento específico sobre as formas de vida e o papel da mulher na construção do espaço. Entendemos que a divisão entre sexos é uma face da segregação socioespacial presente na cidade capitalista.

A configuração do nosso espaço urbano é onde espelham se as desigualdades sociais e essas são reforçadas, [...] que determinam quem é privilegiado e quem é escamoteado pela ação direta do Estado. Essas particularidades, embora não citadas, são assimiladas pelas pessoas que interagem entre si e com o espaço. Andando pelas cidades, sabemos intuitivamente se estamos em lugares sociais acolhedores, percebemos os lugares hostis e permanecemos nos lugares em que o sentimento de pertencimento é despertado. Também sabemos exatamente onde estão os espaços de poder e decisão, onde mora o privilégio. [...] Sabemos também quais são os espaços femininos e masculinos, ainda que sensivelmente se misturem ou camuflam, essa divisão de gênero também acontece. (BERTH, 2019).

Durante muito tempo, a prática desigual de uso do espaço urbano entre homens e mulheres não foi percebida como uma questão importante. Importavam sobretudo as divisões espaciais provocadas por questões demográficas, econômicas, culturais e políticas (CALIÓ, 1997). Muxi (2018) ressalta que da nossa casa à nossa cidade são reflexos das estruturas sociais, refletem as hierarquias construídas ao longo dos anos, sobretudo o patriarcado.

O patriarcado e capitalismo estão correlacionados na construção do espaço, sejam elas na esfera política, econômica sejam na cultural. Ao determinar uma hierarquia entre mulheres e homens, o patriarcado cria e define

papeis de gênero, relações socioculturais do que é permitido para cada sexo e estabelece culturalmente responsabilidades, deveres, direitos e lugares para cada gênero.

A afirmação dessa combinação patriarcado/capitalismo – verdadeiro sistema social de dominação – vem no sentido de contestar posições que apresentam os dois sistemas como independentes: de um lado, o patriarcado como sistema de dominação político-ideológica e, de outro, o capitalismo como sistema de dominação econômica. Eles não são autônomos entre si. Muito pelo contrário. Combinam-se com base em uma divisão sexual do trabalho presente tanto na esfera da produção como na da reprodução social. (CALIÓ, 1997, p. 4).

Diante desse contexto, de forma insurgente, por meio da luta diária para ocupar e apropriar-se do espaço urbano da cidade, as mulheres criam rearranjos espaciais, novas territorialidades de tal forma que “através de suas ações de apropriações do espaço urbano, elas constroem novas significações dos lugares” (MACHADO; RATTS, 2017, p. 199).

4.2 MULHERES A PARTIR DO PATRIMÔNIO: AGENTES SOCIAIS E DETENTORAS DOS SABERES

Acompanhando a virada da historiografia ocidental no sentido de enfocar a questão de gênero nos estudos urbanos, as ideias sobre o patrimônio também estão caminhando no sentido do reconhecimento dos chamados “matrimônios”.

Segundo Lemaire (2018, p. 26):

Havia ainda, de um lado, um patrimônio no sentido de bens materiais e culturais da linhagem masculina, transmitidos de pai para filho; e, de outro lado, um matrimônio no sentido originário do termo: conjunto dos bens materiais e culturais pertencentes à linhagem feminina. Na língua francesa, ainda no século XV, a palavra matrimônio mantém seu sentido original de bens maternos ao lado do significado mais recente, o de casamento, que se propaga progressivamente no decorrer da segunda era medieval como acompanhante da instalação do casamento monogâmico (DUBY, 1981) para se generalizar nos tempos modernos, fazendo esquecer aos povos o sentido original da palavra. [...] A história dos dois mundos, para quem puser as lentes da questão de gênero, desenrola-se como uma evolução paralela em direções opostas, ao mostrar o lento e progressivo declínio e silenciamento do matrimônio e a monopolização progressiva do patrimônio.

No Brasil, o discurso do IPHAN ressalta a presença feminina relacionada ao patrimônio cultural imaterial brasileiro. Segundo o órgão, a transmissão de saberes, constantemente feita pelas mulheres, seja pelas mãos, pela dança, pelo artesanato seja pela oralidade, muito além de solidificar relações culturais complexas, ainda mais quando se trata do intangível, é capaz de construir História (IPHAN, 2015).

É notável que um importante movimento no sentido da valorização das histórias populares e, também das mulheres, foi o reconhecimento do patrimônio imaterial, e que é possível encontrar, por exemplo, na valorização dos “saberes locais” uma importante formulação para a transformação social (MONTERO, 2006; MORIN, 2004).

A ligação entre saber e poder é inerente ao sistema dominante porque, enquanto quadro de referência conceitual, está associado a uma série de valores baseados no poder que surgiu com a ascensão do capitalismo comercial. A forma pela qual esse saber é gerado, estruturado e legitimado e a forma pela qual transforma a natureza e a sociedade geral desigualdades e dominação, e as alternativas são privados de legitimidade. O poder também é introduzido pela perspectiva que vê o sistema dominante não como uma tradição local globalizada, mas como uma tradição universal, inherentemente superior aos sistemas locais. Contudo, o sistema dominante também é produto de uma cultura particular. (SHIVA, 2002, p. 22).

O reconhecimento das histórias das mulheres a partir do patrimônio imaterial trouxe muitos avanços, já que o patrimônio tradicionalmente abordado como materialidade reproduziu a invisibilização das mulheres, posto que atribui-se valor às práticas da vida material e os espaços onde se realizam as trocas da vida cotidiana são desconsiderados. Assim, a partir da abordagem imaterial, o patrimônio tem o poder de trazer à luz práticas, e inseri-las nos debates sobre a história da cidade. Ao passo que o patrimônio passa a valorizar a dimensão imaterial, ele incorpora as relações entre espaços e maneiras de habitar, entre suportes materiais da vida privada e distintos usos, estruturas e significados da família, da intimidade, da convivialidade e da sexualidade. Outro universo ganha centralidade e personagens até então pouco presentes ganham a cena.

Entretanto, como argumentamos anteriormente, é perceptível como os processos de valorização patrimonial das marcas das vivências femininas nas cidades acabam acontecendo a partir da dualidade entre espaço público e

privado. O patriarcado tem seus patrimônios reconhecidos como materialidade, enquanto as mulheres são incluídas nos discursos e processos patrimoniais a partir do universo imaterial. Embora o reconhecimento da imaterialidade do patrimônio tenha objetivamente aberto portas para a entrada das mulheres nesses discursos e práticas, ainda há um caminho a ser percorrido para atingir-se o reconhecimento do protagonismo histórico das mulheres de maneira ampliada.

Lembrando a definição da cidade como escrita, de Raquel Rolnik (2009), é preciso considerar que essa escrita, ou seja, a impressão de representações sociais no espaço não é igualitária; as relações de poder e dominação estão sempre presentes (ZOLIN, 2010). Muitas dessas escritas são mantidas e preservadas por intermédio da patrimonialização, pois isso, os processos que envolvem o patrimônio também são marcados pela exclusão das mulheres.

O patrimônio vem, portanto, historicamente cristalizando práticas discursivas que reproduzem valores e tradições da sociedade patriarcal. O patrimônio, como herança do pai, valoriza bens relacionados ao sujeito masculino, branco, de classe média-alta, o dominante. Esses bens referem-se à esfera das materialidades presentes no espaço público da cidade, e por muito tempo negligenciaram as práticas cotidianas das mulheres. O que vemos é um patrimônio masculinizado, em que a representatividade é associada à submissão da mulher, à passividade, ou à irrelevância, exilando a mulher de sua própria história.

Brulon (2019) argumenta que a produção feminina e a história das mulheres são desapreciadas ou mal representadas nas narrativas em que predominam as noções estereotipadas de masculinidade e feminilidade. Falar de mulheres não é somente relatar os fatos em que estiveram presentes, mas reconhecer o processo histórico de exclusão de sujeitos, desconstruir a história da história feminina, para reconstruí-la em bases mais reais e igualitárias (COLLING, 2004).

Fontanari (2020) disserta sobre a invisibilização da mulher nos museus e na museologia, trazendo um reforço de como a história, o patrimônio e a narrativa dominante são contados. No entanto, é necessário denunciar políticas e ações que excluem ou distorcem as narrativas femininas. Tencionar os pontos que indicam fragilidades nos discursos e nas representações museológicas

sobre a mulher é um caminho para desenvolver ações e políticas calcadas na democratização social e no direito de memória.

No Brasil, recentemente, começamos a ver uma movimentação dos órgãos estatais e federais para a reparação dessa invisibilização. A V Primavera dos Museus, em 2011, por exemplo, contou com a temática Mulheres, Museus e Memórias, que impulsionou ações e pesquisas no campo museológico sobre mulheres.

Em um sentido semelhante, o IPHAN (2017) vem buscando reconhecer o protagonismo das mulheres gestoras do patrimônio cultural brasileiro, homenageando aquelas profissionais que estão na linha de frente das políticas públicas.

A data é símbolo de uma longa luta e provoca reflexão sobre o papel feminino na sociedade e, justamente por isso, é fundamental destacar a presença da mulher enquanto matriz criadora das manifestações e bens culturais, assim como enquanto multiplicadora de conhecimentos e tradições e portadora de saberes essenciais à manutenção da cultura nacional. Além disso, institucionalmente, as mulheres representam um grande ativo nas políticas de preservação do Patrimônio Cultural, tendo exercido relevante papel intelectual nas últimas oito décadas. (IPHAN, 2017).

Em 2020, o IPHAN, no Dia Internacional da Mulher, contou com a ação *#ElasFazemPatrimônioCultural*, que trouxe a história de importantes mulheres que atuaram na defesa da preservação do patrimônio cultural brasileiro.

A área reúne contribuições da presença feminina tanto como matriz criadora das manifestações e bens culturais, quanto como multiplicadora de conhecimentos e tradições e portadora de saberes essenciais à manutenção da cultura nacional. São arquitetas, ceramistas, historiadoras, mestres de capoeira, arqueólogas, sambistas, gestoras, paneleiras, antropólogas, cozinheiras e rendeiras que mantêm viva a diversidade cultural brasileira. Celebrar cada uma dessas mulheres, e as muitas que virão, é celebrar também o Patrimônio Cultural, realçando-o sob um ponto de vista criador e criativo, que move e transforma, e que engrandece, a todos, enquanto povo brasileiro. (IPHAN, 2020).

Mesmo que pontualmente, já percebemos uma movimentação para a valorização do patrimônio e da participação feminina em frente ao patrimônio. Essas ações instigam a trazer essa diversidade cultural que foi por muitas vezes não percebida ou legitimada.

4.3 MULHERES EM SÃO LEOPOLDO: PROTAGONISMO SOCIAL

Pateman (2013) explica que, conforme as mulheres vão progressivamente conquistando campos de trabalho, direitos e autonomia, os mecanismos de dominação patriarcal vão se estendendo do espaço privado ao público. Assim, a invisibilização do trabalho doméstico é somada à invisibilização de sua atuação social e política. Compreendemos isso, quando analisamos as lutas das trabalhadoras, das militantes, das políticas e de tantas outras mulheres que constroem a história de uma cidade como tantos outros indivíduos masculinos, porém, sua narrativa é invisibilizada dando protagonismo ao masculino.

São Leopoldo não difere dessa realidade. As mulheres construíram um legado na cidade com suas participações seja por intermédio das atividades na colonização – plantio, colheita, cuidados com os animais, no trabalho doméstico, no magistério, no trabalho nas indústrias e nos comércios, seja pela atuação nas mais diversas profissões, como dentistas, enfermeiras, babás, entre outras (GRÜTZMANN, 2008). Essa história é contada em um acervo pequeno no Museu Histórico de São Leopoldo, trabalho resultante de uma pesquisa para a comemoração dos 180 anos da imigração alemã. Destacamos que, comparado ao acervo do museu, temos apenas um armário para a visibilização feminina (Figura 37, que segue), no entanto segregada, contada sob a perspectiva da colonização alemã, o que reforça na narrativa histórica leopoldense o que estamos discutindo nesse trabalho sobre a invisibilização feminina.

Figura 37 - Acervo da História das Mulheres em São Leopoldo no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo



Fonte: Acervo da Autora (2021).

Historicamente, as mulheres foram e são ativas na cidade de São Leopoldo, em especial, pelas mobilizações sociais e comunitárias vinculadas às igrejas católica e luterana. No decorrer do século XX, essas mobilizações deram-se por meio de pequenos grupos com atividades, discussões e auxílio nas periferias da cidade para resolver problemáticas locais nos mais diversos aspectos: alimentação, saúde, trabalhos artesanais, trabalho, educação, entre outros.

Conforme Carvalho (2018), para o Jornal Vale dos Sinos (VS) encontra-se no Acervo da Unisinos imagens, documentos, depoimentos, registros, participações em eventos e livros que formam mais de 35 caixas que contam a trajetória feminina na cidade de São Leopoldo.

A lembrança daquelas que muito fizeram pela luta do movimento feminino em São Leopoldo permanece viva e acomoda com muito cuidado no Memorial Jesuítico da Unisinos. São mais de 35 caixas com imagens, depoimentos, registros de participação em eventos e diversos livros que relatam um pouco da história das mulheres na

cidade. Tudo retratado no Acervo da Assessoria do Movimento de Mulheres que fica na universidade. (CARVALHO, 2018.).

Na década de 1990, as mobilizações vinculadas à Igreja Católica e Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) estavam predominantes na cidade. Nessa década, contamos também com o curso de Serviço Social da Unisinos que passou a contribuir por intermédio de assessoria, atendendo a demandas de formação de educadoras pelas agentes da Pastoral; acompanhamento a grupos de mulheres da Cáritas da Paróquia Santo Inácio e grupos ligados à Vila Leite/ Campina; assessoramento a trabalhos de educação popular com crianças e adolescentes; assessoria e formação de educadoras para creches comunitárias; assessoria nos chamados Encontrão de Mulheres, promovido pelas Cáritas Santo Inácio; e a proposição e coordenação dos encontros de mulheres a partir de 1992. (FÓRUM DE MULHERES DE SÃO LEOPOLDO, [s.d.]). Segundo Ziebel, Deutrich e Strauss (2003) a atuação do curso de Serviço Social da Unisinos junto às mulheres em São Leopoldo preenchia a ausência e ineficácia das políticas sociais públicas para combate à desigualdade social, política, econômica e cultural vivenciada pelas mulheres.

O Encontro de Mulheres tinha como objetivo comemorar o Dia Internacional da Mulher, possibilitando troca de experiências, promovendo a discussão da situação da mulher na realidade do município e as políticas de gênero. Nos anos 1990, foram realizados cinco encontros com as mais diversas temáticas: resgate histórico da mulher na sociedade, conhecimento e valorização dos trabalhos, conhecimento da mulher do movimento popular em São Leopoldo, Direitos da Mulher, Política Pública e Cidadania. (FÓRUM DE MULHERES DE SÃO LEOPOLDO, [s.d.]).

Figura 38 - Fotografia 1.ª Sessão na Câmara de Vereadores, Assessoria do Movimento de Mulheres Unisinos - 1995



Fonte: Acervo Unisinos do Fórum de Mulheres

Ainda no final da década, cresce a influência das Organizações Não Governamentais (ONGs), e houve um declínio das igrejas nesse movimento. Essas organizações trazem mais demandas para as discussões: saúde (melhoria no atendimento, formação de agentes de saúde, atenção à saúde sexual e reprodutiva...), políticas de combate ao desemprego (formação de cooperativas, assessoria técnica...) e combate à violência institucionalizada. (FÓRUM DE MULHERES DE SÃO LEOPOLDO, [s.d.]).

Conforme conversa com a Professora Clair Ribeiro Ziebell²⁷, os encontros mencionados recentemente foram o início do processo de organização das mulheres no município com o apoio de várias organizações populares para a criação do Fórum de Mulheres de São Leopoldo. Em maio de 2000, surgiu este

²⁷ Clair Ribeiro Ziebell foi professora no curso de Serviço Social da Unisinos. Ela foi coordenadora da Assessoria a Movimentos de Mulheres da Unisinos. Clair possui graduação em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas e mestrado em Educação pela Unisinos, tendo sua dissertação o título *Mulheres na Luta por Educação: Qual Protagonismo?* Tem experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente nos temas de educação, mulheres e movimentos sociais. Foi uma das principais agentes envolvidas no movimento e fórum de mulheres em São Leopoldo. Concedeu uma entrevista para a mestrandona dia 8 de abril de 2021 na qual contou brevemente alguns pontos essenciais da trajetória do Fórum.

espaço de reflexão, discussão, aprendizados em defesa das políticas públicas e reivindicações para as mulheres, o Fórum de Mulheres.

O Fórum pontua e discute as questões relacionadas às políticas públicas municipais na perspectiva de gênero, elegendo prioridades, por exemplo, políticas de combate à violência contra as mulheres, formação de redes, liderança de gênero e diálogo com o poder legislativo. O diálogo com o legislativo incentivou a criação de alguns projetos, como, a Política de combate à violência contra a mulher, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – posteriormente conhecido como COMDIM, e outros planos que envolveram ações orçamentais e participação social. Em suma, podemos dizer que o objetivo do Fórum era propor e pressionar a implementação de políticas públicas em defesa dos direitos das mulheres na cidade de São Leopoldo (FÓRUM DE MULHERES DE SÃO LEOPOLDO, [s.d.]).

Conforme acervo disponibilizado na Unisinos, o Fórum de Mulheres (FMSL) era um movimento popular independente e autônomo, que buscava defender o direito da mulher desenvolvendo um trabalho democrático e articulado com outras organizações e grupos. As componentes do Fórum eram das mais diversas etnias, partidos, faixa etária, grupos sociais e moradoras de várias localidades da cidade de São Leopoldo. A coordenação era formada por meio de eleição e composta por três (3) titulares e três (3) suplentes. Havia uma regularidade nas reuniões, que aconteciam sempre na última quarta-feira do mês ou quando necessário.

Articuladas no Fórum de Mulheres em São Leopoldo (FMSL), cujo objetivo é manter um permanente movimento de denúncia dessa desigualdade e de reivindicações em torno dos direitos como um todo, mas em especial os direitos sociais, destacando interesses específicos das mulheres. Isto exige mobilização permanente em torno da defesa e proteção contra violência, educação não-sexista, igualdade de gênero no trabalho e na família e demais instâncias sociais, direito à participação e um novo exercício do poder e quem sabe uma nova hegemonia? (ZIEBEL; DEUTRICH; STRAUSS, 2003, p. 11).

Vale ressaltar que até 2003, os encontros de Mulheres aconteciam anualmente com as mais diversas temáticas, sendo elaborado e divulgado pelo Fórum e pelas ONGs. O Fórum ficou atuante até o ano de 2006; posteriormente,

seguiu com reuniões e encontros esporádicos, abrindo a atuação no município para a Coordenadoria da Mulher, instalada em 2005 e para o COMDIM.

Na Constituição de 1988, é assegurada a participação social. É direito de toda(o) a/o cidadã(o) brasileira(o) participar da construção da sua cidade por meio da discussão de políticas públicas, conselhos, eventos, como forma de fiscalizar e contribuir com a gestão, seja ela na esfera municipal, estadual ou federal. Há quem diga que essa participação possa ser conhecida como controle social.

A participação e o controle social são reforçados com o Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de 10 de julho de 2001), como disposto no Art. 4 § 3º: Os instrumentos previstos nesse artigo que demandam dispêndio de recursos por parte do Poder Público municipal devem ser objeto de controle social, garantida a participação de comunidades, movimentos e entidades da sociedade civil.

Os anos 1990 representaram também no país um período de intenso debate, no seio da sociedade civil, dos partidos e governos acerca do papel dos cidadãos e suas organizações na gestão da cidade. Além disso, foram anos de avanços institucionais no campo do direito à moradia, do direito à cidade, do fortalecimento jurídico da noção de função social da propriedade e do reconhecimento dos direitos de posse. Esse movimento teve grande impulso com a reestruturação de um movimento pela reforma urbana e a constituição de um fórum desde o período da Constituinte que agregou movimentos sociais e populares a setores técnicos e acadêmicos da área de políticas urbanas. Práticas de participação popular e controle social das políticas e do orçamento público foram experimentadas em nível local em várias cidades do país, de tal forma que a noção de construção de políticas como tarefa de uma esfera pública não restrita ao campo da representação parlamentar foi progressivamente adentrando a prática e agenda de governos, nos diferentes níveis. Experiências de orçamento participativo, conselhos gestores e de programas autogestionários marcam um novo modo de atuação tanto dos gestores quanto da sociedade civil organizada (movimentos sociais, ONGs, sindicatos). (ROLNIK, 2006, p. 206).

Uma das esferas de contribuição são os Conselhos ou Conselhos Sociais, órgãos de caráter coletivo criados por lei específica e formados por instâncias governamentais e entidades da sociedade civil. O Conselho é um órgão independente da estrutura municipal que tem como principal atribuição defender os direitos dos cidadãos. Também, contribui auxiliando a administração no planejamento, orientação, fiscalização e julgamento nas questões relativas à

área respondente do conselho. Essa contribuição é realizada mediante reuniões periódicas estipuladas por lei ou demandas.

Os Conselhos podem ter duas naturezas. São de natureza deliberativa, quando têm o poder decisório sobre as ações da administração, ou seja, deverá seguir-se o que for decidido, ou são de natureza consultiva, quando a comissão aconselha a gestão municipal sobre o que deveria ser seguido, ficando a cargo do poder público instituí-la ou não.

Em âmbito nacional, em 1985, vinculado ao Ministério da Justiça, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) pela Lei n.º 7.353, de 29 de agosto de 1985, com o objetivo de promover ações que acabassem com a discriminação contra a mulher e assegurassem sua participação nas esferas políticas, econômicas, sociais e culturais do país. Atualmente, o CNDM é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa regido pelo Decreto n.º 8.202, de 6 de março de 2014.

No Rio Grande do Sul, o Conselho Estadual do Direitos da Mulher (CEDM) foi formado em 25 de abril de 1986. No entanto, só foi sancionado na Lei n.º 13.947, de 16 de março de 2012. É um órgão autônomo, deliberativo, normativo, fiscalizador, responsável pela participação social em temas voltados ao direito da mulher e vinculado à Secretaria de Políticas para as Mulheres. Tem como objetivo garantir o direito à cidadania para as mulheres.

Entre suas competências podemos destacar: estimular, apoiar e desenvolver debates e estudos sobre a mulher no Estado; propor políticas públicas e atividades que defendam o direito da mulher e eliminem a discriminação contra elas; acompanhar e opinar na elaboração de programas sociais e legislações de interesse da mulher; entre outros.

Em São Leopoldo, em 8 de março de 2002, foi fundado o Conselho Municipal do Direitos da Mulher (COMDIM) por intermédio da Lei n.º 5067 “A”. Hoje, a legislação vigente que defere o COMDIM é a Lei n.º 6.976, de setembro de 2009. Está estabelecido nessa lei que o COMDIM tem por finalidade promover, em âmbito local, políticas para as mulheres com a perspectiva de gênero, que visem a eliminar o preconceito e a discriminação e promover a igualdade, ampliando o processo de controle social sobre as referidas políticas.

O COMDIM é um órgão de caráter consultivo e deliberativo, tendo como principais competências:

- I – Formular diretrizes e propor políticas em todos os níveis da Administração Pública Direta e Indireta, com o objetivo de eliminar quaisquer discriminações;
 - II – Colaborar com os demais órgãos da Administração Pública Municipal no planejamento e na execução de políticas públicas referentes à mulher, especialmente nas áreas da saúde, prevenção à violência, educação, habitação, cultura e trabalho;
 - III – Receber denúncias de violação dos direitos da mulher e encaminhá-las aos órgãos competentes;
 - IV – Estimular, apoiar e desenvolver estudos, debates e campanhas educativas sobre à mulher;
 - V – Promover e participar de intercâmbios e convênios com outras instituições e órgãos municipais, estaduais, nacionais e internacionais, de interesse público e privado, a fim de implementar ações conjuntas que visem promover os direitos da mulher e combater a discriminação de gênero;
 - VI – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento de legislação e convenções coletivas que assegurem os direitos da mulher;
 - VII – Participar na elaboração de critérios e parâmetros para formulação e implementação de metas e prioridades para assegurar as condições de igualdade às mulheres, inclusive na articulação da proposta orçamentária do Município;
 - VIII – Apoiar a Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres na articulação com outros órgãos da Administração Pública Municipal e os governos Estadual e Federal;
 - IX – Participar da organização das conferências municipais de políticas públicas para as mulheres;
 - X – Articular-se com órgãos e entidades públicos e privados, não representados no COMDIM, visando incentivar e aperfeiçoar o relacionamento e o intercâmbio sistemático sobre a promoção dos direitos da mulher;
 - XI – Articular-se com os movimentos de mulheres, conselho estadual e nacional dos direitos da mulher e outros conselhos setoriais, para ampliar a cooperação mútua e estabelecimento de estratégias comuns de implementação de ações para a igualdade e equidade e fortalecimento do processo de controle social;
 - [...]
- (COMDIM, 2009).

Soma-se junto ao COMDIM na luta do direito das mulheres a criação da Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres (SEPOM) por meio do Decreto n.º 6.195, de 3 de setembro de 2009. As competências dessa secretaria assemelham-se às do COMDIM, intensificando o debate na cidade. Podemos destacar:

- I - Propor, apoiar e desenvolver as políticas públicas pela ótica de gênero no município;

II - Elaborar e implementar campanhas educativas e de combate à discriminação contra a mulher;

III - O serviço de psicologia fará a avaliação psicossocial dos casos de violência, oferecendo suporte inicial para a superação de situações traumáticas vividas, através de abordagem individual ou coletiva;

IV - Elaborar e divulgar, por meios diversos, material sobre a situação econômica, social, política e cultural da Mulher, seus direitos e garantias.

V - Desenvolver ações de prevenção e combate a todas as formas de violação dos direitos e de discriminação das Mulheres, com ênfase nos programas e projetos de atenção à Mulher em situação de violência.

(DECRETO N. 6.195, DE 3 DE SETEMBRO DE 2009).

A fim de assegurar as competências, a SEPOM, trabalha com suas ações a partir de seis eixos: garantia dos direitos, fortalecimento da cidadania, trabalho e geração de renda, saúde integral da mulher, educação e gênero e enfrentamento da violência contra a mulher.

Não cabe neste trabalho entrar nesse último eixo. No entanto, vale ressaltar que a cidade de São Leopoldo conta com o Centro Jacobina, que tem como objetivo orientar, acolher e acompanhar psicossocialmente e juridicamente as mulheres, mulheres transexuais e travestis em situação de violência de gênero, na perspectiva de prevenir futuros atos de agressão e de promover a interrupção do ciclo de violência, possibilitando que essas mulheres se tornem protagonistas de seus próprios direitos, ampliando seu nível de entendimento sobre as relações de gênero. O centro foi criado em 2006, e já atendeu mais de cinco mil mulheres – primeiro atendimento, sem considerar acompanhamentos, conforme disponibilizado na página da Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres.

Iniciado com a luta do COMDIM e do Fórum de Mulheres, posteriormente, somado às forças da SEPOM, em 2019, foi implementada a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) em São Leopoldo.

Em março de 2021, a Prefeitura Municipal de São Leopoldo, juntamente com a Secretaria de Políticas para Mulheres (SEPOM), aderiu ao Movimento Global ElesPorElas (*HeForShe*) da ONU Mulheres. O movimento tem como objetivo envolver as estruturas do governo e os homens na luta por igualdade e pelo fim da discriminação e da violência contra as mulheres. Conforme o jornal Correio do Povo (p. 1, 2021), dentre os compromissos assumidos por São Leopoldo perante o Movimento, podemos destacar:

[...] introduzir programas de sensibilização e educação de gênero em escolas, assim como em sedes e departamentos do governo local e, de forma mais ampla, através de campanhas públicas de mudança social; realizar ou incentivar encontros, conferências e eventos especiais destinados a ampliar a consciência da importância dos homens para a igualdade de gênero, bem como a importância do empoderamento das mulheres para um mundo de paz; promover estes movimentos através de meios de comunicação públicos e outros canais de comunicação on-line e off-line; criar estruturas no governo para gestão de políticas públicas para as mulheres; criar e estimular estruturas fiscalizatórias e propositivas de políticas públicas de gênero; e ainda, incluir no orçamento recursos específicos para políticas públicas para mulheres.

São Leopoldo é a primeira cidade do Rio Grande do Sul a vincular-se ao Movimento *HeForShe*, reforçando o debate da luta das mulheres na sociedade leopoldense.

Para finalizar, percebemos que é notável a participação da mulher na cidade de São Leopoldo seja por meio de participação individual, movimento, conselhos, ONGs, núcleos, poder público, seja por intermédio do setor privado. Também podemos destacar que o envolvimento acontece nas mais diversas áreas: educação, saúde, direito da mulher, entre tantos outros. Ziebell (2007) ressalta que o movimento de mulheres veio para a defesa da cidadania na cidade, para buscar superar as desigualdades sociais e a pobreza vividas no cotidiano, protagonizar lutas em torno de políticas públicas mais inclusivas, integrando as perspectivas de gênero e raça ou etnia. O movimento atua na defesa e proteção contra a violência, a favor da educação não-sexista, da igualdade de gênero no trabalho e na família e demais instâncias sociais, à favor do direito à participação política e a um novo exercício do Poder.

Os desafios ainda são diários, principalmente em uma sociedade patriarcal, mas as mulheres são protagonistas da história, conforme conclui Ziebell (p. 33, 2007):

Concluindo, nós mulheres somos importantes protagonistas, assim como os homens e demais pessoas que procuram incidir nos rumos que nossas sociedades devem tomar. No caso específico das mulheres, os limites ainda são muitos, sendo muito tímido o protagonismo no que tange à decisão, no acesso ao poder institucionalizado e a incidência da perspectiva de gênero na economia, hoje marcada pelo androcentrismo.

4.3.1 COMDIM: participação e representatividade

O COMDIM, na cidade de São Leopoldo (RS), tem como fim promover, formular e fiscalizar políticas para as mulheres visando a eliminar o preconceito e a discriminação, assim como, ampliar o processo de controle social (COMDIM, 2009). Atualmente, o COMDIM é uma esfera de debate nos mais diversos âmbitos dos assuntos que envolvem perspectiva de gênero, como saúde, violência, educação, participação social, entre outros.

Conforme a Lei de Constituição do Conselho, ele deve ser composto por 16 (dezesseis) representações com titular e suplente. Sete conselheiras são indicadas pelo Poder Executivo, e devem fazer parte das secretarias do governo (Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, da Saúde, de Educação, de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, de Desenvolvimento Social, de Habitação, e de Segurança) e oito são membros da sociedade civil. A escolha dessas vagas é feita pela candidatura das entidades da sociedade civil por meio de um regimento eleitoral de dois em dois anos.

A última eleição elaborada para a escolha das integrantes da sociedade civil no COMDIM ocorreu em abril de 2021. As entidades eleitas e participantes do conselho junto com as secretarias são: Associação Arte Cultura para a Paz Isaura Maia, Serviço da Paz (SERPAZ), Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria (CECA), Fórum Municipal de Economia Solidária de São Leopoldo (FESSL), Faculdades EST, Associação Meninos e Meninas de Progresso (AMMEP), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB – Subseção de São Leopoldo) e União Brasileira de Mulheres de São Leopoldo (UBM), conforme podemos conferir no Quadro 12, a seguir:

Quadro 12 - Apresentação das Entidades Participantes do COMDIM

ENTIDADES PARTICIPANTES DO COMDIM							
Entidade	Sigla	Data de Fundação	Bairro de Atuação	Área de Atuação	Público	Observação	Fonte
Associação Arte Cultura para a Paz Isaura Maia	Isaura Maia	2017	Scharlau, Arroio da Manteiga e Feitoria	Desenvolve projetos, programas e ações voltados aos Direitos Humanos, especialmente relativos às crianças e adolescentes	Crianças, Adolescentes e Jovens Adultos com deficiências	Está dividida em três instituições: 1. Programa de Acolhimento Institucional Casa Caminho Clara Francisco (vinte crianças e adolescentes em tempo integral); 2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Padre Orestes (noventa crianças e adolescentes); 3. Casa Caminho Jéssica Terezinha (Acolhimento Institucional para jovens adultos com deficiências)	facebook /isaura.maia.paz

ENTIDADES PARTICIPANTES DO COMDIM							
Entidade	Sigla	Data de Fundação	Bairro de Atuação	Área de Atuação	Público	Observação	Fonte
Associação Meninos e Meninas de Progresso	AMMEP	2006	Loteamento Padre Orestes (Santos Dumont)	Desenvolve processos socioeducativo, visando o desenvolvimento comunitário e a superação das condições de exclusão social.	Crianças, Adolescentes e famílias		http://unisinos.br/cidadania/associacao-meninos-e-meninas-de-progresso-amme/ Facebook/Meninos-e-Meninas-de-Progresso-AMMEP
Serviço da Paz	SERPAZ	1978	Atua nos bairros periféricos, como, Arroio da Manteiga, Scharlau.	Composta por pessoas das mais diversas formações, músicos, advogados, teólogos, metalúrgicos, pastores, sacerdotes, estudantes, entre outras. Preferencialmente, procura atingir as comunidades de baixa renda através de oficinas, workshops e mediações de conflitos.	População em geral	É ecumênica, aberta a todas as pessoas; não exclui nenhum elo da sociedade por razões de gênero, econômicas, sexuais ou religiosas e preferencialmente busca atingir aquelas comunidades humanas mais empobrecidas, a fim de emponderá-las, para que junto a elas possamos contribuir para a construção de uma nova sociedade.	https://www.facebook.com/serpaz.servicodepaz https://www.serpaz.org.br/ http://serpaz.blogspot.com/

ENTIDADES PARTICIPANTES DO COMDIM							
Entidade	Sigla	Data de Fundação	Bairro de Atuação	Área de Atuação	Público	Observação	Fonte
Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria.	CECA	1973	Atua com as mulheres de todos os bairros.	Atua em movimentos sociais, agentes pastorais, educadoras populares nos mais diversos bairros de São Leopoldo com o objetivo de mobilizar o protagonismo social e a consciência crítica.	Principalmente com mulheres com o curso de Promotoras Legais Populares.		https://cecadh.wordpress.com/ http://www.cea-ca-rs.org/
Fórum de Economia Solidária de São Leopoldo.	FESSL	2012	Atua em todos os bairros de São Leopoldo.	Economia Solidária, promovem e gerem feiras populares em São Leopoldo com o intuito de potencializar os produtores locais, proporcionando a oportunidade da multiplicação do negócio, geração de renda e trabalho.	População em geral.		https://fessl.wordpress.com/ https://www.facebook.com/ForumDeEconomiaSolidariaDeSaoLeopoldo

ENTIDADES PARTICIPANTES DO COMDIM							
Entidade	Sigla	Data de Fundação	Bairro de Atuação	Área de Atuação	Público	Observação	Fonte
Escola Superior de Teologia	Faculdades EST	1921	Atua em todos os bairros de São Leopoldo	Considerando que é uma instituição de ensino, a EST, atua nos mais diversos campos, como, diversidade cultural, pesquisa em gênero, teologia, grupo de identidade (negritude), conselho de missão entre indígenas, entre outros	População em geral Possui um grupo focal em mulheres.		http://www.est.edu.br/institucional/
Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Rio Grande do Sul – Subseção de São Leopoldo	OAB	1952	Centro	Atua em diversas frentes, como segurança social, saúde, patrimônio, mulheres, igualdade racial, direitos humanos, direitos ambientais, entre outros	População em geral Possui um grupo focal em mulheres.	Apesar de atuar com a população em geral, tem uma demanda e uma comissão específica para tratar assuntos relacionados com as mulheres através da Mulher Advogada (CMA)	https://www.oabrs.org.br/sao-leopoldo

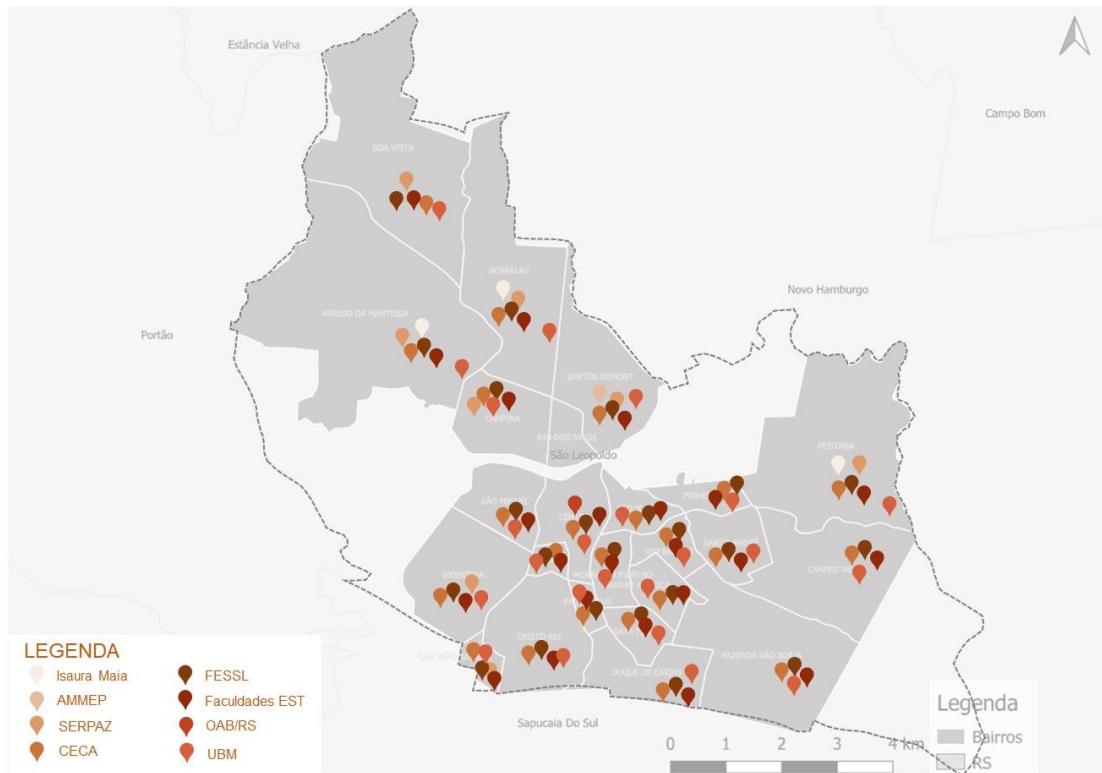
ENTIDADES PARTICIPANTES DO COMDIM							
Entidade	Sigla	Data de Fundação	Bairro de Atuação	Área de Atuação	Público	Observação	Fonte
A União Brasileira de Mulheres (UBM) – São Leopoldo.	UBM	1988	Atua em todos os bairros de São Leopoldo	Atua na luta pelos direitos e emancipação das mulheres, congregando-as na construção de um estado mais justo, fraterno e solidário.	Mulheres		https://www.facebook.com/ubmsaoleopoldo/

Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

Percebemos pela breve descrição das entidades eleitas para a constituição do COMDIM que há uma diversidade entre as origens, locais de inserção, áreas de atuação, mas com um único objetivo: promover os direitos das mulheres. Dessa forma, o conselho torna-se uma esfera de discussão muito representativa na cidade. O COMDIM é uma esfera de participação social como institui o Inventário Participativo. É composto por representantes de diversas instituições, localidades e etnias. Essas mulheres que constituem o conselho de uma forma democrática por intermédio de eleições estão à frente da luta de diversas causas, somando um número representativo de mulheres para a constituição da presente pesquisa.

As instituições que compõem o COMDIM estão ativas nos mais diversos bairros de São Leopoldo, atuando em projetos específicos ou estão abertas para assessoria de toda a comunidade, conforme podemos ver no mapa da Figura 39, que segue. Em relação à atuação, podemos perceber que algumas não trabalham diretamente com mulheres, mas, se formos entrar no seio da questão, entendemos que as mulheres são atingidas de alguma forma, como as mães por meio dos seus filhos – crianças e adolescentes; as próprias crianças e adolescentes que são meninas; as mediações que envolvem desafios familiares podem ter a participação de mulheres, mães, filhas, vizinhas ou conhecidas. Por mais que essas entidades que compõem o Conselho não descrevam como público-alvo as mulheres, de alguma maneira, elas são impactadas.

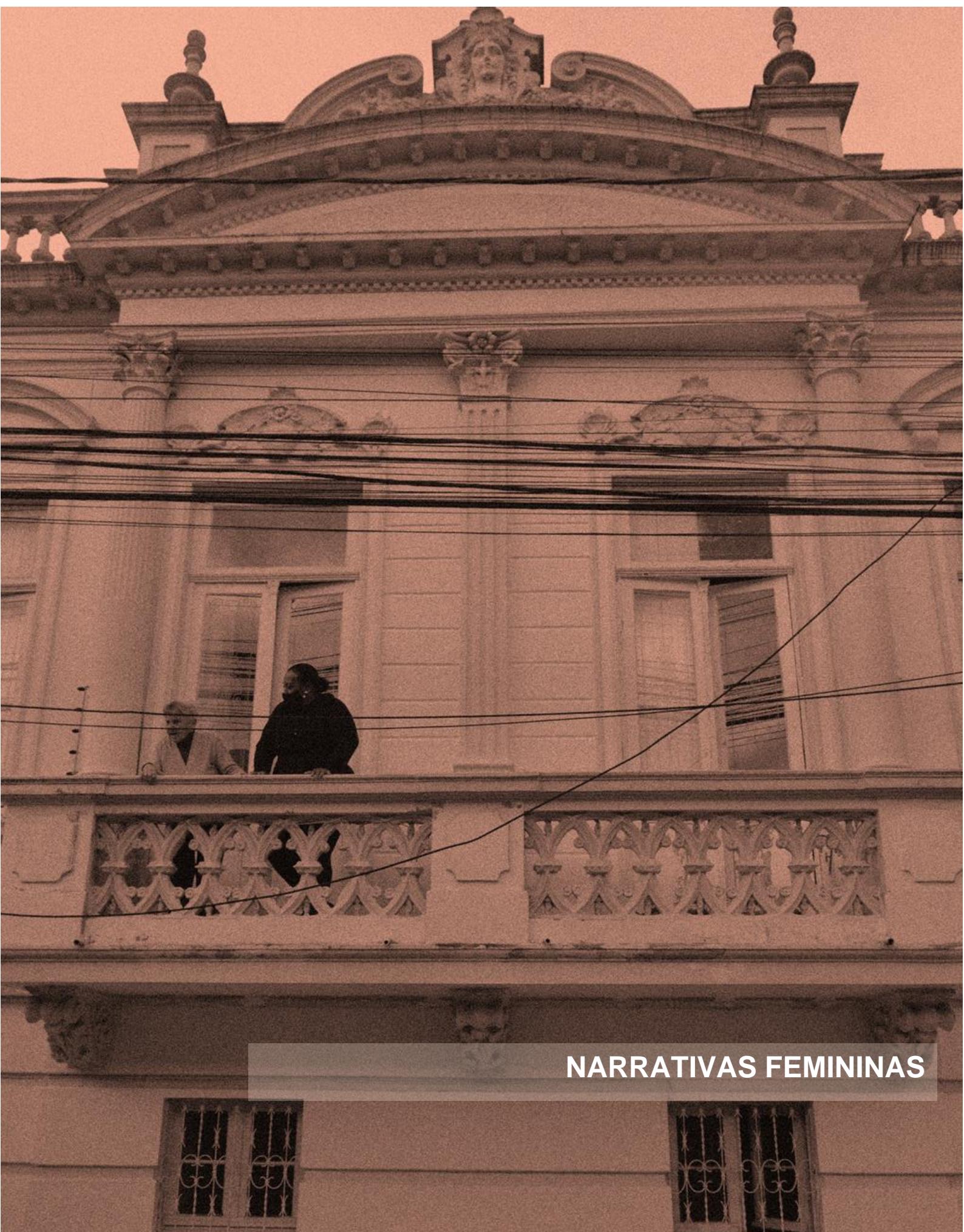
Figura 39 – Atuação das Instituições nos bairros de São Leopoldo/RS



Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

Quando avaliamos o tempo de participação na cidade, entendemos que das oito entidades, seis atuam a mais de de anos, contribuindo nos mais diversos debates locais. Destacamos que a instituição ativa há mais tempo, as Faculdades EST, completam cem anos de exercício na cidade, tendo sua fundação acontecido em 1921.

Dessa forma, as mulheres integrantes do COMDIM foram escolhidas como grupo para desenvolvimento das entrevistas semiestruturadas, como forma de exercer o diálogo popular sobre o patrimônio cultural, como preconizado pela metodologia do Inventário Participativo.



NARRATIVAS FEMININAS

5 ENTREVISTAS COM MULHERES: AFIRMAÇÕES, AMPLIAÇÕES, QUESTIONAMENTOS E RESSIGNIFICAÇÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LEOPOLDO

Explorando o potencial heurístico da metodologia de Inventário Participativo do IPHAN quando focado em histórias de mulheres, este capítulo apresenta a análise das entrevistas semiestruturadas desenvolvidas com mulheres de São Leopoldo. Com base em Bogdan e Biklen (2010) as entrevistas semiestruturadas foram utilizadas para coletar informações a partir dos relatos das próprias sujeitas na cidade, as mulheres, permitindo desenvolver uma ideia sobre como se apropriam do espaço urbano e percebem o patrimônio local.

Os relatos foram analisados através da metodologia da análise de conteúdo. Segundo Pereira (2011, p. 6) a análise de conteúdo propõe analisar o que é explícito no texto para obtenção de indicadores que permitam fazer inferências. Para o tipo de entrevista em apreço é indicada a modalidade de análise qualitativa (procura-se analisar a presença ou a ausência de uma ou de várias características do texto).

Em função da pandemia de Covid-19 e da necessidade de isolamento e distanciamento social imposta entre os anos de 2020 e 2021, a metodologia foi adaptada para a forma não-presencial²⁸.

No capítulo anterior, vimos que o Inventário Participativo é proposto como uma metodologia que fomente a participação social nos processos de valorização patrimonial, exposta na cartilha Educação Patrimonial: Inventários Participativos (IPHAN, 2016). A cartilha apresenta uma metodologia de educação patrimonial que consiste em fomentar o entendimento coletivo do que é patrimônio cultural, a discussão desse patrimônio na localidade e estimular que a própria comunidade identifique, reconheça e valorize os patrimônios das mais diversas esferas, material ou imaterial. São sugeridas algumas técnicas, alguns

²⁸ A expectativa de poder realizar a prática de pesquisa de forma presencial se manteve até início de 2021, na esperança de as restrições do COVID-19 serem amenizadas. Assim, o trabalho poderia manter-se conforme a ideia inicial, trazendo as mais diversas vozes para a constituição dessa pesquisa. Também, a abordagem poderia ser mais inclusiva na participação das mulheres, ponderando que muitas ainda não tem acesso à internet, não conseguem se deslocar a todo momento na cidade, não tem equipamentos adequados, entre tantos outros motivos que acabam sendo excludentes em participações remotas. No entanto, em março de 2021 com a pandemia em um dos seus estágios mais avançados, com números altos de casos e mortes, a parte prática foi adaptada para o modelo virtual.

métodos, algumas categorias e alguns resultados. No entanto, o Inventário Participativo é um processo colaborativo, horizontal e dialógico que permite adaptações entre os saberes técnicos e saberes locais. A metodologia sugerida pelo IPHAN engloba três etapas básicas: inicial, do desenvolvimento e conclusiva, conforme a imagem abaixo:

Figura 40 - Esquema das Etapas do Inventário Participativo

Etapas Básicas



Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

Nesta pesquisa, a metodologia do IPHAN não foi seguida rigidamente, figurando como uma referência, sendo adaptada, dadas às limitações escalares e às práticas de uma dissertação de mestrado. As práticas do Inventário Participativo correspondentes à Etapa Inicial, foram, em geral, desenvolvidas a partir de pesquisa bibliográfica, especialmente a questão de compreender o que é patrimônio, definir o local e o público-alvo. Esse conteúdo encontra-se nos capítulos 2, 3 e 4 da dissertação. A participação do COMDIM se efetiva após esses primeiros passos, e contribuiu com o entendimento do que é o patrimônio no local, questão que também integra a Etapa Inicial. Quanto à Etapa do Desenvolvimento, a elaboração da educação patrimonial deu-se com base nos conhecimentos e problemáticas acumuladas até o momento, e foi desenvolvida

pela autora. Nesta etapa, o COMDIM participou do momento de diálogo, após a Educação Patrimonial. Essa participação deu-se no espaço das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho, bem como em outros momentos de diálogo individual com as conselheiras, pré-agendados pela autora. E por fim, esta dissertação contempla a parte da divulgação, quando assim for publicada e divulgada como estudo. Ainda, após a defesa da dissertação, pretendemos apresentá-la a todas as mulheres participantes, que também foram convidadas para estarem presentes durante a banca.

No presente capítulo, é exposta e analisada a experiência de aproximação com um grupo de mulheres realizada durante a pesquisa. Essa aproximação objetivou reconhecer a percepção das mulheres sobre o patrimônio cultural de São Leopoldo e as possibilidades de ampliação, questionamento ou ressignificação do que é considerado patrimônio atualmente na cidade, a partir de suas narrativas de experiências. Coletamos essas narrativas por meio de entrevistas semiestruturadas com as mulheres integrantes do Conselho Municipal de Direito das Mulheres (CONDIM), conforme é apresentado a seguir.

5.1 EXPERIÊNCIA COM AS MULHERES DO COMDIM: ENTREVISTAS SEMIESTRUTURAS

Nos capítulos anteriores, vimos que as mulheres sempre estiveram e estão presentes nas histórias e nas lutas da cidade de São Leopoldo. Elas participam ativamente do cotidiano político da cidade, e também, por intermédio de ONGs, Instituições, Conselhos e Fóruns. Percebemos que o COMDIM é uma esfera de síntese desse histórico de participação social da mulher na cidade de São Leopoldo, por isso, as atuais integrantes foram escolhidas como sujeitas para realização das entrevistas.

5.1.1 Primeiras aproximações: contato, reunião e oficina

O primeiro contato com o Conselho deu-se por meio de sua ex-presidente, Antoninha Della Mea, por indicação da Prof.^a Clair Ribeiro Ziebell, para explicarmos a proposta do trabalho, e solicitarmos a participação da

pesquisadora nas reuniões do COMDIM. Considerando a situação pandêmica, o contato aconteceu via *WhatsApp*, em que Antoninha foi prestativa e solidária, e encaminhou carinhosamente o pedido a secretária do COMDIM.

Em um segundo momento, pudemos participar de uma reunião ordinária do Conselho, realizada em 13 de abril de 2021. Na ocasião, foi apresentada brevemente a temática e a área de estudo da dissertação, evidenciando a necessidade da participação das conselheiras para compreendermos a óptica das mulheres sobre o patrimônio. Assim, foi sugerida a proposta da realização de uma oficina em um turno possível para todas e, posteriormente, as entrevistas. Compreendemos como importante a realização de uma oficina para conversar coletivamente com as mulheres sobre os conceitos estudados nos capítulos anteriores. Além disso, essa aproximação coletiva é recomendada pelo Inventário Participativo, que propõe a troca de experiência e o diálogo por meio da mobilização social. Quando apresentada a proposta da oficina e das entrevistas, as conselheiras do COMDIM e a secretária do Conselho recepcionaram a atividade abertamente, dispondo-se a participar quando ocorresse. As conselheiras encararam a participação nessa atividade como uma oportunidade de aprendizado, troca de experiências e percepções.

A oficina foi intitulada Patrimônio: Narrativas das Mulheres, e realizada em 3 de maio de 2021, de forma virtual, com a participação das mulheres integrantes do COMDIM. A oficina foi dividida em três momentos, e teve duração de 1 h e 40 min.

No primeiro momento, foi explicado brevemente a presente pesquisa, por quem era desenvolvida, qual o objetivo e qual a relação com o COMDIM.

A segunda etapa, mediante uma apresentação digital, teve caráter de educação patrimonial, mostrando o porquê da mobilização e da participação social, conceitos e histórias do patrimônio, suas classificações (material e imaterial) e o papel dos Inventários. Ainda nesse momento, foram contextualizados os patrimônios oficiais e inventariados de São Leopoldo.

A contextualização do Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo partiu da pergunta se as conselheiras sabiam que ele existia. A maioria mencionou brevemente que não ou que não sabia direito do que se tratava. Posteriormente, na apresentação, foram mostrados dois bens tombados

em nível Estadual – Faculdades EST e Casa da Feitoria, e patrimônios que já são supostamente mais conhecidos por estarem em regiões centrais, como o Theatro Independência e a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição – como patrimônios que já são supostamente mais conhecidos por estarem em regiões centrais; o Monumento do Imigrante na Praça do Imigrante, mostrando a possibilidade de um patrimônio material, além de uma edificação; e por último, o Bataclã, como um lugar de propagação de cultura e religião afrodescendentes – patrimônio imaterial, adicionado posteriormente na lista pela Secretaria Municipal de Cultural.

Como última atividade, no terceiro e último momento da oficina, foi apresentada a metodologia do Inventário Participativo, sugerindo a participação das representantes do COMDIM na próxima etapa, as entrevistas. Com aprovação das conselheiras que participaram da oficina, ficou acordado que fosse realizada uma entrevista semiestruturada com perguntas pré-estabelecidas e que durasse em média trinta minutos no formato *on-line*, ou seja, chamada de vídeo por meio de plataforma *on-line*, em dias e horários combinados individualmente com cada participante.

No dia da oficina, ficou acordado no início da explanação que cada conselheira anotasse locais, memórias, referências, objetos ou ideias que entendessem ou remetessem a perspectiva dela sobre o que é patrimônio para que conversássemos no dia da entrevista. Também foi solicitado que, se elas se sentissem à vontade, poderiam trazer objetos ou imagens para exemplificar o que haviam pensado e entendido sobre patrimônio.

Como última atividade da oficina, ficou aberto para trocas de experiências, entendimentos e questionamentos. As participantes trouxeram perguntas sobre alguns patrimônios que lembraram, como a Ponte 25 de Julho, a Antiga Unisinos e os Casarões da Rua da Praia. Também, partiu delas elogios sobre a temática e apresentação, feita de maneira que trouxe um aprendizado para a vida profissional e pessoal delas. Outro ponto importante discutido foi a falta de divulgação do Inventário Histórico-Cultural de São Leopoldo. A maioria externou que não tinha conhecimento sobre o assunto e, consequentemente, nem saberia informar qual seriam as edificações a serem preservadas ou não, evidenciando a falta de participação social. Por fim, as conselheiras mostraram-se receptivas

e engajadas na participação do restante da pesquisa, disponibilizando seus contatos via secretaria do COMDIM.

Após a realização da oficina, oito conselheiras dispuseram-se a participar da entrevista. Na semana seguinte, após a oficina, comunicamo-nos com as 11 conselheiras participantes por meio dos contatos disponibilizados. As entrevistas foram realizadas em diferentes dias do mês de maio de 2021.

5.1.2 Entrevistas: metodologia

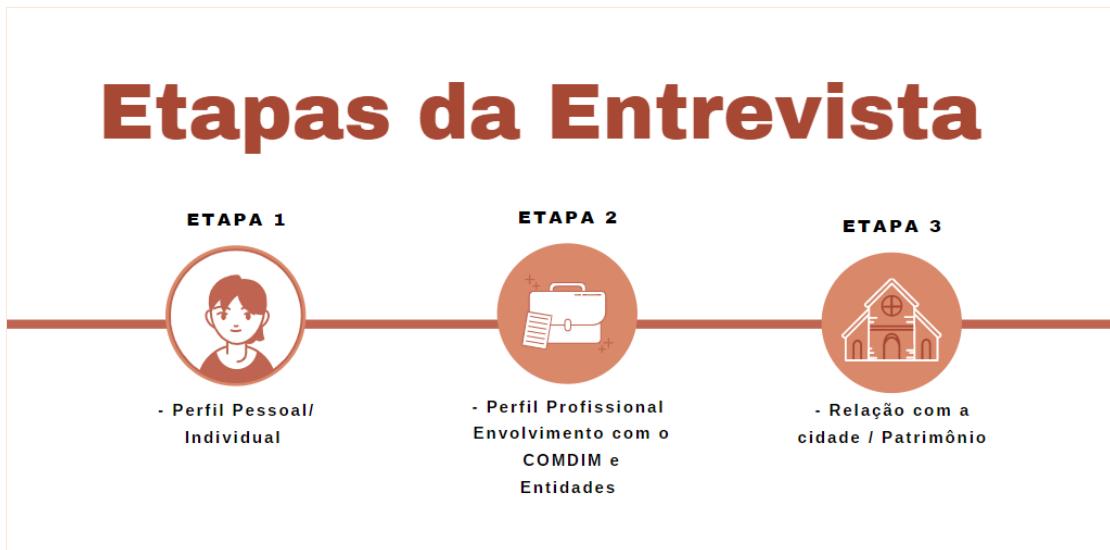
Conforme sugestão de metodologia do Inventário Participativo, trabalhamos com a memória e as experiências das participantes por intermédio de uma entrevista narrativa, tendo como foco a história oral da cidade de São Leopoldo. No século XX, entendeu-se que os relatos orais eram uma forma de evidenciar e investigar contextos e fatos que não eram suficientemente representados em documentos, fotos ou vídeos (IBRAM, 2020). Com o passar dos anos, as entrevistas de história oral vêm sendo cada vez mais utilizadas para produzir e registrar momentos passados que pretendem ser reconhecidos, valorizados, referenciados ou detalhados. Nas análises dos relatos, questões individuais entrelaçam-se com memórias coletivas.

A cartilha do curso Inventários Participativos (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEU, 2021, p. 12) ressalta que “um aspecto fundamental a ser considerado é que a história oral criou e cria a oportunidade de ouvir e registrar a voz de grupos de pessoas que são recorrentemente vítimas de silenciamento em processos de dominação.” Ao registrar e entender a perspectiva de indivíduas “anônimas”, cria-se a possibilidade de analisarmos as peculiaridades de cada trajetória, os padrões sócio-históricos e econômicos que evidenciam as vidas que emergem de uma determinada localidade.

Para a entrevista narrativa, foi desenvolvido um roteiro semiestruturado prévio composto por perguntas norteadoras que, no entanto, abrem o espaço para a entrevistada ou a entrevistadora realizarem perguntas fora do planejado, conforme for fluindo a conversa. A entrevista torna-se mais flexível, um diálogo natural e dinâmico (BAUER; GASKELL, 2017).

O roteiro pré-estabelecido dividia-se em três etapas.

Figura 41 – Estrutura das entrevistas



Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

A primeira e a segunda etapa compreenderam uma aproximação com as trajetórias pessoais e profissionais das mulheres do COMDIM, traçando um perfil que possibilite compreendermos de maneira geral a sua vida em relação à atuação no campo dos debates de gênero e no COMDIM. Para manter o anonimato das participantes, trocaremos o nome pelo codinome "Entrevistada" seguido de um número, por exemplo, Entrevistada 01. O codinome não tem nenhuma relação com a ordem da entrevista, ou qualquer outro aspecto.

A primeira etapa objetivou conhecermos as individuas que compuseram a nossa análise. São perguntas de caráter pessoal, como idade, profissão, raça, etnia, local de nascimento, tempo de residência em São Leopoldo, quando veio pela primeira vez a São Leopoldo, como foi sua infância, sua adolescência e sua vida adulta na cidade, locais de que gosta/gostava de frequentar, locais que já morou na cidade, primeira lembrança da cidade, entre outras. Essas perguntas tinham como objetivo verificar e entender como essas mulheres vivenciavam a cidade individualmente, com a família, em momentos de lazer, busca por serviços e produtos, religiosidade e demais interfaces. Essa etapa objetivou também delinear a representatividade do conselho perante o debate sobre gênero e discussão das suas interseccionalidades

A segunda etapa foi direcionada a perguntas sobre a escala social para compreender a participação pública da mulher, em especial, a sua participação

no COMDIM. Foram direcionadas perguntas como onde trabalha, desde quando trabalha, qual sua rotina, onde aprendeu essa profissão, se está feliz nessa profissão, como decidiu por essa profissão, qual a relação da sua profissão com o COMDIM, qual a visão sob o COMDIM, como vê a sua participação no COMDIM, e como avalia espaço do COMDIM em relação às tomadas de decisão na cidade de São Leopoldo.

E por fim, na etapa três foram englobadas as perguntas relacionadas ao patrimônio, o que elas refletiram a partir da oficina e passaram a considerar, na cidade, como possibilidade de bens patrimoniais. Tínhamos duas perguntas que foram realizadas no início dessa terceira etapa que nortearam todo o processo: quais bens patrimoniais anotou durante a oficina e por quê?

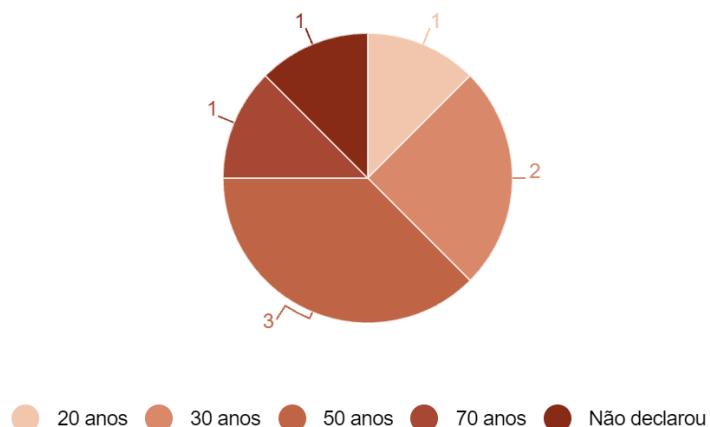
5.1.3 Primeira etapa: conhecendo as mulheres do COMDIM

Conforme Bauer e Aarts (2014), a categorização dos sujeitos entrevistados, segundo estratos sociais conhecidos (como idade, atividade, local de nascimento ou moradia), tem como objetivo avaliar a diversidade das representações sociais (como crenças, atitudes, opiniões, estereótipos, ideologias, cosmovisões, hábitos, práticas), a *priori* desconhecidas, presentes em uma realidade. Contudo, por compreender uma prática qualitativa, e não uma amostragem probabilística, a diversidade de representações não deve ser analisada em relação aos estratos específicos (BAUER; AARTS, 2014), mas apenas generalizada para estabelecer possíveis relações entre o *corpus* pesquisado (as mulheres do COMDIM) e a população referencial (as mulheres de São Leopoldo). Assim, a partir da primeira etapa da entrevista, foi possível verificar que uma variedade considerável de estratos sociais se encontra representada pelas oito integrantes do COMDIM que se dispuseram a participar da entrevista, sendo possível perceber, por intermédio desse microcosmos, a potente diversidade de representações das mulheres de São Leopoldo sobre a cidade e o patrimônio. Ressalta-se que essa diversidade já havia sido discutida, quando da análise das organizações eleitas para o COMDIM, a partir do critério de representatividade.

Em relação à faixa etária, percebe-se que há mulheres desde a faixa dos vinte até os setenta anos, sendo que a maioria se encontra na faixa dos trinta aos cinquenta anos, conforme o gráfico que segue:

Gráfico 2 - Faixa Etária: Mulheres Entrevistadas

Entrevistadas - Faixa Etária



Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

Quando questionadas sobre sua raça, sete conselheiras se declararam brancas e uma conselheira se declarou preta. No entanto, a Entrevistada 02, que se declarou branca, argumentou que essa declaração era ainda confusa para ela, pois mesmo que socialmente fosse designada como branca, possuía antepassados indígenas. Assim, no COMDIM, as entrevistadas são de maioria branca.

Quando se abordaram suas etnias, viu-se que o critério de raça branca começou a ser matizado, pois três entrevistadas declaram ser fruto da mistura de etnias de origem europeia e indígena ou africana. O Quadro 13, abaixo, expõe essas respostas, e ressalta o caráter multicultural do COMDIM e da cidade de São Leopoldo:

Quadro 13 - Descendência das Entrevistadas

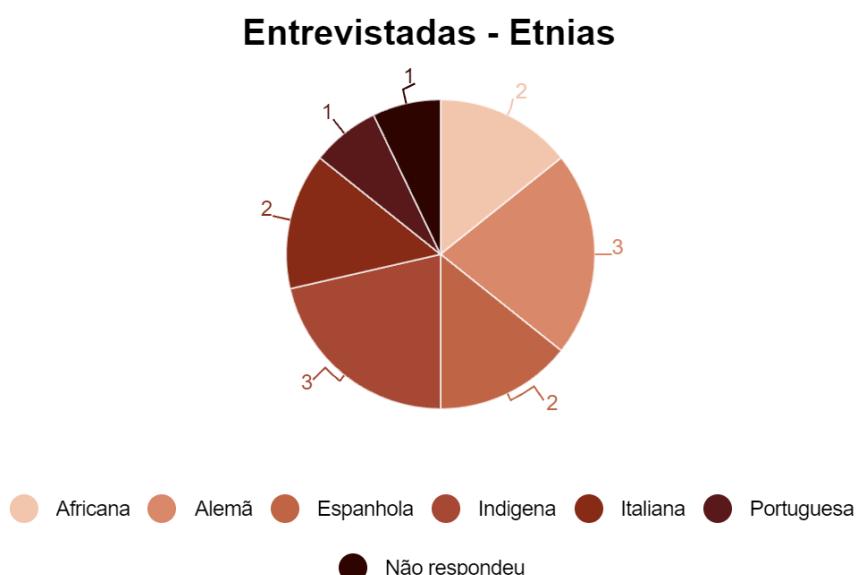
ETNIAS	
Entrevistada 01	Portuguesa, Espanhola, Indígena e Africana

Entrevistada 02	Indígena e alemã
Entrevistada 03	Não respondeu
Entrevistada 04	Negros
Entrevistada 05	Italiana
ETNIAS	
Entrevistada 06	Alemã
Entrevistada 07	Italiana, Espanhola e Indígena
Entrevistada 08	Alemã

Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

Embora o interesse dessa pesquisa seja qualitativo e não quantitativo, se contarmos o número de citações de cada etnia presente nas respostas, vemos que a etnia alemã e a indígena são as mais citadas, além de terem sido citadas o mesmo número de vezes. Também não podemos generalizar essa proporção para a realidade total da cidade. Entretanto, é inevitável questionar-se por que as mulheres inicialmente responderam pertencer à raça branca, mas, ao aprofundar a pergunta, apareceram essas outras etnias, como a indígena e a negra?

Gráfico 3 – Etnias das Mulheres Entrevistadas



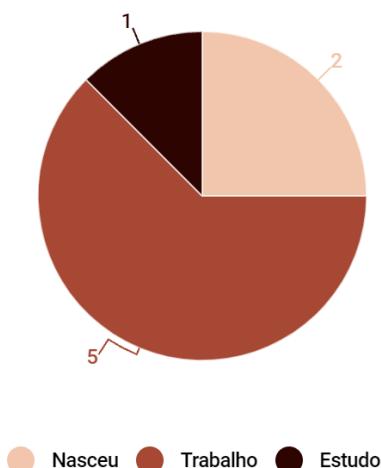
Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

Historicamente, as mulheres percebem a presença de outras etnias na sua origem, mas não as reconhecem, a princípio, na sua raça. É possível que essa percepção tenha sido condicionada pelo discurso histórico hegemonicamente presente na cidade de São Leopoldo, que exalta a migração alemã, em detrimento de outras histórias, de outras migrações.

Esse ponto conecta-se com a próxima questão, em que identificamos que apenas duas das oito entrevistadas nasceram em São Leopoldo. As outras seis são migrantes, e vieram para a cidade por motivos de trabalho e/ou estudo. As duas nascidas em São Leopoldo (Entrevistada 02 e Entrevistada 07), uma delas na Vila Matte e a outra no bairro Feitoria Cohab (também conhecido como Feitoria Seller), declararam ter respectivamente etnia alemã e indígena e italiana, e espanhola e indígena. As demais vieram de outras cidades do Estado e do Estado vizinho, Santa Catarina, pela procura de estudo e trabalho, como mostra o Gráfico 4, abaixo:

Gráfico 4 - Primeiros Vínculos: Mulheres Entrevistadas

Entrevistadas - Vínculos com São Leopoldo



Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

Como observamos no Capítulo 2, uma grande leva de migrantes é recebida pela cidade entre as décadas de 1970 e 1980, como resultado da expansão de seu parque industrial e da consequente demanda de trabalhadores e trabalhadoras. Em concomitância a essa atratividade, o Brasil e o Estado do

Rio Grande do Sul estavam em pleno processo de êxodo rural, ocasionado pela mecanização do campo. Esse movimento pode ser percebido nestas duas falas:

Antes de eu morar em São Leopoldo eu morei em Novo Hamburgo, eu vim com o meu esposo, veio trabalhar e aí a gente veio embora pra cá, porque lá (Cruz Alta, RS) não tinha emprego, né? E a gente veio embora. Veio morar em Novo Hamburgo. E aí de Novo Hamburgo depois veio pra São Leopoldo. Isso já faz trinta e cinco anos que eu moro em São Leopoldo. (ENTREVISTADA 05).

Eu vim morar em São Leopoldo muito jovem. Não nasci aqui. A gente se mudou toda a minha família, mãe, pai, irmãos. Então, assim, eu considero São Leopoldo a minha cidade, às vezes, quando perguntam de onde tu é, a primeira resposta para mim é São Leopoldo. [...] Quando nos mudamos, naquela época, éramos em cinco irmãos, quatro meninas e um menino. Morávamos em uma cidade pequena no interior. Quatro meninas, quatro filhas mulher numa cidade pequena morando na região numa zona rural, o que vai ser dessas gurias, né? Vão casar com quinze, dezesseis anos, elas vão casar e não vão estudar, enfim, que vida elas vão ter? Então, meu pai tinha essa preocupação, minha mãe também e aí então, esse tio veio, ele morava aqui em São Leopoldo e ele veio com essa notícia assim de que São Leopoldo era uma cidade encantadora no sentido assim de muitas oportunidades, muitas possibilidades, né? Por ser muito próxima da capital, não é? Trinta quilômetros da capital, então assim, acabamos nos mudando.

[...]

Quando morávamos em Cachoeira, meu pai trabalhou uma época no que era INPS, nem era INSS ainda. Então, lá ele trabalhava de guarda e também na zona rural, sempre na lavoura também, plantando, aquela coisa, mas com todas aquelas dificuldades dos Pequenos produtores, né? Sem incentivo, aquela coisa toda. E quando a gente então veio morar aqui, ele trabalhou, ele logo em seguida que chegou aqui, ele conseguiu um emprego no Amadeu Rossi, era uma empresa que tem aqui muito grande, que também é um patrimônio São Leopoldo. [...] E a minha mãe, ela trabalhou, logo que ela chegou, numa empresa de correntes que era aqui na São Borja, mas ela ficou pouquíssimo tempo, daí ela ficou grávida, teve meu irmão, então ela não trabalhou mais, né? (ENTREVISTADA 08).

Ainda, na fala que segue da Entrevistada 08, emerge um dos grandes desafios para o patrimônio da cidade de São Leopoldo: como representar e ser representativo de uma grande população migrantes, transnacional e multicultural?

[...] A revista Rua Grande por muito tempo foi um patrimônio dessa cidade e hoje claro engolida, né? Por que hoje em dia pra que que precisa ter uma revista dessas? E tem outra coisa, São Leopoldo tem mais essa coisa de hospitalidade que tinha no passado, né? Aumentou muito a nossa população, né? Então as pessoas se introyetaram, as pessoas ficaram todos nós, inclusive, eu né? Por isso a Rua Grande deixou de ser o que era, deixou de despertar esse interesse e esse aí

fecha os dois, os nossos dois cinemas que a gente tem, entendeu? Então, assim tu vai perdendo, tu vai perdendo as origens que dava todo esse toda essa importância, né? Mas ainda assim eu te digo, eu lembro com lembrança, eu lembro com saudade, mas eu ainda acho assim que isso faz parte, faz parte do crescimento, do desenvolvimento não tinha mesmo como continuar acontecendo. O que acontecia. (ENTREVISTADA 08).

Nessa passagem, a entrevistada traz à tona, também a contradição latente entre valores de uso e valores de troca na produção do espaço urbano, ao longo da história. Ela entende que o "crescimento, o desenvolvimento" foi responsável pela transformação das vivências da Rua Grande que "por muito tempo foi patrimônio dessa cidade", antiga rua dos cinemas de São Leopoldo. A entrevistada associa o patrimônio não à materialidade em si, pois a rua ainda existe, mas à combinação entre materialidade e experiência do espaço. Ao mesmo tempo, quando expressa "as pessoas se introjetaram, ficaram todos nós, inclusive eu", não deixa de expressar uma visão de que a migração ocorrida em decorrência da indústria, entre os anos de 1970-80, tenha sido a causa da "perda das origens". É possível que, em função de ter migrado para a cidade ainda criança, e por ser branca e de etnia alemã, a entrevistada sinta-se mais parte do discurso histórico hegemônico dominante.

E aí a minha história, a minha vida foi sendo construída é dentro de São Leopoldo, por isso que eu quando euuento, pra mim São Leopoldo é a minha cidade natal, é a minha cidade. Entendeu? Eu sempre brinco também que quando eu viajo e eu fico fora, vamos dizer, assim, de férias, quinze dias, vinte dias. Nossa, quando eu tô chegando em São Leopoldo, que a gente chega ali, vamos supor, pela rodoviária, aquela sensação, assim, de que é muito bom partir, e é muito bom sair, é muito bom viajar, mas como é bom voltar. Aquela sensação de que aqui é o meu lugar. Eu digo que eu adotei São Leopoldo, a sua história, os seus problemas. (ENTREVISTADA 08).

Outro ponto interessante, e que destaca a cidade como uma realidade em transição, surgiu quando perguntamos sobre o bairro de moradia das mulheres, e descobrimos que duas delas trabalham e atuam, ou seja, vivem a cidade, porém moram nas cidades vizinhas de Campo Bom e Porto Alegre. Destacamos aqui a fala da Entrevistada 04:

Embora eu não tenha carro, eu não tenho carteira de motorista, então meu meio de transporte é o transporte coletivo, né? Eu até saí da minha casa, pego um ônibus, vou até a estação, né? Rodoviária geralmente, pego o trem e vou até São Leopoldo caminho um pouco e chego no meu espaço de trabalho. Então a minha realidade é um pouco essa, assim muitas pessoas me perguntam, aí por que que tu não vem morar em São Leopoldo? Eu gosto muito de São Leopoldo, gosto muito de trabalhar lá a minha rede primária, as minhas relações são aqui em Porto Alegre, né? Até porque como eu te falei, eu fui trabalhar em São Leopoldo em função do meu pai, mas meu pai anos depois veio a falecer.

[...]

Já tá com vinte e um anos e a minha relação com São Leopoldo é muito interessante, porque assim na verdade pra além das questões do trabalho, como a gente acaba criando vínculos com colegas, alguns se tornam amigos, vira e mexe de alguma forma fim de semana, agora até nem tanto e pela pandemia não mais, né? Ter algum tipo de confraternização, algum aniversário, algum chá de bebê. [...] Então esse vínculo que eu tenho com São Leopoldo começou somente pelo trabalho, mas agora eu tenho pessoas que são bem caras, né? E que que eu gosto muito. (ENTREVISTADA 04).

As outras seis entrevistadas residem nos bairros Centro, Santo André, Santos Dumond, Campina, Scharlau e Jardim América, conforme mapa da Figura 42, abaixo.

Figura 42 - Bairros Residência: Mulheres Entrevistadas



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Portanto, todas as mulheres têm pelo menos o vínculo de trabalho com a cidade de São Leopoldo. Na sua totalidade, as integrantes possuem formação em nível superior, e algumas, pós-graduação. Entre as áreas de formação, destaca-se o Serviço Social. O mundo do trabalho foi abordado com mais detalhe na Etapa 2 das entrevistas.

Quadro 14 - Perfil Profissional das Entrevistadas

PROFISSÃO			
Entrevistada 01	Gestão Pública	Pós-Graduação	
Entrevistada 02	Serviço Social		
Entrevistada 03	Advogada		
Entrevistada 04	Serviço Social		
Entrevistada 05	Educação Social		
Entrevistada 06	Enfermeira		
Entrevistada 07	História	Mestrado	Doutoranda
Entrevistada 08	Publicidade e Propaganda/ Serviço Social		

Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

Embora o número de mulheres graduadas seja muito alto, 100%, destacamos, pelas falas, que essa conquista, para muitas, deu-se a duras penas, e foi posterior à criação dos filhos.

[...] quando me formei no 2.º Grau, tinha que decidir para onde ir para fazer uma formação universitária, foi aí que decidi pela Unisinos em São Leopoldo. Fiz o vestibular e passei na Unisinos, vim para cá para praticamente estudar. É difícil falar daquela época, porque eu não sabia muito bem o que eu queria. Comecei com enfermagem, depois mudei para jornalismo, oscilei bastante, no fim, acabei em publicidade, mas não conclui. Nesse tempo, acabei casando, engravidando e ficou complicado concluir o curso naquele momento. Retornei mais tarde, fazendo Gestão Pública, porque eu já trabalhava na Prefeitura nesse período, acabei me formando nisso. (ENTREVISTADA 01).

[...] eu sempre fui muito, muito certinha, muito estudiosa, o CDF. Naquele tempo era o primeiro grau, né? Fiz o primeiro grau e aí depois disso meu pai disse agora tu não precisas mais estudar, agora vai atrapalhar, porque a mulher não precisa de estudo, né? Porque a mulher é o homem que vai sustentar e tal, né? Então mesmo contra a minha vontade eu acatei aquela época. Aquela ordem, digamos assim, né? Porque ele era um pai muito rigoroso, muito machista e então a gente não tinha direito à fala, né? O direito a se defender, então tinha que acatar o que ele dizia, não? Porém a vontade permaneceu, após alguns anos com filha e esposo, fiz o supletivo e consegui uma bolsa do ENEM com 45 anos. (ENTREVISTADA 02).

5.1.3.1 *Memórias do Espaço*

No decorrer da entrevista, uma das perguntas-chave foi relacionada às lembranças, às memórias e ao cotidiano das entrevistadas sobre o espaço urbano. Ao analisar as falas das entrevistadas, associa-se a necessidade de a valorização do patrimônio atentar para a tríade que Henri Lefebvre (2013) propõe sobre a percepção do espaço: concebido, percebido, vivido.

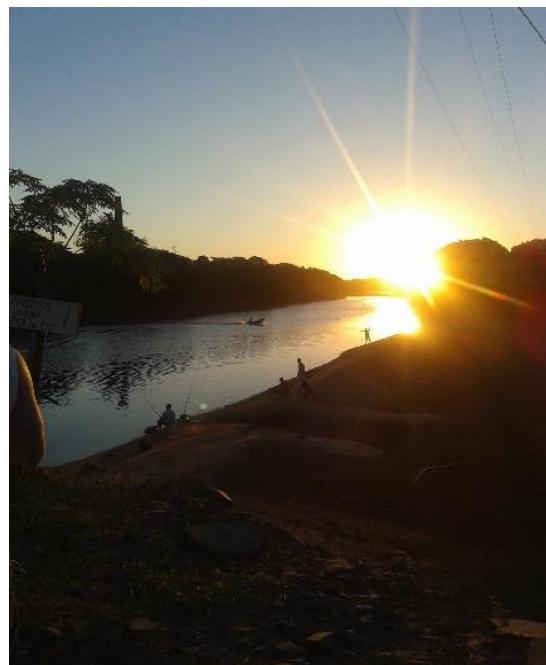
Para o autor, o concebido, está ligado às relações de produção, ao conhecimento, planejamento, às representações do espaço e à dimensão espacial. Remete-se ao espaço planejado pelos técnicos, um local que normatiza o que é certo e errado, um local ligado à produção do conhecimento. O percebido é o espaço perceptível por meio dos sentidos. Aparece como uma referência aos acontecimentos das práticas espaciais oriundas dos atos, valores e relações de cada formação social. Seria relativo à prática social e expressa a relação com a realidade cotidiana e urbana. E, por último, o vivido é a experiência da vida cotidiana vinculada ao espaço por meio de representações, ligadas ao lado clandestino e subterrâneo da vida social, da arte, símbolos e signos não verbais, mas que identificam determinado espaço. A subjetividade.

Buscamos sistematizar os relatos espaciais das entrevistadas no Quadro 15, que segue:

Quadro 15 - Resumo das primeiras memórias das participantes

Entrevistada 01
Narrativa
<p>“Eu morava naquele prédio em frente ao Triângulo, na Galeria Ilka, tem aquele prédio alto. Inclusive, vejo o triângulo como um ponto histórico, um patrimônio de São Leopoldo, a palmeirinha, é um ponto muito estratégico, é um ponto de conexão. A primeira lembrança que eu tenho de São Leopoldo é o Pôr-do-sol, eu morava no 8.^º andar, então no final da tarde dava para ver o sol se pondo. Outra coisa, que me remete muito ao entardecer em São Leopoldo é aquelas árvores no final da Independência no sentido do Rio, perto da Igreja matriz, ficava cheia de pássaros. Ali ainda concentra algumas árvores, se passar no final da tarde, você escuta um burburinho de pássaros, eu acho aquilo muito bonito e traz uma boa lembrança. Agora faz um tempo que eu não passo ali, mas antes normalmente no final da tarde, eu saia caminhar e passava ali, era agradável, me reconfortava”. (ENTREVISTADA 01)</p>
Fotografia
<p>Figura 43 - Triângulo/ Palmeirinha</p>  <p>Fonte: Acervo da Autora (2021).</p>

Figura 44 - Por do Sol Rio dos Sinos.



Fonte: Acervo da Autora (2017).

Comentário

A Entrevistada 01, traz como lembrança pontos reconhecidos da cidade, mas com uma perspectiva particular dada pela sua vivência e apropriação do espaço.

Entrevistada 02

Narrativa

“[...] Eu acho que a primeira coisa assim que que marca mesmo é a **Ponte do Rio Sinos** ali. Eu lembro porque a gente passava ali na ponte daí ela trepidava, né? Um tempo aqui só tinha uma passagem ali, né? Então às vezes tinha até medo, né? De passar ali e tal, né. Mas eu acho assim que seria uma primeira lembrança que eu acho que eu que é uma coisa que sempre existiu assim ali pra mim”. (ENTREVISTADA 02).

Fotografia

Figura 45 - Ponte 25 de Julho



Fonte: Acervo da Autora (2021).

Comentário

Na sua perspectiva, ela remete ao espaço percebido por intermédio da sua vida cotidiana. A Entrevistada 02, também evidencia situações vinculadas ao Rio dos Sinos, em especial, a Ponte 25 de Julho, por meio das sensações e percepções do local.

Entrevistada 03

Narrativa

“A **Praça do Imigrante**. Bem na frente da **Câmara dos Vereadores** ali a minha mãe passeava comigo tinha um **chafariz**. A igreja que é antiga, a rodoviária. Então assim, eu me lembro de *flashes*, né? E eu sempre estudei no **Colégio São José**, então sempre foi um marco o local”. (ENTREVISTADA 03)

Fotografia

Figura 46 - Chafariz da Praça do Imigrante



Fonte: Acervo da Autora (2021).

Comentário

A Entrevistada 03 descreve momentos da sua vida, principalmente, infância, pela perspectiva do espaço concebido, ou seja, de um espaço construído por técnicos e direcionado para tais fins, espaço dos quais ela se apropriou.

Entrevistada 04

Narrativa

“Eu até quando tu dissesse, aí o que que, né? Pra pegar algum objeto e ainda pensei pegar o **cartão do trem** que eu tenho e te mostrar por quê. Porque é a forma que eu chego até o meu espaço de trabalho, é o meu meio de transporte, é o meio de transporte que eu gosto muito, eu sou muito defensora do trem, né? [...]. Então assim, claro, quando eu cheguei em São Leopoldo, **cheguei de trem**, então assim, o **trem** pra mim é uma referência, né? E aí então e eu sei de qual era as estações, os pontos de referência e quando eu comecei a pegar o trem ia só até a Estação São Leopoldo, agora vai até Novo Hamburgo”. (ENTREVISTADA 04)

Fotografia

Figura 47 – Trensurb



Fonte: Acervo da Autora (2020).

Comentário

Em conjunto, temos a visão da Entrevistada 04, sob a sua primeira lembrança ser a utilização do trem.

Entrevistada 05

Narrativa

“São Leopoldo quando eu vim morar, era bem precário. Principalmente, aqui onde eu moro. As ruas eram ruas de terra, não era calçamento, era tudo terra, era bem ruim, bem precário.

As enchentes. Eu não sabia que dava enchente aqui. Foi muito traumatizante. Aqui na minha casa pega a enchente, inclusive. Teve uma enchente que perdemos praticamente tudo, os móveis. **O problema das enchentes foi bem traumático, não foi uma boa lembrança.**

Das boas lembranças... Quando chegamos aqui não conhecíamos ninguém, tinha poucos moradores na rua, mas os poucos que tinham eram muito solícitos. Logo criamos uma amizade, fomos muito bem recebidos quando viemos morar aqui, quando compramos aqui, isso me remete a uma boa lembrança. Também a própria **Igreja Católica** que tem aqui perto de casa, na época tinha uma irmã, que agora já é falecida, era uma pessoa muito querida, visitava as pessoas quando vinha morar na comunidade.”. (ENTREVISTADA 05).

Fotografia

Figura 48 - Enchente de 1965 em São Leopoldo



Fonte: Facebook/ Nossa História

Comentário

Entrevistadas 05, 07 e 08 indicam a experiência vivida do espaço, como elas experimentaram na prática de sua vida cotidiana os locais da cidade de São Leopoldo em pequenos *flashes* e citações.

Entrevistada 06

Narrativa

Não há relatos

Fotografia

Não há fotos

Comentário

A entrevistada 06, não deu muitos detalhes sobre suas primeiras lembranças da cidade, indicando de forma genérica o bairro Feitoria como um ponto de encontro entre os amigos, e especialmente, um namorado da época da adolescência. De maneira, sintética, podemos dizer que ela absorveu o espaço vivido.

Entrevistada 07

Narrativa

“A presença da **escola de samba** ali é muito marcante pra mim, porque embora eu não pudesse frequentar, né? A gente via a movimentação toda que tinha desde projetos culturais até o aliciamento tráfico, né? Rolava de tudo ali e mais adiante na outra quadra tinha os destroços de uma antiga escola de samba que era a Gladiadores da Feitoria, hoje tem uma escola no lugar e esse também é um lugar assim muito marcante pra mim. A geração assim mais nova que eu, nem sabe que esse lugar existiu. Eu nem lembro da escola de samba mesmo eu lembro só do espaço assim pós já derrubada do prédio, mas que sobrou assim tipo uma sala, um banheiro, sabe? E que rolava muita coisa ali também e me marca porque eu estive eu acho que devia ter uns doze, treze anos ahm ali acompanhando na época era um amigo, depois virou namorado que tinha uma banda e era uma banda assim de punk rock, só que não, o o evento não era organizado por uma pelo punk rock, era organizado pelo hip-hop e daí na figura do Nego Valter que eu inclusive voltei na lista também que é um cara assim super conhecido na Cohab, uma liderança comunitária e que ele fazia essa ele conseguia conectar todo mundo, sabe? Então, tipo, se a gente for pensar em tribo, seriam diferentes tribos, as famílias da comunidade tomando chimarrão, todo mundo junto, um discurso assim antidrogas também, sabe? E é uma imagem bem marcante pra mim e que eu eh fico triste que hoje né? As pessoas em geral não saibam que esse espaço existiu. [...] Também, tanto que quando criança são três praças assim nessa região que eu morava tinha **a praça do pão de queijo** que ninguém conhece pelo nome a gente chama de pão de queijo que nem a padaria pão de queijo ali e quando eu era criança eles faziam anualmente a festa junina e era um festão assim, arrasava qualquer festa sabe? Eh e era algo super da comunidade, cada vizinho lá montava sua barraquinha. E é outra festa assim que acabou há anos, não tem mais agora”. (ENTREVISTADA 07).

Fotografia

Figura 49 - Praça Pão de Queijo



Fonte: Google Maps

Comentário
Entrevistadas 05, 07 e 08 indicam a experiência vivida do espaço, como elas experimentaram na prática de sua vida cotidiana os locais da cidade de São Leopoldo em pequenos flashes e citações.
Entrevistada 08
Narrativa
“Eu cheguei de manhã, tá? A gente viajou durante a noite, então eu cheguei na casa desse meu tio e tudo era muito diferente, né? Eu lembro da casa dele, olha que pirada. A casa a rua dele era a calçada, era paralelepípedo e eu nunca tinha vivido num lugar onde tinha, então, a primeira lembrança que eu tenho é que quando a gente desceu do caminhão, porque a gente veio na boleia do caminhão. Mas quando a gente chegou, eu desci, eu olhei aquelas pedras no chão assim e aquilo me causou um sentimento, nossa.” (ENTREVISTADA 08).
Fotografia
Não há.
Comentário
Entrevistadas 05, 07 e 08 indicam a experiência vivida do espaço, como elas experimentaram na prática de sua vida cotidiana os locais da cidade de São Leopoldo em pequenos flashes e citações

Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

Podemos concluir brevemente que em uma pesquisa com oito integrantes tivemos as mais diversas percepções do espaço construídas pelas experiências. Conseguimos começar a entender a cidade pelas pistas, pelas falas, pelas palavras, pelos traços e pelos lugares citados pelas entrevistadas, e assim caminhar para a construção deste mosaico que é a coletiva da cidade de São Leopoldo, como menciona Pesavento (2002, p. 16):

As imagens trazidas pela arquitetura – ou pelo traçado da cidade, ou pela publicidade, pela fotografia, pelo cartaz, pelo selo, pela pintura, pelo desenho e pela caricatura – têm, pois, o potencial de remeter também, tal como a literatura, a um outro tempo. É o caso de um monumento que se edifica no passado, mas que é pensado e sentido a partir do presente. O espaço urbano, na sua materialidade imagética, torna-se, assim, um dos suportes da memória social da cidade.

Por intermédio do método de nuvem de palavras²⁹, destacamos os principais locais citados entre elas.

Figura 50 - Nuvem de Palavras: Primeiras Memórias



Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

5.1.5 Segunda Etapa: as mulheres no cotidiano, trabalho, atuação social e política

Na segunda etapa da entrevista, foram estruturadas perguntas para entender a atuação das mulheres nas instituições que representam dentro do COMDIM, articulando as dimensões de trabalho, cotidiano e atuação política nas questões de gênero na cidade. Das oito entrevistas, cinco são representantes de cadeiras do COMDIM dedicadas à sociedade civil (Associação de Arte e Cultura Isaura Maia, OAB, UBM, CECA e SERPAZ), e as outras três são representantes das cadeiras do Executivo Municipal (Secretarias Municipais de Políticas para as Mulheres, de Segurança Pública e Defesa Comunitária e de Saúde).

Destacamos alguns pontos importantes que emergiram das entrevistas nessa etapa:

a) *COMDIM como espaço de educação e formação:*

Na narrativa da Entrevistada 01, chamou atenção a perspectiva do COMDIM como espaço de educação e formação, já que ela declara que passou

²⁹ Nuvem de palavras é uma apresentação gráfica onde mostra de forma hierarquizada as palavras mais citadas.

a ter um entendimento e uma compreensão maiores das questões de gênero a partir do momento em que passou a integrar o Conselho, como representante do Poder Executivo:

E acho que pelo momento que eu tô vivendo vem bem a calhar sabe, a secretaria, me envolver mais com um tema em si, o gênero feminino né, saber o que que essas guerreiras já passaram. Também conhecer melhor o CONDIM. Eu participei do CONDIM quando estava na SEDETEC, eu era uma das conselheiras. Foi pouco tempo, não consegui entender bem a proposta do conselho. Agora, Através da secretaria de política das mulheres é que estou tendo essa proximidade e conhecendo mais e entendendo essa contribuição que a sociedade civil dá para a administração pública. Temos que estar unidas, temos que ouvir a comunidade, e cada entidade que representa, que está presente no COMDIM, traz isso – a voz, cada uma é de um bairro específico, conhece bem sua comunidade, interage com ela e pode trazer essa contribuição.

b) COMDIM como espaço de comunicação entre a Prefeitura e a comunidade:

Na fala da Entrevistada 01, ficou evidenciado que a sua participação na esfera pública junto à temática das mulheres traz perspectivas, questionamentos e possibilidades de intervenções com políticas públicas para o empoderamento e o direito das mulheres e o respeito as elas. Assim, a Entrevistada 01 traz a dimensão do COMDIM como espaço de comunicação entre a Prefeitura e a comunidade.

A integração da comunidade com o CONDIM, o retorno com a comunidade é superpositivo. Essas mulheres, elas estão em contato com a comunidade, então sabem das necessidades de cada região e traz isso para o COMDIM. A administração não consegue estar em todos os lugares ao mesmo tempo, mas precisa criar braços para cumprir as demandas, e esse tipo de instituição no traz (para a administração) as respostas e os pontos que precisam ser trabalhados, aonde a administração precisa chegar mais efetivamente. Embora seja direcionada para o gênero feminino, estamos trazendo essas contribuições na esfera geral. O COMDIM tenta entender o que essas mulheres estão precisando, as crianças. Estas mulheres têm família por trás delas, tem filhos, tem marido, tem problemas sociais que ela enfrenta, problemas de infraestrutura na qual ela habita. O COMDIM acaba sendo a esfera de trazer isso para a Administração pública.

Inclusive na reunião de hoje no COMDIM, falamos que antes o Conselho tratava mais da questão da violência contra a mulher, mas que existem outros pontos, vários eixos que precisam ser tratados, sejam por um emprego, uma bolsa de estudo, uma oportunidade, algo que possa fazer com que ela repense a vida dela e cresça de forma independente. Nós estamos numa geração onde a mulher busca mais, onde ela não se contenta com o casamento e filhos, ela quer a

profissionalização. Ela quer se realizar profissionalmente para ela trazer essa contribuição com a sociedade. Então, vejo que hoje em dia, a mulher está mais voltada para isso. Mas sabemos que tudo parte da educação, vamos lá, se ela não tiver educação, ela vai se tornar dependente seja do marido, dos pais ou de quem quer que for. Acho que é essa liberdade que nós queremos. De preservar o nosso feminino e ao mesmo tempo contribuir para uma melhora social em todos os sentidos. (ENTREVISTADA 01).

c) A representatividade social das organizações da sociedade civil que compõem o Conselho em relação às questões sociais em geral e às questões de gênero em específico.

A Entrevistada 02, que tem formação em Serviço Social, demonstrou a representatividade social das organizações da sociedade civil que compõem o Conselho.

As pessoas têm esse espaço aqui como uma grande um ponto de referência, né? É o que eles têm aqui, né? É pra onde eles correm quando uma comida acaba, quando precisam marcar, agendar alguma consulta, quando têm alguma dúvida, né? Quando não sabem o que fazer, é pra cá que eles correm, né? E é muito legal assim porque às vezes eu ganho bolo de alguém ou ganho laranja, então eu acho assim que esse vínculo foi muito além. Vai tendo outros laços assim que vão fazendo, a gente, eles se fortalecerem também, né? Saberem que aqui é um ponto de apoio, né? E indicam outras pessoas, né? Ah vai lá e fala com as meninas, tira dúvida com ela, né? E tal, então eu me sinto já bem vinculada assim com eles e o espaço aqui como um grande ponto de referência, principalmente a partir do momento que a gente entrou na pandemia, né? Sim. Aqui foi assim ó, cresceu muito a procura porque todo mundo assustado com a situação, né? Então era aqui que eles vinham buscar as informações, é aqui que eles traziam os telefones pra gente baixar os aplicativos né? Pra... pro auxílio emergencial e aqui é um é um local de extrema vulnerabilidade e também daquelas muitos idosos, né? Pessoas que alguns nem tem telefone, a gente acabava emprestando o nosso aparelho celular pra fazer pra eles essa ponte, né? De baixar o aplicativo, de pegar o auxílio, nós íamos na Caixa Econômica pegar o valor pra eles, né? Então, assim, nossa, o que foi um espaço assim muito valioso assim pra comunidade, né? Claro. E as pessoas têm muitos que não sabem ler, então não adiantava ter um de telefone porque eles não conseguiram dar conta sozinhos novo. Então, procuravam e procuram aqui, né? Sim, acaba sendo um ponto de referência então.

[...] Sobre a minha rotina aqui, a gente tá em horário de plantão, né? Na verdade, a gente começou a se sentir muito mal os colegas, sabe? Então dois trabalhavam na segunda, dois na quarta e dois na sexta. Então a gente não se encontrava mais em equipe, sabe? E a gente começou a se sentir mal com isso. Então a gente decidiu de vir todos os dias, né? Se a gente tá das nove às quatro, mas todos os dias. Acho que pelo nosso bem assim sabe? Emocional ou algo que se fez necessário a gente estar aqui no projeto, né? (ENTREVISTADA 02).

A Entrevistada 06 traz sua percepção de que o COMDIM deveria ser uma representação geral, mas hoje, ainda é de um público bem específico, das entidades representadas. Segundo ela, a sociedade ainda não consegue reconhecer e fazer parte como um todo.

Assim como a mulher, ainda está em uma luta constante de reconhecimento e participação na cidade. Não tenho certeza, mas acho que não é toda a sociedade que se conhece e reconhece o COMDIM, mas só uma parcela. Mas nós temos hoje em São Leopoldo um governo, e não um desgoverno. Que reconhece a mulher na sociedade, que incentiva ações que podem ajudar o público feminino, que acha legítima essa luta. Parece bizarro falarmos isso, hoje em dia, mas é sabemos que acontece, temos a prova legítima no nosso governo federal. Temos esse incentivo tanto pelo prefeito como pela bancada da câmara, que não sei se ainda é, mas por muito tempo a presidente foi uma mulher. Acho que isso é muito importante para a cidade. Vejo que a luta feminista é reconhecida pelo governo, talvez ainda não por toda a sociedade, mas pelo governo, sim. (ENTREVISTADA 06).

Por outro lado, a Entrevistada 08 destaca as conquistas históricas do Conselho:

Um espaço coletivo que é fundamental para as mulheres. São poucas mulheres que participam né? Tem um grupo X de mulheres que participam, mas o que a gente consegue fazer pelas outras tantas mulheres. É uma loucura. Por exemplo, esse conselho e mais fórum e mais alguma outras instituições conseguiram trazer uma delegacia pra dentro do município pra mulher. Isso é um feito assim gigantesco, então eu gosto muito de participar porque eu percebo que eles estão ativos, né? Tem essa coisa tem movimento, né? Então nós temos um privilégio, porque são poucos os municípios que têm conselho hoje, são pouquíssimos os municípios que tem secretarias específicas pra mulheres, né? Então São Leopoldo tá conseguindo manter, mas não sei até quando vai conseguir isso, né? Porque a gente tá mantendo muito por conta do Governo que a gente tem hoje, que é um Governo que tem esse olhar pra coletividade, então por conta disso não se extinguiu esse conselho, mas porque o Prefeito ali bancou. Eu não sei por quanto tempo isso, né? Mas eu acho é de um valor assim imenso pro município pra gente ter um conselho específico pra mulheres, porque hoje em dia já tem os outros por aí que já tão tentando aglutinar, né? Coloca tudo quanto é coisa no mesmo saco e as mulheres têm que ficar ali disputando, né? As lutas com outros segmentos tão importantes e necessários pra ser solo, né? (ENTREVISTADA 08).

d) O papel dos Conselhos como espaço de diálogo entre as Secretarias e as Políticas Municipais:

Esse caráter ficou evidenciado pela fala da Entrevistada 04, que atua na Secretaria de Segurança Pública e Defesa Comunitária:

Essa questão da transversalidade com outras secretarias é algo que tá muito presente no trabalho, no sentido de participar dos conselhos, da dos comitês, das comissões de outras secretarias e das que a secretaria faz parte, eu faço um pouco também esse papel de... da rede, né? De diálogo com a rede, né? Tem as redes socioassistenciais do município, tem a rede da mulher, tem a rede da... tem o comitê da criança e do adolescente, então o papel no caso é um pouco esse, fazer essa interlocução com uma com as outras secretarias com os outros serviços da... com as ONGs no município, enfim e também a questão de trabalhar as suas políticas públicas de prevenção, né? A violência e a criminalidade. O foco da Secretaria Municipal de Segurança Pública tem é relacionado com a prevenção à violência e a Guarda Civil Municipal faz parte dessa secretaria, né? Então é todo um suporte que a gente também possilita, né? Pra poder ter todo o funcionamento dessa engrenagem assim, né? E aí junto com as ONGs, com as entidades da das ruralizações, a sociedade civil a gente já fez muitos projetos sociais com relação a essa questão da prevenção à violência. Então com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, né.

[...]

Então, assim, ó, na verdade enquanto o serviço público, enquanto a Secretaria Municipal a gente faz um pouco esse elo, tanto que a gente tem o conselho de segurança do município. [...] Então, a secretaria fazendo a gestão junto com a sociedade civil de projetos de prevenção à violência e criminalidade, né. Então e como eu te falei essa questão do trabalho da guarda então também de se aproximar de dialogar de fazer um acompanhamento com relação ao colega que faz os cursos né? Que eles sempre vêm fazer cursos pra poder se capacitar e aí muitas vezes também entrar outros cursos como a questão de direitos humanos, a questão violência contra a mulher, questão da criança e do adolescente, trazer uma outra perspectiva também, né? Com relação a essa questão porque eles lidam diretamente com o cidadão, cotidianamente. (ENTREVISTADA 04).

Esse diálogo tem potencial de criar tensionamentos e promover transformações, conforme relato da mesma entrevistada. Segundo ela, durante a pandemia, a partir de um trabalho em conjunto com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, que consistiu em uma campanha contra a violência em crianças, adolescentes, mulher, idoso e LGTB+, identificou-se que a participação da mulher na área da segurança pública é muito menor em comparação com a participação dos homens.

E infelizmente ainda são cento e sessenta agentes, catorze são mulheres, digamos. Muito pouco, né? Então. E aí na verdade as na segurança pública a quantidade de mulheres que ingressam

proporcionalmente é muito menor do que a dos homens. Tem esses fatores históricos de que é profissão pra homem, isso a mulher não tem que fazer, mas isso já tá mudando, né? As pessoas tão tendo uma outra visão em relação a várias outras profissões, seja o caminhoneiro ou a gente já vê mulher, seja motorista de ônibus, a gente vê mulher, seja na construção civil, a gente vê mulher, então em vários outros espaços a gente vê. E eu acho que na segurança pública, engatinha, né? Mas eu acho que esse processo, esse movimento tá acontecendo também, né? E também de que os homens consigam perceber que a mulher tá trabalhando ali do lado dele, que ela tem tanta possibilidade de trabalho quanto ele, né. Então pra além da sociedade, da visão da sociedade também das pessoas, dos colegas que trabalham, interagem ali e também tem que ter esse trabalho de olhar a colega tem potencial tanto quanto eu pra fazer várias outras coisas, né? E não desmerecer por conta da questão de gênero, né? Então é algo que que ainda tem também ser bem construído, né? E como falamos da questão das secretarias das mulheres é uma das grandes parceiras da Secretaria de Segurança, né? A gente tem um trabalho muito integrado, muito próximo, tanto que muitas das atividades, dos GTs que elas propõem, a gente participa e vice-versa e como eu te falei essa questão da campanha é uma parceria então entre essas duas secretarias, né?

[...]

A gente sabe que são muitos fatores e são muitas demandas e só o trabalho articulado que vai conseguir fazer com que cada entidade, cada secretaria, trazendo suas potencialidades, suas possibilidades, formas de visão, de encaminhamento é que vai dar pra construir um pouco melhor assim essas questões todas, né? Então eu assim penso qualquer situação que lide com a questão dos direitos humanos de prevenção a violência, de levar informação pra comunidade é algo que a Prefeitura tem esse papel né? Eu identifico como a Prefeitura tendo essa demanda, tendo esse papel e a gente conseguindo, né? O quanto mais trabalhar em rede, melhor eu acho, né? (ENTREVISTADA 04).

Esse caráter evidencia o potencial de levar questões relativas ao patrimônio para o COMDIM, avaliando, por exemplo, na candidatura de uma mulher atuante em uma instituição presente no COMPAC para as próximas eleições do primeiro.

No decorrer da conversa com a Entrevistada 04, foi lembrado pela entrevistada o Conselho Municipal de Povos Tradicionais de Matriz Africana de São Leopoldo (COMPOTMA) e Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial (CMPIR) ligado à Secretaria de Direitos Humanos. São conselhos, como dito por ela, não comuns ainda em outros municípios, mas com bastante necessidade para debates de igualdade racial e cultural. De certa forma, são conselhos que estão conseguindo se ouvir, e ver outras perspectivas e potencialidades que fazem parte da sociedade leopoldense.

Com certeza, a parte histórica, porque assim, por exemplo, se a gente for ver a questão da etnia, sempre se fala da festa de imigração alemã, que São Leopoldo é berço da imigração alemã, mas tem muitas pessoas que fazem todo esse processo histórico que antes do ... tinha os escravos foram trazidos né? Tinha toda a questão da... né? O pessoal fazia o outro processo de trabalho antes desses imigrantes chegarem e aí na verdade, assim, São Leopoldo tem um pouco essa dívida, de que não é só o imigrante alemão que que fez a história né? Mas e o indígena? E a população negra, né? Então os quilombolas que de forma a gente lida com essa, com esse caldeirão cultural, assim, a gente sabe que existem os outros povos e as outras etnias Povo cigano, sabe? Tanto que então a questão da Secretaria de Direitos Humanos que tem a parte étnico-racial seria pra fazer o debate mesmo sobre essas outras etnias que fazem parte do município e de que forma que a gente acolhe, de que forma a gente identifique essas demandas, de que forma a gente traz pra discussão, né? Isso é uma questão importante, essa questão de etnia, questão de gênero quando a gente fala, por exemplo, a Paulete, que foi a vice-prefeita na outra gestão do Vanazzi, foi a primeira vice-prefeita negra. A Nadir é a primeira Vereadora negra eleita, né? Então a gente também tem que ver algumas questões que agora estão acontecendo, mas que tá caindo de maduro, né? A São Leopoldo foi construída há várias mãos por vários povos, né? Então a gente também tem que dar importância relevância dessas outras pessoas na construção desse município, né? (ENTREVISTADA 04).

e) O protagonismo político das mulheres de São Leopoldo

A fala da Entrevistada 04 indica o protagonismo político das mulheres de São Leopoldo, materializada por meio de diversas organizações sociais e arranjos institucionais:

Já faz um bom tempo que eu tenho participado e eu sou bem assídua. Assim, eu acho que é um conselho muito importante tu debater, planejar e problematizar as políticas públicas com relação a questão do gênero, com relação a questão da mulher é muito importante. São Leopoldo é uma das únicas cidades que ainda tem uma secretaria para as mulheres no Estado né? A gente sabe que com relação a essas questões de gênero, São Leopoldo está bem guarnecidada porque tem a secretaria das mulheres, tem o Centro Jacobina que atende as mulheres em situação de violência, tem um COMDIM forte onde muitas entidades fazem parte da entidade da sociedade civil fazem parte, demandam, dialogam e se comprometem, fazem o enfrentamento de algumas situações importantes. Tem a questão do fórum de mulheres também que veio anterior a tudo isso, né? E Antoninha faz parte dos móveis e utensílios que nem brinco ela, porque ela vem de toda essa trajetória, né? Então, a gente tem, agora pouco mais de um ano, a DEAM, que é a delegacia especializada, né? De atendimento à mulher, que foi uma conquista muito grande também que já era demandada há muito tempo, né? A gente tem agora então vaga numa casa abrigo regional que não é só de São Leopoldo. Então eu acho que assim a rede é fortalecida, é uma rede que tem mensalmente as reuniões da rede de enfrentamento à violência contra a mulher que a promotora participa, né? A juíza da vara de violência, né? A delegacia das mulheres participa né? Então se tu for ver é uma rede que ela dá conta

das questões. Então, participam e fazem o debate assim com relação aos processos de trabalhos, as demandas, o Hospital Centenário também participam. A gente tem assistência social do Hospital Centenário que participa também da reunião da rede da mulher. Então, nossa o pessoal da saúde, o pessoal da assistência, o pessoal da segurança, enfim, de forma a gente tem conseguido manter virtual as reuniões assim e com muita qualidade, assim, não parou em função da pandemia, pelo contrário, sim, se fortaleceu e seguiu funcionando muito bem assim. (ENTREVISTADA 04).

Neste âmbito, teve destaque a narrativa da Entrevistada 05, hoje aposentada, que, quando mais jovem, atuou como educadora social pela MITRA – Diocese de Novo Hamburgo, mas nas comunidades da cidade de São Leopoldo. Nessa época, atuava com o grupo de mulheres nos bairros Brás, Campina, Campestre da Zona Norte, Arroio da Manteiga, e participava dos encontros das mulheres no Centro. Quando eram realizados os encontros, reuniam-se com os grupos de outros bairros, Vila Paim e Feitoria. Os encontros eram promovidos pelo grupo da MITRA vinculada a Igreja Católica, e serviam para discussão sobre os problemas da localidade.

Tinham os grupos de mulheres e, uma vez por mês, a gente reunia os grupos, e fazia um grande grupo, onde discutíamos os problemas da comunidade. Na época tinha muita falta de escola, principalmente, escola infantil. A saúde, tinha muita falta de postos de saúde. Tinha muita deficiência das mulheres trabalharem, porque elas não tinham onde deixar os filhos. Tudo isso a gente organizava, formava comissão e ia na Prefeitura conversar com o Prefeito. Foi bem difícil, era uma época que a Prefeitura era bem fechada.

A gente dava um jeito e fazia. A escola Santa Marta, ela surgiu da luta das mulheres. Hoje tem uma Escola na Santa Marta e tem escolinhas, foi pela luta das mulheres, das mães, das moradoras da Santa Marta. As mulheres sempre foram bem ativas em São Leopoldo. (ENTREVISTADA 05).

Por volta dos anos de 1990, além dos encontros, também foram organizados fornos comunitários no Bairro Campina.

Fornos comunitários era assim, era um forno, aí a igreja, no caso aqui da São Jorge, tinha um forno comunitário, era oito mulheres por tarde, que vinham. Aí a igreja conseguia farinha e conseguimos ingredientes, sabe? E elas faziam o pão e dividiam. E cada uma levava pra sua casa conforme a sua necessidade. E aí um dia por semana a gente fazia e vendia pra comunidade pra tirar um troco pra elas, caso precisassem para um encontro, pagar uma passagem, alguma coisa, aí tinha um troco numa caixa comum. É isso aí. E a gente fazia uma parceria muito grande assim de se visitar como Canoas - Matias Velho. Fazer tipo um

intercâmbio, assim uma fazia pra experiência de lá com a experiência daqui. E aí no intervalo enquanto o pão crescia, a gente uma tinha uma discussão assim da comunidade no caso aqui né? As mulheres pautavam as necessidades, do que as mulheres precisavam e também confeccionava artesanatos. Ah, elas faziam crochê, tricô, faziam roupas, reformavam roupas pra brechó. A gente ganhava roupa, elas reformavam as roupas pra elas, pros filhos, era bem legal, era bem legal também. Depois de um tempo se extinguiu. Não tem mais. Não tem mais. É uma é uma pena. É uma coisa bem, é uma coisa bem útil pra mulheres isso aí. Foi muito forte aqui na Campina, a Vila Brás foi muito forte também. A gente tinha os fornos comunitários lá, eles tinham mais de um forno e a gente tinha um. Isso aí.

[...]

Foi bem uma época muito boa assim, bem forte. E aí nessa época a gente ganhava frutas e verduras, acho que era da Ceasa que aí tinha um senhor que era o presidente da comunidade da igreja, sabe? Ele buscava, aí quando ele chegava com as verduras e frutas, coisas, a gente dividia pra mulheres e também elas faziam uma vez por semana um sopão pra criançada e a todas as mulheres do próprio forno, né? Sim, era bem-organizado, era bem legal. (ENTREVISTADA 05).

Juntamente com os fornos comunitários, a entrevistada relata que o grupo de mulheres tinha uma parceria com as Faculdades EST – que é vinculada à Rede Sinodal de Educação e identificada com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Posteriormente, junto com o curso de Serviço Social da Unisinos e a Professora Clair Ribeiro Ziebell³⁰, formaram o Fórum de Mulheres. No decorrer da sua vida profissional, a entrevistada conta-nos que trabalhou em outros grupos e atividades. Atualmente, mantém contato com grupos por intermédio das redes sociais.

Eu coordenei um projeto na Vicentina, das Mulheres da Paz e lá eu tenho muitas mulheres lá que ainda me têm por referência, que sempre estão me procurando pelo WhatsApp. Então essas mulheres lá do da Vicentina, eu tenho contato mesmo da Santa Marta, eu tenho contato aqui da Campina também, algumas. Mas agora com essa pandemia a gente se desestabilizou todos os grupos também né? Até as mulheres não estão reunindo né? Sim agora a pandemia tudo mudou um pouquinho, né? Está tudo um pouco diferente. E eu trabalhei vinte e dois anos na Vila Paim como educadora social com adolescentes. Sim, já era um trabalho mais específico com adolescentes, não só com mulheres. Direto com adolescente e as mães dos adolescentes. Ah, daí envolve as mães também. São

³⁰ Clair Ribeiro Ziebell é professora no curso de Serviço Social da Unisinos. Ela foi coordenadora da Assessoria a Movimentos de Mulheres da Unisinos. Clair possui graduação em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas e mestrado em Educação pela Unisinos, tendo sua dissertação o título *Mulheres na Luta por Educação: Qual Protagonismo?* Tem experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente nos temas de educação, mulheres e movimentos sociais. (IHUONLINE, 2007).

Leopoldo tem uma trajetória bem grande ali com as mulheres envolvidas, então é uns anos na saúde, questão da violência contra a mulher também. (ENTREVISTADA 05).

Desde os anos 1980, a entrevistada, em conjunto com o CECA, vem trabalhando com cursos de promotoras legais em São Leopoldo. O CECA desde então, vem trabalhando com esses cursos:

A entidade o CECA é uma entidade está aqui em São Leopoldo. Davam assessorias, mas na área do ecumenismo era a igreja católica, igreja batista, igreja luterana e da igreja anglicana. Então, era um centro ecumênico. E aí depois, as coisas foram mudando, a partir de noventa e oito, eles fizeram o primeiro curso de promotoras legais popular. Os sócios daqui na época era Padre Oreste, alguns pastores da EST, o Dom Sinésio, que era um bispo e foi bispo em Novo Hamburgo. Eles acharam por bem de trazer esse curso pra mulheres das periferias aqui de São Leopoldo. E aí noventa e oito foi o primeiro curso com acho que trinta e cinco mulheres, e aí essas mulheres eram a maioria era aqui da Zona Norte, quem não era da Brás, era da Campina. Eu fiz esse primeiro curso também, eu fiz o primeiro, em noventa e oito. Desde então o CECA passou de todos os anos fazer esse curso de promotores legais popular e depois agora por último passou de dois em dois anos em função da verba, porque agora as ONGs tão tudo quebradas, né? O prédio da CECA é na Scharlau, mas os últimos dois cursos... não, os últimos dois anos de curso foi no Centro, na Igreja Anglicana, ali na Independência, perto da quase em frente as lojas Quero-Quero foi ali por ser mais fácil ah pra mulheres chegar porque os cursos são geralmente a noite é muito perigoso, né? Porque depende de ônibus e pra parada de ônibus, ficar lá esperando. Então com a violência que está estampada aí não dá, as mulheres optarem por não querer mais vir pra ali, né? Quando tem os cursos é na igreja. Então o CECA é uma entidade que trabalha com direitos humanos, né? E agora prioritariamente por mulheres. Agora É. É uma ONG, é uma ONG ligada a direitos humanos e uma ONG que é ...como é que eu vou te dizer? É de várias religiões, né? Não é ligado a só uma religião não qualquer mulher pode ser evangélica, pode ser ela faz o curso. (ENTREVISTADA 05).

Hoje, o principal curso promovido pelo CECA é o curso de Promotoras Legais Populares (PLPs), um curso para lideranças comunitárias com capacitação em noções básicas de direito, direito humanos das mulheres, Poder Judiciário, organização de Estado e outras temáticas pertinentes dependendo do contexto em que as promotoras estão inseridas.

O curso é uma preparação, é uma busca de auxílio as mulheres a busca a justiça tanto pra elas mesmo como pra outras mulheres, elas têm aula com advogados, ela tem aula de direitos humanos, né? Elas têm aula com assistente social. Com é geralmente três meses de

curso, sabe? São três meses, mas a cada semana é um tipo de aula que elas têm. É com médica, tem uma médica que é de Novo Hamburgo, que ela sempre aplica os cursos, os direitos reprodutivos e conceptivos e tudo, né? Elas têm que saber, mas ligada a questão da violência mesmo com as mulheres, né? Agora a lei Maria da Penha e a Defensoria Pública também dá aula, a própria juíza, ou delegada ou pessoas convidadas que vão pra falar para as mulheres, tipo três horas explicando e tudo. As mulheres e depois tem um todos os anos a gente tem uns dois dias de aprofundamento que é pra ver que nem a Lei Maria da Penha da Penha foi aprovada, mas ela já teve quantas mudanças, quantas alterações. Então a gente tem que ir né? Tá por dentro pra poder falar sobre ela. E é isso aí. Estudando também, né? Sempre buscando subsídios. (ENTREVISTADA 05).

Percebemos que a Entrevistada 05 é muito atuante na luta das mulheres. Considerando sua participação no Fórum de Mulheres e no CECA, também participa e integra o COMDIM, onde incentiva e discute as necessidades das mulheres leopoldenses.

Porém, vieram outros grupos, o Fórum de Mulheres, o próprio COMDIM, teve algumas coisas que nasceram com os grupos de mulheres, como, os próprios diques da zona norte por causa das enchentes. As mulheres que puxaram a frente nos diques. Por mais que hoje, muitas dessas mulheres nem esteja mais com a gente, algumas já faleceram, mas o legado delas ficou. (ENTREVISTADA 05).

Pela atuação histórica da entrevistada, ela é considerada uma referência no assunto mulheres, grupos de mulheres e lutas na cidade de São Leopoldo. Sobre o cotidiano da sua vida pessoal, a entrevistada quase não falou. Remeteu brevemente sobre os filhos e netos, os quais visitava frequentemente antes da pandemia.

Por sua vez, a Entrevistada 06 destaca o papel das lideranças comunitárias femininas na cidade:

Existe lideranças femininas bem-organizadas em São Leopoldo. Tem alguns bairros que eu fui que são lideranças femininas, se não me engano em dois bairros bem vulneráveis são as mulheres que reivindicavam. Na Steigleder tem um grupo bem forte e na Padre Orestes, a gente tem grupos mais fortes, e até na Feitoria. Eu fui uma vez na Boa Vista, que a liderança era um homem, mas a que falava e implicava era uma menina/ adolescente de 16 anos. Pela minha experiência tem muitas mulheres atuantes, mas não saberia dizer os locais e se é a maioria. Tem alguns coletivos de mulheres muito forte. Coletivos de lutas, bem-organizadas. As mulheres são mais articuladas e sabem levar com mais comprometimento. (ENTREVISTADA 06).

f) A percepção da importância das discussões sobre gênero a partir de suas próprias vivências pessoais

Em seus relatos de vida, fica muito nítido o quanto desafiadoras foram as trajetórias de vida dessas mulheres, especialmente no que se refere ao mundo do trabalho. Assim, para algumas delas, as questões de gênero bateram à porta a partir de uma percepção de suas próprias vivências pessoais. Essa relação esteve muito presente na narrativa da Entrevistada 07, que teve um primeiro contato com os debates de gênero em sua pesquisa de mestrado, e, depois, a partir de um incidente pessoal.

A Entrevistada 07 é graduada em História. Depois de formada, começou a cursar pedagogia e o mestrado. Nesse meio tempo engravidou, e optou por trancar pedagogia e continuar no mestrado. Estudou na Fundação Universidade de Rio Grande (FURG) trabalhando na temática da representatividade racial na educação, em especial nos livros didáticos.

Estava com o edital aberto do mestrado em história e eu pensei assim, ah vou tentar, vou ficar aqui, né? (o marido havia passado no mestrado com bolsa também). Não tinha bolsa, mas pensei vou, vamos ver e fiquei, fiquei, passei acabei tendo como orientadora Cassiane Paixão. Ela é socióloga, e é tipo, eu acho que era a única professora negra também do nosso instituto sabe? Deve ter sido uma das primeiras da FURG e tava ela também não fazia muito tempo que tava estudando relações raciais sabe? Então pra ela também era algo novo e a gente acabou fazendo uma amizade também muito bonita até hoje somos amigas e desses filtros que eu fui fazendo, que eu queria, que eu quero, eu sempre quero fazer tudo faz tempo. Eu acabei fazendo a minha pesquisa no bairro Getúlio Vargas, lá de Rio Grande, que é um que é um bairro assim predominantemente negro, próximo ao porto, né? E tem um uma história assim de racismo ambiental, né? Desde que foi fundado o bairro de ocupações também, e lá eu trabalhei com representações sobre raça e pobreza de crianças pobres e negras e como elas impactam nas perspectivas de mundo e de futuro dessas crianças, né? Durante o mestrado foi muito legal, mas eu tive uns episódios traumáticos também, eu tava grávida, né? E era bem distante de onde eu morava assim, eu tinha que pegar dois ônibus e andar e é um caos o trânsito, sim, em Rio Grande, sabe? Um caos horrível mesmo, então levava mais de uma hora pra chegar na escola, tinha que andar bastante também, teve episódio que eu tava saindo da universidade pra ir pra escola e me avisaram, retorna, não vai porque um aluno de treze anos tinha acabado de dar um tiro na cabeça do outro de onze anos, sabe? (ENTREVISTADA 07).

Vivenciando e pesquisando a rotina do Bairro Getúlio Vargas, em Rio Grande, a entrevistada notou algumas similaridades com o Bairro onde nasceu e cresceu em São Leopoldo, Feitoria Cohab.

Então, eu meio que me sentia em casa assim e mas também não conhecia muito da história de onde eu vim, né? E daí lá a Cassiane sugeriu a Devanir Pinheiro, que é aqui da Unisinos, ela é coordenadora do Nehab, né? Aqui da Unisinos pra estar na minha banca de mestrado e na banca de qualificação. E daí na banca Devanir foi e começou a relatar coisas que interligavam um BGV e a Feitoria quando ela soube, no dia ela soube que eu era daqui da Cohab começou a fazer relatos sobre, né? E durante o mestrado surgiu assim, me deu um ponta pé, uma rasteira categoria gênero, que eu não estudava, era algo que eu tinha de discurso sobre... era algo que eu tava ali aprendendo no Facebook, sabe? E não tinha nenhum debate teórico assim mais consolidado sobre gênero, e aquilo começou a vir, né? É aquelas hierarquias dentro da própria pobreza assim, né? (ENTREVISTADA 07).

Com o fim do mestrado em Rio Grande, a filha pequena, a falta de emprego e a saudades da família, a entrevistada relata que ela, o marido e a filha retornaram morar em São Leopoldo. Consequentemente, com os debates gerados na banca com a relação entre os bairros e as questões de gênero que foram resultados e questionamentos na pesquisa de mestrado da Entrevistada, ela retornou com o intuito de cursar o doutorado, porém com o desafio de conciliar a maternidade.

Que eu ia tentar e eu queria ir na mesma linha assim do mestrado mas aprofundar essa questão pro gênero, pra pensar perspectivas de vida e de mundo de adolescentes brancas e negras no bairro Feitoria, né? E daí eu fiz a... comecei a fazer alguns cursos assim na Unisinos, acompanhar com a minha filha, né? Junto, fazer tudo com ela assim, tive que abandonar a pedagogia de novo segunda vez, por quê? Era impossível dar conta de tudo e daí ali eu fazia primeiro um curso emancipa mulher que chama em Porto Alegre, um curso de formação feminista, né? E também não dei conta de continuar assim, porque a minha filha, ela tinha uns sete meses e eu fazia tudo tinha que fazer com ela, né? O meu marido na época ainda não tinha conseguido vaga com professor então ele trabalhava de auxiliar administrativo numa empresa em Porto Alegre também então praticamente passava o dia inteiro sozinha com ela, né?

[...]

E daí lá eu comecei a pensar assim, as discussões, conheci o Leituras Feministas na Unisinos que era um curso também, eram rodas de conversa na verdade, mas era como um curso de formação assim, ciclo de debates eu acho que elas chamaram. Me aproximei de uma professora, que é a Miriam Vieira, que, tipo, há muito tempo trabalha

também com a Themis de Porto Alegre, né? Trabalho com mulheres, com promotoras legais populares e tal e daí fui me aproximando da Miriam que trabalha com gênero, com raça e pegava carona com ela. E daí eu decidi fazer, vou fazer o meu projeto do doutorado, né? E quando eu fui fazer eu conheci também, né? Pesquisando ali os professores, conheci a Laura Lopes, que, na verdade, eu já conhecia, assim, de vista, porque eu tava trabalhando também de manhã no São José, a escola que tem atrás do trem, e que eu consegui um trabalho, então eu tava me achando o máximo. Porque eu, quando criança, eu passava eu queria saber como que era dentro, né? São José, agora eu sei, todos os cantos lá dentro, sei como as pessoas te tratam e eu conheci a Laura lá porque o filho dela, né? Estudava lá nem me aproximei da Laura. Fiz o projeto e final de dezembro, eu soube que eu tinha passado. (ENTREVISTADA 07).

A entrevistada passou em segundo lugar, mas conseguiu a bolsa integral consequentemente pela desistência do primeiro colocado. Ela relata que optou pela UNISINOS pela temática, mas também pela proximidade com sua residência e vida cotidiana para o bem da filha. Após o retorno de Rio Grande para São Leopoldo, a entrevistada passou a residir no Bairro Feitoria Cohab. Porém, no relato da entrevista é mencionado que o bairro tem alguns históricos com o tráfico de drogas e violência, e a entrevistada teve sua casa invadida, e teve de retirar-se do bairro.

Devido ao acontecimento, a entrevistada procurou o Centro de Referência de Atendimento às Mulheres em Novo Hamburgo, cidade na qual morou por um curto tempo após o ocorrido. Nesse local, ela teve proximidade com a temática de violência de gênero, violência intrafamiliar e violência contra a mulher. Com o impacto da invasão, a entrevistada procurou entender os vínculos entre mulheres, o bairro, a classe social e racial, envolvendo-se em debates, oficinas e prevenção.

Então eu comecei o meu trabalho de campo, daí fui na Câmara dos Vereadores que teve um dos seminários da força tarefa de combate ao feminicídio, fui na Assembleia Legislativa em Porto Alegre, também era sobre isso e daí início de 2020, acompanhei duas das atividades da DEAM que era atividades que eles era descentralizar a rede né? Então levar esse serviço pra dentro das comunidades, foi logo que fundaram a delegacia aqui em São Leopoldo, né? Eu estive na da Santa Marta e na Santo Afonso, e foi muito legal ver como eles, a própria delegada se reeducou assim, porque, tipo, ela foi na Santa Marta, os cara de colete, camburão, armados, sabe? Imagina no meio do ponto do tráfico, as mulheres não iam conversar, né? Com a Polícia Civil lá e daí uma das lideranças comunitárias que é Adilce dali falou isso pra elas, né? E daí, na outra semana quando foi na Feitoria, daí eu não fui, né? Em função da situação toda. Depois foi aqui na Santo Afonso, eu fui, e

eles já estavam à paisana, tinha muita gente assim da comunidade, e foi em uma ONG que também é um centro de umbanda, se eu não me engano. Eu não lembro o nome, mas é uma ONG, sim, referência ali. Tinha muita gente, tinha poucos homens, mas me interessou muito que um dos únicos que tavam lá, foi o... a única pessoa que perguntou sobre como proteger as mulheres trans e travestis no bairro assim sabe? Então foi algo “superfora” da curva assim, né? Em geral quando chegava nesses lugares principalmente em instituições assim era só mulher, né? Quando acabava não tinha mais nenhum homem. A gente não tava nem procurar, né? Na Santa Marta, quando eu cheguei, chegou um educador social com uma cambada de criança, a maioria gurizada, uma coisa bem contrastante de como era, foi na Câmara de Vereadores, né? E daí em seguida começou a pandemia, né? Tipo, uma semana depois a gente se isolou e tudo mais, não consegui manter esse trabalho de campo e tive que reinventar. (ENTREVISTADA 07).

Em função da pandemia, a entrevistada que está cursando o doutorado teve de reorganizar-se, foi quando, por intermédio da orientadora, conheceu a presidente da UBM. Devido às conversas e às relações da sua pesquisa, acabou se associando à UBM, que hoje integra o COMDIM. O COMDIM foi mais uma esfera de pesquisa, troca de experiência e conhecimento de outros grupos, e debates existentes na cidade que contribuem para a pesquisa da entrevistada.

5.1.6 Terceira Etapa: relações com o patrimônio

A última etapa da oficina focou nos relatos das mulheres sobre os patrimônios estabelecidos e também os possíveis patrimônios da cidade de São Leopoldo. Para essa análise, optamos por apresentar individualmente a narrativa de cada sujeita da pesquisa, e, ao final, realizar uma síntese dos patrimônios citados. Vale ressaltar que as imagens encaminhadas pelas entrevistadas são de sua responsabilidade, ou seja, fotografadas ou pesquisadas por elas.

a) ENTREVISTADA 01.

Quadro 16 - Patrimônios sob o olhar da Entrevistada 01

ENTREVISTADA 01	
Contextualização:	
Nome do Patrimônio: Trajes alemães	
Presente no Inventário: Não	Classificação: Material e Imaterial
Bairro: Não se aplica	Subclassificação: Objeto (roupas) e Festividades
Narrativa: “Fritz me lembra a cultura alemã.” (Entrevistada 01)	
Imagen:	
Figura 51 – Enfeite de chimarrão Fritz	
	
Fonte: Encaminhado pela Entrevistada 01 (2021)	
Observação: Ela descreveu que as roupas do ser representado no enfeite eram tipicamente alemãs, e que elas remetiam a São Leopoldo Fest. Por mais que o objeto seja um enfeite de chimarrão, o intrínseco da questão é a roupa de origem alemã, destacano, pela fala da entrevistada, a São Leopoldo Fest.	
Nome do Patrimônio: Painel do Santuário Padre Réus (Santuário Sagrado Coração de Jesus)	
Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Padre Reus	Subclassificação: Edificação/ objeto

Observação: A edificação do Santuário encontra-se no Inventário, mas o Painel em específico, não. Poderia se levantar o questionamento quanto à técnica utilizada poder ser caracterizada como um bem patrimonial imaterial.

Narrativa: “É lindíssimo, é uma passagem do Apocalipse, tu consegues ver do trem o painel. Quando enxerga aquele painel, tu sabes que está chegando em São Leopoldo, embora já tenha passado pela Estação Unisinos, que é a primeira em São Leopoldo, o painel é um marco.” (ENTREVISTADA 01)

“O santuário do Padre Réus é um dos locais. Eu vou em momentos especiais, antes da pandemia em 2019, na São Leopoldo Fest, veio a Orquestra da OSPA tocar, e tocaram no Santuário. Foi muito bonito, lindo, porque a acústica do local é muito boa. E daí conseguimos ver lá de cima, do camarote. Vou lá eventualmente quando minha mãe vem passar, é um dos locais de São Leopoldo que eu frequento até que bastante.” (ENTREVISTADA 01)

Imagen:

Figura 52 - Santuário Padre Réus



Fonte: Encaminhado pela Entrevistada 01(2021).

Observação: A edificação do Santuário encontra-se no Inventário, mas o Painel em específico, não. Poderia se levantar o questionamento quanto à técnica utilizada poder ser caracterizada como um bem patrimonial imaterial.

Nome do Patrimônio: Rodoviária de São Leopoldo, em especial os vitrais.

Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Centro	Subclassificação: Edificação/ objeto

Narrativa: “Pois é, como eu te disse, eu tenho mais conhecimento do centro em função do trabalho. A rodoviária é um local que tem um painel lindo ali na frente, que deveria ser preservado, não sei se já é ou não”. (ENTREVISTADA 01).

Imagen:				
Observação: A edificação da Rodoviária encontra-se no Inventário, mas os Vitrais em específico, não. Poder-se-ia levantar o questionamento quanto a técnica utilizada poder ser caracterizada como um bem patrimonial imaterial.				
Nome do Patrimônio: Igreja do Relógio				
Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material			
Bairro: Centro	Subclassificação: Edificação			
Narrativa: "Acho muito bonita também, a Igreja do Relógio, lembro que, quando eu cheguei aqui para estudar, foi um dos lugares que mais me encantou, sabe, de parar e olhar aquela Igrejinha." (ENTREVISTADA 01).				
Imagen:				
Observação:				
Nome do Patrimônio: Dique de contenção do Rio dos Sinos				
Presente no Inventário: Não	Classificação: Material			
Bairro: Centro; Rio dos Sinos; Campina.	Subclassificação: Monumento			
Narrativa: "Então, no dia da oficina te perguntei sobre o Dique, porque salvou muita gente das enchentes. Teve uma enchente muito grande, não lembro direito o ano, 42 eu acho. Inclusive eles querem fazer uma reforma, já faz muitos anos que ele está ali, está precisando." (ENTREVISTADA 01).				
Imagen:				
Observação:				
Nome do Patrimônio: Sociedade Orpheu				
Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material			
Bairro: Centro	Subclassificação: Edificação			
Narrativa: "O prédio do Orpheu é lindíssimo, não sei se já virou um patrimônio da cidade ou não, mas eu fazia aula de yoga lá. E tem partes que quebrou, que está começando a ficar depredado, e sabemos que é difícil reconstruir a história com aqueles detalhes, é um local que deveria ter uma atenção. O que me vem mais é a parte artística de São Leopoldo mesmo." (ENTREVISTADA 01).				
Imagen:				
Observação:				
Nome do Patrimônio: Monumento do Sino				

Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Rio dos Sinos	Subclassificação: Monumento
Narrativa: "Aquele sino depois da ponte, é um monumento com o sino na entrada da rua da Praia." (ENTREVISTADA 01).	
Imagen:	
Observação:	
Nome do Patrimônio: Rua da Praia	
Presente no Inventário: Não	Classificação: Imaterial
Bairro: Rio dos Sinos	Subclassificação: Lugares
Narrativa: "A própria Rua da Praia é belíssima. Pena que eles [gestão municipal] não conseguiram revitalizar como deveria, quando estavam começando, entrou a pandemia que afastou as pessoas. Se fosse uma região com maior segurança, acredito que o povo utilizaria mais. Eu sempre disse que para São Leopoldo ser perfeito faltaria só o mar, mas na verdade, São Leopoldo tem a rua da Praia. Vejo que tem muitas possibilidades turísticas aqui em São Leopoldo que não são trabalhadas. E temos outros lugares que devem ser preservados antes que o tempo acabe com eles." (ENTREVISTADA 01).	
Imagen:	
Observação:	
Nome do Patrimônio: Antigo Prédio da Escola da Paz	
Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Centro	Subclassificação: Edificação
Narrativa: "O antigo prédio da Escola da Paz também está sendo restaurado. Aquele que fica na esquina da Antiga CRT, de um lado teve um que caiu também. Eu não o conheço por dentro, mas dá para ver pela estrutura externa que é algo antiga e que deveria ser preservado. Sabemos que foram derrubados diversos prédios que eram lindos, por não se ter esse cuidado com o que é patrimônio." (ENTREVISTADA 01).	
Imagen:	
Observação:	
Nome do Patrimônio: Lar São Francisco	
Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Centro	Subclassificação: Edificação

Narrativa: "Essa questão da vivência, me lembrou do Lar São Francisco, do lado do Hospital. Também é um casario lindíssimo. Para mim, já é um patrimônio aquele local." (ENTREVISTADA 01).

Imagen:

Observação:

Nome do Patrimônio: Hospital Centenário

Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Centro	Subclassificação: Edificação

Narrativa: "Para mim, já é um patrimônio aquele local. O hospital também é um ponto de referência e é bem antigo." (ENTREVISTADA 01)

Imagen:

Observação:

Nome do Patrimônio: Prédio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMMAM)

Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Rio dos Sinos	Subclassificação: Edificação

Narrativa: "A própria rua da Praia que me referi antes, é um dos locais que fui uma vez só, porque precisei ir ao Prédio da SEMAM. Aquele casario é lindíssimo também, não sei se é ou não tombado, mas deveria." (ENTREVISTADA 01).

Imagen:

Observação:

Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

A entrevistada relatou que aprendeu muito com a oficina, pois não tinha a percepção de que tantos lugares poderiam ser considerados bens patrimoniais. Para concluir, ela mencionou uma frase dita pela mestrandona dia da Oficina que a marcou muito:

Eu queria ler uma coisa que achei muito interessante que tu falaste na oficina "O Patrimônio é a forma de justificar o passado, compreender o presente e planejar o futuro. É para o idoso lembrar, o adulto entender e a criança aprender." É um eterno questionamento, de onde viemos e para onde vamos, as marcas do tempo.

b) ENTREVISTADA 02.

Quadro 17 - Patrimônios sob o olhar da Entrevistada 02

ENTREVISTADA 02	
Contextualização: A Entrevistada 02 entendeu como sendo <i>seus</i> patrimônios tudo que tem uma relevância na sua história. Dessa maneira, ela trouxe algumas fotos (uma foto com seus irmãos, uma foto com o ex-marido e sua família na sua formatura, uma foto do nascimento do neto), as quais não serão expostas para não identificarmos a entrevistada. Também trouxe alguns objetos. Igualmente citou alguns lugares que lembrou no decorrer da oficina e da nossa conversa: o <i>Shopping</i> , a Praça dos Correios e o CECREI.	
Nome do Patrimônio: Fotos da Família	
Presente no Inventário: Não	Classificação: Não há classificação
Bairro: Não se aplica	Subclassificação: Não há classificação
Narrativa: "Eu trouxe assim que seria seriam as minhas maiores riquezas seria nesse sentido? Pode ser. Então eu acho que num não tem como deixar de trazer fotos da família, né? Essa é minha mãe e os meus sobrinhos, né? Então eu acho que a família eu trouxe também uma foto dos meus irmãos que ainda é considerando a família, né? Eu trouxe uma foto meu ex-esposo e da minha filha, né? Na formatura dela e também foi um momento muito importante, né? Pra pra todos nós, né? Um um marco assim na minha vida pessoal, né? Que foi e foi quando eu consegui conviver com a atual esposa dele, né? Que pra mim foi além da formatura da minha filha teve esse outro significado, né? É e daí até inclusive eu trouxe que agora eu não sou mais a a única formada, né? Em faculdade eu fui a primeira, mas já os outros vieram, né? Tão família reunida eu acho que isso que é o mais importante, né?"(ENTREVISTADA 02).	
Imagen: Não divulgada para manter anonimato	
Observação:	
Nome do Patrimônio: Letreiro da Profissão	
Presente no Inventário: Não	Classificação: Não há classificação
Bairro: Não se aplica	Subclassificação: Não há classificação
Narrativa: "Eu trouxe aqui também no momento de um curso assim pra mim que eu acho que também é importante, né? A gente tá buscando se buscando conexões, né? eu trouxe como assistente social, né? E a profissão, então hoje a profissão realizada por exercer essa função, né?" (ENTREVISTADA 02).	
Imagen:	

Figura 53 – Símbolo da Profissão



Fonte: Encaminhado pela Entrevistada (2021)

Observação: Identificando a sua profissão, a realização de um sonho e, consequentemente, sua relação com o COMDIM.

Nome do Patrimônio: Bíblia e água benta

Presente no Inventário: Não	Classificação: Não há classificação
-----------------------------	-------------------------------------

Bairro: Não se aplica	Subclassificação: Não há classificação
-----------------------	--

Narrativa: “Eu trouxe uma Bíblia e uma água benta, essa água benta veio de Roma, né? Então a espiritualidade, né? A crença eu acho que veio também ou se foi trazendo, né? Já que é pra trazer, né? Então é profissão, família, a espiritualidade, eu acho que esse aí pra mim. Então três eixos muito fortes, né?” (ENTREVISTADA 02).

Imagen:

Figura 54 – Bíblia



Fonte: Encaminhado pela Entrevistada 02(2021)

Observação: Trouxe uma bíblia e uma água benta, como símbolo da espiritualidade. Conforme seu relato, entende que a vida é regida por três eixos: família, espiritualidade e profissão/ trabalho.

Nome do Patrimônio: Bourbon Shopping

Presente no Inventário: Não	Classificação: Material / Imaterial
-----------------------------	-------------------------------------

Bairro: Centro	Subclassificação: Edificação / Lugares
----------------	--

Narrativa: “Não, não estou muito assim de sair em São Leopoldo, mas o *Shopping*, a praça ali do lado do correio, deixa eu ver aqui uma vez.” (ENTREVISTADA 02).

Imagen:

Observação:

Nome do Patrimônio: Praça dos Correios

Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
-----------------------------	-------------------------

Bairro: Centro	Subclassificação: Sítios
----------------	--------------------------

Narrativa: “Não, não estou muito assim de sair em São Leopoldo, mas o *Shopping*, a praça ali do lado do correio, deixa eu ver aqui uma vez.” (ENTREVISTADA 02).

Imagen:

Observação:

Nome do Patrimônio: CECREI	
Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Cristo Rei	Subclassificação: Sítios
Narrativa: "Um espaço bem legal em São Leopoldo, que eu penso em ir novamente, né? Quando houver, é ali eu acho que no CECREI. Mas é o colégio que tem, é bem afastado, o problema é que ele é... eu acho que é atrás do cemitério, ali um pouco pra trás. É um lugar bonito, é um lugar. É um patrimônio, né? E porque transmite muita paz, muita tranquilidade." (ENTREVISTADA 02).	
Imagen:	
Observação:	

Fonte: Elaborado pela Autora (2021)

c) ENTREVISTADA 03.

Quadro 18 - Patrimônios sob o olhar da Entrevistada 03

ENTREVISTADA 03	
Contextualização: A Entrevistada 03 não trouxe objetos nem fotografias. No entanto, descreveu alguns lugares que marcaram a sua vida e que considera relevantes para a cidade de São Leopoldo, entre eles: Sociedade Orpheu; Museu do Trem; Igreja Matriz; Rodoviária; Praça do Imigrante; Rio dos Sinos; Unisinos; o prédio da Câmara Municipal e a Rua Independência.	
Nome do Patrimônio: Sociedade Orpheu	
Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Centro	Subclassificação: Edificação
Narrativa: "No dia da oficina, eu acabei fazendo uma listinha aqui de coisas que me marcaram, e que eu acho, que eu entendo como patrimônio. Assim, então, eu coloquei o Orpheu, porque assim, é um dos lugares que marcou momentos da minha vida, sabe. Desde quando era pequena, a gente almoçava lá e era aquela paixão o local. Frequento até hoje, antes da pandemia, ia em eventos e ia na academia." (ENTREVISTADA 03).	
Imagen:	
Observação:	
Nome do Patrimônio: Museu do Trem	
Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material

Bairro: Centro	Subclassificação: Sítios
Narrativa: "O museu do trem, eu gosto muito do museu do trem, sempre que vem alguém aqui de outro lugar, eu acabo levando no Museu do Trem. Eu acho um lugar bem interessante que, antes da pandemia, começou a ser mais explorado com feirinhas, com música ao vivo, tem um projeto cultural bem legal ali que, em função da pandemia, parou." (ENTREVISTADA 03).	
Imagen:	
Observação: Bem Tombado a Nível Estadual	
Nome do Patrimônio: Igreja Matriz (Igreja Nossa Senhora da Conceição)	
Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Centro	Subclassificação: Edificação
Narrativa: "Depois, a Igreja Matriz". (ENTREVISTADA 03).	
Imagen:	
Observação:	
Nome do Patrimônio: Rodoviária	
Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Centro	Subclassificação: Edificação
Narrativa: "A Rodoviária, porque a rodoviária, desde que eu era pequena, aqueles vidros me marcaram." (ENTREVISTADA 03).	
Imagen:	
Observação: Chama atenção para os vitrais tal qual a Entrevistada 01.	
Nome do Patrimônio: Praça do Imigrante	
Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Centro	Subclassificação: Sítios
Narrativa: "A Praça do Imigrante, ali me marcou bastante também desde a minha infância, né?" (ENTREVISTADA 03).	
Imagen:	
Observação:	
Nome do Patrimônio: Rios dos Sinos	
Presente no Inventário: Não	Classificação: Material

Bairro: Não se aplica	Subclassificação: Natural
Narrativa: "Eu coloquei o Rio dos Sinos, porque ele é emblemático, esses dias vi ele em um programa de TV, Brasil Visto de Cima, quando vi estava dando de São Leopoldo e me chamou atenção o rio visto de cima." (ENTREVISTADA 03).	
Imagen:	
Observação:	
Nome do Patrimônio: Unisinos	
Presente no Inventário: Não	Classificação: Material
Bairro: Cristo Rei	Subclassificação: Sítios
Narrativa: "A Unisinos que também fez parte da minha vida." (ENTREVISTADA 03).	
Imagen:	
Observação:	
Nome do Patrimônio: Rua Independência	
Presente no Inventário: Não	Classificação: Material
Bairro: Centro	Subclassificação: Sítios
Narrativa: "Rua Independência, era A Rua Independência, sempre as cidades têm uma avenida no centro que chama atenção. E a Rua Independência tem um diferencial na cidade de São Leopoldo, é a principal, todo mundo conhece, mesmo quem não mora aqui, sabe que tem a Rua Independência. (ENTREVISTADA 03).	
Imagen:	
Observação: A rua Independência não se encontra como sítio inventariado. No entanto, atualmente, está na área de interesse histórico-cultural do município, e, no histórico do Inventário, é mencionada como uma das principais vias da cidade.	

Fonte: Elaborado pela Autora (2021)

d) ENTREVISTADA 04

Quadro 19 - Patrimônios sob o olhar da Entrevistada 04

ENTREVISTADA 04
Contextualização: A Entrevistada 04 trouxe imagens para ilustrar os locais que lembrou no decorrer da oficina e que considera terem relevância para São Leopoldo.
Nome do Patrimônio: Museu do Trem

Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Centro	Subclassificação: Sítios
Narrativa: "o Museu do Trem que é bem na pertinho ali do do do da Estação São Leopoldo né? No qual a gente já fez alguns eventos até de trabalho ali assim foi um espaço legal pra eu poder reunir a gente fez com crianças e adolescentes era um evento bem interessante e eu gostei muito daquele espaço, eu gosto daquele espaço e aí vem também bem ao encontro essa questão do da do meu interesse no trem, né? Tem o a questão do Museu do Trem." (Entrevistada 04)	

Imagen:

Figura 55 - Museu do Trem



Fonte: Encaminhada pela Entrevistada 04 (2021).

Observação: A primeira imagem é referente ao Museu do Trem, que ela descreve como um espaço legal, um local em que há a possibilidade de realizar eventos, que ela mesma já utilizou para a realização de eventos no seu trabalho, pela proximidade da estação do Trensurb, fácil acesso, e, principalmente, porque a entrevistada utiliza o trem como meio de transporte diário.

Bem Tombado em Nível Estadual

Nome do Patrimônio: Bourbon Shopping São Leopoldo

Presente no Inventário: Não	Classificação: Material / Imaterial
Bairro: Centro	Subclassificação: Edificação / Lugares

Narrativa: "O Bourbon como um local de referência que ali tem o cinema, tem supermercado, tem lojas, né? E São Leopoldo tem um *shopping* né diferente daqui de Porto Alegre, da realidade que eu venho, né? Então, muitas pessoas acabam indo naquele *shopping* se encontrando e conversando e e né? E interagindo

porque aqui ele seria um espaço social também da cidade, né?" (ENTREVISTADA 04).

Imagen:

Figura 56 - Bourbon Shopping São Leopoldo



Fonte: Encaminhada pela Entrevistada 04 (2021).

Observação:

Nome do Patrimônio: Rodoviária

Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Centro	Subclassificação: Edificação

Narrativa: "A rodoviária é um espaço que é, né, todo mundo conhece a rodoviária de São Leopoldo, é um ponto de referência bem importante também, me veio à cabeça." (Entrevistada 04)

Imagen:

Figura 57 – Rodoviária



Fonte: Encaminhada pela Entrevistada 04 (2021).

Observação:	
Nome do Patrimônio: Prefeitura Nova e Velha	
Presente no Inventário: Não/Sim	Classificação: Material
Bairro: Centro	Subclassificação: Edificação
Narrativa: "A questão da Prefeitura tanto o palácio que seria a Prefeitura antiga, né? Que é ali onde a gente tem ainda tem a sede da Secretaria de Educação quanto o Centro Administrativo que seria a Prefeitura nova no caso me veio as duas prefeituras." (ENTREVISTADA 04).	
Imagen:	
Figura 58 - Sede da Prefeitura Municipal de São Leopoldo	
	
Fonte: Encaminhada pela Entrevistada 04 (2021).	
Observação: A edificação da Prefeitura velha encontra-se no Inventário.	
Nome do Patrimônio: Hospital Centenário	
Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Centro	Subclassificação: Edificação
Narrativa: "O Hospital Centenário que também é o único hospital e o hospital também na questão de público, né? que é o hospital da... do município, então não tem como pensar São Leopoldo também, sem pensar esse espaço, e, se tu for ver, a minha realidade de pensamento é mais o centro, por quê? Porque é onde eu trabalho eu trabalho no centro, as reuniões que eu vou são ali em algumas ONGs, ali da redondeza, são na Prefeitura, são em alguns espaços que eu consiga acabar e me deslocando a pé." (ENTREVISTADA 04).	
Imagen:	

Figura 59 – Hospital Centenário



Fonte: Encaminhada pela Entrevistada 04 (2021).

Observação:

Nome do Patrimônio: Câmara de Vereadores (Castelinho)

Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
-----------------------------	-------------------------

Bairro: Centro	Subclassificação: Edificação
----------------	------------------------------

Narrativa: “A Câmara de Vereadores, né? Que que também não tem não tem como não lembrar desse espaço, né? Onde as tramitam as leis, onde as pessoas fazem o diálogo sobre vários processos, né? Com relação as questões da Prefeitura e outros e outros aspectos, né? Então a Câmara de Vereadores.”

Imagen:

Figura 60 - Câmara Municipal de São Leopoldo (Castelinho)



Fonte: Encaminhada pela Entrevistada 04 (2021).

Observação: Bem tombado em nível Estadual (IPHAE).

Nome do Patrimônio: Unisinos (Sede Atual)	
Presente no Inventário: Não	Classificação: Material
Bairro: Cristo Rei	Subclassificação: Sítios
Narrativa: "A Unisinos como uma universidade de referência e meu irmão acabou não se informando, mas ele iniciou os estudos lá na Unisinos, então na verdade eu já ouvia falar da Unisinos quando eu era pequena." (ENTREVISTADA 04)	

Imagen:

Figura 61 - Unisinos



Fonte: Encaminhada pela Entrevistada 04 (2021).

Observação:	
Nome do Patrimônio: Rua Independência	
Presente no Inventário: Não	Classificação: Material
Bairro: Centro	Subclassificação: Sítios
Narrativa: "Rua Independência que eu acho muito interessante que eles chamam de Rua Grande e como eu te falei vindo de Porto Alegre ter uma rua grande seria uma Ipiranga da vida por exemplo né? Rua Grande é a Independência que é uma rua de uma única que corta ali uma parte do centro que vai ali digamos da Câmara de Vereadores até cruzando ali a João Correia eu acho, né? Então assim é a Independência é onde muita coisa acontece né tem as lojas, tem o comércio, tem os barzinhos, né? Então eu vejo que que o Centro de São Leopoldo gira muito em torno da independência, tem os bancos, né?" (ENTREVISTADA 04).	
Imagen:	

Figura 62 – Rua Independência



Fonte: Encaminhada pela Entrevistada 04 (2021).

Observação:

Nome do Patrimônio: Painel do Santuário Padre Réus (Santuário Sagrado Coração de Jesus)

Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Padre Réus	Subclassificação: Edificação/ objeto

Narrativa: “Tem um outro local que é a igreja, aquela do. Padre. Padre Réus, né? Uh-huh. Isso. que é um espaço que também é um é um grande ponto, né? De referência, né? Pro município. Que é a igreja do Padre Réus também. Faz muitos anos que eu não vou lá, que eu fui lá, mas que é um lugar muito legal assim que eu gostei muito também de ir.” (ENTREVISTADA 04).

Imagen:

Figura 63 - Santuário Padre Réus



Fonte: Encaminhada pela Entrevistada 04 (2021).

Observação: Observação: A edificação do Santuário encontra-se no Inventário, mas o Painel em específico, não. Poderia se levantar o questionamento quanto à técnica utilizada poder ser caracterizada como um bem patrimonial imaterial.

Nome do Patrimônio: Parque Imperatriz Leopoldina

Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Pinheiro	Subclassificação: Sítio

Narrativa:

Imagen:

Observação: Citado brevemente, mas sem justificativa. No Inventário conta como Área Especial Cultural.

Nome do Patrimônio: Museu do Rio dos Sinos

Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Rio dos Sinos	Subclassificação: Edificação

Narrativa:

Imagen:

Observação: Citado brevemente, mas sem justificativa.

Nome do Patrimônio: Imagem de Nossa Senhora da Conceição (Praça do Imigrante)

Presente no Inventário: Não	Classificação: Material
Bairro: Centro	Subclassificação: Monumento

Narrativa:

Imagen:

O Observação: A praça está citada no Inventário, mas a imagem não. Citado brevemente, mas sem justificativa.

Nome do Patrimônio: Igreja Matriz

Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Centro	Subclassificação: Edificação

Narrativa:

Imagen:

Observação: Citado brevemente, mas sem justificativa.	
Nome do Patrimônio: Praça Tiradentes	
Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Centro	Subclassificação: Sítio
Narrativa:	
Imagen:	
Observação: Citado brevemente, mas sem justificativa.	
Nome do Patrimônio: São Leopoldo Fest	
Presente no Inventário: Não	Classificação: Imaterial
Bairro: Não se aplica	Subclassificação: Festividade
Narrativa: "Sempre se fala da festa da imigração alemã que São Leopoldo é berço da imigração alemã, mas tem muitas pessoas que fazem todo esse processo histórico, antes tinha os escravos que foram trazidos. Tinha toda a questão da escravidão né? O pessoal fazia o outro processo de trabalho antes desses imigrantes chegarem e aí na verdade assim São Leopoldo tem um pouco essa dívida assim de que não é só o imigrante alemão que fez a história. Mas e o indígena? E a população negra? Então os quilombolas que de que forma a gente lida com essa com esse caldeirão cultural assim que a gente sabe que existem os outros povos e as outras etnias Povo cigano, sabe? Tanto que então a questão da Secretaria de Direitos Humanos que tem a parte étnico-racial seria pra fazer o debate mesmo sobre essas outras etnias que fazem parte do município e de que forma que a gente acolhe, de que forma a gente identifique essas demandas, de que forma a gente traz pra discussão. Isso é uma questão importante, essa questão de etnia, questão de gênero quando a gente fala, por exemplo, a Paulete que foi a vice-prefeita, na outra gestão do Vanazzi, foi a primeira vice-prefeita. A Nadir é a primeira Vereadora negra eleita. Então a gente também tem que ver algumas questões que agora estão acontecendo, mas que tá caindo de maduro. São Leopoldo foi construída há várias mãos por vários povos. Então a gente também tem que dar importância, relevância dessas outras pessoas na construção desse município."	
Imagen:	
Observação:	

Fonte: Elaborado pela Autora (2021)

e) ENTREVISTADA 05:

Quadro 20 - Patrimônios sob o olhar da Entrevistada 05

ENTREVISTADA 05	
Contextualização A Entrevistada 05 não trouxe objetos e fotografias. Portanto, ela encaminhou uma lista de locais que acha que são interessantes e considera que têm uma importância no contexto da cidade	
Nome do Patrimônio: Museu do Trem	
Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Centro	Subclassificação: Sítios
Narrativa: "O Museu do Trem eu acho muito interessante. Por lembrar o passado da época dos também... acho bem interessante pros outros trem. Gosto muito daquele espaço que a gente já teve várias atividades ali. Em parceria com o SESC e tudo a gente já teve várias atividades é um espaço muito bom, muito bonito." (ENTREVISTADA 05).	
Imagen:	
Observação: Bem Tombado em Nível Estadual pelo IPHAE.	
Nome do Patrimônio: Antiga Unisinos	
Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material / Imaterial
Bairro: Centro	Subclassificação: Edificação / Lugares
Narrativa: "Outro lugar que eu gosto também é aqui na antiga sede da Unisinos que por sinal eles reformaram tudo e aquilo ali também é enorme lá dentro, bem bonito ali aquela parte ali. Eu gosto muito daquele espaço ali" (ENTREVISTADA 05).	
Imagen:	
Observação:	
Nome do Patrimônio: Rodoviária	
Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Centro	Subclassificação: Edificação
Narrativa:	
Imagen:	
Observação: Citado brevemente, mas sem justificativa.	

Nome do Patrimônio: CECREI	
Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Cristo Rei	Subclassificação: Edificação
<p>Narrativa: "Cecrei. Ali perto do cemitério, isso? É lá em cima no Cristo Rei. Sim onde tem aquele..., aquilo lá é uma área muito linda em todos os sentidos, porque quando eu trabalhava com os meus adolescentes, a gente às vezes fazia passeio lá porque é enorme tem um lago, tem bichos, tem pássaros, tem... é muito bonito aquele lugar e dentro, ah! os móveis dentro, as escadarias dentro é muito assim antigo, aquele bem rústico, bem é muito bonito aquele espaço. É um espaço lindo. Tão aquele lá é um lugar que eu lembro assim que é um lugar que tem que ser preservado porque é muito bonito mesmo." (ENTREVISTADA 05).</p>	
Imagen:	
Observação:	
Nome do Patrimônio: Prédio da SEMAM	
Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Rio dos Sinos	Subclassificação: Edificação
<p>Narrativa: "Outro espaço que eu acho bonito que deveria ser é ali o... na, na, o Casarão Azul que eu digo Casarão Azul ali perto do rio da ponte da ponte do Rio dos Sinos ali da frente da igreja sabe? Também é um lugar muito bonito aquela casa ali. É uma casa... ela é enorme por dentro, eu conheço ela por dentro, assim, ela é enorme, ela tem vários repartições e é uma coisa bem rústica, bem antiga." (ENTREVISTADA 05).</p>	
Imagen:	
Observação:	
Nome do Patrimônio: Casa da Feitoria	
Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Feitoria	Subclassificação: Edificação
<p>Narrativa: "E aí, pra eu te falar a verdade, aquela casa lá da Feitoria, eu nunca entrei lá ela que tá desabando, eu nunca entrei, eu não sei como é que ela é por dentro, não sei, só sei porque o pessoal é muito preservar e fala muito nela, mas eu não conheço ela por dentro, não posso te dizer que eu conheço eu não conheço." (ENTREVISTADA 05).</p>	
Imagen:	
Observação: Bem tombado em nível Estadual (IPHAE)	

Nome do Patrimônio: Sociedade de Cantores do Arroio da Manteiga;	
Presente no Inventário: Não	Classificação: Material
Bairro: Arroio da Manteiga	Subclassificação: Edificação
Narrativa: "Aí depois eu te falei aqui, aqui perto da minha casa tem o..., com é que eu vou te dizer, na subida da lomba ali, tem o Sociedade Cantores. E também está num estado precário de prevenção, mas é um... acho que a primeira sociedade que subir que apareceu nessa zona aqui que construíram aqui. É um estilo assim bem antigo, mas tá bem depredado também, tá bem cheio. Não sei quem é os donos hoje. [...]. É só o nome, sociedade dos cantores porque já foi muito... tinha até feiras e coisas ali, mas hoje tá bem abandonado." (ENTREVISTADA 05).	
Imagen:	
Observação:	
Nome do Patrimônio: Igreja São Jorge no Bairro Campina	
Presente no Inventário: Não	Classificação: Material / Imaterial
Bairro: Campina	Subclassificação: Edificação / celebrações
Narrativa: "Campinas bem perto da minha casa que é uma igreja antiga também. até agora faz tempo que eu não..., mas depois da pandemia nunca fui, né? Mas eles andaram modificando algumas coisas ali, eu não sei, se o piso ainda continuou o mesmo, porque o piso era aquele estilo aqueles piso português, sabe? Aqueles de olha não sei se tiraram ou não porque andou vindo uns padre novo, aí com a cabeça meia de modernismo. Mas era um piso maravilhoso que tinha ali. Então a igreja aqui, é uma igreja assim e pra nós é uma referência, porque quando nós lutamos pelo dique era ali o nosso QG, era ali que a gente fazia as lutas todas. Então, pra nós moradores é uma referência. É muito, a gente tem um carinho muito grande pela Igreja São Jorge." (ENTREVISTADA 05).	
Imagen:	
Observação:	
Nome do Patrimônio: Rio dos Sinos	
Presente no Inventário: Não	Classificação: Material
Bairro: Não se aplica	Subclassificação: Ambiental
Narrativa: "O Rio dos Sinos eu acho que é uma eu não mandei pra ti, mas eu depois eu mandei até que eu lembrei. Eu acho que o Rio dos Sinos é um rio que deveria ser preservado, deveria ser mais cuidado, mas não depende só de São Leopoldo, depende de, e aí vem descendo e aí chega em Novo Hamburgo e aí vem vindo, né? Então a gente acaba quase pegando o finalzinho do rio do ..., né? Porque quando ele nasce lá em Cará ele nasce limpíssimo lá. Eu já eu já fui lá levei a gurizada lá pra ver como é que nascia e tudo." (ENTREVISTADA 05).	

Imagen:		
Observação:		
Nome do Patrimônio: Parque do Trabalhador no Bairro Vicentina		
Presente no Inventário: Não	Classificação: Material	
Bairro: Vicentina	Subclassificação: Sítio	
<p>Narrativa: "O parque do trabalhador da Vicentina ele já foi muito, olha, foi assim. Ele tinha um restaurante no meio do mato lá mesmo, ele tinha um restaurante que teve muitas festas de casamento e tudo, teve muitos encontros inclusive de jovens que a gente fazia lá. Era um espaço maravilhoso só que é um espaço por ser uma área muito grande, porque nem sei quantas hectares é, mas ele é bem grande e pertence ao Governo do Estado. Olha o que não for na frente deles, eles não veem, né? Então ele tá bastante abandonado, mas ele é um é histórico porque ele era o que tinha de melhor, hoje é um depredado. Tinha muita coisa, porque tinha as cancha, como é que a gente diz os campo de futebol aonde os meninos do Aimoré iam treinar e coisa lá. Aqueles banheiro tudo foram depredados, foram desmanchados, tem nada hoje. A parte ali do vinte de setembro, que o pessoal fica ali, a semana farroupilha, tem o próprio ginásio que é na entrada ali também, eu acho que é um espaço que tem que ser preservado, um espaço que a comunidade clama por aquele espaço. A comunidade ali da Vicentina, ali Zona Oeste, né? E lá é Zona Oeste que a gente diz, a zona leste lá clama por aquele lugar, porque é um espaço de lazer, é um espaço pra pessoas caminhar, pra pessoas andar de bicicleta, pra gurizada, jogar é um espaço muito bom. Então é um lugar que deveria ser preservado." (ENTREVISTADA 05).</p>		
Imagen:		
Observação:		
Nome do Patrimônio: Palmeirinha (Triângulo)		
Presente no Inventário: Não	Classificação: Material / Imaterial	
Bairro: Centro	Subclassificação: Edificação / Lugares	
<p>Narrativa: "Antiga Palmeirinha ali no triângulo, ou seja, tu sabe o triângulo aqui em São Leopoldo, né? Ali quando a gente chegou aqui ele era, eu conheci por Palmeirinha, porque tinha três palmeira enormes ali, enormes, lindas e era um lugar bem bonito assim, com pássaros, com pombas, com bichos assim, não era aquela coisa que tem hoje lá, monteira de bar e beberagem, coisas assim, era um lugar muito bonitinho. assim, bem, mas hoje tá bem depredada, mas ele era bem bonito, devia ser preservado, mas sei lá, mudar tudo. As cidades vão sofrendo algumas adaptações que nem sempre são as Melhores." (ENTREVISTADA 05).</p>		
Imagen:		
Observação:		

Nome do Patrimônio: Imagem de Nossa Senhora da Conceição (Praça do Imigrante)	
Presente no Inventário: Não	Classificação: Material
Bairro: Centro	Subclassificação: Monumento
Narrativa:	
Imagen:	
Observação:	
Nome do Patrimônio: Museu do Rio	
Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Rio dos Sinos	Subclassificação: Edificação
Narrativa:	
Imagen:	
Observação: Citado brevemente, mas sem justificativa.	
Nome do Patrimônio: Rua da Praia	
Presente no Inventário: Não	Classificação: Material
Bairro: Rio dos Sinos	Subclassificação: Sítio
Narrativa: "Sim. Aquilo ali ele tinha nos tempos passado ele tinha festa da festa de Iemanjá, festa de vários de religiões assim e festa da do Rio mesmo que fazia a canoagem, faziam várias coisas ali, era bem legal aquilo ali, só que agora tá depredado também, não sei, parece que agora o município tá querendo revitalizar aquilo ali, mas é bem legal aquele espaço ali. A própria rua da praia que agora tá arrumadinha, tá bonitinha, tá? Que era um, era tudo chão antes, né?" (ENTREVISTADA 05).	
Imagen:	
Observação: Não está listada como sítio ou paisagem no Inventário. No entanto, posteriormente, é colocada na área de Interesse Cultural do Plano Diretor.	
Nome do Patrimônio: Museu do Rio	
Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Rio dos Sinos	Subclassificação: Edificação
Narrativa:	
Imagen:	

Observação: Citado brevemente, mas sem justificativa.	
Nome do Patrimônio: Dique	
Presente no Inventário: Não	Classificação: Material
Bairro: Não se aplica	Subclassificação: Sítio
<p>Narrativa: "O Dique porque foi uma luta nossa, né? foi uma luta que começou com as mulheres na Igreja São Jorge com a juventude da igreja e foi tomando corpo e a comunidade toda se envolveu e outras comunidade vieram pra apoiar. Então isso é uma luta que é tem que ser preservada porque é uma luta nossa da comunidade entendeu? Isso aí pra mim é histórico." (ENTREVISTADA 05).</p>	
Imagen:	
Observação:	

Fonte: Elaborado pela Autora (2021)

f) ENTREVISTADA 06:

Quadro 21 - Patrimônios sob o olhar da Entrevistada 05

ENTREVISTADA 06	
<p>Contextualização: No início da entrevista com a Entrevistada 06, ela mencionou que, no dia da oficina, a primeira coisa que veio em sua mente foram os bens patrimoniais físicos e materiais, suas coisas de valores, como apartamento e carro, dos quais ela trouxe uma foto para ilustrar sua primeira percepção. Essa foto não será divulgada, pois contém informações pessoais da entrevistada.</p> <p>Outras fotos enviadas do seu currículo e da sua família - ambas também não serão disponibilizadas. A foto do currículo, remete à sua história e suas conquistas e da família reforça esse contexto, suas raízes e as pessoas que a acompanham.</p> <p>No entanto, no decorrer da explanação sobre patrimônio, ela entendeu que temos outras qualificações para a palavra patrimônio. Desse modo, ela disponibilizou mais uma fotografia e um objeto. A fotografia corresponde ao logotipo do COMDIM e uma foto de cachepô.</p> <p>Além das fotografias, a entrevistada mencionou lugares que lembrou sendo possíveis bens patrimoniais na cidade, como, o Museu do Trem, Rua Independência, Praça dos Correios, Praça da Biblioteca, Shopping Bourbon, e reforça a ligação do trem como um meio importante de transporte e conexão entre as cidades.</p>	
Nome do Patrimônio: COMDIM	
Presente no Inventário: Não	Classificação: Imaterial
Bairro: Não Se aplica	Subclassificação: Saberes
<p>Narrativa: "Vejo que o COMDIM deveria ser uma representação geral, mas hoje, ainda é de um público bem específico, das entidades no qual eles representam, a</p>	

sociedade ainda não consegue reconhecer e fazer parte ainda como um todo. Assim, como a mulher ainda está em uma luta constante de reconhecimento e participação na cidade. Não tenho certeza, mas acho que não é toda a sociedade que se conhece/ reconhece no COMDIM, mas só uma parcela.

Em relação a representatividade da mulher, na minha área – enfermagem, temos mais de 90% composto por mulheres, então é bem representativo. A enfermagem vem com essa questão do cuidar, que quem cuida é o feminino. É simples reconhecer, mas nem sempre é simples aceitar. A questão do cuidado, não necessariamente vem do instinto materno, até porque eu não tenho vontade de ser mãe, mas em outros tempos, sempre teve essa questão de a mulher cuidar do marido, dos filhos, ... tem uma história da enfermagem vinculada a esse cuidado. Hoje, vejo que hoje tá mais como uma autonomia, que empodera as mulheres, por ser uma profissão de maioria mulher. Tu sabes que terá esse reconhecimento. É algo que nós, mulheres, construímos ao longo dos tempos, esse espaço e empoderamento na profissão.

E sobre o COMDIM, nós temos hoje em São Leopoldo um governo, e não um desgoverno. Que reconhece a mulher na sociedade, que incentiva ações que podem ajudar o público feminino, que acha legítima essa luta. Parece bizarro falarmos isso, hoje em dia, mas é sabemos que acontece, temos a prova legítima no nosso governo federal. Temos esse incentivo tanto pelo prefeito como pela bancada da câmara, que não sei se ainda é, mas por muito tempo a presidente foi uma mulher. Acho que isso é muito importante para a cidade. Vejo que a luta feminista é reconhecida pelo governo, talvez ainda não por toda a sociedade, mas pelo governo, sim." (ENTREVISTADA 06).

Imagen:

Figura 64 - Logo COMDIM



Fonte: Encaminhada pela Entrevistada 06 (2021).

Observação:

Conforme sua fala, o Conselho é um dos mais antigos da cidade, foi construído por diversas pessoas e mantidos por todos ao longo desses anos todos. É um meio de vínculo e representatividade na cidade, portanto, considera como um patrimônio.

Nome do Patrimônio: Cachepô

Presente no Inventário: Não	Classificação: Imaterial
-----------------------------	--------------------------

Bairro: Não se aplica	Subclassificação: Saberes
-----------------------	---------------------------

Narrativa: "Desde pequena eu faço artesanato. (Objeto cachepô de crochê). Eu faço crochê e macramê desde criança. No ano passado, me vi vendendo suporte de plantas para um ateliê, em uma página nas redes sociais, com uma socia e não dando mais conta do trabalho. Eu peguei para fazer como passatempo e para presentes. EU comecei a confeccionar para dar de presente, e as pessoas começaram a pedir. Acho que isso foi uma construção. Por quê? Porque eu aprendi a fazer artesanato com o meu pai. A minha vó fazia artesanato, vó que eu nem conheci, conheci pouco na verdade. Então, isso veio da construção com meu pai que me ensinou a fazer crochê, a costurar quando era criança. Isso foi construindo dentro de mim, e hoje saiu para fora que é o ateliê, e é um patrimônio, para mim. Acho que isso é muito importante para mim. Hoje, meu pai não faz mais isso, mas ele trabalha com coisas de madeira, marcenaria. Ele tem um dom absurdo para essas coisas. Quando eu digo que tenho um apego pelas coisas materiais aqui, não é só pelo valor financeiro, mas sim pela construção (móveis do pai, cachepôs feito por mim, parede de tijolos feita por mim e meu pai, ...) Meu pai não vive financeiramente disso, mas a minha vó fazia artesanato para vender, e isso foi passando de geração para geração." (ENTREVISTADA 06).

Imagen:

Figura 65 - Cachepô confeccionado pela Entrevistada



Fonte: Encaminhada pela Entrevistada 06 (2021).

Observação: O objeto é um cachepô de crochê elaborado pela entrevistada. Ela conta que, desde pequena, aprendeu a fazer crochê e macramê com o pai, que também a ensinou a costurar, quando criança. Conforme palavras dela, "isso foi construindo dentro de mim, e hoje saiu para fora que é o ateliê, e é um patrimônio, para mim. Acho que isso é muito importante para mim." Um modo de fazer e saber.

Nome do Patrimônio: Museu do Trem

Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Centro	Subclassificação: Sítios

Narrativa:

Imagen:

Observação: Bem Tombado em Nível Estadual.

Citado brevemente, sem justificativas.

Nome do Patrimônio: Rua Independência

Presente no Inventário: Não	Classificação: Material
-----------------------------	-------------------------

Bairro: Centro	Subclassificação: Sítios
----------------	--------------------------

Narrativa:

Imagen:

Observação:

Nome do Patrimônio: Praça dos Correios

Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
-----------------------------	-------------------------

Bairro: Centro	Subclassificação: Sítios
----------------	--------------------------

Narrativa:

Imagen:

Observação: Citado brevemente, sem justificativas.

Nome do Patrimônio: *Shopping Bourbon São Leopoldo*

Presente no Inventário: Não	Classificação: Material / Imaterial
-----------------------------	-------------------------------------

Bairro: Centro	Subclassificação: Edificação / Lugares
----------------	--

Narrativa:

Imagen:

Observação: Citado brevemente, sem justificativas.

Nome do Patrimônio: Trem

Presente no Inventário: Não	Classificação: Material
-----------------------------	-------------------------

Bairro: Não se aplica	Subclassificação: Ferroviário
-----------------------	-------------------------------

Narrativa:

Imagen:

Observação: Citado brevemente, porém reforça a ligação do trem como um meio importante de transporte e conexão entre as cidades.

Nome do Patrimônio: Praça da Biblioteca (Praça 20 de Setembro)	
Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Centro	Subclassificação: Sítio
Narrativa:	
Imagen:	
Observação: Citado brevemente, sem justificativas.	

Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

g) ENTREVISTADA 07:

Quadro 22 - Patrimônios sob o olhar da Entrevistada 07

ENTREVISTADA 07	
Contextualização: Minutos antes do início da entrevista, a Entrevistada 07, encaminhou uma lista com algumas fotos do que ela identifica como patrimônio. Nessa lista, ela identificou pessoas, lugares, saberes e tradições.	
Ela considerou pessoas que são referências no bairro no qual ela morou na infância, adolescência e recentemente. Pessoas engajadas na comunidade. A primeira, Tia Lurdes (Tia Lena, ou Tia Leninha, como é conhecida) era uma das cuidadoras da ONG do bairro Feitoria Cohab. O Nego Valter, um cadeirante do movimento <i>hip-hop</i> que trabalha com ações na comunidade, como grafite com as crianças em vulnerabilidade social. A professora Mônica que atua na Escola Dilza Flores Albrecht. Professora de português, sempre deu suporte aos alunos, cuidava da biblioteca e instigava a literatura e o teatro, criando possibilidades de apresentação aos alunos.	
Nome do Patrimônio: Tia Lurdes	
Presente no Inventário: Não	Classificação: Não se aplica
Bairro: Não se aplica	Subclassificação: Não se aplica
Narrativa: "Na Cohab, por exemplo, a tia Lurdes, que tem gente que conhece por tia Lurdes, tem gente que conhece por tia Lena, o tia Leninha que ela era uma das cuidadoras dessa ONG que eu ficava quando criança, que hoje onde é o círculo operário, né? Ela e a filha dela ainda adolescente também trabalhava lá; ela morava na minha rua, assim pra esquina onde tem a escola de samba, ela era nossa. A família dela era bem atuante na escola de samba. A filha dela já foi acho que é porta-bandeira que fala, não sei rainha de bateria alguma coisa assim. E faleceu também foi superjovem, tipo, com quarenta anos, a filha dela. Então tipo são pessoas criaram os filhos da quadra sabe? Porque a gente ficava na creche, quando fechou a creche, a gente ficava na casa delas. Então são pessoas que sabem a história de muitas das de adultos, né? Dos vinte e poucos anos aí, até mais jovem assim. E daí eu coloquei ela ali, como uma referência aqui pra mim, ela é um patrimônio sabe. E também daí eu coloquei o Nego Valter que eu te comentei	

que é do movimento *hip-hop*; ainda Echoje ele tem uma... um trabalho comunitário. Ele trabalha com grafite com crianças em vulnerabilidade social – gladiadores, que eu já te comentei no espaço, né?" (ENTREVISTADA 07)

Imagen:

Observação: Não é um patrimônio, mas uma pessoa pode ser considerada uma referência, uma divulgadora de saberes.

Nome do Patrimônio: Nego Valter

Presente no Inventário: Não	Classificação: Não se aplica
Bairro: Não se aplica	Subclassificação: Não se aplica

Narrativa: "E também daí eu coloquei o Nego Valter que eu te comentei que é do movimento *hip-hop*; ainda Echoje ele tem uma... um trabalho comunitário. Ele trabalha com grafite com crianças em vulnerabilidade social – gladiadores, que eu já te comentei no espaço, né?" (ENTREVISTADA 07)

Imagen:

Observação: Não é um patrimônio, mas uma pessoa pode ser considerada uma referência, uma divulgadora de saberes.

Nome do Patrimônio: Prof. Monica

Presente no Inventário: Não	Classificação: Não se aplica
Bairro: Não se aplica	Subclassificação: Não se aplica

Narrativa: "[...] a professora Mônica porque é tipo uma pessoa que tá trabalhando no uso assim, eu acho que, desde que foi fundado, desde que ela estudava, sabe? Ela é professora de língua portuguesa, só que muito tempo que ela não trabalha mais como professora em sala de aula, porque ela pegou assim tanto a biblioteca. Como ela tinha projetos de teatro nessa época assim que teve financiamento pra isso, e tinha muito adolescente que saía das ruas assim literalmente porque tava ali no teatro com ela, sabe? Ela inclusive uma vez fez todo um esquema que a gente apresentou Romeu e Julieta na Unisinos, assim tipo anfiteatro da Unisinos. Nossa gente, né? Foi um arraso, então ela é uma pessoa bem referência ali." (ENTREVISTADA 07).

Imagen:

Figura 66 – Referência Prof.^a Mônica



Fonte: Encaminhada pela Entrevistada 07 (2021).

Observação: Não é um patrimônio, mas uma pessoa pode ser considerada uma referência, uma divulgadora de saberes.

Nome do Patrimônio: Gladiadores e Escola de Samba Imperatriz

Presente no Inventário: Não	Classificação: Imaterial
Bairro: Feitoria	Subclassificação: Lugares/ Celebrações

Narrativa: "A presença do da escola de samba ali é muito marcante pra mim, porque embora eu não pudesse frequentar, né? A gente via a movimentação toda que tinha desde projetos culturais até o aliciamento tráfico, né? Rolava de tudo ali e mais adiante na outra quadra tinha os destroços de uma antiga escola de samba que era a Gladiadores da Feitoria, hoje tem uma escola é uma EMEI no lugar e esse também é um lugar assim muito marcante pra mim porque hoje é né? [...] Do gladiadores que pra mim tá supervivo na minha memória não existe foto, não existe informação nenhuma na internet.

[...]

A Imperatriz que é essa escola de samba de frente ali pra onde morava, hoje é da Leões da Feitoria, que, no fim, com a pandemia, assim não não vingou, mas são fotos internas. Procurei também fotos assim da fachada, não achei na Internet também, fiquei meio chocada porque não tinha, né? Foi fundada em 95, então tipo eu nasci em 93, eu não tenho lembrança da praça sem a escola de samba, sabe? E não tem foto na Internet nem na nesse perfil da Leões." (ENTREVISTADA 07).

Imagen:

Figura 67 - Escola de Samba Imperatriz



Fonte: Encaminhada pela Entrevistada 07 (2021)

Figura 68 - Escola de Samba Imperatriz



Fonte: Encaminhada pela Entrevistada 07 (2021)

Observação:

Nome do Patrimônio: Praça Pão de Queijo

Presente no Inventário: Não

Classificação: Material

Bairro: Feitoria

Subclassificação: Sítios

Narrativa:

“Quando criança, são três praças assim nessa região que eu morava tinha a praça do pão de queijo, que ninguém conhece pelo nome, a gente chama de pão de queijo que nem a padaria pão de queijo ali, e, quando eu era criança, eles faziam anualmente a festa junina, e era um festão assim, arrasava qualquer festa, sabe? É era algo super da comunidade, cada vizinho lá montava sua barraquinha.

[...]

A Praça do Pão de Queijo, eu achei engraçado, porque eu também fui pesquisar sobre a essa festa que era bem tradicional deles, não achei nada, né? Deve ter alguma pesquisa, né? Não, não tem. E além de não ter, tu não encontra como Praça do Pão de Queijo na Internet. E anualmente tem alguma igreja

neopentecostal que eu não lembro qual é monta as tendas ali faz como uma igreja assim né, faz as... os cultos deles ali, e daí alguém deve ter registrado no *Google Maps* como convenção não sei o que, do reino de Deus, sei lá. Então tá como se ali fosse a igreja, né? Nessa praça e daí um dos primeiros comentários da avaliação que tem no *Google Maps* é um guri dizendo assim, que convenção nada, isso aí é a pão. Então todo mundo conhece por pão de queijo, né? Eh também não consegui fotos, as imagens do *Google* ali.” (ENTREVISTADA 07).

Imagen:

Observação:

Nome do Patrimônio: Biblioteca Comunitária

Presente no Inventário: Não	Classificação: Imaterial
Bairro: Feitoria	Subclassificação: Lugares

Narrativa:

“Tem a biblioteca comunitária que é essa que eu te falei assim eu ia muito, quando eu era criança depois na adolescência, primeira biblioteca comunitária. A Lia daí quando ali ia tinha dois aninhos, eu levava ela pra tirar livro assim fazia as fichas e embora seja algo assim feito também feito pelos filhos da..., né? Porque são as crianças da escola que ajudavam a Mônica que é a professora, assim que tá lá na escola desde que fundaram a escola, a construir a biblioteca, mas tem poucas retiradas, poucas fichas, assim, cadastros, né? Então, acaba sendo mais a comunidade da escola mesmo que participa.” (ENTREVISTADA 07).

Imagen:

Figura 69 - Biblioteca Comunitária



Fonte: Encaminhada pela Entrevistada 07 (2021).

Observação:

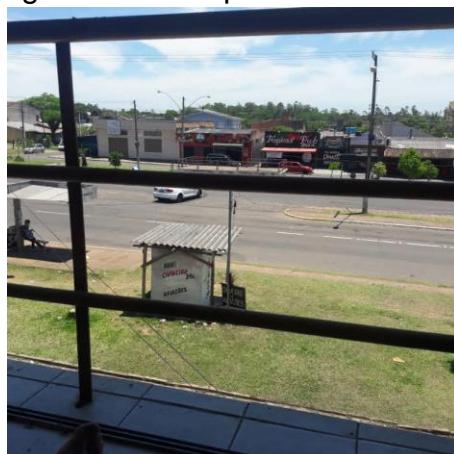
Nome do Patrimônio: Palquinho da Madezzati

Presente no Inventário: Não	Classificação: Material
Bairro: Feitoria	Subclassificação: Sítios

Narrativa: "O palquinho da Madezzati, não sei se conhece, é na Avenida Integração que é assim o *point* de toda adolescência e juventude da Feitoria. "Aonde vai se encontrar?" No palquinho. Então pessoal meio que se divide também hoje, eu acho que tem muito sim galera do *funk*, assim que fica ali, mas, quando eu era adolescente, tinha muito isso assim ah! o pessoal *emo*, né? E se multiplicava assim era emoção que o pessoal usava; no fim, nem se usa como palco, né? Era um ponto de encontro mesmo." (ENTREVISTADA 07).

Imagen:

Figura 70 – Palquinho Madezzati



Fonte: Encaminhada pela Entrevistada 07 (2021).

Observação:

Nome do Patrimônio: Escadaria do *Shopping*

Presente no Inventário: Não	Classificação: iMaterial
Bairro: Centro	Subclassificação: Lugares

Narrativa: "Botei a escadaria ao lado do *shopping* porque também era um ponto de encontro assim muito comum, principalmente final de semana, né? E eu sei que recentemente, não sei te dizer assim, quando foi, quando ficou mais forte ali o... quando eu acho que começou a ser mais, vou dizer, visitado pelas classes médias quando o pessoal começou a morar ali na volta do Bourbon, né? E o que que acontecia? Primeiro era esse pessoal que que ficava ali no dia a dia eram adolescentes do Pedrinho ou, até mesmo, assim, os filhos da classe média, né? Ficavam por ali, só que, recentemente, teve uma função assim que foi um coletivo, uma gurizada da periferia, a maioria é meninos negros tal, daí teve foram barrados pela segurança e tal, então e daí eu acho que meio que teve um processo ali de higienização, sabe? Tanto que hoje a gente não vê assim e eu pelo menos quando passo por ali nunca mais vi assim adolescente, o pessoal mais jovem ocupando aquele espaço ali da escadaria, né?" (ENTREVISTADA 07).

Imagen:

Figura 71 – Escadaria do Bourbon Shopping



Fonte: Encaminhada pela Entrevistada 07 (2021).

Observação:

Nome do Patrimônio: Cia. do Vinho – Associação de Moradores Jardim dos Sonhos

Presente no Inventário: Não	Classificação: Imaterial
Bairro: Feitoria	Subclassificação: Lugares

Narrativa: "Botei a Companhia do Vinho, que ninguém chama de associação de moradores, ninguém sabe que tem uma associação de moradores ali, e é assim o da terceira idade da Feitoria. É um bar, é um boteco, é, era um boteco assim bem botecão mesmo, e que tinha... tem um espaço gigante, um salão de festas, né? E que daí geralmente a terceira idade ocupava ali e daí depois também as escolas começaram a alugar ou festa de quinze anos, coisas assim sabe?"
(ENTREVISTADA 07).

Imagen:

Figura 72 – Companhia do Vinho



Fonte: Encaminhada pela Entrevistada 07 (2021).

Observação:	
Nome do Patrimônio: Comunidade Por Fi Gá	
Presente no Inventário: Não	Classificação: Imaterial
Bairro: Feitoria	Subclassificação: Saberes/ Formas de Expressão
Narrativa: "Botei a comunidade Potigá porque é outra assim, imagina né? Eu cresci na... e assim quase quando eu tava indo embora que eu fui saber que tinha uma comunidade indígena ali, né?" (ENTREVISTADA 07).	
Imagen:	
Observação:	
Nome do Patrimônio: Praça da Cinco	
Presente no Inventário: Não	Classificação: Material
Bairro: Feitoria	Subclassificação: Sítios
Narrativa: "A Praça das Cinco é na Madezzati que era uma outra praça bem parecida com essa do pão de queijo, inclusive que tinha shows, o pessoal, assim da comunidade se organizava e fazia várias coisas". (ENTREVISTADA 07).	
Imagen:	
Observação:	
Nome do Patrimônio: Avenida Caxias do Sul (prostituição)	
Presente no Inventário: Não	Classificação: Imaterial
Bairro: Rio dos Sinos/Campina	Subclassificação: Saberes
Narrativa: "Assim no dia da nossa formação, me veio na cabeça a Avenida Caxias do Sul, a zona em torno da rodoviária porque eu lembro que tu falou as baianas do acarajé, né? E a questão da geração e profissão que vai, vai passando assim e daí aquilo como eu venho assim pensando também a gente tá com uma pauta disso na rede sobre a prostituição que tá um conflito entre os moradores, né? As trabalhadoras ali e tudo mais e daí eu fiquei pensando muito nisso assim, por que também? É um território delas, né? Das prostitutas de São Leopoldo e é geracional, né? Porque essa região aqui, Campinas, Scharlau, Rio dos Sinos. Ocupa aquela avenida ali há décadas, né? Tipo é sei lá, digamos assim vou chutar no mínimo dos anos setenta pra cá, né? Que é ocupado pra prostituição é aquela zona ali, e daí inclui assim porque é algo que..., né? Gente vai até arrumar uma briga se for falar que é patrimônio das suas assim, mas que ficou bem marcante pra mim quando tu falou sobre as baianas do acarajé e me remeteu bastante a esse trabalho das mulheres ali também e daí foi isso." (Entrevistada 07)	
Imagen:	

Observação:	
Nome do Patrimônio: Igreja Matriz	
Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Centro	Subclassificação: Edificação
Narrativa:	
Imagen:	
Observação: Citado brevemente, mas sem justificativas	
Nome do Patrimônio: Associação de Moradores Feitoria Cohab	
Presente no Inventário: Não	Classificação: Imaterial
Bairro: Feitoria	Subclassificação: Lugares
Narrativa:	
Imagen:	
Observação: Citado brevemente, mas sem justificativas	
Nome do Patrimônio: Associação de Moradores da Vila Santa Marta	
Presente no Inventário: Não	Classificação: Imaterial
Bairro: Santa Marta (Arroio da Manteiga)	Subclassificação: Lugares
Narrativa:	
Imagen:	
Observação: Citado brevemente, mas sem justificativas	
Nome do Patrimônio: Ginásio Municipal Celso Morbach	
Presente no Inventário: Não	Classificação: Material
Bairro: Centro	Subclassificação: Edificação
Narrativa:	
Imagen:	
Observação: Citado brevemente, mas sem justificativas	
Nome do Patrimônio: Rua Independência	

Presente no Inventário: Não	Classificação: Material
Bairro: Centro	Subclassificação: Sítios
Narrativa:	
Imagen:	
Observação: Citado brevemente, mas sem justificativas	
Nome do Patrimônio: Avenida Integração	
Presente no Inventário: Não	Classificação: Material
Bairro: Feitoria	Subclassificação: Sítios
Narrativa:	
Imagen:	
Observação: Citado brevemente, mas sem justificativas	
Nome do Patrimônio: Museu do Trem	
Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Centro	Subclassificação: Sítios
Narrativa:	
Imagen:	
Observação: Citado brevemente, mas sem justificativas. Bem tombado em nível Estadual (IPHAE).	

Fonte: Elaborado pela Autora (2021)

g) ENTREVISTADA 08:

Quadro 23 - Patrimônios sob o olhar da Entrevistada 08

ENTREVISTADA 08
Contextualização: A Entrevistada 08 exemplificou os itens que considera representativos na sua jornada na cidade de São Leopoldo por meio de diversos objetos. O primeiro deles, uma bicicleta. Antes de ela mudar-se para São Leopoldo, seu tio falou que, nesta cidade, todo mundo andava de bicicleta, e isso lhe chamou atenção, pois ela não imagina como em uma cidade grande as pessoas andariam tanto de bicicleta, registrando assim uma das primeiras memórias relacionadas à cidade.

O segundo objeto, tem um significado de representação. É uma miniatura da Igreja de São Joaquim, de Garopaba (SC), mas que a Entrevistada trouxe como forma de ilustrar a Igreja Luterana (Igreja do Relógio), que marcou sua adolescência no grupo de jovens.

Além das imagens demonstradas acima, a Entrevistada 08 encaminhou fotografias relacionadas a sua família, que não serão divulgadas. A primeira, mostrava seu marido e filhos. A segunda, consistia em uma fotografia sua e de seu marido dançando em um grupo de danças folclóricas da Sociedade Ginástica.

Nome do Patrimônio: Bicicleta

Presente no Inventário: Não	Classificação: Material
Bairro: Não se aplica	Subclassificação: Objeto

Narrativa: "Na região numa zona rural, o que que vai ser dessas gurias, né? Vão casar com quinze, dezesseis anos, elas vão casar e não vão estudar, enfim, que vida elas vão ter. Então, meu pai tinha essa preocupação, minha mãe também e aí então esse tio veio, ele morava aqui em São Leopoldo. Ele veio com essa notícia assim de que São Leopoldo era uma cidade encantadora no sentido assim de muitas oportunidades, muitas possibilidades, né? Por ser muito próxima da capital, não é? Trinta quilômetros da capital, então assim. Nossa... Então tinha algumas curiosidades assim que esse tio, lá naquele dia, que ele foi nos visitar, ele falava assim aí porque quando vocês chegarem lá, vocês vão ver que mulheres andam de bicicleta eu até trouxe uma bicicletinha do meu filho aqui de brinquedinho do meu filho, né? Porque realmente isso me causou uma grande curiosidade assim, com é que é isso assim? Todo mundo anda de bicicleta, então ele dizia assim, as pessoas andam muito de bicicleta, na cidade mesmo, né? As pessoas vão trabalhar de bicicleta, vão pra escola de bicicleta e nossa, aquilo foi uma coisa que me chamou muita atenção, eu não imaginava com é que podia ser isso, num tava acostumada com bicicleta, né? Era uma coisa assim. Então, isso foi uma das coisas que me chamou atenção."(ENTREVISTADA 08).

Imagen:

Figura 73 - Bicicleta como representação do Patrimônio



Fonte: Encaminhada pela Entrevistada 08 (2021).

Observação:

Nome do Patrimônio: Igreja Luterana Concórdia

Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Centro	Subclassificação: Edificação

Narrativa: "Então assim, nós lá em Cachoeira do Sul, nós éramos eu digo éramos porque também hoje já não somos mais, né? Nós éramos da igreja, da religião luterana, né? E aí que acontece? Chegando aqui a gente, a gente queria manter esse hábito de frequentar a igreja, né? Então eu até peguei também como tenho muita foto dessas coisas, mas aí você vai ser objetos, né? Então, essa igrejinha aqui, tu não conta pra ninguém, ela não representa uma igreja daqui, tá? Porque ela não é daqui, mas eu talvez eu não tivesse uma igreja, uma foto, um objeto, se não fosse essa aqui, porque essa aqui é uma igreja que não é daqui, ela é de Garopaba, que é uma igrejinha católica que eu amo entrar, toda vez que eu vou lá eu entro, tá? Mas ela é um objeto pra falar então de que quando nós chegamos aqui, logo nos primeiros dias assim, a gente já queria encontrar A nossa igreja. A mesma igreja que a gente ia lá, que tinha o grupo de jovens, que minha mãe e meu pai entendiam assim que se era pra nos inserir em algum grupo, né? Que fosse o grupo da juventude da igreja e aí então, a gente, só nós meninas e a minha mãe, a gente num domingo de manhã, a gente foi procurar na cidade, porque nós não morávamos aqui no centro, né? A gente morava num bairro, vamos procurar a igreja. E então nós chegamos na igreja entramos, sentamos lá e assistimos o culto inteiro assim, uma igreja linda, maravilhosa, qual era? A Igreja de Confissão Luterana. Não era nossa, mas a gente não sabia que não era nossa. No final, mas

era bem tranquilo e tal, mas no final a gente soube, né? Que não era aquela nossa, que nós deveríamos ir, e era então a luterana que é a do Concórdia. Bom, tarde antes, depois a gente descobriu aí, começamos aí, frequentamos o grupo de jovens, outras coisas todas, né?" (ENTREVISTADA 08)

Imagen:

Figura 74 – Igreja como representação do Patrimônio



Fonte: Encaminhada pela Entrevistada 08 (2021).

Observação:

Nome do Patrimônio: Sino

Presente no Inventário: Não	Classificação: Material
Bairro: Não se aplica	Subclassificação: Objeto

Narrativa: "Aí uma, uma, aquela história, né? Dos imigrantes, né? Que São Leopoldo tem muito, muito forte isso e muito mais ainda naquela época a ponto da gente querer saber o que era essa coisa do sino, do Rio dos Sinos. Então, por exemplo, eh tinha ah muita simbologias em relação a isso, eu até trouxe então aqui um sino, né? Que representa, não vem, mas é um sino, né? Bate um sininho aqui. Ahm que é para mim é um é um patrimônio, né? Ah! São Leopoldo ele é muito conhecido pela questão do rio, do rio que corta a cidade, né? Que tem as pontes, aquela coisa toda e que eu também tinha vontade de conhecer, assim, entender, saber direitinho que história é essa. Eu, as minhas irmãs, enfim, a nossa família. Porque a gente tava entendendo que essa cidade ia ser a nossa cidade, voltar pra Cachoeira do Sul, nós jamais voltaríamos, né? E aí a minha história, a minha vida foi sendo construída dentro de São Leopoldo, por isso que eu quando euuento que pra mim São Leopoldo é a minha cidade natal, é a minha cidade."(ENTREVISTADA 08)

Imagen:

Figura 75 - Sino como representação do Patrimônio



Fonte: Encaminhada pela Entrevistada 08 (2021).

Observação:

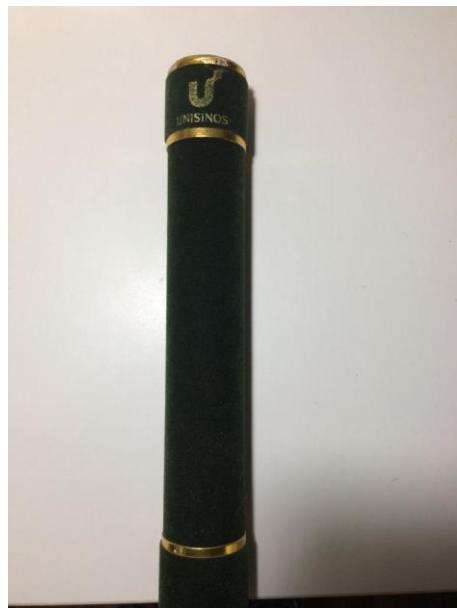
Nome do Patrimônio: Diploma

Presente no Inventário: Não	Classificação: Material
Bairro: Não se aplica	Subclassificação: Objeto

Narrativa: "Ah, eu tenho na verdade dois canudos desse aqui, eu sou formada em publicidade e propaganda, foi o meu primeiro curso, né? E aí depois de uns aí depois de ter meus dois filhos, né? Eu voltei pra faculdade pra fazer o serviço social, então esse aqui é do serviço social, eu tenho um outro que é azul, que é da publicidade e propaganda. Então, bom, Unisinos, patrimônio, né? Patrimônio, aí a gente tem que conversar um pouco sobre essas diferenças aí de patrimônios. Eu acho que eu já misturei um pouco, já falei de umas coisas que não é bem, não são móveis, não é? São sei lá e com é que a gente chama, mas considera assim que a Unisinos primeiro pra mim assim, né? Uma pessoa que vem do interior, né? Uma pessoa assim que se tivesse ficado lá em Cachoeira do Sul, provavelmente não teria feito faculdade, não teria estudado, e aí então eu essa vinda pra cidade fez, né? Me deu essa..., me deu essa oportunidade, né? Então a Unisinos pra mim é um baita símbolo assim de mudança."(ENTREVISTADA 08)

Imagen:

Figura 76 – Diploma como representação do Patrimônio



Fonte: Encaminhada pela Entrevistada 08 (2021).

Observação:

Nome do Patrimônio: Escapulário – Padre Réus

Presente no Inventário: Não	Classificação: Material
-----------------------------	-------------------------

Bairro: Não se aplica	Subclassificação: Objeto
-----------------------	--------------------------

Narrativa: "Assim, ó, aqui eu separei, é um, é um escapulário, tá? E que eu disse que eu ia deixar pra depois, porque para nós aqui é um outro patrimônio, né? Um patrimônio, eu acho que de fé, né? E constrói São Leopoldo, que é o padre Réus, né? E eu deixei pra depois porque isso aqui é do meu filho mais novo e foi bacana porque ele ganhou um escapulário, mas ele ganhou da dinda dele, e ele levou isso muito a sério. Ele, nossa, não podia nunca tirar isso aqui do pescoço e tal e daí, as vezes, ia praticar um esporte, ele perdia, daí ele, vinha mãe, nós temos que voltar lá no padre Réus, nós temos que pegar outro escapulário, aí assim, pra mim, né? Um baita símbolo, né? De respeito, de muito respeito por tudo que é, por toda a história, pela coisa da fé, né? Que tá intrínseco nisso aqui naquele espaço lá que é muito muito frequentado, muito visitado, eu acho que é pra São Leopoldo assim, é uma coisa muito importante, né?"(ENTREVISTADA 08).

Imagen:

Figura 77 – Escapulário Padre Réus



Fonte: Encaminhada pela Entrevistada 08 (2021).

Observação: O Santuário consta no Inventário

Nome do Patrimônio: Autores e Autoras Leopoldenses

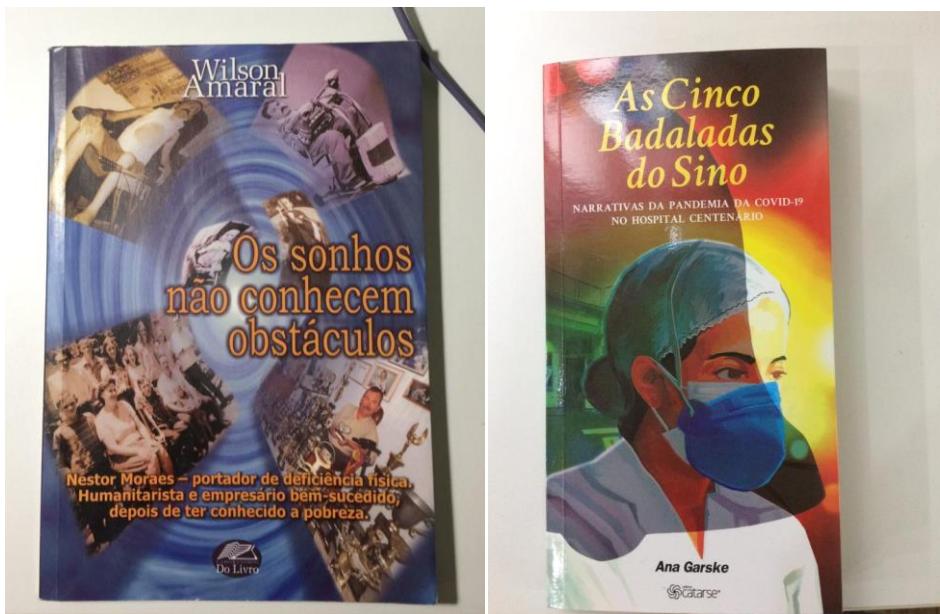
Presente no Inventário: Não	Classificação: Material / Imaterial
-----------------------------	-------------------------------------

Bairro: Não se aplica	Subclassificação: Documento/ Saberes
-----------------------	--------------------------------------

Narrativa: “Eu peguei esse livro, ele foi lançado ontem tá? Mas dentro dele tem histórias de São Leopoldo, de pessoas que são de São Leopoldo e do Hospital Centenário. Tá? Então, por isso, por isso eu achei bacana trazer. [...] Eu tenho um que é de uma pessoa fantástica que é aqui o escritor também e ah! isso aqui também é interessante porque a escritora desse livro também, né? Então é um livro. É uma escritora, é minha irmã, ah! e ela escreveu esse livro contando as histórias da pandemia dentro do Hospital Centenário. Ele foi lançado ontem porque foi lançado dentro da programação dos noventa anos do hospital Centenário. Que é uma instituição fortíssima dentro do município, que é importantíssima dentro do município né? E aí tem aqui as histórias, é um livro, tem toda pra mim, tem todo um significado, né? E eu acho que a gente passa muito por isso, né? Pelos significados das coisas. Então, esse aqui pra mim traz dentro de patrimônio o fato de nós termos escritores leopoldenses. O fato de nós aqui dentro tem um hospital, não é? E tem pessoas, moradores de São Leopoldo, né? Pessoas daqui. Histórias daqui, né? E esse aqui é um outro livro que também é de um escritor de São Leopoldo, que conta a história de um morador de São Leopoldo, que é um ícone dessa cidade, que é uma pessoa que tem deficiências múltiplas, né? E ele, aqui é uma biografia dele, né? Uma autobiografia, então, então esse livro tem histórias de São Leopoldo, né?” (ENTREVISTADA 08).

Imagen:

Figura 78 – Livros de autores leopoldenses



Fonte: Encaminhada pela Entrevistada 08 (2021).

Observação:

Nome do Patrimônio: Colégio Pedrinho

Presente no Inventário: Não	Classificação: Imaterial
-----------------------------	--------------------------

Bairro: Centro	Subclassificação: Lugares
----------------	---------------------------

Narrativa:

Imagen:

Observação: Citado brevemente, mas sem justificativas.

Nome do Patrimônio: Unisinos

Presente no Inventário: Não	Classificação: Material
-----------------------------	-------------------------

Bairro: Cristo Rei	Subclassificação: Sítios
--------------------	--------------------------

Narrativa:

Imagen:

Observação: Citado Brevemente, mas sem justificativas.

Nome do Patrimônio: Santuário Padre Réus	
Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Padre Réus	Subclassificação: Edificação
Narrativa:	
Imagen:	
Observação: Citado brevemente, mas sem justificativas.	
Nome do Patrimônio: Rua Independência	
Presente no Inventário: Sim	Classificação: Material
Bairro: Centro	Subclassificação: Sítios
Narrativa:	
Imagen:	
Observação: Citado brevemente, mas sem justificativas.	
Nome do Patrimônio: Danças Folclóricas Alemã	
Presente no Inventário: Não	Classificação: Imaterial
Bairro: Não se aplica	Subclassificação: Formas de Expressão
Narrativa: "A Sociedade Ginástica, né? Os grupos. A gente tem amigos até hoje que eram daquele grupo lá, daquele grupo inicial que começou com quatro pares, que são aqueles que são amigos hoje, aquela coisa toda. Mas isso infelizmente acabou mesmo, sabe? Esse grupo ele existe até hoje, mas ele não tem mais nada a ver com a Sociedade Ginástica, ele já é um grupo que a... que ...que hoje recebe, recebia apoio da Ulbra, né? O seu eu vejo assim o seu significado, os bailes já não aconteciam mais, nós tínhamos um historiador aqui em São Leopoldo, talvez alguém já tenha te falado nele, o professor Lauro Muller, e ele dizia que São Leopoldo era o berço da colonização alemã, mas um espaço que o... só tinha ficado o berço aqui e filho tinha ido embora e nunca mais tinha voltado. É. Mas faz muito sentido, não ficou, só ficou aqui o berço, porque se tu for considerar São Leopoldo no passado, ele era, nossa, ele era tudo ali ó, Novo Hamburgo, Estância Velha e vai, vai, vai, não sei se até lá pra Nova Petrópolis, tudo lá era São Leopoldo, né? Aqueles lugares lá permaneceram com a cultura alemã. São Leopoldo? Ah eu sou uma delas, né? Eu não sou, eu sou uma imigrante, né? Porque eu não sou, mas eu sou uma imigrante, né? E o que aconteceu? São Leopoldo recebeu muita gente de fora que não tinha essa raiz, não tinha essa história, não entendeu. Então, tipo assim, eu cheguei meu marido que veio bem antes, antes de mim, ele veio pequeno morar em São Leopoldo ele vem com seis anos pra cá, então ele, sim, já tinha um pouco mais, né? Da história e tal por mais tempo do que eu. Mas a gente, quando a gente entrou nesse grupo, esse grupo ainda buscava assim essa cultura, né? Renascer, e naquela época esse professor	

Telmo Lauro Muller, ele era historiador já, e frequentava a Sociedade Ginástica. Então ele tinha uma alegria muito grande de ver aquele grupo, de ver aqueles jovens dançando. Mas aí o cara morre, daí sabe aquela coisa, muda a presidência da sociedade, a Sociedade já pensa numa coisa diferente, não acabou. Mas vai indo, hein? Aí, quando nós paramos de dançar, como eu te disse, eu parei porque o meu filho nasceu, eu parei de dançar quando eu fiquei sabendo que eu tava grávida, sabe? Né? O meu esposo ainda continuou um tempo, mas aí, depois já não consegui mais, pararam com esse grupo, então se terminou e o que eu aproveitava da Sociedade Ginástica enquanto jovens, até antes do meu esposo. Aquele era um espaço grande de a gente aproveitava os finais de semana. "(ENTREVISTADA 08)

Imagen:

Observação:

Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

5.2 DESAFIOS, COMPREENSÕES E RESULTADOS PARCIAIS

Após essa descrição e análise das entrevistas, concluímos que temos uma diversidade de olhares sobre a relação das mulheres com a cidade de São Leopoldo, em especial, no campo do Patrimônio.

Nas entrevistas, tivemos um contraste de idades (com mulheres dos vinte aos setenta anos); diversidade de etnias (africanas, alemães, espanholas, indígenas, italianas, portuguesas); ocorrência de várias áreas profissionais (advogada, enfermeira, gestão pública, professora de história, publicidade e propaganda, e serviço social); e inserções em bairros distintos da cidade (seja por residência, seja por atuação profissional). Compreendemos, pelas falas femininas, seus pontos de encontros, suas histórias e memórias que construíram, e constroem, a narrativa da cidade de São Leopoldo. A apropriação dessas agentes determina o espaço e, consequentemente, o imaginário urbano, como argumenta Prado (2020, *on-line*):

É também a partir da experiência de gênero que os corpos transitam, vivem e agem nesse território. Corpos que são atores principais da construção da memória urbana, e que desenvolvem uma noção de consciência, e de como ele se insere no território. Esse corpo se movimenta e se relaciona a partir de uma estrutura historicamente dividida entre os gêneros “feminino” e “masculino”, onde a sociabilização das mulheres estava, e muitas vezes está, restrita a determinados lugares e ocasiões. Essa construção do imaginário urbano, a partir da sociabilização feminina estereotipada e da divisão

social do trabalho resultou em uma experiência diferente de liberdade no território urbano para homens e mulheres. No caso das mulheres – aqui considerando um grupo abrangente e múltiplo que tem em sua estrutura outras intersecções como orientação sexual, raça e identidade de gênero – em diversos graus que variam de pouco a nenhuma liberdade.

Lefèvre (2006), traz em seu livro *A Construção do Espaço*, que a cidade, o espaço urbano e a realidade urbana não podem ser analisadas apenas como locais de consumo e produção. O espaço faz parte do universo da produção, mas também é produto das relações. Portanto, para termos uma compreensão de todo o processo, a homogeneidade e a fragmentação precisam serem articuladas.

O espaço não é apenas econômico. Onde todas as partes são intercambiáveis e têm valor de troca. O espaço não é apenas político para homogeneizar todas as partes da sociedade. Ao contrário... O espaço continua sendo um protótipo permanente do valor de uso que se opõe às generalizações do valor de troca na economia capitalista sob a autoridade de um Estado homogeneizador. O Espaço é um valor, mas ainda assim é tempo ao qual ele está, em última análise, vinculado, porque tempo é nossa vida, nosso valor de uso fundamental. O tempo desapareceu no espaço social da modernidade. (LEFEBVRE, 1993, p. 132).

As cidades contemporâneas passam por transformações que, além do planejamento formal, ou da predeterminação projetual, são resultado de interações e negociações simultâneas e dinâmicas entre pessoas, grupos e instituições; são “mais a marca do comportamento coletivo que o resultado de planificadores” (JOHNSON, 2003, p. 80).

O patrimônio vem, portanto, historicamente, cristalizando práticas discursivas que reproduzem valores e tradições da sociedade patriarcal. O patrimônio, como herança do pai, valoriza bens relacionados ao sujeito masculino, branco, de classe média-alta, o dominante. Esses bens referem-se à esfera das materialidades presentes no espaço público da cidade, e negligenciam as práticas cotidianas, por vezes imateriais, das mulheres ao longo da história urbana.

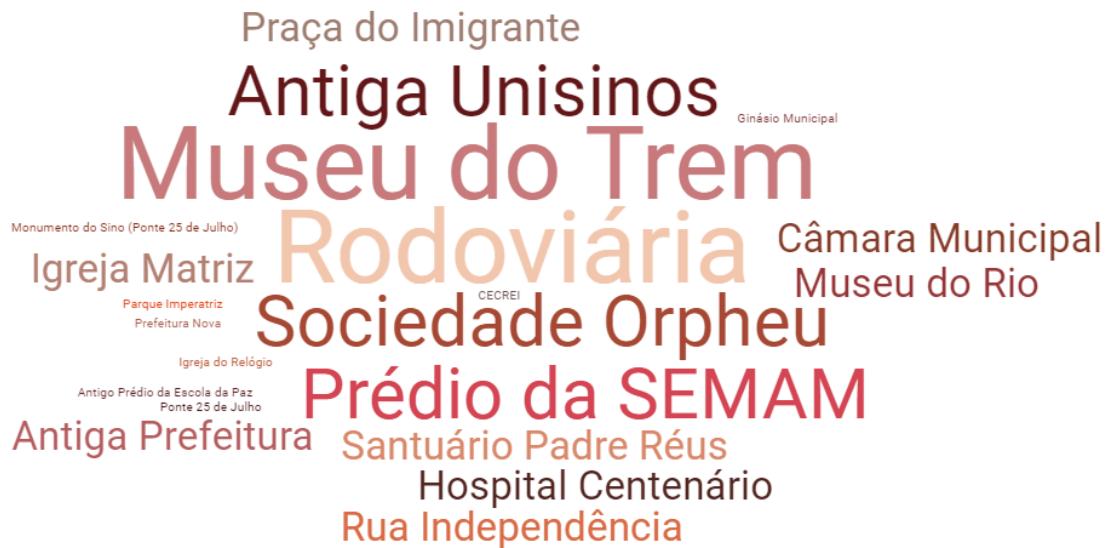
Pelas entrevistas realizadas, percebemos que foram reconhecidos lugares, celebrações e objetos pertencentes ao cotidiano das mulheres, suas rotinas e suas memórias. A percepção sobre os bens patrimoniais, mostrada nas

citações, foram remetidas às trocas de conhecimento da oficina, que trouxe ao debate outras interfaces do patrimônio, como, bens materiais nas escalas móveis (objetos, documentais, fotográficos, cinematográficos) e imateriais (lugares, celebrações, formas de expressão e saberes). Assim, as narrativas trouxeram a perspectiva individual de cada entrevistada, evidenciando o cenário onde estão inseridas, locais de trabalho, pessoas próximas e vivências que impactam no entendimento do que é patrimônio, abrindo novas possibilidades para essa temática.

Mesmo as referências patrimoniais não tendo sido levantadas de forma exaustiva, necessitando de aprofundamentos, a pesquisa instiga a possibilidade de novas percepções sobre o patrimônio por intermédio da individualidade de cada entrevistada. Essa individualidade traz a representatividade de uma sociedade de forma mais diversa.

Vemos que alguns relatos apresentaram bens patrimoniais já considerados na lista do inventário, muitas vezes considerados como patrimônios centrais, políticos, representativos para uma minoria e impostos para a sociedade. A quantidade de bens inventariados citados pelas entrevistadas é inferior às novas percepções patrimoniais. Dos bens inventariados, conforme a nuvem de palavras, percebemos que os evidenciados são referentes ao uso cotidiano, como locais de transporte, atendimentos básicos (prefeitura, saúde e educação), espiritualidade e espaços de passagem e encontro (ruas e praças).

Figura 79 - Nuvem de palavras bens inventariados citados nas entrevistas



Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

Apesar de o Inventário ter sido realizado sem a participação social, avaliamos que 22 bens patrimoniais foram reconhecidos pelas entrevistadas como representativos na cidade. Percebemos por meio dos relatos que alguns desses bens não são representativos para a entrevistada, mas esta entende serem representativos para a sociedade leopoldense. Como compreendemos na fala da Entrevistada 04 que traz uma visão sobre o Santuário do Padre Réus, reforçando a importância para o município.

Tem um outro local que é a igreja, aquela do Padre. Padre réus, né? Isso. É um espaço que também é um grande ponto de referência para o município. [...] Faz muitos anos que eu não vou lá, mas é um lugar muito legal, que eu gostei muito também de ir. (ENTREVISTADA 04).

Assim, alguns bens presentes no Inventário foram afirmados pelas entrevistas como representativos. Não podemos avaliar como se construiu essa representatividade, ou seja, se eles genuinamente fazem parte da vida e da memória das entrevistadas, ou se sua importância foi absorvida por elas após eles terem sido eleitos pelos construtores da narrativa histórica da cidade. Como explica Halbwachs (2013), a memória coletiva é conectada às crenças e imagens do passado.

Contudo, tivemos mais de duzentos imóveis inventariados não citados. Sobre esses imóveis, questionamo-nos: não há representatividade? São de uso cotidiano da população, em especial, das mulheres? Notamos que o Inventário Cultural de São Leopoldo é composto por um número significativo de residências e edificações comerciais de propriedade privada. A resposta que obtivemos é que os imóveis não citados individualmente compõem a paisagem urbana das principais ruas da cidade de São Leopoldo que foram citadas como locais de representatividade e apropriação das mulheres entrevistadas, como a Rua Independência.

Também percebemos uma ressignificação dos bens inventariados por meio da perspectiva das mulheres. Considerando a individualidade de cada entrevistada, contemplamos distintas possibilidades de bens patrimoniais, não só materiais, mas também imateriais, da cidade de São Leopoldo. As mulheres trouxeram a perspectiva ampla sobre patrimônio, incluindo os bens patrimoniais imateriais. São patrimônios que possuem tanta relevância quanto os materiais na construção da narrativa histórica de uma comunidade. Desses bens patrimoniais, vimos que alguns são citados no Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo, como, a edificação da Rodoviária, mas as entrevistadas trazem uma ressignificação para o entendimento do bem patrimonial. No caso da Rodoviária, o olhar alcançado nas entrevistas é para os vitrais dispostos na fachada principal. Assim, inserimos no debate a possibilidade de patrimonialização desse item. Ou seja, a partir de um estudo aprofundado dessa técnica, é possível que os vitrais pudessem vir a ser considerados bem materiais (artes em painéis) e também imateriais (fazeres da construção de vitrais).

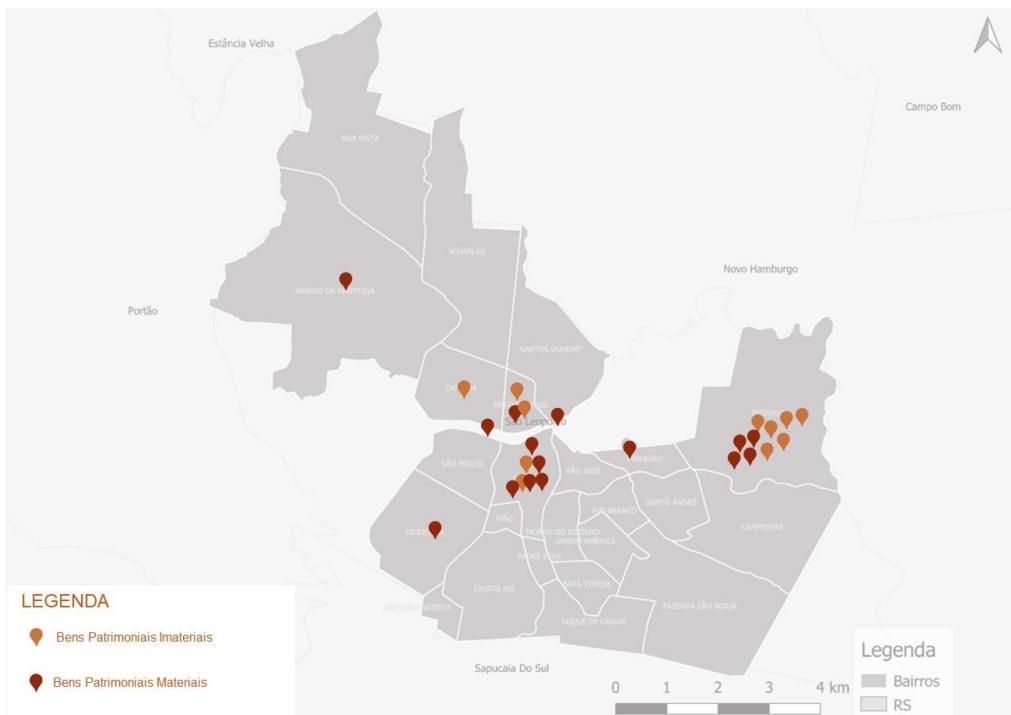
Figura 80 - Bens patrimoniais levantados nas entrevistas



Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

Além das afirmações, dos questionamentos e das ressignificações dos patrimônios inventariados, tivemos o reconhecimento de bens patrimoniais não identificados legalmente pelas entrevistadas. Desses bens patrimoniais, temos a ampliação do olhar além do patrimônio material edificado para o patrimônio material ambiental (Rio dos Sinos), para o patrimônio material paisagístico (Rua Independência), para o patrimônio material móvel (Estátua Nossa Senhora da Conceição – Praça do Imigrante), e, para os imateriais, Lugares (Santuário Padre Réus), Celebrações (São Leopoldo Fest) e Formas de Expressão (Escola de Samba Gladiadores). Entendemos que esses bens ultrapassam a centralidade da cidade, quebrando assim, a esfera do centro do domínio patriarcal conforme podemos avaliar na Figura 82.

Figura 81 - Localização dos novos bens patrimoniais



Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

Outro fator importante analisado nas entrevistas está relacionado com a inserção territorial em que os bens patrimoniais estão inseridos. O Inventário existente abrange a área central da cidade, que conhecemos como centro histórico. No entanto, a abordagem das entrevistadas traz o seu cotidiano, e, consequentemente, os bairros onde moram, estudam, trabalham e visitam, ampliando a visão de possíveis patrimônios centrais. Dessa forma, tornam o patrimônio representativo para a sociedade leopoldense. Conforme IPHAN (2014b), quando o indivíduo se reconhece como parte integrante do seu patrimônio, passa a contribuir com a preservação e a promoção.

Transmitido de geração a geração, o Patrimônio Cultural Imaterial é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, o que gera um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (IPHAN, 2015).

Ao longo do trabalho, percebemos a questão da espiritualidade presente em diversos momentos, quando as mulheres se referiam a diferentes possíveis patrimônios. Pela narrativa histórica, a imigração alemã traz consigo a espiritualidade por meio das religiões luterana e católica, que propagam o ensino por intermédio dos colégios das Irmãs Franciscanas e dos Padre Jesuítas, sendo assim um elemento forte na cidade de São Leopoldo. Consequentemente, destacamos as instituições de ensino, que foram citadas diversas vezes pelas entrevistadas.

Além disso, São Leopoldo sempre foi conhecida pela vivacidade nos espaços urbanos por meio do comércio de rua, atividades culturais em parques e festividades em sociedades (salões). Como, reflexo disso, temos as praças, parques, ruas e espaços culturais que foram evidenciados nas citações.

Quadro 24 - Categorias dos bens patrimoniais citados

Categorias dos bens patrimoniais citados		
Espiritualidade	Santuário Padre Réus	Inventariado
	Igreja do Relógio	Inventariado
	Igreja Matriz	Inventariado
	CECREI	Inventariado
	Estátua Nossa Senhora da Conceição – Praça do Imigrante	Novo Patrimônio
	Igreja São Jorge	Novo Patrimônio
	Paróquia Nossa Senhora das Graças - Bairro Feitoria	Novo Patrimônio
	Santuário Padre Réus (vitrais)	Novo Patrimônio
Parques e Praças	Parque do trabalhador	Novo Patrimônio
	Parque Imperatriz	Inventariado
	Praça das Cinco	Novo Patrimônio
	Praça Pão de Queijo	Novo Patrimônio
	Palquinho Madezzati	Novo Patrimônio
	Praça do Imigrante	Inventariado

Categorias dos bens patrimoniais citados		
Instituição de ensino	Antigo Prédio da Escola da Paz	Inventariado
	Antiga Unisinos	Inventariado
	Unisinos	Inventariado
	Biblioteca Comunitária da Feitoria	Novo Patrimônio
Cultural	Sociedade de Cantores do Arroio da Manteiga	Novo Patrimônio
	Escola de Samba Imperatriz/	Novo Patrimônio
	Companhia do Vinho	Novo Patrimônio
	Associação de moradores da Cohab Feitoria (AMOCF)	Novo Patrimônio
	Sociedade Orpheu	Inventariado
	Museu do Rio	Inventariado
	Humaitá	Novo Patrimônio
	Museu do Trem	Inventariado
Imaterial	Avenida Caxias (prostitutas)	Novo Patrimônio
	Festa Alemã / São Leopoldo Fest	Novo Patrimônio
Imaterial	Grupo de Dança Folclórica Alemã (extinguido)	Novo Patrimônio
	Comunidade Por Fi Gá (Comunidade Indígena)	Novo Patrimônio
	COMDIM	Novo Patrimônio
Paisagem Cultural	Rua Independência	Novo Patrimônio
	Rua da Praia	Novo Patrimônio
	Triângulo/ Palmeirinha	Novo Patrimônio
	Dique	Novo Patrimônio
Ambiental	Rio dos Sinos	Novo Patrimônio
Pessoas Representativas	Nego Valter	Novo Patrimônio
	Professora Mônica	Novo Patrimônio
	Tia Lurdes / Tia Lena	Novo Patrimônio
Comercial	Bourbon Shopping São Leopoldo	Novo Patrimônio
Monumento	Ponte 25 de Julho	Inventariado
	Monumento do Sino	Inventariado

Categorias dos bens patrimoniais citados		
Saúde	Lar São Francisco ³¹	Novo Patrimônio
	Hospital Centenário	Inventariado
Institucionais	SEMAM	Inventariado
	Prefeitura Nova (Sede Administrativa)	Novo Patrimônio
Institucionais	Prefeitura Antiga	Inventariado
	Câmara de Vereadores	Inventariado

Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

A análise das entrevistas evidencia a apropriação da mulher da cidade produtiva, do espaço urbano masculinizado e do patrimônio onde a mulher foi invisibilizada pela narrativa histórica dominante. Questiona e fortalece o debate da representatividade do gênero como categoria de agente produtora do espaço e do patrimônio, quando vemos as apropriações distintas pelas perspectivas das mulheres por intermédio dos seus relatos, histórias e cotidiano. Prado (2020) reforça que a questão de gênero leva em conta como as intersecções presentes na categoria mulher e as expressões são silenciadas no território urbano.

Por fim, concluímos que a perspectiva da mulher sobre o patrimônio leopoldense traz novos olhares para a constituição dos bens patrimoniais representativos. Esses bens evidenciados nesta pesquisa, refletem a apropriação das sujeitas entrevistadas no espaço urbano por meio das suas práticas diárias, porém, são os patrimônios representativos vivenciados pela coletividade e que necessitam de uma preservação e valorização. São Patrimônios inclusivos.

³¹ Lar São Francisco não estava listado na Lista do Documento do Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo, no entanto, foi inserido na revisão da lista conforme descrito no Capítulo 2 pela Secretaria Municipal de Cultura e Diretoria do Patrimônio.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho partiu de inquietações teóricas, metodológicas, políticas e, principalmente, vivenciais. Anteriormente ao trabalho, percebíamos que a valorização e a preservação do patrimônio em São Leopoldo era uma constante disputa, questionamento e discussão que acabavam, via de regra, pela destruição. Por muito tempo, questionamos, mas por que a demolição? Com o objetivo de encontrar respostas, iniciamos esta pesquisa.

No decorrer deste trabalho, percebemos que o campo do patrimônio representa uma transformação constante de conceitos, significados e inserções. Quando surgiu o debate sobre patrimônio no contexto ocidental, com a Revolução Francesa, o entendimento era de que o patrimônio de uma sociedade deveria representar a grandiosidade, o poder. Poder esse que representa tradicionalmente uma classe dominante, uma elite branca e masculina. Os primeiros patrimônios indicados demonstravam o poder econômico, político ou religioso, ou seja, aqueles que estavam aparentemente à frente das relações públicas na vida social conforme a história oficial, os homens.

No Brasil, o início dos processos de patrimonialização não difere do contexto internacional. Mas, assim como em outros países, no decorrer dos anos, a conceituação de patrimônio amplia-se para outras esferas. São Leopoldo, por sua vez, não difere da perspectiva global e nacional do patrimônio. Até o presente momento, a partir de uma leitura técnica que corresponde aos interesses do circuito superior da economia, a cidade elegeu como patrimônio bens que contam a narrativa da imigração alemã, mas, mesmo em relação à imigração, traz uma visão estereotipada do imigrante – homem, branco e europeu, abstraindo as demais culturas constituintes da história da cidade, e também as mulheres. Esses patrimônios descritos são resultados de um processo de Inventário formatado pela metodologia IPHAN/ SICG, que evidencia dados técnicos, pesquisas bibliográficas e documentais para levantamento dos bens de interesse histórico-cultural. Essa metodologia não engloba a participação social, formando assim uma listagem de bens com deficiência em suas relações de pertencimento popular, que não conquistam cuidado ou interesse de preservação por parte da população.

Disputando a história oficial do imigrante desbravador, cristalizada pelos processos de patrimonialização, a partir da pesquisa, deparamo-nos com a participação ativa das mulheres na construção social e política da cidade de São Leopoldo, por intermédio do trabalho e da mobilização social, trazendo um protagonismo invisibilizado na narrativa hegemônica. Dessa maneira, utilizamos no trabalho a metodologia do Inventário Participativo, como método de inventariação patrimonial com participação social para levantamento de novas perspectivas patrimoniais na cidade, tendo as mulheres como público-alvo ativo.

Donna Haraway (2009), no texto *Saberes Localizados*, faz uma crítica ao essencialismo feminista presente na teoria feminista da perspectiva, e afirma que uma metodologia feminista traz como ganho a abertura dos horizontes para a diversidade. Assim, sentimos que, mais do que responder se existe um patrimônio das mulheres, a pesquisa evidenciou que o *olhar feminista* (HARAWAY, 2009) para o patrimônio é capaz de ampliar seus horizontes além do centro, para os bairros, e além do monumento, para a escala cotidiana.

Trabalhar a questão do patrimônio a partir do Conselho Municipal das Mulheres, e não do Conselho Municipal do Patrimônio, permitiu uma abertura para a diversidade e a ampliação das perspectivas. Acreditamos ser este o grande desafio da contemporaneidade para o campo patrimonial: incluir a diversidade, ir além da monumentalidade, olhar para as periferias, valorizar outras narrativas, enfim, deixar-se tensionar pela perspectiva intercultural.

Destaca-se que todo processo de pesquisa foi profundamente atravessado pela pandemia de Covid-19, tendo em vista que o projeto foi apresentado em 2019 ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da UDESC. Mesmo assim, a interação com as mulheres do COMDIM, via plataformas virtuais, permitiu-nos estabelecer um diálogo afetuoso e proveitoso, e dele muitas possibilidades para o patrimônio leopoldense emergiram.

Assim, podemos concluir que o objetivo central da pesquisa, reconhecer o patrimônio material e imaterial da cidade de São Leopoldo por intermédio de entrevistas semiestruturadas analisando o conteúdo dos relatos femininos com base na metodologia do Inventário Participativo foi contemplado, quando, depois da análise das entrevistadas, compreendemos que os bens patrimoniais do

Inventário Histórico-Cultural de São Leopoldo possuem patrimônios representativos, mas também há uma ressignificação dos bens pelos olhos femininos. Esse novo entendimento dos bens patrimoniais, consta em abranger a perceptiva além do bem material edificado, olhando para detalhes como os vitrais, as celebrações (festividades, rituais), as pessoas e os lugares (espaços públicos, o Rio dos Sinos). Além disso, como pode-se observar no Quadro abaixo, todos os objetivos específicos da pesquisa foram contemplados.

Quadro 25 - Síntese das Considerações Finais

Objetivos	Considerações
Contextualizar o patrimônio e as suas interfaces – material e imaterial, no âmbito da participação social;	Desenvolvido no Capítulo 3, compreendemos que o patrimônio é um conceito em constante desenvolvimento. No entanto, é recente a apropriação do patrimônio e a participação social, sendo revogada somente a partir da Constituição Federal de 1988.
Compreender o que é Inventário na esfera brasileira, aprofundando o estudo nas metodologias dispostas pelo IPHAN, como, SICG e Inventário Participativo;	Abordados distintamente nos Capítulos 2 e 3, trazendo metodologias próprias para cada levantamento. Enquanto o SICG, evidencia fichas técnicas construídas por técnicos para um sistema georreferenciado, o Inventário Participativo parte da permissa da construção colaborativa e pela sociedade civil, visibilizando os bens patrimoniais ocultos nas atividades do cotidiano, local e individual.
Avaliar a aplicação da metodologia SICG/IPHAN utilizada na construção do Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo/RS;	Avaliado no Capítulo 3, a aplicação da metodologia SICG no Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo abordou sistematicamente o método disposto nas fichas disponibilizadas pelo IPHAN. No entanto, segregou a cidade, abrangendo o olhar para o patrimônio da região central e edificado, deixando de fora a inclusão de bens patrimoniais materiais e imateriais.

Objetivos	Considerações
Investigar a metodologia do Inventário Participativo para aplicar posteriormente como estudo de caso em São Leopoldo/RS, através das mulheres integrantes do COMDIM.	No Capítulo 3, foram abordados três estudos de casos que utilizaram o Inventário Participativo, mostrando a efetividade da metodologia em diferentes escalas territoriais, patrimoniais (materiais e imateriais), geográficas, apropriação pelos agentes sociais e desenvolvido por técnicos com a participação social.
Compreender as conexões teóricas entre gênero e cidade, arquitetura e patrimônio na modernidade ocidental;	No Capítulo 4, abordamos o breve histórico da vivência da mulher no espaço urbano, mostrando que a figura feminina é narrada no espaço doméstico, e raramente evidenciada a história das mulheres na esfera pública e política. Isso acontece nos textos e teorias, como também, na cidade de São Leopoldo.
Analizar a participação social das mulheres como agentes sociais e detentoras dos saberes em São Leopoldo (RS);	Como complemento do Capítulo 4, trazemos o histórico das lutas e mobilizações das mulheres na cidade de São Leopoldo. Considerando os registros da imigração alemã, estiveram à frente da subsistência da família, do trabalho, da educação, da religião e movimentos sociais. Porém, quando procuramos na história considerada original não encontramos as benfeitorias femininas; pelo contrário, raramente é disponibilizado algo. Reflexo dessa invisibilização é o resultado no acervo do Museu Histórico de São Leopoldo, em que o acervo feminino é composto de um único armário comparado a diversos outros com utensílios masculinos que propagam benfeitorias dos homens, imigrantes alemães.
Compreender a apropriação dos bens patrimoniais de São Leopoldo por meio da percepção feminina;	Por fim, compreendemos que as mulheres possuem uma luta significativa na cidade de São Leopoldo, por meio do Fórum de Mulheres, do COMDIM, da Secretaria de Política das Mulheres e dos movimentos sociais. A invisibilização persiste, conforme percebemos no Capítulo 4, quando investigamos a participação social da mulher nas cidades.

Objetivos	Considerações
<p>Compreender a apropriação dos bens patrimoniais de São Leopoldo por meio da percepção feminina;</p>	<p>Com o Inventário Participativo e as entrevistas semiestruturadas, conseguimos levantar que as mulheres estão presentes diariamente nos espaços urbanos e bens patrimoniais. Que os patrimônios que as representam são reflexos do cotidiano. Dessa maneira, uma parcela dos bens patrimoniais inseridos no Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo é confirmada pelas entrevistadas, sendo esses bens reconhecidos como importantes para o contexto urbano de São Leopoldo. Desses bens, também, há aqueles que tiveram uma ressignificação pela perceptiva feminina, que ampliou a visão além do bem edificado, como, a questão dos lugares, das celebrações e dos objetos.</p> <p>Por conseguinte, tivemos ainda novos ideais de bens patrimoniais que representam uma esfera local e um grupo social distinto, ampliando a percepção sobre o patrimônio leopoldense até então segregado, central e edificado.</p>

Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

Igualmente concluímos, pela narrativa apresentada pelas entrevistadas, que os patrimônios são reflexos da sua existência e apropriação do espaço público. Dessa maneira, ampliamos o olhar para mais que a região central da cidade, como é disposto no Inventário Histórico-Cultural de São Leopoldo. Os bens levantados, extrapolam a periferia e o conceito geral sob patrimônio, evidenciando a representatividade em pessoas chave da comunidade, histórias, celebrações e lugares nos bairros, mostrando uma outra realidade de percepção patrimonial.

Por fim, concluímos que São Leopoldo possui bens patrimoniais, no entanto necessita da participação e do reconhecimento social para evidenciar a diversidade das narrativas históricas a serem contadas, evitando negligenciar uma raça, uma etnia, um local, um povo ou uma representação cultural, como fatalmente acontece quando avaliamos os bens somente por dados técnicos.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, João Paulo Pereira do. **Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015.
- ANDRADE JR, Nivaldo Vieira de. Patrimônio arquitetônico. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina. **Dicionário temático de patrimônio**: debates contemporâneos. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020, p. 39-42.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação e Cultura/Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.
- ANDREOLLA, Caroline Lipreri. **Inventário participativo de patrimônio cultural em Fazenda Souza/RS**. 2019. 162f. Dissertação (mestrado) – Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul. 2019.
- ALLISON, Julie A. Rape: The Misunderstood Crime. 1995. p. 89.
- ARELLANO, Mónica. Memorial para as vítimas de feminicídio em espaços públicos na Cidade do México. [Crean memorial de víctimas de feminicidio en espacios públicos de la Ciudad de México]. Trad. Sbeghen Ghisleni, Camila. **ArchDaily Brasil**. 12 mar. 2021. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/958387/memorial-para-as-vitimas-de-feminicidio-em-espacos-publicos-na-cidade-do-mexico>. Acesso em: 18 ago. 2020.
- BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira. Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Tempos e memórias do feminismo no Brasil**. Brasília: SPM, 2010.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancia no ar**. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.
- BERTH, Joice. **Cidades sustentáveis são cidades democráticas**. 2019. Disponível em: <https://medium.com/@joiberth/cidades-sustent%C3%A1veis-s%C3%A3o-cidades-democr%C3%A1ticasca85ebccc0d8>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Org.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006. 2007.

BIONDO, Fernanda Gabriela; FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Inventários participativos como instrumentos de educação patrimonial e participação social. In: AMARAL, Lilian; ROCHA, Cleomar Rocha (Orgs.). **Patrimônios possíveis** (recurso eletrônico): arte, rede e narrativas da memória em contexto ibero-americano. Goiana: Gráfica UFG, 2017. p. 50. Disponível em: https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/patrimonios-possiveis/05_sonia_rampim.html. Acesso em: 6 maio 2020.

BO, João Batista Lanari. **Proteção do patrimônio na UNESCO**: ações e significados. Brasília: UNESCO, 2003.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos**. Porto: Porto Editora, 2011.

BOLETIM ICOMOS BRASIL. Belo Horizonte: ICOMOS, n. 2, 2018. Edição especial.

BORGES, Barsanufo Gomides. Ferrovia e modernidade. **Revista UFG**. a. XIII, n. 11, p. 27-36, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 6 maio 2020.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 7 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 6.844, de 7 de maio de 2009**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e dá outras providências. Revogado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6844.htm. Acesso em: 12 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 24.735, de 14 de julho de 1934**. Aprova, sem aumento de despêsa, o novo regulamento do "Museu Histórico Nacional". Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24735-14-julho-1934-498325-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 7 ago. 2020.

BRASIL. Decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 7 ago. 2020.

BRASIL. Emenda constitucional n. 71, de 29 de novembro de 2012. Acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc71.htm. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. Estatuto da cidade. 1. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

BRASIL. Lei n. 11.483, de 31 de maio de 2007. Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11483.htm. Acesso em: 6 maio 2020.

BRULON, B. Museus, mulheres e gênero: olhares sobre o passado para a possibilidade do presente. **Cadernos Pagu**, n. 55, 2019: e195515. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/4ZxkWYpwrhgG8g6J9Dn7D4K/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 nov 2021.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALIÓ, Sonia Alves. **Incorporando a Questão de Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano**. Encuentro de Geógrafos de América Latina, v. 6, p. 1-9, 1997. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiaficultural/737.pdf>. Acesso em: 15 de jan. de 2021.

CANCLINI, Nestor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária nacional. **Revista do IPHAN**, Brasília, n. 23, p. 94-115, 1994.

CARLAN, Cláudio Umpierre; FUNARI, Pedro Paulo A. Patrimônio e colecionismo: algumas considerações. **Revista Magistro**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas – UNIGRANRIO, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 16 jan. 2010.

CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio arquitetônico. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina. **Dicionário temático de**

patrimônio: debates contemporâneos. Campinas. SP: Editora Unicamp, 2020. <https://doi.org/10.7476/9786586253696>.

CARVALHO, Priscila. Acervo na Unisinos destaca trajetória feminina em São Leopoldo. **Jornal VS**. São Leopoldo, 23 mar. 2018. Disponível em: https://www.jornalvs.com.br/_conteudo/2018/03/noticias/regiao/2248485-acervo-na-unisinos-destaca-trajetoria-feminina-em-sao-leopoldo.html . Acesso em: 5 ago. 2021.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural:** conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** Tradução de Luciano Vieira Machado. 6. ed. São Paulo: Estação da Liberdade/UNESP. 2017.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, p. 149-167, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf. Acesso em: 8 ago. 2020.

CIAM – CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA, IV, 1933, Atenas. **Carta de Atenas**. 1933. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2020.

COLLING, Ana Maria. Gênero e história. um diálogo possível? **Contexto e educação**. a. 19, n. 71/72, p. 29-33, jan./dez. 2004.

COLLINS, P. H. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. **Cadernos Pagu**, n. 51, 2017 :e175118. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/P3Hpz4XQsPqSqJJLm9KH6tC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 nov 2021.

COMDIM - CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITO DA MULHER. **Regimento interno**. Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 8 set. 2009. 8 set. 2009. Disponível em: https://www.saoleopoldo.rs.gov.br/download_anexo/Regimento%20Interno%20Comdim.pdf. Acesso em: 27 jan. 2021.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS E TÉCNICOS DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS, 2., Veneza, 25-31 maio 1964. **Carta de Veneza**. 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2020.

- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DREHER, Martin N. **A religião de Jacobina**. São Leopoldo: Oikos, 2017.
- DREHER, Martin N. O desenvolvimento econômico do Vale do Rio dos Sinos. **Estudos Leopoldenses**. Série História. v. 3 , n. 2, p. 49-70, 1999.
- DREHER, Martin Norberto. **Breve história do ensino privado gaúcho**. São Leopoldo: Oikos, 2014.
- DREHER, Scheila dos Santos. **O pontinho da balança**: História do cotidiano de mulheres teuto-brasileiras evangélicas no sul do Brasil, na perspectiva do privado ao público. 2007. 153 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) — Faculdades EST, São Leopoldo, 2007.
- FÉLIX, Rogério Ricciluca Matiello. Resenha: Domesticidade, gênero e cultura material. **Revista CPC**, v. 14, n. 27, p. 287-296, 2019.
<https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27p287-296>.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Minc-Iphan, 2005.
- FONTANARI, Lilian Santos da Silva. **Memórias silenciosas**: (in) visibilidade e saberes femininos no Museu Recanto do Balseiro, Itá, Santa Catarina. 2020. 112 f., il. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- FONTES, Marina Lima de. **Mulheres invisíveis**: a produção feminina brasileira na arquitetura impressa no século XX por uma perspectiva feminista. 2016. 73 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- FORUM DE MULHERES DE SÃO LEOPOLDO. Documento do acervo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. [São Leopoldo]: [s. d.]. mimeo.
- FOURSAQUARE. **Escola Superior De Teologia**, adicionada em 14 maio 2013. Disponível em: <https://pt.foursquare.com/v/est--escola-superior-de-teologia/4d47fa02564e224b7e10d7cd?openPhotoId=51923490498ebf7835b0a0db>. Acesso em: 12 set. 2020.
- FREEDMAN, Estelle B. **No turning back**: the history of feminism and the future of women. New Yourk: Ballantine Books. 2003.

GONÇALVES, Janice. **Figuras de valor**: patrimônio cultural em Santa Catarina. Itajaí: Casa Aberta, 2016.

GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. **Raça e Classe**, Brasília, a. 2, n. 5, p. 2, nov./dez. 1988.

GOUVEIA, Taciana (org.). **Ser, fazer e acontecer**: mulheres e o direito à cidade. Recife: SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia, 2008. p. 96-112.

GRÜTZMANN, Imgart. Mulheres no trabalho. In: GRÜTZMANN, Imgart; FELDENS, Jorge Augusto; DREHER, Martin N. **Imigração alemã no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

HAHNER, June E. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Tradução de Eliane Lisboa. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2013.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 20 out. 2021.

HARDING, Sandra. Is there a feminist method? In: HARDING, Sandra. (ed.) **Feminism and methodology**. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

HARRISON, Rodney. **Heritage** – critical approaches. New York: Routledge, 2013.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução Jeferson Camargo, São Paulo: Martins, 2014.

IBGE (ed.). **Estatística de Gênero**: tabela – população economicamente ativa. Brasília, 25 set. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=2,-2,99,100,101,60,8,128&ind=4726>. Acesso em: 23 set. 2020.

IHU, Online. A necessidade de luta pelo respeito aos direitos das mulheres. **IHU Online - Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, p. 0-0, 5 mar. 2007. Disponível em:

<https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/714-clair-ziebell>. Acesso em: 25 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEU. **Curso inventário participativo**. Brasil: Ministério do Turismo; Governo Federal, v. 1, pt. Módulo 3, n. 3, [2021b].

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEU. **Curso inventário participativo**. Brasil: Ministério do Turismo; Governo Federal, v. 1, pt. Módulo 2, n. 2, [2021a].

IPHAE-RS. Valores de Seleção estabelecidos aos Bens Inventariados [Instâncias]. **Sistema de rastreamento cultural**: bens edificados. 2012. Disponível em:
<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=DownloadDetalhesAc&item=4350>. Acesso em: 18 ago. 2020.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Educação patrimonial**: inventários participativos: manual de aplicação. Texto de Sônia Regina Rampim Florêncio et al. Brasília-DF: IPHAN, 2016.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. A presença feminina expressa no Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro. **Notícias IPHAN**. Brasília, 22 ago. 2015. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3240/a-presenca-feminina-expressa-no-patrimonio-cultural-imaterial-brasileiro>. Acesso em: 18 ago. 2020.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. A força feminina na preservação e gestão do patrimônio cultural. **Notícias IPHAN**. Brasília, 8 mar. 2017. Acesso em:
<http://portal.iphan.gov.br/ro/noticias/detalhes/4020/a-forca-feminina-na-preservacao-e-gestao-do-patrimonio-cultural>. Acesso em: 10 set. 2021.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília, DF, 2014.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Folder institucional**. 3. ed., Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. 2008.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Manual do usuário**: sistema integrado de conhecimento e gestão — SICG. Brasil, 16 jan. 2017. Disponível em: <https://plan-eval.com/repositorio/arquivo/projeto/Manual%20SICG.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Mulheres que fazem o Patrimônio Cultural são destaque em campanha de redes sociais. **Notícias IPHAN**. 2 mar. 2020. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5583/campanha-nas-redes-sociais-destaca-mulheres-que-fazem-o-patrimonio-cultural>. Acesso em: 10 ago. 2021.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil**: uma trajetória. Brasília, DF, 1980.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Cultural**. IPHAN, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/71> . Acesso em: 3 jul. 2020.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. SICG. **Manual de treinamento**. Brasília: IPHAN, 2014.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL; DEPAM – DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO. SICG – DEPAM: **Relatório de Atividades 2008**. Brasília, DF, 2009.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL; DEPAM – DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO. **Manual do usuário**: sistema integrado de conhecimento e gestão — SICG. versão 2.0 (documento preliminar). Brasília, DF, 2011.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL; SICG – SISTEMA INTEGRADO DE CONHECIMENTO E GESTÃO (SICG). **Caderno de Referências**. Brasília, DF, 2014.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3 ed. Tradução Carlos S. Mendes Rosa. Revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro. Revisão técnica Cheila Aparecida Gomes Bailão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. (Coleção Cidades).

KIOMBA, G. **Memórias da plantação**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KNORST, Kátia Fernanda. **Imigrantes luteranos e escravidão no Vale do Rio dos Sinos**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LEFEBVRE, Henri. Space: social product and use value. In: GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. Trad. de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: USP, 1993.

LEMAIRE, Ria. Patrimônio e matrimônio: proposta para uma nova historiografia da cultura ocidental. **Educar em Revista** [online]. v.34, n. 70, p.17-33, jul./ago. 2018, ISSN 1984-0411. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.58617>.

LÜCHMANN, L. H. H. Os sentidos e desafios da participação. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo/RS, v. 42, p. 19-26, 2006.

MACHADO, Talita Cabral; RATTI, Alecsandro J. P. As Mulheres e a rua: entre o medo e as apropriações feministas da cidade de Goiânia, Goiás. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 8, n. 1, p. 194-213, 2017.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O passado no futuro da cidade**: políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

MOEHLECKE, Germano Oscar. Primórdios da urbanização em São Leopoldo In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL. 2., 1976, São Leopoldo. **Anais** [...]. São Leopoldo: Rotermund, 1976. p. 115-134.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. Inventário. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de patrimônio cultural**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz R. (Orgs.). **Inventários de identificação**: um panorama da experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

MUXÍ MARTÍNEZ, Zaida. **Mujeres, casas y ciudades**: más allá del umbral. Barcelona: dpr-barcelona, 2018.

NABOZNY. Almir. Uma discussão sobre gênero e acesso ao espaço urbano: o paradoxo da participação política cívica e da participação no Estado. **Revista de História Regional**. a.11, n. 1, p. 7-28, Verão, 2006.

NEUTZLING, Simone Rassmussen. **Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo**. São Leopoldo: [s. n.], 2016. Acervo documental que compõem o Inventário do Patrimônio Histórico Artístico Cultural de São Leopoldo.

NITO, Mariana Kimie; SCIGONI, Simone. O patrimônio contra a gentrificação: a experiência do inventário participativo de referências culturais do Minhocão. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, n. 5, set. 2017.

NOVA AGENDA URBANA. **Declaração de Quito sobre cidades e assentamentos humanos sustentáveis para todos**. 2016. Disponível em: <http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Angola.pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

OLIVEIRA, Lizete Dias de. Síntese histórica do povoamento do Rio Grande do Sul. In: SILVEIRA, Elaine da; OLIVEIRA, Lizete Dias de (orgs.). **Etnoconhecimento e saúde dos povos indígenas do Rio Grande do Sul**. Canoas: Editora da ULBRA, 2005. p. 18-22.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas a la dicotomía público/privado. In: CASTELLA, Carme (comp.) **Perspectivas feministas en teoría política**. Barcelona: Paidós. 2013. p. 31-52.

PEREIRA, Alda. **Mpelearning**, 08 jan. 2011. Disponível em: <http://mpelearning.pbworks.com/f/MICO.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2021.

PERROT, Michele. **História das mulheres no ocidente**. Paris: EHESS, 1990.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Esboços. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, Florianópolis, v. 11, n. 11, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2014.

PRADO, Flávia. Corpo e memória: a mulher no território urbano. **ArchDaily. Brasil**, 27 set. 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/948100/corpo-e-memoria-a-mulher-no-territorio-urbano>. Acesso em: 17 nov. 2021.

REPEP. **Dossiê do inventário participativo Minhocão contra gentrificação**. 2019. Grupo de Trabalho Baixo Centro da Rede Paulista de Educação Patrimonial, São Paulo, 2019.

ROLNIK, R. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 11, p. 31, 2009.

ROVETA, Fernando. **Memória e identidade**: Antônio Prado, patrimônio histórico e artístico nacional. Caxias do Sul: Lorigraf Gráfica e Editora, 2005.

SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, a 20, n. 2, p. 399-431, maio/ago., 2012.

SANTORO, Paula Freire. Gênero e planejamento territorial: uma aproximação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu, set./ out. de 2008. p. 1-16.

SANTOS, Silvio Coelho; REIS, Maria José (orgs.). **Memória do setor elétrico na Região Sul**. Florianópolis: Editora UFSC, 2002. Disponível em: <https://vdocuments.site/download/memoria-do-setoreletrico-na-regiao-sul>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SÃO LEOPOLDO. **Decreto n. 9.296, de 13 de junho de 2019**. Homologa o Inventário dos Bens Imóveis de Interesse de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Município São Leopoldo. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/s/sao-leopoldo/decreto/2019/929/9296/decreto-n-9296-2019-homologa-o-inventario-dos-bens-imoveis-de-interesse-de-preservacao-do-patrimonio-historico-e-cultural-do-municipio-sao-leopoldo>. Acesso em: 12 set. 2020.

SÃO LEOPOLDO. **Lei n. 3.811/1992**. Dispõe sobre a preservação do patrimônio cultural do município de São Leopoldo, e reorganiza o conselho do patrimônio histórico, artístico e paisagístico de São Leopoldo. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sao-leopoldo/lei-ordinaria/1992/381/3811/lei-ordinaria-n-3811-1992-dispoe-sobre-a-preservacao-do-patrimonio-cultural-do-municipio-de-sao-leopoldo-e-reorganiza-o-conselho-do-patrimonio-historico-artistico-e-paisagistico-de-sao-leopoldo>. Acesso em: 12 set. 2020.

SÃO LEOPOLDO: a nossa história. Fotografias. São Leopoldo, 8 ago.2020. Facebook: @saoleopoldoanossahistoria · Comunidade. Disponível em: https://www.facebook.com/saoleopoldoanossahistoria/about/?ref=page_internal. Acesso em: 5 jan. 2021.

SCHNEIDER, Giselda Siqueira da Silva. Mulher, Direitos e Cidadania: uma reflexão a partir da história da mulher no Brasil e da Constituição Federal de 1988. XXIII Congresso Nacional do CONPEDI, 23., UFPB. João Pessoa, 2014. **Anais** [...]. Florianópolis v. 2, p. 303-317, 2014. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=3ad69dbde4c12dfc>. Acesso em: 3 abr. 2020.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; RIBEIRO COSTA, Vanda Maria. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra/Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. 2. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2006.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2002.

SILVA, Carolina Di Lello Jordão. **Inventário do Patrimônio Cultural no IPHAN**: instrumentalização do discurso na política nacional de preservação. 2014, 125 p. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – IPHAN, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Leonardo Alberto Corá. **O centro histórico de São Leopoldo e a paisagem cultural**: reflexões sobre um conceito de preservação aplicado a uma cidade de porte Médio. São Leopoldo: UNISINOS, 2017.

STOCKER JR, Jorge Luís. **Sob o Königsberg**: paisagem e patrimônio cultural da antiga colônia de São Leopoldo. 2019. 227f. Dissertação (mestrado) – Planejamento Urbano e Regional. Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

TAVARES, Francine Morales. Ações e políticas públicas referentes ao patrimônio cultural edificado na cidade de Pelotas. In: MICHELON, Francisca Ferreira; MACHADO JÚNIOR, Cláudio de Sá; GONZÁLEZ, Ana María Sosa (orgs). **Políticas públicas e patrimônio cultural**: ensaios, trajetórias e contextos. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

TORELLY, Luiz P. P. Notas sobre a evolução do conceito de patrimônio cultural. **Forum Patrimônio**, v. 5, n. 2, 2012.

TRAMONTINI, M. J. Diferença como isolamento ou como demarcação de espaço político: os primeiros anos da colonização. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. XXVI, n. 1, p. 235-246, 2000.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro**: patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

WEBER, Rostwithia. **As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul**: o “25 de julho” em São Leopoldo, 1924/1949. Novo Hamburgo. FEEVALE, 2004.

WEIMER, Günter. **Arquitetura**. Porto Alegre. Editora da Universidade /UFRGS, 1992.

WEIMER, Günter. **Origem e evolução das cidades rio-grandenses**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

WERLE, Bibiana. A representação da Memória da Campanha de Nacionalização em Estrela - RS. XI Encontro Estadual de História, 11., Rio Grande. **Anais** [...]. Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, jul. 2012. p. 526-535.

ZOLIN, Lúcia Osana. Questões de gênero e de representação na contemporaneidade. **Letras**, Santa Maria, v. 20, n. 41, p. 183-195, jul./dez. 2010.

APENDICE A – LISTA DO PROJETO REVITA (DOCUMENTO REVITA)³²

Imóveis de Interesse de Preservação do Município de São Leopoldo

Bairro Centro

1	Rua Independência,	nº 66
2	Rua Independência,	nº 140
3	Rua Independência,	nº 149
4	Rua Independência,	nº 221
5	Rua Independência,	nº 235
6	Rua Independência,	nº 356
7	Rua Independência,	nº 382
8	Rua Independência,	nº 314
9	Rua Independência,	nº 367
10	Rua Independência,	nº 429
11	Rua Independência,	nº 456
12	Rua Independência,	nº 465
13	Rua Independência,	nº 520
14	Rua Independência,	nº 525
15	Rua Independência,	nº 532
16	Rua Independência,	nº 545
17	Rua Independência,	nº 567
18	Rua Independência,	nº 618
19	Rua Independência,	nº 637
20	Rua Independência,	nº 654
21	Rua Independência,	nº 792
22	Rua Independência,	nº 821
23	Rua Independência,	nº 836
24	Rua Independência,	nº 851
25	Rua Independência,	nº 961
26	Rua Independência,	nº 964
27	Rua Independência,	nº 714
28	Rua Independência,	nº 1055
29	Rua Independência,	nº 1079
30	Rua Primeiro de Março,	nº119
31	Rua Primeiro de Março,	nº122
32	Rua Primeiro de Março,	nº424
33	Rua Primeiro de Março,	nº481
34	Rua Primeiro de Março,	nº572
35	Rua Primeiro de Março,	nº604
36	Rua Primeiro de Março,	nº630
37	Rua Primeiro de Março,	nº642
38	Rua Primeiro de Março,	nº652
39	Rua Primeiro de Março,	nº715
40	Rua Primeiro de Março,	nº729
41	Rua Marquês do Heval,	nº 109

³² Imagens conforme documento original.

44	Rua Marquês do Heval,	nº 576
45	Rua Marquês do Heval,	nº 608
46	Rua Marquês do Heval,	nº 654
47	Rua Marquês do Heval,	nº 727
48	Rua Marquês do Heval,	nº 814
49	Rua Marquês do Heval,	nº 874
50	Rua Marquês do Heval,	nº 894
51	Rua Marquês do Heval,	nº 897
52	Rua Marquês do Heval,	nº 912
53	Rua Marquês do Heval,	nº 965
54	Rua Oswaldo Aranha,	nº 109
55	Rua Oswaldo Aranha,	nº 434
56	Rua Oswaldo Aranha,	nº 480
57	Rua Oswaldo Aranha,	nº 523
58	Rua Oswaldo Aranha,	nº 747
59	Rua Oswaldo Aranha,	nº 945
60	Rua Oswaldo Aranha, Igreja do Relógio, s/nº	
61	Rua Presidente Roosevelt,	nº 431
62	Rua Presidente Roosevelt,	nº 440
63	Rua Presidente Roosevelt,	nº 603
64	Rua Presidente Roosevelt,	nº 621
65	Rua Presidente Roosevelt,	nº 631
66	Rua Presidente Roosevelt,	nº 637
67	Rua Presidente Roosevelt,	nº 723
68	Rua Presidente Roosevelt,	nº 1024
69	Rua Lindolfo Collor,	nº 108
70	Rua Lindolfo Collor,	nº 230
71	Rua Lindolfo Collor,	nº 263
72	Rua Lindolfo Collor,	nº 270
73	Rua Lindolfo Collor,	nº 279
74	Rua Lindolfo Collor,	nº 301
75	Rua Lindolfo Collor,	nº 358
76	Rua Lindolfo Collor,	nº 615
77	Rua Lindolfo Collor,	nº 729
78	Rua Lindolfo Collor,	nº 1020
79	Rua Lindolfo Collor,	nº 1003
80	Rua João Neves da Fontoura,	nº 368
81	Rua João Neves da Fontoura,	nº 442
82	Rua João Neves da Fontoura,	nº 416
83	Rua João Neves da Fontoura,	nº 498
84	Rua João Neves da Fontoura,	nº 520
85	Rua João Neves da Fontoura,	nº 532
86	Rua João Neves da Fontoura,	nº 572
87	Rua João Neves da Fontoura,	nº 577
88	Rua João Neves da Fontoura,	nº 616
89	Rua João Neves da Fontoura,	nº 749

90	Rua Bento Gonçalves,	nº 262
91	Rua Bento Gonçalves,	nº 508
92	Rua Bento Gonçalves,	nº 569
93	Rua Bento Gonçalves,	nº 779
94	Rua Bento Gonçalves,	nº 938
95	Rua São Joaquim,	nº 600
96	Rua São Joaquim,	nº 948
97	Rua José Bonifácio,	nº 541
98	Rua José Bonifácio,	nº 791
99	Rua José Bonifácio,	nº 803
100	Rua José Bonifácio,	nº 812
101	Rua José Bonifácio,	nº 842
102	Rua José Bonifácio,	nº 849
103	Rua José Bonifácio,	nº 976
104	Av. Dom João Becker,	nº 66
105	Av. Dom João Becker,	nº 68
106	Av. Dom João Becker,	nº 86
107	Av. Dom João Becker,	nº 90
108	Av. Dom João Becker,	nº 604
109	Av. Dom João Becker,	nº 664
110	Av. Dom João Becker,	nº 665
111	Rua Conceição,	nº 76
112	Rua Conceição,	nº 490
113	Rua Saldanha da Gama,	nº 413
114	Rua São Francisco,	nº 1007
115	Rua São João,	nº 858
116	Rua Brasil,	nº 122
117	Rua Brasil,	nº 506
118	Rua Brasil,	nº 630
119	Rua Flores da Cunha,	nº 61
120	Rua Flores da Cunha,	nº 68
121	Rua Flores da Cunha,	nº 767
122	Av. Theodomiro da Fonseca,	nº 637
123	Av. Theodomiro da Fonseca,	nº 700
124	Av. Theodomiro da Fonseca,	nº 1003
125	Av. Theodomiro da Fonseca,	19 BIMtz
126	Rua Ernesto Mutzel,	nº 59
127	Av. Mauá,	nº 143

- 128 **Rua Frederico Wolffenburg, nº 1533**
- 129 **Rua Bento Gonçalves, Capela Nossa Senhora do Carmo**
- 130 **Av. João Correa, nº 822**
 131 **Av. João Correa, nº 1376**

Bairro Morro do Espelho

- 132 **Rua Borges de Medeiros, nº 21**
 133 Rua Borges de Medeiros, nº 43
 134 **Rua Amadeo Rossi nº 258**
 135 **Teologia, nº 467**
 136 **Colégio Sinodal**

Bairro Rio dos Sinos

- 137 Rua Albino Kempf, nº 186
 138 Rua Ferraz de Abreu, nº 555
 139 Rua Ferraz de Abreu, nº 595
 140 Rua Hillebrant, s/nº
 141 Rua Hillebrant, nº 468
 142 Rua Hillebrant, nº 528
 143 Rua Hillebrant, nº 568
144 Rua Hillebrant, nº 575
 145 Rua Hillebrant, nº 662
 146 Rua Hillebrant, nº 945
 147 Rua Hillebrant, nº 994
 148 Rua Hillebrant, nº 1131
 149 Rua Hillebrant, nº 1157
- 150 Rua da Praia, nº 50 (sobrado)**
151 Rua da Praia, nº 187
152 Rua da Praia, nº 253
153 Rua Câmara Municipal, nº 528
154 Rua Ferraz de Abreu, nº 555 (end. Repedido- ficha 138)
- 155 Estação do Trem, s/nº**

Bairro Arroio da Manteiga

- 156 Rua Henrique Bier, nº 2850

Bairro Campina

- 157 Rua Henrique Bier, s/nº, em frente ao nº 1736

158 Rua Annita Garibaldi, s/nº

Bairro Sharlau

159 Rua Gov. Roberta silveira, nº 26
160 Rua Presidente Lucena, nº 866

Bairro Vicentina

161 Rua Jaci Porto, nº 1099

Bairro Fião

162 Rua 21 de Agosto nº 184

Bairro Pinheiro

163 Av. Feitoria nº 982

Bairro Padre Réus

164 Padre Werner, Santuário Padre Réus

Bairro São José

165 Rua Espíridio Medeiros, nº 08
 166 Rua Espíridio Medeiros, nº 60
 167 Rua Espíridio Medeiros, nº 68
 168 Rua Espíridio Medeiros, nº 76
 169 Rua José Piovan, nº 260
 170 Igreja São José

Bairro Cristo Rei

171 Rua Regina Mundi, Escola Cristo Rei

Bairro Duque de Caxias

172 Av. Unisinos, 16º Gap/ap

173 Av. Brasil, nº 652 (acrescentar este endereço)

Obs: Os endereços assinalados em negrito foram indicados na segunda relação de prédios de interesse de preservação

APENDICE B – OFICINA PATRIMÔNIO: NARRATIVA DAS MULHERES

No decorrer da apresentação...

ESCREVER 10 ITENS QUE VOCÊS CONSIDERAREM PATRIMÔNIO

INTRODUÇÃO

UDESC

2

PATRIMÔNIO

Patrimônio é uma forma de justificar o passado, compreender o presente e planejar o futuro. É para o idoso lembrar, o adulto entender e a criança aprender. É um eterno questionamento: de onde viemos e para onde vamos?

Patrimônio vem do latim patrimonium, onde pater significa "pai", propriedade paterna, herança do pai;

- Nasce com a Revolução Francesa;
- A história do patrimônio tem sido história da maneira como uma sociedade controla esse patrimônio, que se mantém vivo graças às práticas de memória que os recevem em nome de um "lugar" de identidade a ser transmitido.

Parque Nacional das Missões
Fonte: Difesa

CONCEITOS

UDESC

4

OFICINA PATRIMÔNIO: NARRATIVA DAS MULHERES

Relacionado com a pesquisa: A percepção das mulheres sobre o patrimônio cultural da cidade de São Leopoldo/RS; Horas Narrativas

Mestranda: Carline Lusana Carrazzo
Orientadora: Dra. Renata Rogowski Pellezzo
03 de maio de 2021

UDESC

1

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Educação Patrimonial

Constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão socio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação.

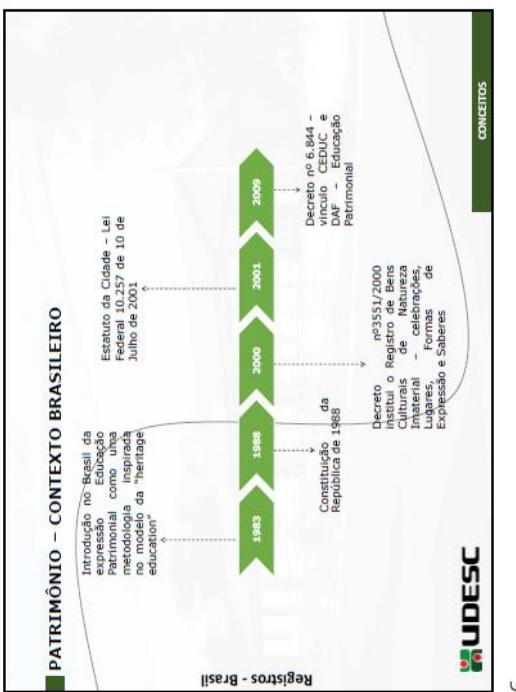
Os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades, fomentar a produção das referências culturais, com suas diversas noções de patrimônio cultural. (BPMAM)

Programa Mais Educação
Fonte: IPHAN

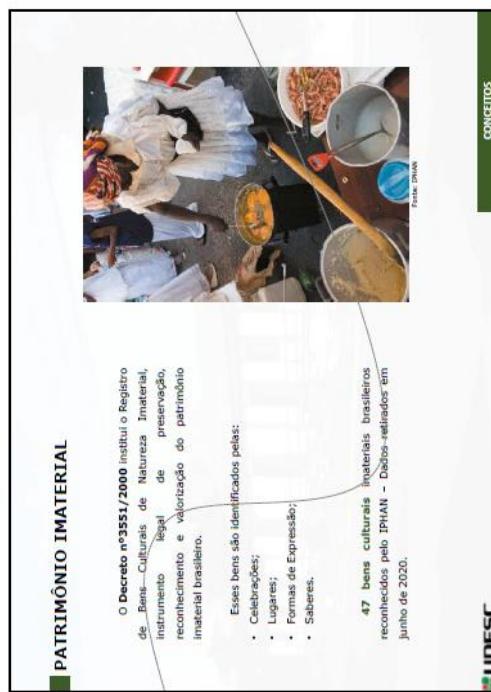
INTRODUÇÃO

UDESC

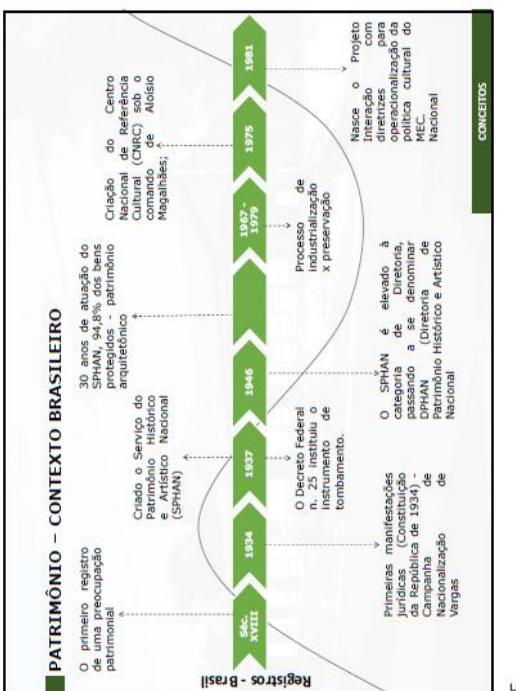
3



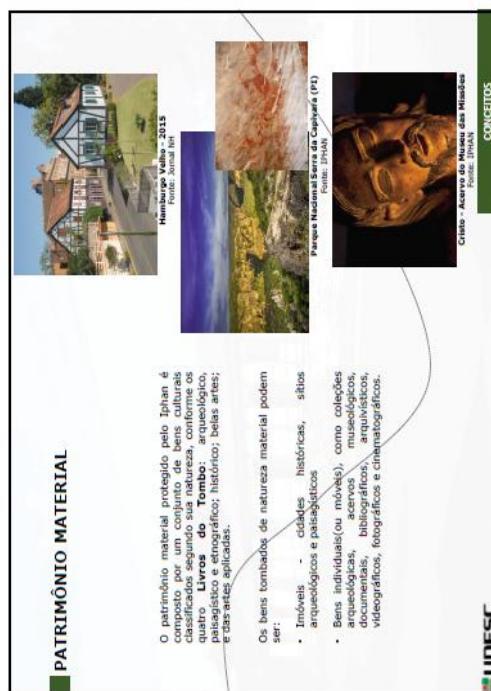
6



8



5



7

SÃO LEOPOLDO

Na modernidade, tudo que é sólido desmancha no ar. Série, o patrimônio, capaz de incorporar essas transformações sem diluir-se?

• Hoje, São Leopoldo é considerada o Berço da Imigração Alemã no Brasil. Também, tem um acervo considerável de "outras etnias".

• Recentemente, passou por um processo de inventário do patrimônio de interesse histórico e cultural, no entanto, há pouca divulgação, entendimento e perante reconhecimento da população e essa temática - patrimônio.

• Através da investigação e da prática do inventário com busca participativo mulheres, outros patrimônios, culturais, iluminar crenças e ideais, que não são reconhecidos oficialmente como tal

SÃO LEOPOLDO

Negros

Indigenas

Foto: North Dreyer

LOCAL DE ESTUDO

INVENTÁRIO CULTURAL DE SÃO LEOPOLDO

Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) é uma metodologia elaborada para ser um instrumento de gestão e proteção do patrimônio brasileiro auxiliando nas decisões de formulações dos planos, projetos, ações e leis de preservação.

• Inventário de Conhecimento ou de Inventariação

• Têm como a finalidade o mapeamento do patrimônio cultural material e imaterial com o objetivo central de proteção e valorização

• Esta cartografia com as informações básicas sobre os bens patrimoniais culturais, ser um instrumento estratégico para o desenvolvimento de políticas integradas;

• Elaborado pela Arquitetura e Urbanista e sua equipe – profissionais – articulados ou historiadores

• Trabalho final – fichas conforme metodologia

INVENTÁRIO CULTURAL DE SÃO LEOPOLDO

Fonte: DNV

LOCAL DE ESTUDO

INVENTÁRIO CULTURAL DE SÃO LEOPOLDO

Fonte: DNV

LOCAL DE ESTUDO

14

SÃO LEOPOLDO

O que pode ser esse patrimônio?

• Falta de "reconhecimento" e "conhecimento" da história real;

• Patrimônio Imaterial

• Patrimônio Material

INVENTÁRIO CULTURAL DE SÃO LEOPOLDO

Fonte: DNV

LOCAL DE ESTUDO

13

INVENTÁRIO CULTURAL DE SÃO LEOPOLDO

Fonte: DNV

LOCAL DE ESTUDO

INVENTÁRIO CULTURAL DE SÃO LEOPOLDO

Fonte: DNV

LOCAL DE ESTUDO

INVENTÁRIO CULTURAL DE SÃO LEOPOLDO

Fonte: DNV

LOCAL DE ESTUDO

16

INVENTÁRIO CULTURAL DE SÃO LEOPOLDO

• Solicitação do CONPAC + Sociedade Civil ao Ministério Público

• Demolição da Edificação da CATIA

• Negligência do Governo

INVENTÁRIO = COMPENSAÇÃO

• Principalmente o bairro Centro, São José, Fábio, Padre Reus e Morro do Espelho.

• Também há uma única edificação no Bairro de Reitores, a Casa da Feltro ou Casa do Jardineiro, aeronauta, por exemplo, que está localizada na Rua das Flores, nº 100, Centro.

INVENTÁRIO CULTURAL DE SÃO LEOPOLDO

Fonte: Documento 2009/2010 de São Leopoldo - NCP/2010/2010.

LOCAL DE ESTUDO

15

MULHERES?

Rolinik (1988) argumenta que a cidade é fruto do trabalho material e espiritual da coletividade, e a define como um imã, por seu poder de atração, e como escrita, pois através de sua materialidade a cidade conta uma história.

A produção do espaço é uma consequência da ação dos agentes sociais, dos fatos históricos, das estratégias e práticas sociais que podem culminar em ações que impulsionam o espaço ou em conflitos na cidade.

PROPOSTA

18

Fonte: Meno da Cacha

PROPOSTA

CIDADES INCLUSIVAS E DEMOCRÁTICAS

Rolinik (1988) argumenta que a cidade é fruto do trabalho material e espiritual da coletividade, e a define como um imã, por seu poder de atração, e como escrita, pois através de sua materialidade a cidade conta uma história.

A produção do espaço é uma consequência da ação dos agentes sociais, dos fatos históricos, das estratégias e práticas sociais que podem culminar em ações que impulsionam o espaço ou em conflitos na cidade.

PROPOSTA

17

Fonte: Instituto Polis

PROPOSTA

18

DIALOGAR COM AS PARTICIPANTES

O inventário participativo deriva da educação patrimonial que surge do princípio da participação comunitária na preservação e valorização do patrimônio cultural brasileiro, impostação da Constituição de 1988, Art. 225

ETAPAS BÁSICAS DO INVENTÁRIO:

1. Compreender o que é patrimônio;
2. Entender o que já é patrimônio local;
3. Educação patrimonial;
4. Dialogar com as participantes;
5. Produzir documentos;
6. Organizar os documentos e divulgar;

PROXIMOS PASSOS

20

Fonte: 2020

INVENTÁRIO PARTICIPATIVO

O inventário participativo deriva da educação patrimonial que surge do princípio da participação comunitária na preservação e valorização do patrimônio cultural brasileiro, impostação da Constituição de 1988, Art. 225

ETAPAS BÁSICAS DO INVENTÁRIO:

1. Compreender o que é patrimônio;
2. Entender o que já é patrimônio;
3. Educação patrimonial;
4. Dialogar com as participantes;
5. Produzir documentos;
6. Organizar os documentos e divulgar;

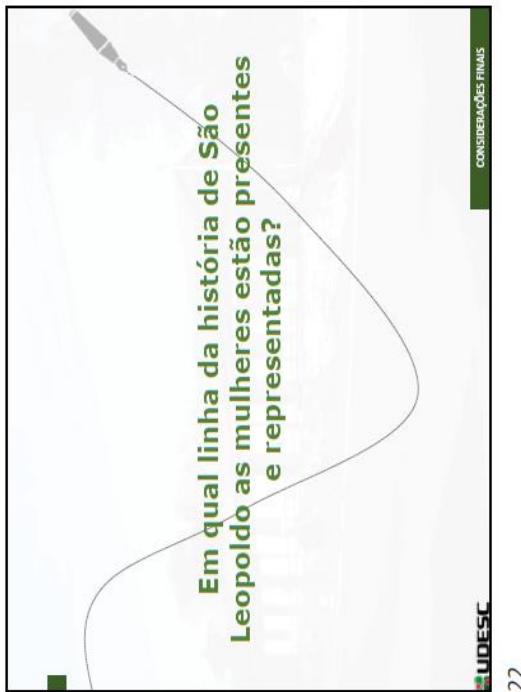
PROPOSTA

19

Fonte: 2020

PROXIMOS PASSOS

20

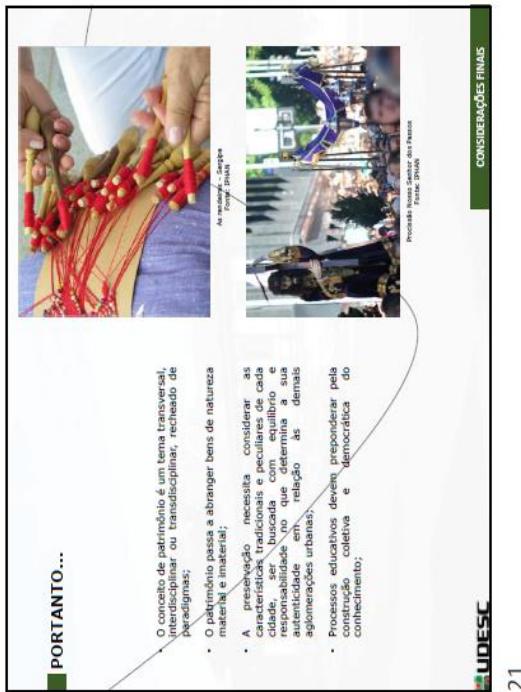


Em qual linha da história de São Leopoldo as mulheres estão presentes e representadas?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

UDESC

22



PORTANTO...

- O conceito de patrimônio é um tema transversal, interdisciplinar, ou transdisciplinar, recheado de percepções;
- O patrimônio passa a abranger bens de natureza material e imaterial;
- A preservação, necessita considerar as características tradicionais e peculiares de cada cidade, ser buscada com equilíbrio e responsabilidade no que determina a sua autenticidade e sua relação às demais aglomerações urbanas;
- Processos educativos devem preponderar pela construção coletiva e democrática do conhecimento;

Acervo Museu São Leopoldo
Foto: PRAN

Prócessos Artesanais dos Povos
Foto: SHW

CONSIDERAÇÕES FINAIS

UDESC

21



OBRIGADA!

Rio das Laranjeiras
Foto: Arquivo da autora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caroline Luana Carrazzo
caroline.carrazzo@gmail.com
51 983425607
03 de maio de 2021

UDESC

23

APENDICE C – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1) Dados pessoais para registro:
 - a) Nome (oculto), idade, profissão, raça, etnia (conforme IBGE).
- 2) Pessoal:
 - a) Nasceu onde?
 - b) Residente em São Leopoldo (bairro)?
 - c) Quais os bairros em que já morou?
 - d) Viveu sua infância nesse bairro?
 - e) Qual sua primeira lembrança de São Leopoldo?
 - f) Mudou-se para São Leopoldo? Por quê?
 - g) Mudou de bairro?
- 3) Trabalho:
 - a) Educação? Onde estudou?
 - b) Por que escolheu essa profissão?
 - c) Onde já trabalhou? Onde você aprendeu esse trabalho?
 - d) Como chegou a esse trabalho?
 - e) Foi o trabalho que sempre sonhou em fazer?
 - f) Quais as tarefas do cotidiano? (Considerando também dias antes da pandemia).
- 4) Vivência na cidade:
 - a) De quais lugares você gosta em São Leopoldo?
 - b) O que você gosta de fazer em São Leopoldo?
 - c) Quais os lugares que te trazem lembranças na cidade?
- 5) Patrimônios:
 - a) Posso ver as fotografias ou objetos?
 - b) Por que escolheu esse objeto ou fotografia? Conte mais sobre ele.
 - c) Você frequenta esse local?
 - d) Qual a relação desse bem patrimonial para você?

ANEXO A – FICHAS DE AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS ELABORADO PELA DIRETORIA DO PATRIMÔNIO

Ficha SGG VISTORIA REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017 – CENTRO – INDEPENDÊNCIA E MARQUES DO HERVAL
<p>Atualização das informações constantes nas fichas do inventário do Patrimônio Histórico, Censo de 2010 e levantado em 2013 para o Sistema Seringueiro.</p> <p>Palácio, Centro Histórico, edificação, nº 6689/90 Órgão identificado: PMAR – 305 - 90 Endereço: Rua Independência, nº 6689/90 Estado de conservação: Bem, Regular, deteriorado, I (bem deteriorado)</p> <p>Entorno pereneço: Bem, Bélico, Regular, (pereneço) I (bem ruim).</p> <p>Pertence a um comunitário: Sim, (bem) (bem ruim)</p> <p>Uso: Residencial / Comercial / União de fato / institucional</p> <p>Uso: Imóvel cadastrado com uso diverso: diferentes do edifício das primeiras décadas do século XX no inventário de 2014.</p>

Fonte: Diretoria do Patrimônio.

ANEXO B – FICHAS MODELO INVENTÁRIO PARTICIPATIVO³³

Ficha M101 – Contextualização Geral

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Preencher com as informações necessárias para a identificação da região estudada. São exemplos de recorte territorial as regiões geográficas (Brasil: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), as Unidades da Federação (Estados do Piauí, Santa Catarina, Mato Grosso, etc.) e recortes específicos (Vale do Parnaíba, Vale do Itajaí, Pantanal, etc.). (Preenchimento obrigatório).

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Preencher com as informações necessárias para a identificação do universo ou objeto de análise. A identificação do Universo/ Objeto de Análise poderá ser ou não coincidente com o Recorte Territorial, dependendo da escolha do recorte temático e da aproximação que se faz com o objeto. Por exemplo, na perspectiva de se fomentar um estudo sobre o patrimônio cultural do Estado do Piauí, o recorte territorial será o próprio estado. O recorte temático poderá ser o processo econômico de expansão do gado no Nordeste e o universo/objeto de análise os Caminhos do Gado no Piauí. (Preenchimento obrigatório).

1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise

Preencher com as informações necessárias para a identificação do tema estudado. São exemplos de recorte temático o processo urbanizador e/ou econômico de determinada região geográfica, (como a do gado no Nordeste), a arqueologia, como a do Piauí, etc. (Preenchimento obrigatório).

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1. UF(s)

2.2. Município (s)

2.3. Localidade (s)

2.4. Microrregião(s) – Dados IBGE

2.5. Microrregião(s) – Dados IBGE

2.6. Mapa de Localização

2.6.1. No Brasil	2.6.2. Em relação ao contexto/ limites
------------------	--

Inserir mapa

2.6.3. Na região/ estado

Inserir mapa

Inserir mapa

2.7. Municípios limítrofes (nominal)

Preencher com os nomes dos municípios limítrofes. (Preenchimento opcional)

Esses campos permitem a plotagem e o cruzamento das informações coletadas no mapa.

3. INFORMAÇÕES SOBRE CONTEXTO HISTÓRICO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

Neste campo, é importante enquadrar o universo ou o objeto de análise no panorama da história do Brasil e da região onde se insere. Esse panorama servirá como base de um texto introdutório sobre os bens identificados dentro do universo ou recorte territorial temático escolhido. (Preenchimento obrigatório)

4. INFORMAÇÕES SOBRE CONTEXTO GEOGRÁFICO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

4.1. Características ambientais (relevo, hidrografia, zonas climáticas, cobertura vegetal, altitudes, etc.)

As informações sobre o contexto geográfico devem relacionar o universo/ objeto de análise com o seu meio. Eventualmente, estas informações serão cruzadas também com as informações históricas, especialmente naqueles casos em que as características ambientais foram condicionantes no desenvolvimento de um processo de ocupação do território. (Preenchimento obrigatório)

5. SELEÇÃO DE IMAGENS (repetir quantas linhas forem necessárias, inserir legenda abaixo da imagem)

Inserir imagens gerais, e/ou panorâmicas, ilustrativas das informações preenchidas nos itens anteriores.

Inserir imagens ilustrativas das informações preenchidas nos itens anteriores.

Leenda: [] Leenda: [] Leenda: [] Leenda: []

Ficha M301 – Cadastro de bens

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Preencher com as informações necessárias para a identificação da região estudada. São exemplos de recorte territorial as regiões geográficas (Brasil: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), as Unidades da Federação (Estados do Piauí, Santa Catarina, Mato Grosso, etc.) e recortes específicos (Vale do Parnaíba, Vale do Itajaí, Pantanal, etc.). (Preenchimento obrigatório)

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Preencher com as informações necessárias para a identificação do tema estudado. São exemplos de recorte temático o processo urbanizador e/ou econômico de determinada região geográfica, (como a do gado no Nordeste), a arqueologia, como a do Piauí, etc. (Preenchimento obrigatório)

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1. UF

2.2. Município

2.3. Localidade

2.4. Local Específico

2.5. Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)

2.6. Código Postal

2.7. Coordenadas

Geográficas (Preenchimento obrigatório)

3. PROPRIEDADE

3.1. Identificação do Proprietário

3.2. Contatos

3.3. Localização

3.4. Identificação do Bem

3.5. Contexto

3.6. Proteção Existente

3.7. Proteção Proposta

3.8. Estado de Preservação

3.9. Estado de Conservação

3.10. Preservação

3.11. Conservação

3.12. Gestão

3.13. Acompanhamento

3.14. Observações

3.15. Documentos

3.16. Ficha de Cadastro

3.17. Ficha de Conservação

3.18. Ficha de Gestão

3.19. Ficha de Acompanhamento

3.20. Ficha de Observações

3.21. Ficha de Documentos

3.22. Ficha de Ficha de Cadastro

3.23. Ficha de Conservação

3.24. Ficha de Gestão

3.25. Ficha de Acompanhamento

3.26. Ficha de Observações

3.27. Ficha de Documentos

3.28. Ficha de Ficha de Cadastro

3.29. Ficha de Conservação

3.30. Ficha de Gestão

3.31. Ficha de Acompanhamento

3.32. Ficha de Observações

3.33. Ficha de Documentos

3.34. Ficha de Ficha de Cadastro

3.35. Ficha de Conservação

3.36. Ficha de Gestão

3.37. Ficha de Acompanhamento

3.38. Ficha de Observações

3.39. Ficha de Documentos

3.40. Ficha de Ficha de Cadastro

3.41. Ficha de Conservação

3.42. Ficha de Gestão

3.43. Ficha de Acompanhamento

3.44. Ficha de Observações

3.45. Ficha de Documentos

3.46. Ficha de Ficha de Cadastro

3.47. Ficha de Conservação

3.48. Ficha de Gestão

3.49. Ficha de Acompanhamento

3.50. Ficha de Observações

3.51. Ficha de Documentos

3.52. Ficha de Ficha de Cadastro

3.53. Ficha de Conservação

3.54. Ficha de Gestão

3.55. Ficha de Acompanhamento

3.56. Ficha de Observações

3.57. Ficha de Documentos

3.58. Ficha de Ficha de Cadastro

3.59. Ficha de Conservação

3.60. Ficha de Gestão

3.61. Ficha de Acompanhamento

3.62. Ficha de Observações

3.63. Ficha de Documentos

3.64. Ficha de Ficha de Cadastro

3.65. Ficha de Conservação

3.66. Ficha de Gestão

3.67. Ficha de Acompanhamento

3.68. Ficha de Observações

3.69. Ficha de Documentos

3.70. Ficha de Ficha de Cadastro

3.71. Ficha de Conservação

3.72. Ficha de Gestão

3.73. Ficha de Acompanhamento

3.74. Ficha de Observações

3.75. Ficha de Documentos

3.76. Ficha de Ficha de Cadastro

3.77. Ficha de Conservação

3.78. Ficha de Gestão

3.79. Ficha de Acompanhamento

3.80. Ficha de Observações

3.81. Ficha de Documentos

3.82. Ficha de Ficha de Cadastro

3.83. Ficha de Conservação

3.84. Ficha de Gestão

3.85. Ficha de Acompanhamento

3.86. Ficha de Observações

3.87. Ficha de Documentos

3.88. Ficha de Ficha de Cadastro

3.89. Ficha de Conservação

3.90. Ficha de Gestão

3.91. Ficha de Acompanhamento

3.92. Ficha de Observações

3.93. Ficha de Documentos

3.94. Ficha de Ficha de Cadastro

3.95. Ficha de Conservação

3.96. Ficha de Gestão

3.97. Ficha de Acompanhamento

3.98. Ficha de Observações

3.99. Ficha de Documentos

3.100. Ficha de Ficha de Cadastro

3.101. Ficha de Conservação

3.102. Ficha de Gestão

3.103. Ficha de Acompanhamento

3.104. Ficha de Observações

3.105. Ficha de Documentos

3.106. Ficha de Ficha de Cadastro

3.107. Ficha de Conservação

3.108. Ficha de Gestão

3.109. Ficha de Acompanhamento

3.110. Ficha de Observações

3.111. Ficha de Documentos

3.112. Ficha de Ficha de Cadastro

3.113. Ficha de Conservação

3.114. Ficha de Gestão

3.115. Ficha de Acompanhamento

3.116. Ficha de Observações

3.117. Ficha de Documentos

3.118. Ficha de Ficha de Cadastro

3.119. Ficha de Conservação

3.120. Ficha de Gestão

3.121. Ficha de Acompanhamento

3.122. Ficha de Observações

3.123. Ficha de Documentos

3.124. Ficha de Ficha de Cadastro

3.125. Ficha de Conservação

3.126. Ficha de Gestão

3.127. Ficha de Acompanhamento

3.128. Ficha de Observações

3.129. Ficha de Documentos

3.130. Ficha de Ficha de Cadastro

3.131. Ficha de Conservação

3.132. Ficha de Gestão

3.133. Ficha de Acompanhamento

3.134. Ficha de Observações

3.135. Ficha de Documentos

3.136. Ficha de Ficha de Cadastro

3.137. Ficha de Conservação

3.138. Ficha de Gestão

3.139. Ficha de Acompanhamento

3.140. Ficha de Observações

3.141. Ficha de Documentos

3.142. Ficha de Ficha de Cadastro

3.143. Ficha de Conservação

3.144. Ficha de Gestão

3.145. Ficha de Acompanhamento

3.146. Ficha de Observações

3.147. Ficha de Documentos

3.148. Ficha de Ficha de Cadastro

3.149. Ficha de Conservação

3.150. Ficha de Gestão

3.151. Ficha de Acompanhamento

3.152. Ficha de Observações

3.153. Ficha de Documentos

3.154. Ficha de Ficha de Cadastro

3.155. Ficha de Conservação

3.156. Ficha de Gestão

ANEXO C – FICHAS MODELO INVENTÁRIO SICG

> MODELOS DAS FICHAS

> FICHA DO PROJETO

TÍTULO DO PROJETO

NOME DA ESCOLA, INSTITUIÇÃO OU GRUPO/BAIRRO/MUNICÍPIO/ESTADO

FOTO DA EQUIPE

82

> MODELOS DAS FICHAS

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

Período de realização

REFERÊNCIAS/MANIFESTAÇÕES CULTURAIS PESQUISADAS

FICHAS DAS CATEGORIAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL UTILIZADAS NO PROJETO

Lugares:
 Objetos:
 Celebrações:
 Formas de Expressão:
 Saberes:
 Total de fichas produzidas:

84

> MODELOS DAS FICHAS

HISTÓRIA

DADOS SOCIOECONÔMICOS

88

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS

DENOMINAÇÃO DO TERRITÓRIO

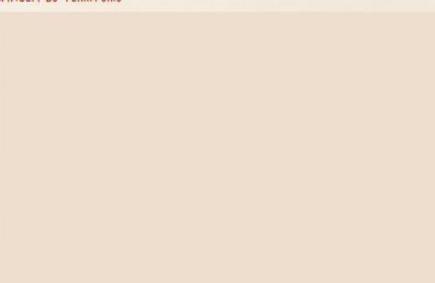
OUTRAS REFERÊNCIAS DE LOCALIZAÇÃO

DESCRIÇÃO

> MODELOS DAS FICHAS

> FICHA DO TERRITÓRIO

IMAGEM DO TERRITÓRIO



MAPA DO TERRITÓRIO



86

Educação Patrimonial: Inventários Participativos

> FICHAS DAS CATEGORIAS

>>> LUGARES

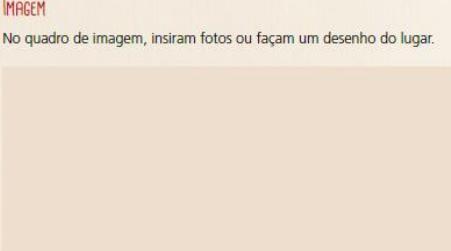
IDENTIFICAÇÃO

NOME

Escrevam o nome mais comum do lugar e outros nomes pelos quais é conhecido.

IMAGEM

No quadro de imagem, insiram fotos ou façam um desenho do lugar.



> MODELOS DAS FICHAS

O QUE É

Contem de forma resumida o que é o lugar.

ONDE ESTÁ

Procurem descrever o lugar a partir das referências mais conhecidas.

PERÍODOS IMPORTANTES

Descubram os momentos ou datas importantes associados ao lugar.

HISTÓRIA

Contem sobre as origens e transformações do lugar ao longo do tempo.

90

> MODELOS DAS FICHAS

DESCRIÇÃO

Pessoas envolvidas. Informem as principais pessoas envolvidas com o lugar.

ELEMENTOS NATURAIS

Informem quais são os elementos presentes no ambiente natural.

ELEMENTOS CONSTRUÍDOS

Informem se há elementos construídos no lugar e quais são as suas características.

92

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS

SIGNIFICADOS

Descubram que significados e funções tem o lugar para a comunidade.

91

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS

VESTÍGIOS

Pesquisem se o local possui vestígios de ocupações anteriores.

MATERIAIS

Informem os principais materiais que constituem os elementos do lugar.

TÉCNICAS OU MODOS DE FAZER

Pesquisem sobre as técnicas utilizadas para a construção do lugar.

93

> MODELOS DAS FICHAS

MEDIDAS

Informem quais as medidas aproximadas: altura, largura, perímetro da área.

ATIVIDADES QUE ACONTECEM NO LUGAR

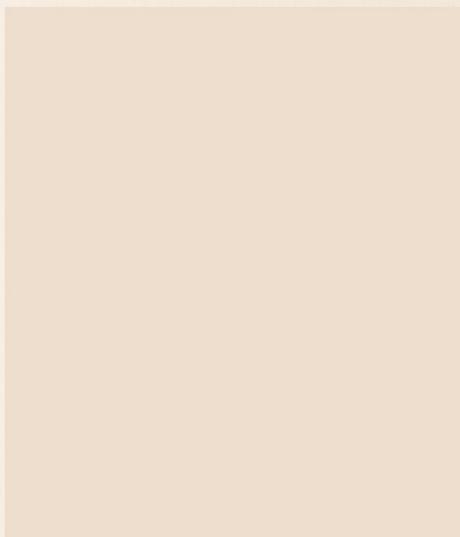
Informem as principais atividades realizadas no lugar por pessoas ou grupos.

MANUTENÇÃO

Identifiquem os responsáveis e os cuidados necessários para a manutenção do lugar.

94

> MODELOS DAS FICHAS

> FICHA DO RELATÓRIO DE IMAGENS

TÍTULO/ASSUNTO:
Autor:
Data:
Local:

128

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS

CONSERVAÇÃO

Informem se o lugar está bem ou mal cuidado.

AVALIAÇÃO

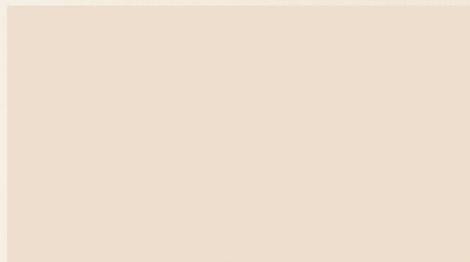
Indiquem os principais aspectos para que o lugar continue sendo uma referência cultural e quais podem interferir para seu desaparecimento.

RECOMENDAÇÕES

Deem sugestões para a preservação do lugar, após fazer sua avaliação.

95

> MODELOS DAS FICHAS

> FICHA DO ROTEIRO DE ENTREVISTAINFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O ENTREVISTADO**IMAGEM****NOME/APELIDO**

IDADE

LOCAL DE NASCIMENTO

130

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS

LOCAL DE RESIDÊNCIA

CONTATOS

PROFISSÃO OU OCUPAÇÃO

RELAÇÃO DO ENTREVISTADO COM O BEM CULTURAL PESQUISADO

Lembrem-se de trazer à tona questões importantes como: a idade que a pessoa tinha quando conheceu a manifestação cultural e como era a manifestação nessa época; quais foram as transformações pelas quais a manifestação passou; quando começou a frequentar o local em que ocorre a manifestação; quando passou a utilizar um objeto ou a produzir elementos associados à manifestação.

131

> MODELOS DAS FICHAS

INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS SOBRE A MANIFESTAÇÃO CULTURAL

- > Qual a atividade desempenhada em relação à manifestação cultural?
- > Com que idade e com quem a aprendeu?
- > Da sua atividade resultam que tipos de serviços ou produtos? Para quem e para que servem?
- > Como realiza a sua atividade? Quais as etapas necessárias?
- > A sua atividade foi sempre realizada da mesma maneira?
- > Houve mudanças ao longo do tempo? Se houve, quais foram?
- > Quando e por que ocorreram?
- > Em sua opinião, essas alterações foram positivas ou negativas? Por quê?
- > Realiza a sua atividade individualmente ou junto com outras pessoas?
- > Que tarefas são específicas de uns e de outros?
- > Qual a importância que esta atividade tem na sua vida, na da sua família e na da sua comunidade?
- > Além de você, outras pessoas da sua comunidade detêm os mesmos conhecimentos e/ou desempenham a mesma atividade? Quem?
- > Em sua opinião, a continuidade da sua atividade e dos saberes tradicionais com que ela é realizada depende do quê?
- > Que outras informações deseja acrescentar sobre a sua atividade?

OBS: As perguntas apresentadas aqui vão ajudar no preenchimento das fichas. Não é preciso segui-las como um questionário; deixem a conversa fluir! Ao longo da conversa, certamente vão surgir outros assuntos que vocês podem incluir na ficha.

132